

RESUMO

O presente estudo aborda a problemática da desconcentração e descentralização no sistema administrativo cabo-verdiano como factores de desenvolvimento local.

A abertura ao multipartidarismo em 1990 e as respectivas eleições em 1991, constituíram os momentos mais decisivos no sistema de governação cabo-verdiana, uma vez que a descentralização como estratégia da governação local passou a ser um facto real em Cabo Verde.

Com efeito, a consolidação e aprofundamento da democracia assenta na descentralização territorial, pela via das Autarquias Locais, em que os Municípios Locais constituem as únicas categorias de Autarquias Locais melhor posicionadas para promover o desenvolvimento local.

Deste modo, a administração cabo-verdiana é actualmente, mais descentralizada que desconcentrada, pois todas as ilhas estão cobertas pelo município e existem ilhas com mais de um município. Os autarcas cabo-verdianos já possuem um amplo poder de decisão no quadro das actividades municipais. Contudo, apenas a autonomia política constitui um facto real, uma vez que a autonomia financeira e administrativa ainda demonstram ser limitadas.

O sistema de administração cabo-verdiana possui algumas imperfeições no que se refere ao processo da desconcentração tanto ao nível dos serviços municipais como estatais. Pois, a maioria das instituições municipais localiza-se apenas nos principais centros das ilhas e, ao nível do Estado, existem ilhas que estão mal servidas em termos dos respectivos serviços. Existe também o problema da concentração dos recursos humanos e técnicos sobretudo na capital e nas ilhas do Sal e São Vicente. A fraca desconcentração e a concentração destes recursos constituem reflexos de uma forte assimetria em termos do desenvolvimento social e económico dos concelhos e das regiões/ilhas.

No concelho do Tarrafal a administração demonstrou ser mais descentralizada em relação ao concelho da Praia, devido essencialmente à distância em que estes dois

concelhos se encontram em relação ao centro e às características inerentes aos dois municípios.

Ao nível local já se nota indício do desenvolvimento local, facto evidenciado a partir dos vários projectos de iniciativas locais referenciados pelas associações entrevistadas.

No entanto, as dinâmicas locais e/ou comunitárias aparentam ser diferentes nos dois concelhos, uma vez que no concelho do Tarrafal a questão da participação da população demonstrou ser mais fácil de pôr em prática, em detrimento do concelho da Praia.

Contudo, a participação das populações ainda não atingiu o nível desejado, e a forma como esta está a ser promovida demonstra ser insuficiente para o desenvolvimento da capacidade do *empowerment* das pessoas desfavorecidas e dos próprios beneficiários dos projectos.

Conceitos chave: Democracia, Descentralização, Desconcentração, Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Local e desenvolvimento Participativo.

ABSTRACT

This study addresses the question of *de-concentration* and decentralization in the Cape Verdean administrative system as factors of local development

The opening up of the multi-party system in 1990 and the subsequent elections in 1991 are decisive moments for the Cape Verde the governance system as they gave rise to decentralization as a local governance strategy. Indeed, the consolidation and furthering of democracy is based on territorial decentralization, by means of the Local Authorities, in which the Municipalities are the only Local Authority categories able to foster local development.

Hence, nowadays the administration of Cape Verde is more decentralized than de-concentrated as all the islands are covered by the municipality and there are islands with more than one municipality. Local authority leaders in Cape Verde therefore have broad decision making powers in the context of the municipal activities. Nevertheless, they have only political autonomy, as there is still only financial and administrative autonomy.

The administrative system of Cape Verde has some shortcomings with regard the *de-concentration* process in both municipal and state services. Most municipal institutions are only located in the main centers of the islands and, at State level, there is only a poor service on some islands. There is also the problem of a concentration of human and technical resources in the capital and in the islands of Sal and São Vicente. The poor *de-concentration* and the concentration of these resources are reflexes of a strong asymmetry in terms of the social and economic development of the councils and regions/island.

In Tarrafal council the administration was found to be more decentralized than that of the Praia council due essentially to the distance of the two councils in relation to the centre and to the inherent characteristics of the two municipalities. At the local level, there are already signs of local development as a result of the various local initiatives which are referred to by the associations interviewed.

However, the local and/or community dynamics are found to be distinct in the two councils because participation is much easier for the population of the Tarrafal

council than that of Praia. Nevertheless, participation has still not reached the desired levels and the way in which it is being promoted seems to be insufficient to develop the empowerment of the disadvantaged people and of the actual beneficiaries of the projects.

Key concepts: Democracy, Decentralisation, De-concentration, Regional Development, Local Development and Participative development.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais

Arlindo e Teresa

Às minhas filhas: Cátia, Carla e Carmen

AGRADECIMENTOS

Todas as pessoas que passam pelas nossas vidas deixam as suas marcas num ir e vir infinito. As que permanecem, é porque simplesmente doaram os seus corações para entrar em sintonia com as nossas almas. As que se vão, deixam-nos parte da sua sabedoria.

No decorrer de todo este processo de aprendizagem, várias foram as pessoas que me apoiaram, que ouviram as minhas lamúrias, mas também que comigo partilharam momentos de alegria. Pessoas que sentiram a minha força, perseverança e dedicação ao longo destes sete anos (desde a licenciatura), de luta que serviram para alcançar o meu sonho – ser Socióloga e Mestre em Desenvolvimento Social e Económico em África.

A todas essas pessoas agradeço por todo o apoio, amor e carinho. A elas dedico este trabalho.

Agradeço em especial:

Aos meus pais, que sempre confiaram nos meus sonhos e me ensinaram a acreditar que é possível realizá-los, além de me mostrar que o trabalho duro, perseverança e honestidade são as ferramentas ideais para atingirmos as nossas metas. Agradeço por todo o sacrifício que fizeram para que este sonho se tornasse uma realidade;

Aos meus irmãos, que me apoiaram nos momentos difíceis, e aos meus familiares, especialmente ao meu tio, Fernando Ortet, e amigos pelas palavras de incentivo e apoio;

Aos Professores do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), pela dedicação e transmissão dos seus conhecimentos, em especial ao professor Doutor Rogério Roque Amaro, pelo facto de ser o meu orientador.

A todas as pessoas que deram o seu contributo valioso para a concretização deste trabalho, especialmente aquelas que disponibilizaram o seu tempo para me conceder informações úteis, isto é, os entrevistados.

Um especial agradecimento para as pessoas que ajudaram bastante ao longo do trabalho de terreno, nomeadamente Floresvindo Barbosa, Sr. Orlando, Lourdes e etc.

Em fim, a todas as pessoas que passaram por mim e deixaram uma palavra de conforto, esperança, sabedoria, energia.

MUITO OBRIGADO

ÍNDICE

RESUMO	i
ABSTRACT	iii
DEDICATÓRIA	v
AGRADECIMENTOS	vii
ÍNDICE	ix
ÍNDICE DE FIGURAS	x
ÍNDICE DE QUADROS	xi
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – Quadro teórico conceptual	9
1.1. A evolução do conceito de desenvolvimento	9
1.2. O desenvolvimento regional	11
1.3. O desenvolvimento local	13
1.4. O Desenvolvimento Alternativo/Participativo	15
1.5. A Democracia	16
1.6. A Desconcentração e Descentralização	18
1.7. Relação entre a democracia, descentralização e desenvolvimento local	20
CAPÍTULO 2 – Experiências da descentralização nos países africanos	23
CAPÍTULO 3 -Estratégia Metodológica	33
CAPÍTULO 4 – Informações gerais sobre Cabo Verde	41
4.1 Situação geográfica	41
4.2 Situação Política	41
4.3. A População	42
4.4. A Saúde	44
4.5. A Educação	45
4.6. A Economia	46
4.6.1. O mercado de trabalho cabo-verdiano	48
4.7. A Pobreza	49
4.8. As divisões administrativas	51
CAPÍTULO 5 -História da desconcentração e da descentralização em Cabo Verde	55
5.1. A administração colonial – (1462- 1975)	55
5.2. O período pós colonial, I República (1975- 1990)	58
5.3. A II República (a partir de 1990)	60
CAPÍTULO 6 – O processo da descentralização em Cabo Verde: da teoria à prática	65
6.1. As características do actual modelo de descentralização	65

6.2. Os modelos em debate	70
CAPÍTULO 7 – As autarquias locais no actual modelo de descentralização em Cabo Verde.....	77
7.1. Autonomia política	77
7.2. Autonomia administrativa	78
7.3. Autonomia financeira.....	80
7.4. O relacionamento entre o Poder Central e o Poder Local.....	83
CAPÍTULO 8 – Os casos dos concelhos da Praia e do Tarrafal face à problemática da desconcentração e da descentralização.....	93
8.1. Caracterização socioeconómica dos concelhos	93
8.1.1. Aspectos Sociais	93
8.1.1.1. Demografia	93
8.1.1.2. Os bens colectivos e infra-estruturas	94
8.1.1.3. Educação	94
8.1.1.4. Saúde.....	97
8.1.1.5. Ambiente e qualidade de vida	99
8.1.1.6. Infra-estruturas de lazer	103
8.1.2. Actividades Económicas.....	104
8.1.2.1. Os sectores de actividades.....	104
8.1.2.2. Os actores económicos – as empresas	105
8.1.2.3. O emprego e desemprego	106
8.1.3. A pobreza	106
8.2. O processo da desconcentração e descentralização nos dois concelhos.....	107
CAPÍTULO 9 – As dinâmicas da sociedade civil cabo-verdiana perante o processo da descentralização e de desconcentração.....	113
9.1. A evolução da participação da Sociedade Civil	113
9.2. O relacionamento entre os autarcas, a população e as associações	115
9.3. As associações comunitárias e suas iniciativas.....	119
9.4. Algumas notas sobre a democracia local em Cabo Verde	123
9.5. As abstenções	126
10. CONCLUSÃO.....	129
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141
ANEXOS – Grelhas de análise das entrevistas – Análise vertical	147
Anexo 1- Actores principais.....	148
Anexo 2 – Observadores privilegiados	168
Anexo 3 – Associações comunitárias de Base.....	183

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Evolução do Fundo de Equilíbrio Financeiro (Fonte: Barbosa, Análise financeira dos Municípios de Cabo Verde - 1996 a 2002).....	81
--	-----------

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Rácios: Médicos/habitantes, Enfermeiro/habitante e habitantes/Unidade Sanitária de Base nos dois concelhos em 2006 (Dados: Ministério de Saúde da Praia)	98
---	-----------

INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje não se pode falar de desenvolvimento sem se falar da necessidade que os Estados modernos têm de descentralizar e/ou partilhar as suas responsabilidades com estruturas e órgãos locais democraticamente eleitos pelas populações de forma a criar um ambiente, por um lado, propício à participação das populações no processo de desenvolvimento do seu território e, por outro lado, propício a um melhor exercício da governação. Isto porque a administração é assegurada mais próxima dos cidadãos e esse elemento constitui, actualmente, um dos eixos estratégicos para o reforço da democracia e para a promoção do bem-estar social e económico das comunidades locais.

Neste sentido, a descentralização é uma das vias privilegiadas que não se presta apenas à simples criação de entidades intermediárias de poder mas que, pelo contrário, deve ser susceptível de conduzir a uma melhor gestão dos recursos públicos através da participação das populações nas tomadas de decisão, pela proximidade do exercício da democracia, pela partilha de responsabilidades e do exercício efectivo da cidadania, pela boa governação, promoção do orçamento participativo, transparência e partilha da informação.

O fenómeno da descentralização atingiu uma certa dimensão abrangendo uma diversidade de parceiros descentralizados, nomeadamente as organizações não-governamentais, que expandiram as suas actividades fazendo com que o poder se deslocasse para os níveis locais, traduzindo-se num corolário da descentralização. Por isso, estas organizações são certamente um dos elementos mais importantes dos novos esforços na descentralização (*Mback, 2003*) com vista ao desenvolvimento local em muitos países.

Deste modo, a cooperação descentralizada (realizada por entidades sub-estatais, que não fazem parte da Administração central do Estado, nomeadamente os municípios, regiões, instituições de ensino, etc.), constitui uma nova abordagem da cooperação para o desenvolvimento, que se caracteriza pela descentralização das iniciativas e da relação com os países em desenvolvimento, pela inclusão de uma grande variedade de novos

actores da sociedade civil e por uma verdadeira participação dos actores dos países beneficiários no seu próprio desenvolvimento.

Há, porém, um consenso generalizado de que o incremento do desenvolvimento é, sobretudo, da competência dos governos dos próprios países. Para tal, devem pôr em prática políticas e quadros institucionais adequados e tomar decisões para assegurar a sua completa implementação. É nesta perspectiva que a questão da descentralização se situa hoje no cerne da problemática da democracia e do desenvolvimento dos países.

Sendo assim, a ONU concebeu na ordem das suas prioridades uma ideologia em direcção aos países em desenvolvimento com vista à redefinição das suas políticas públicas, cujo fundamento revela que “os governos devem descentralizar, o mais depressa possível, os poderes de decisão para acelerar o seu desenvolvimento económico e social e para dar aos programas um efeito duradouro”. A descentralização reveste-se de uma importância particular para os países em vias de desenvolvimento onde a expansão rápida dos serviços públicos aumenta consideravelmente o número de intervenções administrativas, em detrimento da centralização, como forma de assegurar o duplo objectivo da democracia e do desenvolvimento local (*Mback, 2003:38*).

Deste modo, o Estado deve orientar-se no sentido de ampliar a democracia através da legitimidade no exercício do poder estatal, privilegiando a transparência na gestão dos recursos públicos, a garantia dos direitos humanos e a autonomia local. Para isso, o governo terá que ter a capacidade institucional necessária a um funcionamento eficaz e eficiente, com vista a promover a boa governação, assegurada pela “legislação e pelas instituições que podem garantir as liberdades sociais, económicas e políticas, a competência e a transparência administrativas, a descentralização do poder político e a criação de um ambiente propício para o funcionamento da economia e do mercado” (*Jica, 1995, cit. Milando, 2005:124*).

No entanto, este ponto não é pacífico, na medida em que alguns autores consideram que a descentralização em África “constitui um obstáculo ao desenvolvimento, potenciando a desigualdade, favorecendo assim a manutenção dos privilégios e de exploração existente sobre as estruturas do poder nacional e local” (*J.Fesler et B.C. Smith, 1985, in Sawadogo, 2001: 204-206*), como se verá mais adiante.

Todavia, em Cabo Verde o processo da descentralização vem sendo uma construção colectiva na medida em que “as Autarquias Locais conquistaram um espaço jurídico-político nacional, de modo claro e inequívoco e, por isso, assumem-se como poderes locais fortes, actuantes e prestigiados capazes de mobilizar o desenvolvimento local e do país em geral” (Programa Nacional de Descentralização, 1998). Por isso, nos últimos anos, o país tem sido aplaudido pelas instituições internacionais, nomeadamente pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e pelo próprio Banco Africano do Desenvolvimento, pela boa gestão dos fundos concedidos e níveis de corrupção baixos e, deste modo, é apontado como um exemplo de maturidade política e governação. O país integra actualmente o grupo dos países com desenvolvimento médio. Eis aqui uma das razões da escolha do tema da dissertação, uma vez que Cabo Verde, fazendo parte do continente africano, muito criticado em matéria de governação, se destacou nos últimos anos como um caso exemplar neste aspecto.

Para além destes aspectos políticos, a questão de carácter social também aqui merecerá uma atenção indispensável, na medida em que se nota que actualmente o processo da descentralização é cada vez mais exigido devido às mudanças, extremamente rápidas, onde se verificam repercussões significativas nas esferas económicas, políticas, culturais, mas também essencialmente no próprio modo de vida dos cidadãos. Com efeito, dessas mudanças decorre a crescente complexidade das relações sociais associada às acentuadas dificuldades económicas que, por sua vez, contribuem para o surgimento de vários problemas que afectam, de uma forma significativa, o modo de vida das populações. Estas, perante tais situações, interrogam-se sobre o funcionamento estatal a partir da multiplicidade de lugares onde este se concretiza tentando encontrar registos e, através destes, apelando à reconstituição das relações de poder verticais e horizontais que cruzam as relações sociais e exigindo, desta forma, uma maior participação com vista à resolução dos problemas que lhes dizem respeito, de modo a promover a equidade social.

É neste sentido que “o nível local interfere de forma marcante no processo de produção de uma multiplicidade de políticas que, diferentemente, se vão concretizando tanto ao nível da sociedade como do Estado Local” (Cockburn, 1977, citado por Ruivo, 2001:16), proclamando, assim, uma repartição por níveis de decisão cada vez mais próximos das comunidades de base, exigindo a construção de um Estado democrático

que não se esgota apenas na existência de estruturas formais de representação, mas antes na promoção de uma efectiva descentralização no quadro do sistema político-administrativo que prediz ser democrático.

É deste modo que se diz que o princípio da descentralização é garantido pelo conceito de subsidiariedade; é uma condição para a eficiência na afectação de recursos, o que significa que só deve ser atribuído a um nível mais alto de administração o que não pode ser feito a um nível inferior, mais próximo das populações (Bravo, 2000).

Outras razões têm a ver com a forma como o processo da descentralização e da desconcentração estão sendo debatidos em Cabo Verde. Isto é, há a predominância de uma abordagem apenas numa perspectiva jurídico-política. Sendo assim, verifica-se que o processo carece de uma abordagem sob o ponto de vista social, uma vez que não tem sido tratado com grande apetência por parte dos investigadores sob essa perspectiva, salvo raras excepções.

Por isso, nesta análise, a perspectiva dominante é a sociológica e, a partir desta, far-se-á a conjugação com outras disciplinas, nomeadamente, a ciência política, a história, a antropologia, etc., naqueles aspectos que lhes são comuns, ou seja, procurando-se adoptar a metodologia interdisciplinar para compreender as várias dimensões que o tema suscita.

Por último, a elaboração deste trabalho constitui uma ambição pessoal, isto é, por ser um tema que esteve sempre presente nas minhas preocupações e por implicar a realização de um trabalho sobre o meu país e que contribui para a compreensão de uma realidade específica e complexa, ou seja, para a questão da descentralização e da desconcentração do sistema administrativo cabo-verdiano. Espero que este estudo contribua para o meu enriquecimento pessoal e de todos os que se interessarem por desenvolver estudos nesta área.

A pesquisa parte de duas questões iniciais que julgo serem exequíveis e pertinentes, a saber:

- *Em que medida os princípios da descentralização e da desconcentração estão presentes no actual modelo de Administração Pública Cabo-verdiana?*

- *Em que condições, a aplicação desses princípios permite a tomada de decisões que favorecem o desenvolvimento local?*

O estudo subdivide-se em dois momentos, abarcando dois objectos distintos. Num primeiro momento, privilegiar-se-á uma análise macro-sociológica, com o objectivo de perceber as várias interrogações que os actores políticos colocam face ao actual modelo de descentralização em Cabo Verde, ou mais especificamente:

- Quais as vantagens e desvantagens do actual modelo de administração pública cabo-verdiana, no que se refere à lógica de descentralização e desconcentração?
- Que modelos, desse ponto de vista, estão sendo debatidos e qual se revela o mais adequado à realidade cabo-verdiana, tendo em conta a sua configuração geográfica, dimensão física e populacional?
- Será necessário um modelo alternativo ou consolidar/reforçar o existente?

Pretende-se ainda, neste primeiro momento, analisar as autarquias locais cabo-verdianas no actual modelo de descentralização, no que se refere às autonomias e ao tipo de relações existentes entre estas e o poder central na promoção e articulação dos projectos de desenvolvimento local.

No segundo momento, a análise centrar-se-á em estudos de caso, isto é, numa análise micro sociológica, em que serão privilegiadas duas autarquias locais, a da Praia e a do Tarrafal, analisando-as sob uma perspectiva comparada.

Pois, segundo Ruivo, (2000:15) “cada local tem uma determinada configuração sociocultural própria, a qual desagua numa também determinada cultura política e prática social própria aos seus actores mais destacados, num maior ou menor peso das sociedades locais e correspondentes elites, numa negociação da sua imagem e posicionamento, bem como, na maior ou menor porosidade das instituições político-administrativas às suas procuras de cariz público”. De acordo com esse pressuposto, e tendo em conta as especificidades de cada um desses municípios procura-se perceber: em que medida o exercício dos princípios da descentralização e desconcentração encontram a sua aplicação nestes dois concelhos; as dinâmicas das associações

comunitárias nos dois concelhos na promoção do desenvolvimento local; a relação entre os autarcas e as populações e entre os autarcas e as associações comunitárias de base e, por fim, a democracia local.

A escolha desses dois concelhos deve-se ao facto de, embora situando-se na mesma ilha (Santiago), se encontrarem distantes um do outro (cerca de 70 km), fazendo parte dos extremos, um na zona Norte e outro no Sul da ilha, possuindo características muito distintas. Por um lado, assinala-se a especificidade da Praia (no Sul), por ser o maior concelho de Cabo Verde e o mais populoso, situando-se aí a capital do país e ao mesmo tempo a sede político-administrativa, estando concentrados todos os órgãos da soberania. Contrasta por isso com o concelho do Tarrafal, um dos concelhos mais pobres do país, pequeno, com população dispersa e em reduzido número, onde as características urbanas são visíveis apenas no centro da vila, predominando os traços rurais no restante do concelho.

Definida toda a problemática, procura-se operacionalizar os problemas, formulando duas hipóteses (a primeira de carácter geral e a segunda específica), isto é, enunciados condicionais que estabelecem relações e que podem, ou não, vir a ser verificados. As hipóteses são sempre explicações possíveis do fenómeno, porque se sabe que não basta constatar determinados factos; é necessário, também, descobrir a natureza das relações que elas implicam e lhes dão uma configuração específica.

A partir dessa perspectiva assume-se a seguinte hipótese de carácter geral:

Hipótese I – O actual modelo de administração pública cabo-verdiana é mais desconcentrado que descentralizados, por isso, os eleitos locais funcionam como meros agentes de aplicação das directrizes formuladas no quadro da política da Administração Central.

A formulação desta hipótese tem a ver com o facto de vários Estados africanos após a independência terem adoptado o sistema do partido único; a defesa das suas teses da teoria da soberania nacional levou à existência de um único parlamento sem aceitar a assembleia municipal, uma vez que a existência desta implicava o parcelamento da soberania. Por isso, verificava-se uma forte concentração dos poderes políticos e administrativos na altura, fazendo com que as tentativas de reformas de administração

territorial e descentralização dessem resultados limitados. Dados estes aspectos coloca-se a questão de como é que uma estrutura que outrora foi altamente centralizada pode coexistir com um programa de descentralização do Estado, envolvendo transferência deliberada da autoridade, recursos, do Estado central para as localidades.

Dadas as características acima referidas, que distinguem os dois concelhos de forma radical, a segunda hipótese de carácter específico vai no sentido de que:

Hipótese II - O grau de descentralização é maior no município cuja proximidade geográfica é maior em relação ao centro, sendo que o mais próximo do centro devido à existência de várias instituições públicas, os serviços tendem a ser desconcentrados, limitando, com isso, a descentralização, uma vez que a pressão exercida pela administração central neste caso tende a ser maior.

A tese está dividida em duas partes, procurando transversalmente percorre-las indicando pistas de reflexão, ou seja, mais do que uma avaliação crítica, positiva ou negativa, ela pretende salientar pontos de confronto ou de consenso em relação ao tema em estudo.

A primeira parte é essencialmente teórica e está dividida em dois capítulos. No primeiro são abordados os conceitos de desenvolvimento, desenvolvimento regional, local, participativo e/ou alternativo, desconcentração e descentralização, democracia e, por fim, é evidenciada a relação entre esses conceitos em matéria do desenvolvimento local. O segundo capítulo refere-se aos outros países africanos que já viveram a experiência da descentralização. O terceiro capítulo diz respeito às opções metodológicas concebidas para a recolha das informações, bem como o método preconizado para a análise das mesmas.

A segunda parte integra a análise dos resultados da investigação e está dividida em cinco capítulos incluindo o quarto até ao nono. Assim, o quarto capítulo contém as informações gerais sobre Cabo Verde e as divisões administrativas do país; no quinto capítulo analisa-se a história do processo da desconcentração e da descentralização em Cabo Verde desde a época colonial (1462), até 1990; no sexto capítulo aborda-se o processo da descentralização ao nível da prática, ou seja, os vários aspectos do actual modelo de descentralização; o sétimo capítulo refere-se à questão das autarquias locais

no actual modelo e à relação entre o poder central e o poder local na promoção do desenvolvimento local; o oitavo capítulo trata da análise comparativa do processo da descentralização e da desconcentração nos concelhos da Praia e do Tarrafal; e, por fim, no nono capítulo analisam-se as dinâmicas da sociedade civil perante o processo da descentralização, da desconcentração e da democracia local.

CAPÍTULO 1 – Quadro teórico conceptual

Neste capítulo, pretende-se apresentar as abordagens teóricas de todos os conceitos que se julgou serem essenciais e pertinentes para a análise do tema em estudo. Assim sendo, foram seleccionados o conceito de desenvolvimento e as várias perspectivas a ele associadas, o conceito de Democracia, de Desconcentração e de Descentralização e, por fim, a relação existente entre todos estes conceitos.

1.1. A evolução do conceito de desenvolvimento

Por desenvolvimento entende-se “o processo de mudança e transformação da estrutura da sociedade que reduz a insatisfação de necessidades fundamentais da população e que aumenta a mobilização e a realização das suas capacidades, sem pôr em causa as gerações futuras”. Ou seja, “o desenvolvimento é o processo social que aumenta a oportunidade de bem-estar das populações (ao nível da satisfação das suas necessidades fundamentais e da realização das suas capacidades) e as torna acessíveis a todos no presente e no futuro” (Amaro, 2001: 193-194).

Constata-se que à volta do conceito do desenvolvimento muitas formulações têm sido feitas, quer em termos teóricos quer práticos, ao longo de muitas décadas e de modo crescente, ganhando progressivamente novos contornos. Pois, o desenvolvimento era considerado essencialmente como um processo de forte pendor económico, possível de ser avaliado através de indicadores nacionais de agregados económicos, no seio dos quais ganha maior predominância o Produto Interno Bruto (PIB). Observa-se, também, que essa acepção do desenvolvimento dependia de políticas macroeconómicas em linha recta e coordenadas por instrumentos de políticas económicas bem racionalizadas, portanto, baseadas em critérios de eficiência e de afectação óptima de recursos numa escala nacional.

Pecqueur (1987:45) argumenta que nas épocas anteriores, “para descrever e explicar os processos de desenvolvimento, a ciência económica habituou-nos a racionar com os seus instrumentos da macroeconomia e micro economia. O que interessa são as leis funcionais que fazem agir. (...) Neste quadro, é a racionalidade ou a objectividade das formas de agir que é procurada. “L’homoeconomicus” aparece como um ser

despojado de ideias e sem alento movido pelas mobilidades rudimentares e sempre capaz de adaptar-se passivamente às leis do mercado”.

Para *Stohr* (1981), isto corresponde ao contexto actual das críticas dirigidas ao modelo de conceber o desenvolvimento – o desenvolvimento a partir de cima na maior parte dos países e que requer um certo grau de centralização de decisões por parte do governo central para efeito de sua operacionalização.

Do mesmo modo, *Amaro* (2001) vê nesta perspectiva o carácter excessivamente economicista, industrialista, tecnologista, quantitativista, produtivista, consumista e uniformizador do desenvolvimento, cuja aplicação sobretudo nos países do Terceiro Mundo trouxe grandes desilusões quanto aos resultados do desenvolvimento ao nível económico, social e ambiental. O agravamento das situações de crise nesses países, na década de sessenta, veio acentuar ainda mais as críticas, levando assim à procura de novos conteúdos para o conceito de desenvolvimento, ou mesmo de conceitos alternativos.

É neste sentido que nas últimas décadas surgiu em confronto o modelo de desenvolvimento a partir de baixo, dando maior relevância às comunidades locais. No entanto, apesar de os dois modelos de conceber o desenvolvimento (a partir de cima e a partir de baixo) apresentarem características radicalmente opostas, não significa que se trate de duas vias incompatíveis. O primeiro tipo repousa em políticas de desenvolvimento nacional ou regional descendente, ou ainda em desenvolvimento a partir de cima, e conhece-se um período bastante longo de crescimento dos países. O segundo tipo de desenvolvimento é orientado no sentido de melhor se adequar a outros factores que não foi possível revelar no âmbito da concepção tradicionalista do desenvolvimento, como sejam factores que têm a ver com as características sociais, institucionais, culturais, políticas, étnicas e ambientais.

Esta nova visão de desenvolvimento surgiu com a contribuição de autores como *Pecqueur* e *Stohr*. Segundo *Pecqueur* (1987:46), “no início dos anos 80 o desenvolvimento organiza-se em torno da noção de país. Decorridos alguns anos, as violências do sistema económico dominante assentaram em vagas sucessivas, os problemas de identidade das pessoas ou das comunidades deslocadas ou destruídas. (...) Logo, uma reivindicação político-social que encontra uma saída económica no

desenvolvimento a partir da base”.

1.2. O desenvolvimento regional

Do mesmo modo observa-se que, no início, as orientações seguidas na maior parte dos países na execução de políticas destinadas a promover e desenvolver as regiões, em geral assentam nos mesmos princípios e visam alcançar objectivos semelhantes. Embora a aplicação das políticas de desenvolvimento à escala regional não disponha de um único modelo de analisar a realidade e de basear as acções que no geral, a mesma reclama. Deste modo, a expressão desenvolvimento regional confronta-se nos seus próprios termos com a ligação directa ao conceito – desenvolvimento regional. Portanto, a reflexão sobre este termo permite observar que o desenvolvimento regional se encontra cerceado de implicações, sendo umas favoráveis aos interesses concretos da preocupação com as populações locais e outras favoráveis às preocupações correspondentes à visão economicista do desenvolvimento.

Nas últimas décadas “a política económica regional sofreu uma alteração significativa. Progressivamente, foi-se abandonando a aproximação *top-down*, orientada para a redistribuição espacial da actividade económica e para a redução das diferenças regionais dos níveis de rendimento *per capita*. Simultaneamente, foi ganhando força a orientação *botton-up*, preocupada com o desenvolvimento económico das cidades e dos territórios. Esta transformação é de grande importância. Perante os desafios que a adaptação à nova dinâmica do sistema económico (crise e reestruturação produtiva) apresenta, as comunidades regionais e locais tomaram iniciativa de aumentar a eficiência dos seus sistemas produtivos. Para tal, recorreram à capacidade de desenvolvimento do território (sobretudo aos recursos humanos, à capacidade de iniciativa, à cultura e à tecnologia) para resolverem os problemas levantados pela reestruturação produtiva (aumento do desemprego e transformação cultural) (Vázquez Barquero 1995:25).

No entanto, para melhor enquadrar o significado actual de desenvolvimento regional julga-se de pleno fundamento a observação de Maillat (1995:13): “a política regional traduz-se numa procura permanente de corrigir os desequilíbrios regionais de forma a assegurar uma repartição tão equilibrada possível da população e das actividades económicas por todo o território. O objectivo principal consiste em reduzir

as disparidades regionais, medidas no geral pelos indicadores de bem-estar e do emprego. (...) Na eminência de acudir a esta situação, as políticas regionais oscilam entre políticas sociais e políticas económicas, entre igualdade e eficácia. No primeiro caso, a política regional é encarada, antes de tudo, como uma manifestação de solidariedade nacional perante os habitantes das regiões mais desfavorecidas que, por maioria de razões, torna conveniente aliviar ‘*les handicaps*’ pelas transferências financeiras destinadas, seja para facilitar a realização dos equipamentos sociais básicos, seja para promover a sua industrialização. (...) Na prática é a luta contra o desemprego e sub emprego que tem estado, na maior parte dos casos, na origem dos esforços prosseguidos em favor das regiões menos desenvolvidas. Em relação ao segundo caso, (política económica) a política regional é a expressão de uma vontade de, simultaneamente, desfrutar dos recursos nacionais.”

Constata-se que para além destas perspectivas, existem outras que se resumem em dois critérios: o primeiro distingue os factores de desenvolvimento regional endógeno e exógeno; o segundo consiste na consideração da região como área homogénea ou heterogénea. Para *Maillat*, (1995:23) as teorias que se baseiam na mobilização dos recursos endógenos da região para o desenvolvimento supõem a promoção das “capacidades endógenas de desenvolvimento de cada região em função dos seus recursos específicos”. Ainda para o mesmo autor (1995:25), as teorias que, pelo contrário, dão maior relevo aos recursos exógenos ignoram as realidades regionais, logo, acentuam mais as relações das regiões com o exterior.

Quanto ao segundo critério, decorre dos escritos de *Friedmann* (1964:28) que a tendência para considerar a região como espacialmente homogénea é característica da abordagem pelos economistas, enquanto a consideração da mesma como heterogeneidade corresponde ao modo tradicional de geógrafos e planeadores físicos de encarar o problema.

Contudo, “a emergência de novos dinamismos regionais consagra o fim da supremacia das regiões antigamente industrializadas e ilustra a poderosa força de zonas de tradição rural que, apoiando-se sobre as tecnologias e produtos novos, estão em via de fazer uma revolução à economia industrial” (*Pecqueur*, 1997:29), dando origem ao desenvolvimento local.

1.3. O desenvolvimento local

“Na realidade, o desenvolvimento local não é ‘localista’, ele apresenta uma grelha de leitura do desenvolvimento que tem intenção de aceitar uma mesma visão de organização dos homens com vista a produzir e repartir os bens materiais dentro de uma perspectiva de evolução mundial, sem se encerrar no exame à lupa das microeconomias” (*Pecqueur*, 1987:45). Assim, decorre também dos escritos de *Vázquez-Barquero* (1995:27) “uma primeira reflexão sobre as experiências europeias de desenvolvimento local [que] revela que as comunidades locais passaram por um intenso processo de aprendizagem, de adaptação e de reestruturação produtiva. (...) Em todo o caso, o que interessa é conseguir uma maior integração das economias locais na economia internacional e uma maior competitividade dos seus sistemas produtivos. A solução passa por uma reestruturação do sistema económico e por uma adaptação do modelo institucional, cultural e social de cada território às transformações do contexto em que se inserem e à concorrência”. Implica o envolvimento de diferentes actores sociais locais e o estabelecimento de relações de parceria em diferentes frentes de intervenção. Esta parceria pode estabelecer-se, também, com serviços desconcentrados da administração pública ou com actores exógenos cuja intervenção reforça o potencial endógeno.

É, por exemplo, este, o sentido que decorre dos escritos de *Pecqueur* (1987:46) que, nos últimos vinte anos, viu aparecer uma teoria dita de desenvolvimento por baixo. Ela opôs ao capitalismo dominante o potencial local de organização. Face à lógica do proveito que impõe, submete e destrói, os adeptos de desenvolvimento por baixo apresentam uma lógica de autonomia; isto quer dizer um movimento alternativo de desenvolvimento endógeno e localizado onde contam as suas próprias forças. Esta corrente de reflexão, marcada pela problemática ecologista, tem funcionado como um sinal de alarme. Ele surge contra a ditadura das grandes estruturas que esteriliza a imaginação criativa dos actores e desperdiçam o recurso humano”.

Esta nova visão de operar o desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento a partir da base, baseia-se na perspectiva de que “o crescimento económico não tem de ser necessariamente polarizado nas grandes cidades. O desenvolvimento económico pode ser difuso se utilizar eficazmente a capacidade de desenvolvimento existente no

território, como no-lo mostram os modelos de acumulação flexível. (...) A história produtiva de cada localidade, as características tecnológicas e institucionais locais e os recursos locais condicionam o processo de crescimento. Assim, para desenvolver uma localidade há que recorrer não só aos factores externos, mas também aos factores endógenos desse território. Para se utilizar eficazmente a cultura e os conhecimentos locais, o mais adequado é seguir uma estratégia de transformação progressiva que permita efectuar os ajustamentos produtivos e institucionais necessários” (Vázquez-Barquero, 1995:28).

Empiricamente, os argumentos baseiam-se nas reflexões que as práticas suscitaram sobre o desenvolvimento local. Neste sentido, “o processo de desenvolvimento local resulta da prática, das experiências acumuladas ou dos testemunhos das dinâmicas conhecidas e é um conceito que se decompõe em dez aspectos:

- Um processo de mudança, ou seja, de transformações sociais ocorridas numa determinada sociedade;
- Centrado numa comunidade territorial, que se possa reconhecer pela sua identidade e que seja mobilizável por redes de solidariedade activa;
- Que normalmente é desencadeado a partir da constatação da existência de necessidades não satisfeitas, ou seja, de ausências de bem-estar na comunidade;
- A que se procura responder, prioritariamente, a partir das capacidades locais;
- Privilegiando, portanto, a participação dos actores locais, a vários níveis e segundo diversas formas;
- Mas reconhecendo a importância da utilização de recursos exógenos, numa perspectiva de fertilização das potencialidades endógenas;
- Segundo uma lógica de integração (de interesses, actores, sectores, actividades, dimensões, critérios de avaliação, etc.), ou seja, com uma abordagem interdisciplinar;
- Implicando, portanto, redes e relações de parceria;
- Com impacto tendencial em toda a comunidade e gerando efeitos de imitação das suas “boas práticas” nela e nas zonas envolventes;
- E com uma grande diversidade de problemas, pontos de partida, soluções, ritmos, protagonistas, processos de integração, resultados, etc.” (Amaro,

1998:28).

Deste modo, propõe-se analisar estes vários aspectos nas comunidades escolhidas para este estudo, com o objectivo de perceber o quão estes aspectos estão presentes nestas comunidades e como é que algumas Associações Comunitárias de Base e outros agentes locais contribuem para a melhoria da situação de vida dos mais desfavorecidos e da comunidade em geral.

1.4. O Desenvolvimento Alternativo/Participativo

Para *John Friedmann*, “um desenvolvimento alternativo centra-se no *povo* e no seu *ambiente*, ao invés de se centrar na produção e nos lucros”. O Desenvolvimento alternativo significa “*melhorar as condições de vida e de existência da maioria excluída em qualquer das escalas global, nacional ou mesmo regional*”.

Essa melhoria significa “ter mais das coisas boas da vida, embora ao contá-las tenhamos de ter o cuidado de subtrair todas as *más* que inevitavelmente acompanham uma melhoria. Num sentido socialmente relevante, *chamar a alguma coisa melhor envolve descontar os custos sociais e ambientais do desenvolvimento*” (*Friedmann, 78-77*).

Além da preocupação com a satisfação das necessidades da maioria excluída e do cuidado com custos sociais e ambientais, para o mesmo autor, o desenvolvimento alternativo é o aumento do poder daqueles que, segundo *Korten*, são vítimas da “concentração e abuso de poder e de recursos”. O desenvolvimento alternativo vê “o desenvolvimento não apenas como uma *melhoria genuína e duradoura das condições de vida e de existência*, mas também como uma luta política pelo *empowerment* das unidades domésticas e dos indivíduos” (*Friedmann, 1996:79 -80*).

Deste modo, há como que uma linha condutora na criação de condições para o protagonismo dos indivíduos e das famílias. Essa linha passa pela participação das pessoas e colectividades nas decisões que condicionam as diferentes dimensões da sua vida e pelo reforço das suas competências o que, por sua vez, conduz ao reforço do poder e protagonismo. Trata-se de um desenvolvimento *participativo* na dimensão pessoal e colectiva.

Porém, “não são os indivíduos mas as unidades domésticas que são *pobres* e a pobreza pode ser redefinida como um estado de *disempowerment*. A questão do *empowerment* é então discutida em termos de *acesso das unidades domésticas às bases do poder social* e as implicações desta reinterpretação são delineadas para um desenvolvimento alternativo e para o papel do Estado” (Friedmann, 1996:81).

É neste sentido que se afirma que “apesar da defesa de uma política de unidades de base, um desenvolvimento alternativo necessita de um *Estado forte* que instaure as suas políticas. Portanto, um estado forte não é o que tem uma cúpula pesada e uma burocracia arrogante; é, pelo contrário, um *estado ágil e dialogante, que presta contas aos seus cidadãos, um Estado que assenta no forte apoio de uma democracia participada, em que os poderes para gerir problemas são mais bem trabalhados localmente, são entregues a unidades de governação locais e ao próprio povo, organizado em comunidades*” (Friedmann, 196:82).

Deste modo, o Estado deve apoiar-se na democracia participada com unidades de governação locais que permitam gerir localmente os próprios problemas.

A partir desta abordagem, suscitou-se o interesse de analisar o grau do envolvimento e/ou participação da população nas actividades do desenvolvimento local, bem com a forma como a mesma é envolvida, e qual a metodologia utilizada para chegar aos beneficiários de alguns projectos.

1.5. A Democracia

“Por democracia entende-se a forma de governo em que o poder é atribuído ao povo, à totalidade dos cidadãos (quer dizer aos membros da comunidade política) e que é exercida em harmonia com a vontade expressa pelo povo, nos termos constitucionalmente prescritos (...). Democracia exige exercício do poder pelo povo, pelos cidadãos, em conjunto com os governantes; e esse exercício deve ser actual, e não potencial, deve traduzir a capacidade dos cidadãos de formarem uma vontade política autónoma perante os governantes. Democracia significa a vontade do povo, quando manifestada nas formas constitucionais, deve ser o critério de acção dos governantes” (Miranda, cit. por Martins, 1999:7-8).

No entanto, é notório que à volta do conceito de democracia várias características foram sendo adicionadas em função das perspectivas concebidas. Assim, podem considerar-se as definições que incluem a democracia procedimental, a democracia liberal e a democracia social.

A democracia procedimental comporta duas dimensões: a contestação e participação. A primeira abarca a competição incerta e pacífica necessária para a regra democrática, um princípio que presume a legitimidade de alguma oposição, o direito de desafiar os governantes, a protecção à liberdade de expressão e de associação, a existência de eleições livres e justas e de um sistema político partidário consolidado. A segunda, a participação, engloba a ideia de soberania popular, que presume a protecção do direito do voto e a existência do sufrágio universal (*Dahl*, 1971, cit. por Correia, 2007:9).

A democracia liberal mantém as duas dimensões (contestação e participação), mas acrescenta referências mais explícitas à protecção de certos direitos humanos. Inclui também a dimensão institucional, que incorpora a ideia de soberania popular e as noções de *accountability* (responsabilização), o controlo dos líderes, a representação dos cidadãos e a participação universal. Ademais, a dimensão liberal de democracia compreende uma dimensão de direitos, que é assegurada pelo governo e pela lei, abrangendo direitos civis, políticos, de propriedade e de minorias.

Por fim, a democracia social mantém a dimensão institucional e legal inseridas na definição liberal de democracia, mas expande os tipos de direitos que devem ser protegidos, incluindo os direitos sociais e económicos (Correia, 2007).

Portanto, nota-se que estas três dimensões da democracia partilham alguns traços, tais como a noção de competição política e alguma forma de participação. Pois, a definição procedimental identifica os requisitos mínimos para assegurar uma participação política competitiva; a definição liberal inclui a completa protecção dos direitos civis, políticos, de propriedade e de minoria, no sentido de limitar as possíveis consequências negativas da governação democrática baseada apenas na regra da maioria; a definição social introduz protecções adicionais para os direitos económicos e

sociais, que são vistos como essenciais para a plena participação dos cidadãos nas decisões colectivas (Correia, 2007).

Todavia, a plena participação dos cidadãos nas decisões colectivas requer que o Estado promova a reforma das suas instituições e da administração do seu território, como forma de aproximar o poder de decisão a nível mais próximo dos cidadãos tendo como pano de fundo os princípios da desconcentração e descentralização.

1.6. A Desconcentração e Descentralização

A distinção entre estes conceitos revela-se muito importante, uma vez que ambos têm sido configurados como fenómenos inerentes ao processo de tomada de decisões na administração pública.

Nas palavras de *Blanc e Rémond* (1994:36), a desconcentração afigura-se um conceito engenhoso empregue para definir a reforma técnica correctiva da organização e um efeito aparente sociopolítico de falta de descentralização. Neste sentido desconcentrar consiste, portanto, em melhor repartir as acções executadas pelas administrações do Estado entre o nível nacional de concepção destas acções e o nível territorial de execução destas mesmas acções.

Neste sentido, compreende-se que, no processo de desconcentração, o Estado não partilha seu poder, mas sim, aproxima-se somente dos cidadãos criando os seus serviços especializados.

Para Caetano (1973:254), “a administração estará desconcentrada quando em todos ou alguns graus inferiores há chefes com competências para decidir imediatamente, embora sujeitos à direcção, inspecção e superintendência dos superiores”. *Vedel* (1959:416), por seu turno, chegou mesmo a caracterizar a “desconcentração como uma técnica de organização que consiste em entregar poderes de decisão a agentes do poder central colocados à frente das circunscrições administrativas ou dos diferentes serviços”.

Nota-se que a partir das perspectivas teóricas podem distinguir-se duas modalidades nos processos de desconcentração que, segundo Machado (1975:5), traduzem primeiro, “desconcentração horizontal que se verifica a nível governamental,

quando as diversas competências e atribuições da administração central são repartidas pelos vários departamentos ministeriais e pelas diversas direcções gerais e inspecções gerais dentro de cada ministério”; segundo, “partindo dessa desconcentração horizontal a nível superior, desenha-se uma desconcentração vertical para os níveis regionais e locais: os vários directores gerais delegam poderes de decisões nos seus subordinados locais ou regionais”.

A descentralização, segundo Caetano (1973:249), existe quando “certos interesses locais são atribuídos às pessoas colectivas territoriais cujos órgãos são dotados de autonomia, podendo actuar livremente no desempenho dos poderes legais apenas sujeitos à fiscalização dos seus actos pelos tribunais”. (...) Acresce ainda a este acto um “método que consiste em entregar a gestão de certos interesses ou feixe de interesses colectivos a um serviço personalizado e autónomo – isto é, a um instituto público com autonomia administrativa ou financeira, ou administrativa financeira” (Idem:252).

Para *Vedel* (1959:416), a descentralização “consiste em atribuir poderes de decisão a órgãos com natureza diferente da de simples agente do Estado não submetendo ao dever de obediência hierárquica e que, frequentemente, são eleitos pelos cidadãos interessados”. Este autor distingue dois tipos de descentralização: a territorial e a por serviços ou funções. “A descentralização territorial repousa sobre uma base geográfica e visa a criação de pessoas morais que se determine por referência a um território”; por serviços ou funções “repousa sobre uma base técnica e visa confiar a uma pessoa moral, sob a forma de estabelecimento público, uma actividade determinada” (*Vedel*, 1959:417).

Machado (1975:6 e 4) comunga essas mesmas ideias e, acrescentando-lhe mais aspectos, afirma que “a descentralização territorial em colectividades territoriais autónomas é considerada a única e verdadeira descentralização (...); corporiza-se nas Autarquias Locais, que são pessoas colectivas de população e território com fins múltiplos, isto é, pessoas colectivas que têm um substrato pessoal constituído pela comunidade de pessoas que habitam em certas circunscrições do Estado”. E a descentralização por serviços ou funções “é atribuída para uma maior adequação e eficácia da actuação do Estado no desempenho das suas atribuições, para

descongestionar os órgãos da administração central e para desobstruir os canais percorridos pelo processo da decisão, recorrendo às duas técnicas: a da «devolução de poderes», mediante a criação de pessoas colectivas de direito público (instituto público ou autarquias locais institucionais) a cada uma das quais compete o exercício de uma atribuição ou de feixes de atribuição”.

Em suma, o processo da desconcentração dá-se dentro da mesma pessoa colectiva, enquanto a descentralização se traduz na devolução de poderes entre duas pessoas colectivas distintas. No entanto, há uma necessidade de manter os dois processos em concomitância em todo território para uma maior eficácia na satisfação das necessidades das populações.

É, geralmente, aceite que as funções governamentais se dividem em três grandes grupos, nomeadamente: a estabilização macro económica, a redistribuição e a melhoria na afectação de recursos (*Musgrave*, cit. por Pereira, 1998), sendo as primeiras funções da competência do Estado e a última, que justifica a descentralização, cabendo ao poder local (Pereira, 1998).

Posto isso, pergunta-se: será a administração pública cabo-verdiana desconcentrada ou descentralizada? Em que medida ela é mais desconcentrada ou mais descentralizada?

1.7. Relação entre a democracia, descentralização e desenvolvimento local

A noção de democracia local no conceito de descentralização, é sobretudo, a ideia de um sistema de gestão política do território que deve favorecer a definição pelas populações das soluções aos problemas da sua vivência diária. Esta exigência política encontra a sua tradução jurídica na instituição do método eleitoral e no sufrágio universal. As eleições das instâncias locais pelo sufrágio universal revertem num dos princípios da descentralização, por assegurar a autonomia orgânica da colectividade local, protegendo-a contra as incursões desfavoráveis do poder central na administração das colectividades (*Mback*, 2003).

A descentralização está, portanto, associada às reivindicações das liberdades locais, liberdades que progredirão ao lado das liberdades públicas promovendo assim o desenvolvimento local.

Essa perspectiva de encarar o desenvolvimento suscita um desenvolvimento a partir de baixo que, segundo *Stohr*, supõe que o progresso económico e social decorra de decisões descentralizadas de cada comunidade, logo, de cada região segundo as dimensões espaciais no sentido ascendente para o desenvolvimento nacional. A partir disto, pode observar-se que a via de uma conciliação necessária e desejável entre desenvolvimento e descentralização passa possivelmente pelo princípio de que a autonomia das autarquias locais se traduza também num processo de intervenção no quadro do planeamento do desenvolvimento.

Assim, o processo da descentralização governamental revela-se importante no sentido em que cria condições necessárias para institucionalizar a participação dos cidadãos locais na planificação, gestão e aplicação dos projectos do desenvolvimento, promovendo assim uma maior aproximação entre as autoridades do governo e os cidadãos, fazendo com que o governo local se torne mais responsável perante as populações e que estas, conscientes dos problemas que as afectem, possam de certa forma contribuir para a redução da pobreza e para a promoção da igualdade e do equilíbrio social.

A descentralização promove a mobilização de recursos locais fornecendo um melhor sistema de coordenação, supervisão, controlo e execução dos projectos e implicando um envolvimento directo das populações na prossecução dos objectivos de desenvolvimento. Uma efectiva descentralização contribui, pois, para a manutenção da estabilidade política e da união nacional e, conseqüentemente, para o desenvolvimento, através da promoção de uma melhor representação de todos os grupos sociais na satisfação das suas necessidades, contribuindo para uma maior equidade no subsídio dos recursos governamentais e na redução das tensões sociais (*Sawadogo*, 2001).

Deste modo, pode afirmar-se que no contexto do planeamento descentralizado, cabe ao poder central propor cenários de um maior desenvolvimento que em todo o sentido revelem ser coerentes com o crescimento económico e social equilibrado de todo o território e que tudo devam fazer para se alcançar os objectivos prioritários. Por

outro lado, também, é de todo desejável que entre o poder central e as colectividades locais houvesse acções tendentes à promoção de objectivos de interesse nacional, sem que se esqueçam as reais necessidades e capacidades de cada região. Na medida em que no contexto da moderna concepção do desenvolvimento económico e social de um país, entre as técnicas de regionalização dos serviços da administração pública, a descentralização é o que mais equivale aos modelos de práticas de políticas de desenvolvimento que se querem para além dos aspectos meramente económicos, portanto, que abrangem a satisfação das pessoas na generalidade das suas necessidades, concretamente as que se prendem com os aspectos de cariz social e cultural.

Em suma, a descentralização consagra o direito de as autarquias locais territoriais administrarem e gerirem livremente os seus problemas para promover o desenvolvimento de base e a governação local. Baseia-se, por um lado, nos princípios de subsidiariedade na distribuição das competências entre o Estado e as colectividades locais e, por outro lado, na transferência dos meios e dos recursos necessários para o exercício das competências atribuídas às comunidades, nomeadamente: o ordenamento do território, a gestão do domínio fundiário e os recursos naturais, o desenvolvimento económico e a planificação, a saúde, a higiene, a educação e os serviços da água e da electricidade (*Crook and Manor: 1998*).

CAPÍTULO 2 – Experiências da descentralização nos países africanos

Neste capítulo pretende-se abordar a questão da descentralização em alguns países africanos que já tiveram essa experiência. Pretende-se também analisar algumas implicações associadas à introdução do processo nestes países.

2.1. O processo da descentralização em alguns países africanos

Segundo vários estudos, a administração das colectividades africanas passou por três períodos distintos, nomeadamente o período pré-colonial, o colonial e o pós-colonial.

Logo após a independência, a quase totalidade dos países africanos, com excepção do Senegal, adoptaram o regime do partido único (*Hugon*, trad. 2000/02).

Algumas razões explicam a rejeição de uma segunda assembleia pelos primeiros governos africanos. Por um lado, a África pós-colonial não tem conhecido o Parlamento, por isso, os políticos receavam que com a criação de uma segunda assembleia se pudesse pôr em causa a unicidade do Estado, e igualmente, fortalecer o poder executivo em detrimento do legislativo. Por outro lado, pesa o pretexto da reconstrução nacional. Sendo assim, os processos de descentralização iniciados durante o período colonial caíram num resfriamento, fazendo com que algumas instâncias locais elegidas nesse período perdessem a sua legitimidade. Igualmente, as primeiras constituições que demonstrassem qualquer diferenciação territorial do Estado foram postas em causa, asfixiando assim a emergência de qualquer poder local digno deste nome, dado o défice democrático corolário do sistema político instituído (*Mback*, 2003).

Neste sentido, algumas políticas que foram elaboradas no período após a independência serviram na sua generalidade apenas para satisfazer os objectivos de enquadramento do Estado central, sob a forma de controlo autoritário e do clientelismo. Efectivamente, as reformas dos Estados que se efectuaram na primeira fase do ajustamento estrutural perpetuaram esta lógica, fazendo surgir apenas a desconcentração devido às debilidades dos poderes públicos e, igualmente, traduziram-se numa das formas de preservar a maior parte dos seus privilégios (*Mback*, 2003).

No entanto, estas reformas foram motivadas pela convergência de dois factores: por um lado, as forças internas africanas e, por outro, a comunidade internacional, nomeadamente, o BM (Banco Mundial) e o FMI (Fundo Monetário Internacional).

Ao nível interno, os países africanos na década de 80 viram-se confrontados, por um lado, pelas crises económicas e políticas devido à falha do sistema centralizado do sector público que, por sua vez, conduziu às crises económicas, fiscais. Por outro lado, estes regimes foram contestados cada vez mais por uma sociedade civil em plena emergência. Esta, aspirando ao pluralismo político, traduziu as suas reivindicações rapidamente em questões políticas e territoriais, requerendo com isso uma nova divisão do poder entre o Estado e os actores locais, com base no território (Idem).

Ao nível externo, o processo foi motivado pela euforia do ‘estado desenvolvimento’, conforme concebido pela escola da modernização nos anos 60 e pelo Neo-Marxismo nos finais dos anos 70 (Olowu e Wunsch, 2004:31), isto é, a tendência de pensamento que concebe a aproximação ao método *down-up* e que preconiza as questões da democracia e do desenvolvimento a partir da base local (Idem), na medida em que a aplicação do método *top-down* (desenvolvimento a partir de cima) na Europa Oriental (antiga União Soviética) se traduziu num colapso desse sistema. Neste sentido, as demandas das agências fornecedoras da ajuda (as instituições de *Bretton Woods*, Banco Mundial e FMI) aos estados receptores constituíram meios para a realização das reformas administrativas nos estados africanos.

Assim sendo, “os Estados africanos, na década de 80, em situação de falência financeira, desestabilizados pelas crises sociais e políticas profundas, adoptaram à pressa os esquemas (concebidos nos países do Norte)”, de uma descentralização para a qual não estavam, geralmente, preparados (Billaz, 2003:173-174); isto é, viram-se “obrigados a recorrer à ajuda externa fornecida pelas referidas instituições para o ajustamento estrutural” (Mback, 2003:32). Foi então que “as reformas institucionais visaram a criação de um espaço jurídico que garanta os contratos, favoreça os direitos de propriedade e permita uma boa governação. A privatização conduziu a um descomprometimento do Estado face à esfera produtiva. Surgiram transferências de soberania a níveis infra-nacionais (descentralização) e supra-nacionais” (Hugon, 2000/03: 40).

Contudo, a verdadeira descentralização efectivou-se na generalidade dos países africanos na década de 90 (“com excepção do Senegal em que, desde os anos 1970, tinham sido criadas as colectividades locais rurais, Camarões”, *Côd'Ivoire*), (*Mback*, 2003), como expressão das liberdades locais, em que a eleição das autoridades locais pelo sufrágio universal constituiu um elemento associativo da descentralização e da democracia local, promovendo assim a *accountability* e a transparência. Neste sentido, a descentralização democrática foi vista como um dos elementos chaves da boa governação e, conseqüentemente, da promoção dos direitos humanos (*Olowu e Wunsch*, 2004).

É então que o desenvolvimento passa a ser pressionado a partir da base comunitária, ou seja, a participação das populações na elaboração das políticas públicas passa a traduzir-se num imperativo fundamental, na medida em que estas conhecem melhor os problemas que atingem as suas vidas diárias.

A evidência empírica demonstra que a descentralização nesta época foi significativamente mais substancial do que na primeira fase. Pois, num estudo em seis países da África Subsaariana elaborado pelos países doadores (a associação nacional de autoridades locais da Dinamarca e o Banco Mundial), constata-se que “a descentralização provou ser um mecanismo crucial na resolução do conflito em diversas partes do continente africano (*Idem*, 50-52), sobretudo nos “países com histórias de tensões derivadas de diferenças linguísticas, religiosas ou etno/tribais, que por vezes adoptaram o sistema federal para a governação nacional como o mais apropriado para manter a harmonia nacional” (PNUD & CEA). São os casos da Etiópia, Uganda, África do Sul, Mali, Níger e Camarões, cuja iniciação da descentralização foi motivada por uma vontade dos actores políticos devido a um passado de revolta política. Igualmente, no Benim, no Burquina-faso e no Gabão a descentralização foi um elemento na solução das crises políticas, embora os conflitos não tivessem atingido amplitude de guerras civis (*Mback*, 2003).

Outros países, nomeadamente Moçambique, Mauritânia, Zimbabwe e Cabo Verde vêem a descentralização como uma solução não só para o aumento da capacidade do Estado, como também para acelerar o desenvolvimento local e, igualmente, como

uma forma de fazer ouvir melhor a voz da população pobre e aumentar a sua participação no prosseguimento da luta contra a pobreza (PNUD & CEA).

No entanto, a descentralização demonstrou ter uma aplicação e um êxito limitado em África (com a excepção do Uganda que demonstrou um empenho político de alto nível um aspecto positivo visível) (Idem).

Várias razões explicam esse facto, nomeadamente a relutância das autoridades dos governos centrais em acolher a vontade popular; o receio em entregar às estruturas de poder local determinados poderes, autoridade e recursos, como forma da consolidação da tradição democrática ao nível das organizações populares de base (Idem); a questão da integração dos chefes tradicionais; o problema das elites locais; e, por fim, as questões estruturais dos países (recursos humanos, técnicos e materiais).

É de salientar que em África existiam e continuam a existir uma série de organizações formais e informais que fazem parte dos sistemas locais, nomeadamente as autoridades tradicionais que no período pré-colonial desempenhavam um papel muito importante ao nível da administração local e da regulação social. Por exemplo, no *Bamileques* dos Camarões, as chefaturas¹ possuíam um poder político forte² (Rivière, 2000:132).

O processo de colonização, com a sua organização e as suas coacções, agiu em alguns países como força destruidora dessas unidades políticas tradicionais, modificando o modo de organização civil e transformando-o em problemas burocráticos de administração colonial. Afectou, também, o prestígio dos chefes, dada a desapropriação de grande parte do seu papel de árbitro e ao enfraquecimento da sua posição económica (Rivière, 2000).

Contudo, em alguns países onde os recursos humanos se revelaram insuficientes, a administração interna traduziu-se numa aliança com as populações locais. Assim, “procuraram as personalidades que mais se aproximavam da administração colonial,

¹ *Chefaturas* são comunidades de base regional, não puramente clânica, sujeitas à autoridade de um representante especializado na direcção dos negócios colectivos e num papel de regulação social.

² Algumas resultantes da desagregação do sistema estatal (*chefaturas malinqués* saídas do império do Mali; *chefaturas ruzis*, saídas do *Monomotapa*), outras mais democratas, na medida em que o chefe é antes o mandatário das famílias (*Mangbetus*, *Guros*) (Rivière, 2000:132).

com as quais o diálogo era possível e que fossem, em simultâneo, representantes do poder tradicional” (Carvalho, 2003:10), para desempenhar o papel de interlocutores e/ou intermediários, mas destituídos de poderes. No entanto, após a descolonização com as reformas administrativas implementadas, sobretudo na África Ocidental, os chefes locais foram substituídos pelos funcionários administrativos, indivíduos que faziam parte da elite nacional escolarizada (Bayart, 1989 cit. Por Carvalho, 2003).

O advento da descentralização, como processo de regresso ou de transferência de poder à base, traduziu-se numa ocasião de ressurgência dessas formas de organização das populações que têm sempre presente a sua história social, os seus costumes, nunca verdadeiramente apagados do memorial colectivo. Deste modo, as coincidências e as sobreposições entre distrito administrativo, a colectividade local e a colectividade tradicional são tantas ocasiões de colisão entre poderes modernos e tradicional. Pois, vários países africanos com o processo da descentralização marginalizaram essas formas tradicionais de organização sociopolítica, substituindo-as pelo princípio da livre administração, reservando às autarquias locais o monopólio da administração local (Mback, 2003:302).

Entretanto, as autoridades tradicionais, em inúmeros países, aproveitaram a ocasião dos movimentos de reivindicações democráticas para solicitar a consideração dos seus interesses estatutários nas reformas institucionais que seguiram (Idem). No entanto, “poucos países fizeram a sua integração na administração local, são os casos de Camarões, Gana e Níger” (Mback, 2003:339). Segundo Carvalho (2003), na Nigéria e Camarões os chefes foram enquadrados na nova organização, mas destituídos do poder político, ou seja, foram reconhecidos apenas os patrimónios ou prestígios simbólicos que possuíam.

O caso de Moçambique, em que os chefes tradicionais tiveram uma forte legitimidade em termos das suas funções como intermediários do Estado, muitas vezes gerou controvérsia, no sentido em que estes nem sempre estiveram de acordo com a política do partido no poder e nem sempre os seus interesses reflectiram necessariamente as demandas da comunidade em geral (Jocelyn Alexander, 1997, cit. Por Mback, 2003). Entretanto, esse facto explica-se pelas profundas crises de autoridade

que a sociedade moçambicana experimentou no passado, o que tem repercutido ao nível das práticas das relações do poder.

Actualmente, apesar do reconhecimento da diversidade das organizações de solidariedade tradicional, o problema coloca-se, portanto, na forma como serão integradas nas estruturas de administração moderna. Na medida em que as novas autoridades locais não substituem os antigos dispositivos de poder que, muitas vezes, se sobrepõem (*Yves Prats e Etienne Roy, cit. por Mback, 2003*).

Portanto, em vários países, isto constitui ainda um dilema a ser resolvido, por se tratar de um problema de identidade colectiva local e ao mesmo tempo da conquista do poder político por parte dos chefes tradicionais, como forma da afirmação da autonomia local face ao poder central e, conseqüentemente, do acesso ao controlo dos recursos públicos.

O problema das elites locais em África é também um dos aspectos que condiciona o processo da descentralização em alguns países africanos, pois vários autores comprovaram este processo que se reverteu, não raras vezes, na criação de oportunidades para “reforçar o poder das elites locais piorando assim as desigualdades espaciais” (PNUD & CEA, 2002). Em 1970 e 1980, Zâmbia, Tanzânia, Uganda, Quênia, Nigéria, e Ghana constituíam o grupo de países onde esses aspectos eram mais notáveis. Segundo *Sawadogo (2001)*, a descentralização nestes países constitui uma invenção que serve como forma de manter ou reforçar e perpetuar a posição dos detentores do poder, promovendo assim a “criação de novas elites do poder”, sem nenhuma noção de responsabilidade pública. Deste ponto de vista, o autor vê a descentralização em África como um espaço não democrático, processo favorável à acumulação do capital.

É neste sentido que no Gana *Rawlings* experimentou, embora sem sucesso, a instauração de uma democracia local comunitária que excedeu a simples ideia de uma forma de participação popular e se tornou igualmente num meio de destruição activa do elitismo dos sistemas políticos precedentes. Dar o poder às comunidades locais "forjaria uma nova ordem política que tem os seus fundamentos na governação local" (*Toulabor, 2000:105*).

Outros aspectos, se calhar os mais decisivos, relacionam-se, por um lado, com as questões da política externa, na medida em que em África a implementação do projecto da construção do Estado-Nação de acordo com os princípios europeus se revelou uma questão complicada, dada a história do continente, uma vez que passou por vários séculos de rompimento económico causado pela escravidão e seguido pelo colonialismo. Por outro lado, relacionam-se com a desadequação entre as aspirações do estado e a capacidade dos recursos administrativos; a dependência produzida pelo colonialismo e a incapacidade destes países de atrair capital internacional. Por fim, os estados africanos são quase todos institucionalmente fracos, fragmentados etnicamente, pré-capitalistas e somente envolvidos perifericamente na economia global (Olowu, 2004).

É neste sentido que muitos especialistas reconhecem que poucos países africanos tiveram um crescimento sustentado com a aplicação do processo da descentralização. Às várias razões acima evocadas acrescenta-se ainda a questão da estratégia política, que é muitas vezes mal adaptada, a questão da participação das populações na elaboração dos projectos que se relacionam com eles, o desperdício dos recursos, a má gestão e o ambiente político (falta total de democracia) (Condé, 2003:250).

Outros factores ainda são de considerável destaque como, por exemplo, os problemas estruturais que a maioria destes países enfrenta, ou seja, os relacionados com os processos administrativos, nomeadamente, a descentralização fiscal e a descentralização dos recursos humanos.

A descentralização fiscal, em geral, implica a devolução do poder às autoridades governamentais locais independentes, a quem, por seu lado, são confiados os poderes e a amplitude de acção para determinarem o nível e a qualidade dos serviços a serem fornecidos, a maneira como estes serviços devem ser prestados e a fonte e os fundos para financiar a prestação desses serviços (PNUD & CEA).

A África enfrenta muitos obstáculos no campo da descentralização fiscal. As iniciativas de descentralização em África, regra geral, não conseguiram gerar o efeito desejado principalmente devido ao facto de os recursos fiscais necessários não terem sido transferidos do centro ao mesmo tempo que o poder; as funções, a autoridade e as

responsabilidades foram devolvidos e/ou desconcentrados, sem terem em conta os recursos disponíveis (Idem).

A maioria dos países africanos têm falta de quadros gestores, administrativos, financeiros, qualificados para assumir as funções devolvidas. Existe uma grande diferença entre as autarquias rurais e urbanas em termos de recursos humanos qualificados, particularmente na área de gestão financeira, o que complica o processo da descentralização fiscal. A falta de profissionais qualificados é muitas vezes agravada pelo fornecimento excessivo de pessoal sub-qualificado. Este problema é particularmente prevalente nestes países africanos em que os serviços públicos são vistos como um gerador de oportunidades de emprego mais do que um fornecedor de serviços (Idem).

Realça-se a fraqueza das instituições do governo central especialmente no que diz respeito à aplicação de procedimentos contabilísticos correctos e à fiscalização oportuna e acompanhamento das recomendações das auditorias ou fiscalizações (Idem).

No entanto, as fraquezas administrativas associam-se à falta de um sistema de contabilidade financeira adequado, frequentemente exacerbado pelas fraquezas financeiras, provocando assim uma gestão financeira e orçamental deficiente e incapaz de manter o controlo dos processos orçamentais, revertendo-se, frequentemente, numa má gestão. Consequentemente, os erros graves da gestão dos recursos financeiros induzem aos problemas da fraude, desvios e corrupção (Idem).

Estes problemas constituem desafios para os Estados em desenvolvimento, dada a ausência de mecanismos para garantir a responsabilidade na gestão do sector público, pois as instituições e os quadros legais necessários para promover a tal responsabilidade ainda estão subdesenvolvidos, por isso não estabelecem regras claras para punir os infractores (Idem).

É evidente que embora haja esforços, em alguns países africanos, no que concerne ao reforço das funções de planeamento tanto do governo central, como no local, principalmente no contexto dos sector dos serviços e dos programas de reformas dos serviços do sector civil e público, ainda há muito a fazer para consolidar a

capacidade dos municípios de expandir e/ou de aumentar as sua actual base de receitas (Idem).

Pois, um dos principais problemas é que a base fiscal e os poderes fiscais que são delegados ou devolvidos aos organismos locais são extremamente limitados, estáticos e são muitas vezes politicamente difíceis no que toca a assegurar o seu cumprimento. A introdução de taxas de utilização tem sido um dos desafios centrais da geração de receitas na média das autoridades locais nos países africanos. Nestes países o acesso directo a um certo número de fontes fiscais ou não fiscais diversificadas de receitas tem sido facilitado quer através da legislação, quer através do reforço das capacidades, isso conseguiu gerar receitas anuais regulares para os municípios. Mas também haverá a necessidade de uma consciencialização da população sobre a importância do pagamento de serviço, uma vez que tal seja um dos requisitos para a entrada do sector privado no fornecimento de serviços sociais, proporcionando com isso a uma maior arrecadação das receitas fiscais por parte dos municípios, com vista a uma maior autonomia fiscal (Idem).

Contudo, a questão da autonomia fiscal parece trazer novos desafios no campo da coordenação e harmonização fiscal, um fenómeno que exige uma série de reflexões na maioria dos países africanos. Seja qual for o seu objectivo, a autonomia fiscal deve ser capaz de permitir a cada nível do governo financiar o seu próprio orçamento com um controlo mínimo (Idem).

Vários países africanos têm ainda um longo caminho a percorrer para uma descentralização significativa, isto é, a redefinição das suas políticas públicas, nomeadamente a adopção de uma política de descentralização corporizada nas autarquias locais, como forma de acelerar o seu desenvolvimento económico e social e de dar aos programas um efeito duradouro.

Porém, os que possuem problemas crónicos ainda têm tarefas acrescidas, por um lado, a reestruturação dos serviços da administração pública e o aumento da capacidade local, de acordo com as exigências do programa de reforma do sector público normal e, por outro lado, uma maior coordenação das políticas de desenvolvimento entre os dois poderes. Caso contrário, o ritmo no processo da descentralização, revelar-se-á indesejável.

CAPÍTULO 3 -Estratégia Metodológica

Neste capítulo pretende-se abordar os vários aspectos metodológicos concebidos para a concretização do estudo proposto.

O momento de delinear a estratégia metodológica é sempre bastante decisivo em qualquer trabalho de investigação, tanto mais porque os limites do conhecimento são qualitativos e a precisão dos contornos do universo social em análise são limitados, sendo os objectivos em si mesmos reais, assim como a relação entre eles (Santos, 1987). Foram, pois, necessárias diversas formas de aproximação e “diálogo” com a realidade, conscientes de que hoje em dia o princípio da dúvida norteia mais do que o da certeza e de que a acumulação indutiva de provas norteia a construção do novo conhecimento: “a reflexividade da modernidade frustra a certeza do conhecimento mesmo nos domínios centrais das ciências naturais”(Giddens, 1994:18).

Não é de estranhar que a primeira aproximação ao tema deste trabalho tenha tido uma forte dose de afectividade, por ser um tema relativo ao meu país, e ao mesmo tempo muita curiosidade e muita dúvida, por estar longe há alguns anos e dadas as transformações ocorridas no país na última década, o que de certa forma implicou um reconhecimento sobretudo no que se relaciona com a vida política do mesmo.

Contudo, a questão da afectividade em relação ao tema que se escolhe constitui um problema muito debatido pelos cientistas sociais de ideologia positivista do século XIX, pois estes reclamavam para as ciências sociais os mesmos critérios adoptados pelos cientistas nas ciências Físico-Matemáticas. Consideravam que a relação de afectividade e de proximidade do cientista ao objecto de estudo podia pôr em causa a objectividade e a validade do trabalho científico, dada a referência aos valores que os cientistas sociais atribuem aos fenómenos que estudam, o que muitas vezes pode trazer uma certa dose de subjectividade ao fenómeno em estudo.

Entretanto, com as contribuições do cientista Max Weber, todo esse impasse foi resolvido, pois, para o mesmo autor, “a referência aos valores é um postulado do processo científico que permite compreender o real social”, portanto, cabe ao “cientista em todo o momento indicar claramente onde e quando acaba a investigação e começa a

falar o homem de vontade, onde e quando os argumentos são dirigidos ao entendimento ou ao sentimento” (*Max Weber*, cit. por Casal, 1996:30).

Porém, segundo Casal (1996:30), “a referência aos valores atribuídos pelo cientista aos fenómenos sociais que estuda, é uma pré-condição e um critério a ter em conta no processo do conhecimento científico”, na medida em que os fenómenos sociais são produtos dos processos sócio-culturais. Para o mesmo, os valores individuais, as concepções culturais do mundo, os imperativos éticos, os ideais e as valorações concretas que decorrem dos fenómenos sociais em estudo não são suficientes para pôr em causa o valor científico de uma análise teórica, no sentido em que a objectividade e a validade científica são garantidas através dos dispositivos lógicos e metodológicos (Idem).

Sendo assim, lancei-me então em toda uma série de intervenção como forma de me aproximar do objecto de estudo mas, no entanto, nesta fase parecia ainda um «caos original» (*Quivy*, 1998), ou seja, sabia que queria estudar um determinado problema mas dada a natureza do objecto de estudo e a própria configuração do país, por ser um arquipélago, constituía um problema. Isto é, a pesquisa estender-se-ia a todas as ilhas ou debruçar-se-ia apenas numa?

Era, pois, urgente a delimitação do campo de investigação, dado o tempo que se tinha disponibilizado para o trabalho no terreno e pelo custo que o mesmo acarretava. A resposta a tal urgência e a consequente delimitação do campo de análise vieram a ser, afinal, proporcionadas pela escolha apenas da ilha de Santiago, privilegiando duas câmaras, uma no Norte de país e outra no Sul, dadas as características já referidas na parte introdutória. Estando assim delimitado o campo de intervenção, cabia agora especificar o objecto de estudo, o qual foi dividido em dois momentos: primeiro, um de carácter geral, isto é, perceber o processo de descentralização e da desconcentração no actual modelo da Administração Pública Cabo-verdiana; num segundo momento, analisar a concretização desses processos nos concelhos da Praia e do Tarrafal.

Tendo em conta o tema proposto privilegiou-se, embora sem descurar outras metodologias, a análise documental e a metodologia intensiva.

A análise documental foi a primeira a que recorri, pois “de uma maneira ou de outra, não existe investigação sem uma análise documental” (*Albarello*, 1997: 15), isto é, foi feita uma revisão das bibliografias referentes ao tema em questão.

Esta análise apresenta-se como um método de recolha e de verificação de dados, podendo ser definida como “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência” (*Bardin*, 1997: 45).

No entanto, essa técnica não foi exclusiva à primeira fase, pois foi utilizada ao longo das outras fases como um complemento à investigação.

No segundo momento recorreu-se à metodologia qualitativa utilizando, para tal, o método intensivo, que permite obter um conhecimento profundo da realidade em estudo, permitindo explorar os vários aspectos que compõem o fenómeno social em causa.

De entre as várias técnicas do método intensivo privilegiou-se a técnica de entrevista, que se caracteriza pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interacção humana, isto é, promove um contacto directo entre o investigador e os seus interlocutores. Esta técnica pode, portanto, ser definida como “um processo de interacção social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objectivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (*Haguette*, 1990: 75).

Para tal, elaboraram-se três guiões de entrevistas com várias questões, como forma de recolher o máximo de informação necessária para efectuar análise. Um de carácter geral, dividido em quatro subtemas: primeiro, as questões relacionadas com o actual modelo de administração no que se refere ao processo da descentralização e desconcentração; segundo, o processo da regionalização em Cabo Verde; terceiro, a relação entre o poder central e o poder local em Cabo Verde e, por último, o processo da democracia em Cabo Verde.

Em relação aos autarcas dos dois concelhos, para além das questões de carácter geral acima referidas, o guião continha as questões relacionadas especificamente com os

concelhos, com as actividades dos autarcas e com as relações entre os autarcas e as respectivas comunidades.

Relativamente às associações comunitárias, o guião incluía questões relacionadas com as actividades das mesmas, com a relação entre estas e os autarcas e a democracia cabo-verdiana.

Apesar de, *a priori*, terem sido seleccionados os indivíduos que iam fazer parte da amostra, o contacto com os mesmos não se revelou uma tarefa fácil, por isso nem todos que se tinham sido seleccionados foram entrevistados. Por um lado, devido à ocupação profissional de alguns destes indivíduos, por serem pessoas muito ocupadas e solicitadas (o actual Primeiro-ministro, o actual Presidente da Câmara Municipal da Praia e o presidente da Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde), por outro lado, devido à ausência do país de alguns dos observadores privilegiados, como o antigo Presidente da Câmara Municipal do Tarrafal. É nesta perspectiva que se considera que isto constitui uma das desvantagens inerentes à técnica da entrevista, no sentido em que “a selecção dos entrevistados não deve ser aleatória, ou seja, não pode obedecer aos parâmetros da amostragem probabilística. Embora a montagem do universo-listagem dos actores que poderão fornecer contribuições úteis ao desenvolvimento de certos temas seja fundamental, sempre existem algumas personagens cuja contribuição é imprescindível, daí a sua inclusão na lista de entrevistados ser intencional” (*Haguette*, 1990:83-84). Neste sentido, os indivíduos que se pretendia que fizessem parte da amostra deveriam possuir um certo perfil, neste caso, deveriam ser aqueles que supostamente possuem uma larga experiência sobre o tema em estudo, dadas as suas ocupações profissionais.

Contudo, conseguiram realizar-se entrevistas a uma certa diversidade de pessoas, que foram divididas em duas categorias – os actores principais e os observadores privilegiados. Os primeiros são indivíduos cuja ocupação profissional está directamente associada ao tema, nomeadamente, o presidente da Câmara do Tarrafal, o Ministro da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território ou o Director Geral da Administração local.

Considerou-se também como sendo actores principais, o antigo Primeiro-ministro (Doutor Carlos Veiga), o Presidente do Conselho da Administração da Estação e Valorização Ambiental, por serem pessoas que fizeram parte do colóquio realizado em Cabo Verde sobre o processo da desconcentração e da descentralização.

Os observadores privilegiados incluem um constitucionalista e um Doutorando em Administração Pública em Cabo Verde, o primeiro por ser jurista e o segundo por ser um investigador e perito no assunto; o Antigo Presidente da Câmara Municipal da Praia, por ser um indivíduo que já passou pela experiência da presidência da câmara e, por último, a directora do Gabinete do Planeamento Estratégico da Câmara Municipal da Praia, sendo uma funcionária com larga experiência em gestão camarária, desde 1981.

Também foram entrevistados alguns representantes das Associações Comunitárias de Base dos dois concelhos pelo facto de estes se relacionarem com as instituições camarárias para a concretização dos projectos de desenvolvimento local. Por último, foi entrevistado o presidente do *Citi Habitat*, um dos representantes das ONG's em Cabo Verde, por ser uma pessoa com experiências sobre as associações em Cabo Verde.

A selecção das associações foi feita com base em critérios de proximidade ou de distanciamento em relação à sede dos respectivos municípios e ao tempo em que as mesmas foram fundadas. Assim, no concelho da Praia privilegiaram-se quatro associações, dispersas uma das outras, ou seja, nas zonas do Pensamento, Achada Santo António, Ponta de Água e Várzea. As três primeiras foram fundadas na década de noventa e a quarta, a mais antiga, em 1982.

No concelho do Tarrafal escolheram-se inicialmente quatro associações, todas fundadas na década de noventa. Uma com sede na vila do Tarrafal (Associação *Fidjus di Bibinha* Cabral), outra em Chão Bom (Associação Cívica de Chão Bom) e duas na zona rural: uma em Achada Longueira e outra na Ribeira das Pratas, situadas a uma distância de 8 e 10 km, respectivamente, em relação à vila. Surgiu depois uma quinta, por ser uma das associações mais antigas no concelho, ou seja, fundada em 1976, e por se ter revelado pertinente dada a sua longa experiência da vida associativa, deste modo contribuindo bastante para o esclarecimento de algumas questões importantes.

As respectivas entrevistas foram realizadas desde meados do mês de Julho até finais de Agosto de 2007.

Privilegiou-se a entrevista semi-directiva de modo a obter uma panóplia de respostas relativas ao tema. Como forma de captar melhor as informações, antes da realização das entrevistas, foi pedida autorização para a gravação áudio, para posteriormente serem transcritas na íntegra.

Assim sendo, os entrevistados pronunciaram com toda a vontade as suas experiências e opiniões, o que proporcionou a identificação da homogeneidade ou heterogeneidade de reacções face ao problema em estudo e que, por sua vez, abriu um leque de questões que poderão ser estudadas e reflectidas posteriormente.

Após a recolha das informações, procedeu-se ao tratamento dos dados recorrendo à análise de conteúdo, por ser “uma técnica para fazer inferências por identificação sistemática e objectiva das características específicas de uma mensagem, (...) [e] um conjunto de técnicas utilizadas para o tratamento dos materiais linguísticos” (Moscovici, 2002).

A análise de conteúdo é hoje uma das técnicas mais comuns na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais, no sentido em que permite fazer uma descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tendo por objectivo a sua interpretação. Por isso, procurou-se descrever o conteúdo de forma objectiva, sistemática e quantitativa, em função dos objectivos pretendidos e das hipóteses inferidas inicialmente.

De acordo com o autor Jorge Vala, “a finalidade da análise de conteúdo será pois efectuar inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas”.

Deste modo, os conteúdos foram, na sua generalidade categorizados em dois pólos dicotómicos, isto é, as opiniões contra e as a favor relativamente ao tema analisado.

No entanto, como não se conseguiu entrevistar todos os indivíduos que se pretendia, sobretudo, o actual presidente da Câmara da Praia, e como as suas opiniões faziam muita falta, especificamente, para a segunda parte do estudo, optou-se por aproveitar algumas informações contidas na sua obra *Combate por Cabo Verde*, 2007, bem como as respostas a algumas entrevistas proferidas pelo mesmo nas revistas da Câmara Municipal do mesmo concelho.

No entanto, essas informações não se revelaram suficientes, pelo que em algumas partes da análise se deu preferência apenas ao que se dispunha detectando-se, por isso, um certo enviesamento nos resultados da pesquisa.

Dada a técnica de entrevista privilegiada (semi-directiva), surgiram algumas dificuldades na análise, ou seja, na selecção de respostas mais adequadas, na medida em que, como as entrevistas foram abertas, os entrevistados expressaram-se com toda a vontade e, em certos casos, repetiam as mesmas respostas em diferentes questões.

Para além do conteúdo das entrevistas, analisaram-se também artigos de jornais, documentos oficiais tais como os programas do governo, Boletim Oficial, os comunicados apresentados no colóquio sobre a descentralização e desconcentração em Cabo Verde, bem como as revistas das Câmaras Municipais em estudo.

CAPÍTULO 4 – Informações gerais sobre Cabo Verde

Neste capítulo analisam-se os vários aspectos do país sob o ponto de vista geográfico, político, social, económico, bem como as divisões administrativas desde a altura da independência até à actualidade.

4.1 Situação geográfica

Cabo Verde situa-se em pleno Oceano Atlântico, aproximadamente a 455 km da costa do Senegal e a 1400 km das Ilhas Canárias. Pertence ao conjunto da Macaronésia, constituído pelos arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias. Cabo Verde é um arquipélago constituído por 10 ilhas, das quais nove são habitadas, uma desértica (a ilha de Santa Luzia) e 13 ilhéus, com uma superfície emersa de 4.033 Km². O arquipélago encontra-se dividido em dois grupos, Barlavento e Sotavento de acordo com a sua posição em relação à direcção do vento dominante de Nordeste³.

4.2 Situação Política

Cabo Verde tornou-se um país independente a 5 de Julho de 1975, foi governado pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGV) durante 11 anos, sob o regime do partido único. Em 1981, com o golpe de Estado na Guiné-Bissau, houve separação ao nível político entre estes dois países, o que alterou a sigla para Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV). No entanto, o regime político continuou até 1990, data em que se deu a abertura ao multipartidarismo, e em 1991 ocorreram as primeiras eleições democráticas vencidas pelo Movimento Para a Democracia (MPD), na maior tranquilidade.

Após dez anos, operou-se uma segunda alternância e, desta vez, o PAICV voltou ao poder. Actualmente, o Presidente da República é o Comandante Pedro Verona Rodrigues Pires e o Primeiro-ministro José Maria Neves.

O regime é Parlamentar, composto por 72 deputados, 41 deles pertencentes ao partido que governa e os restantes à oposição parlamentar que actualmente integra dois partidos: o MPD, que já governou o país com 29 deputados, e dois da União Cabo-

³ <http://www.sia.cv/arquipelagopt.html>

verdiana Independente e Democrática (UCID)⁴. Existem ainda mais 3 partidos: o Partido da Convergência Democrática (PCD), o Partido do Trabalho e da Solidariedade (PTS), e o Partido da Renovação Democrática (PRD), os quais nas últimas eleições não conseguiram eleger nenhum deputado.

O Estado Cabo-verdiano é um Estado de Direito Democrático, cujos princípios vêm expressos no Artigo 2 da Constituição, isto é, “1. a República de Cabo Verde organiza-se em Estado de direito democrático assente nos princípios da soberania popular, no pluralismo de expressão e de organização política democrática e no respeito pelos direitos e liberdades fundamentais. 2. A República de Cabo Verde reconhece e respeita a organização do poder político e a natureza unitária do Estado, a forma republicana de governo, a democracia pluralista, a separação e a interdependência dos poderes, a separação entre as Igrejas e o Estado, a independência dos Tribunais, a existência e autonomia do poder local e a descentralização democrática da Administração Pública” (Constituição da República de Cabo Verde, 1999:8).

Deste modo, a constituição traduz-se numa ordem jurídica fundamental, no sentido em que todos os actos do Estado a ela se vinculam, pois “não pode ser afastada desta, quaisquer que sejam os pretextos. Consagra-se ainda a reserva normativa de certas matérias à própria Constituição (órgãos de soberania e respectivas atribuições pela própria lei fundamental e competências, restrição dos direitos, liberdades e garantias pela Constituição ou por lei mediante autorização legislativa)” (Martins, 1999:4).

4.3. A População

País de emigração, Cabo Verde é um caso raro a nível mundial, pois existem mais cidadãos a residir no estrangeiro (cerca de 520 mil), do que no arquipélago, sendo a maior parte dos emigrantes residentes no hemisfério Norte (EUA e União Europeia, sobretudo, em Portugal).

4

http://www.vozdipovoonline.com/conteudos/cabo_verde/assembleia_nacional_aprova_programa_do_governo/

Quanto à população residente no país, entre 2000 e 2006, apresentou uma taxa de crescimento médio anual (TCMA) de 1.8%, ascendendo, em 2006, a 487.118 mil habitantes, com uma densidade demográfica de cerca de 122 habitantes por Km². No entanto, verifica-se uma acentuada assimetria em termos da distribuição da população a nível do território nacional, sendo a ilha de Santiago a mais povoada com cerca de 56% da população de Cabo Verde. Seguem-se-lhe as ilhas de São Vicente com 16% da população, de Santo Antão e do Fogo com 10 e 8% da população residente e do Sal, a quinta ilha mais povoada de Cabo Verde, com cerca de 4% (Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, 2006). Em 2006, os agregados familiares eram constituídos, em média, por 4,9 membros (5 no meio rural e 4,5 no meio urbano), com uma Fertilidade Média de 3,38 nascidos por mulher⁵.

A população cabo-verdiana é uma população muito jovem, pois cerca de 60% dos indivíduos tinham idade inferior a 25 anos em 2006. A maioria (57%) pertence à faixa etária dos 15 aos 64 anos, 36% têm idade inferior a 25 anos e apenas 7% têm mais de 65 anos.

Achou-se pertinente analisar o indicador de bem-estar da população cabo-verdiana, o qual é designado por IDH (Índice do Desenvolvimento Humano).

O IDH, é um índice compósito que mede a realização média de um país em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: (i) uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença; (ii) conhecimento medido pela taxa de alfabetização de adultos (com ponderação de dois terços) e pela taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (com ponderação de um terço); (iii) um nível de vida digno medido pelo PIB *per capita* (dólares PPC) (*United Nation & INECV, 2007:57*).

Deste modo, analisa-se a situação da população cabo-verdiana ao nível da Saúde, Educação, Economia e Pobreza.

⁵ [http://www.bes.pt/SiteBES/cms.aspx?srv=207&stp=1&id=135787&fext=.](http://www.bes.pt/SiteBES/cms.aspx?srv=207&stp=1&id=135787&fext=)

4.4. A Saúde

São sem dúvida notáveis os ganhos a nível da saúde, nos últimos anos em Cabo Verde, o que o levou a ser “considerado como o país com uma das melhores situações sanitárias em África”⁶. Esses ganhos são mais visíveis sobretudo ao nível da saúde reprodutiva, no sentido em que proporcionou “aos cidadãos, não só maior longevidade, com melhor saúde, mas também o poder de viver uma sexualidade em segurança e de escolha do número de filhos que desejam ter, quando tê-los e com que espaçamento” (*United Nation & INECV, 2007:28*).

Deste modo, verificou-se uma melhoria em termos do nível de vida das populações, na medida em que a Esperança Média de Vida, que em 1975 rondava os 63 anos, atinge, em 2003, os 71 anos (67 para homens; 75 para as mulheres) e em 2006 passa para 68,3 e 76,1, respectivamente. Consequentemente, a Taxa de Mortalidade Infantil diminuiu, pois em 1975 rondava os 110 ‰ nascimentos vivos e, em 2005, representava um valor muito inferior, isto é, 30 por mil, portanto, um valor inferior às taxas de outros países de categoria de rendimento semelhante⁷.

Igualmente, a taxa bruta de natalidade e o número de filhos por mulheres diminuíram, pois em 2005 o número de nascimentos era de 22 crianças por cada mil habitantes e 2,9 filhos por mulher (Inquérito Demográfico a Saúde Reprodutiva (IDSRII & INECV in *United Nation & INECV, 2007*).

Contudo, em 2005 Cabo Verde possuía 1 médico para cada 1976 pessoas, 1 enfermeiro para cada 1015 pessoas e 1 cama de hospital para cada 501 habitantes”(*United Nation & INECV, 2007*). Entretanto, verifica-se que existe uma grande disparidade em termos da distribuição dos profissionais, sendo as ilhas de São Vicente e Santiago as mais beneficiadas por possuírem as melhores instalações hospitalares do país, e consequentemente, o rácio entre o número de médicos e os respectivos habitantes nestas ilhas é relativamente inferior, ou seja, um para 1182 e um para 1946, respectivamente (*United Nation & INECV, 2007*).

⁶ http://www.fundacao-ami.org/ami/artigo.asp?cod_artigo=121467

⁷ <http://www.portugalcabo Verde.com>

Segundo o QUIBB-CV 2006, o grau de satisfação com os serviços de saúde melhorou nos últimos anos “graças à densificação da rede de serviços de saúde”. Neste sentido, a grande maioria dos agregados familiares (74%), afirma ter acesso facilitado aos serviços de saúde, ou seja, estão a menos de 30 minutos de um serviço de saúde, com maior expressão no meio urbano (88%) do que no meio rural (61%).

Segundo a mesma fonte, a grande maioria (89%) da população que frequentou os serviços de saúde nas últimas 4 semanas antes da elaboração do inquérito declarou estar satisfeita com os serviços prestados.

4.5. A Educação

No momento da independência cerca de 70% da população era analfabeta, por isso o país tinha uma grande carência de quadros qualificados.

A década de noventa corresponde a uma época de profunda alteração no sistema do ensino em Cabo Verde, devido à introdução de reformas educativas, passando o ensino obrigatório de 4 para 6 anos. Com a universalização do ensino, todos os concelhos foram munidos de escolas do ensino básico e liceus e foi aumentado o número destes últimos nas maiores cidades, nomeadamente, na Praia e no Mindelo. Actualmente, a nível nacional existem cinco níveis de ensino: o Pré-Escolar, o Básico Integrado, Ensino Secundário, o Médio, o Superior e o Ensino extra-escolar (Ministério da Educação e Ensino Superior em Cabo Verde).

Segundo os resultados do QUIBB-CV 2006, houve um aumento da população escolarizada nos últimos anos. Em 2006 a taxa de alfabetização apresentou valores elevados em todas as ilhas e ao nível nacional essa taxa é de 79%. Por isso, Cabo Verde é hoje considerado dos poucos países da região subsariana que conseguiu um avanço significativo a este nível.

No entanto, existem assimetrias a outros níveis, ou seja, em termos de regiões, nível rural e urbano, ao nível das ilhas, ao nível do sexo e da idade. Sendo assim, o aumento da população escolarizada é mais visível no meio urbano, ou seja, 84% contra 74% para o meio rural; as ilhas de Santo Antão e Fogo possuem valores abaixo da média nacional, 70 e 75% respectivamente, e os indivíduos do sexo masculino são mais escolarizados que os do feminino, 87% contra 72% das mulheres. Ademais essas

diferenças são mais notórias nos indivíduos mais idosos, pois estes tiveram menos oportunidades de acesso ao ensino do que os mais jovens: em 2006, 97% destes últimos, na faixa etária dos 15-24, anos eram escolarizados (*United Nation & INECV, 2007*).

Devido aos investimentos feitos na educação e na não discriminação dos sexos, hoje em dia está praticamente corrigido o desnível entre homens e mulheres em matéria de níveis de instrução. Pois, são iguais as proporções de homens e mulheres com nível superior (2%), é praticamente desprezível a diferença no que toca ao nível secundário (28% para os homens e 27% para as mulheres) e a diferença é ligeiramente mais acentuada entre os homens com nível básico (53%) e as mulheres com o mesmo nível (46%) (*Idem*).

4.6. A Economia

Com a abertura política em 1990, Cabo Verde enveredou pelo neo-liberalismo de base privada, o que levou à privatização da maioria das mais rentáveis empresas públicas, trazendo consequências nefastas para o País, na medida em que ocorreram despedimentos dos funcionários da função pública, algumas empresas foram extintas e outras foram privatizadas. Estão na mão dos privados sectores importantes como Telecomunicações, Energia, Água, Banca e Seguros⁸.

No entanto, com algumas das medidas implementadas pelo Governo conseguiu-se um equilíbrio macroeconómico com uma perspectiva de crescimento até 6% e uma taxa de inflação de 2,5% em 2006⁹. No período de uma década, o Produto Interno Bruto multiplicou-se por 3 e o PIB *per capita* passou de 902 US\$ em 1990 a 1281 US\$ em 2000, 1764 US\$ em 2003 e 1957 US\$ em 2004. (*United Nation & INECV, 2007*). O país em 2006 apresentou a 11^a maior Taxa de Crescimento Médio Anual (TCMA) do PIB *per capita* e em Paridade do Poder de Compra (PPC), entre os países do continente africano. No mesmo ano, o PIB *per capita* cabo-verdiano, em PPC, ascendia a USD 7.2 mil, o 11^o maior do continente, o 8^o maior da África subsariana e o primeiro entre os PALOP e os países da CEDEAO¹⁰.

⁸ *Idem*.

⁹ *Idem*.

¹⁰ [http://www.bes.pt/SiteBES/cms.aspx?srv=207&stp=1&id=135787&fext=.](http://www.bes.pt/SiteBES/cms.aspx?srv=207&stp=1&id=135787&fext=)

Os resultados obtidos nos últimos anos ao nível económico em Cabo Verde, embora desprovido de recursos naturais clássicos, foram marcantes, fazendo com que o país deixasse o grupo dos menos avançados (PMA), passando em 2008, a pertencer ao grupo dos com o Rendimento Médio.

A nível nacional, o comércio, a construção, a administração pública e a agricultura são os maiores empregadores, oferecendo em conjunto, cerca de 58% do emprego. As empresas já são as maiores empregadoras com cerca de 30% do emprego, sendo as privadas com 27% e as públicas com apenas 3% (*United Nation & INECV, 2007*).

O turismo tornou-se numa das principais actividades económicas do arquipélago, sobretudo nas ilhas de Sal e Boa Vista¹¹. Neste sentido, entre 1995 a 2004 o país posicionou-se no 5º lugar, ao nível mundial, no que se refere à Taxa de Crescimento Médio Anual (TCMA) associada à entrada de turistas estrangeiros. Neste sentido, em 2005 as receitas ligadas ao turismo contribuíram com 11% do Produto Interno Bruto (PIB)¹².

Para além disso as remessas de emigrantes constituem um factor importante para a economia cabo-verdiana, dado o peso da população que o país possui na diáspora. Assim, entre 2000 e 2006, as remessas de emigrantes em divisas apresentaram uma TCMA de 5.8%, ascendendo, em 2006, a CVE 10.8 mil milhões. A ilha de Santiago, onde se situa a capital, foi a que mais remessas recebeu, cerca de 41.7% do total (*Idem*).

Contudo, o PIB é produzido, maioritariamente, pelo sector terciário, ou seja, pelos serviços, e é estimado actualmente à volta de 1500 dólares *per capita*. Na medida em que o país enfrenta enormes desafios, nomeadamente o incipiente e fraco desenvolvimento empresarial e o baixo nível de desenvolvimento tecnológico.

¹¹ *Idem*.

¹² *Idem*.

4.6.1. O mercado de trabalho cabo-verdiano

A baixa qualificação dos recursos humanos a nível técnico profissional ainda é um factor que condiciona em larga medida a economia cabo-verdiana. A nível nacional, cerca de 40% dos activos são trabalhadores não qualificados. Para além disso, a grande maioria da mão-de-obra qualificada está concentrada em Santiago, São Vicente e Sal, onde também se encontram as principais empresas e as respectivas actividades (*United Nation & INECV, 2007*).

A nível geral, a taxa de emprego era de 63,1% em 2006. Entretanto, a participação dos homens enquanto força de trabalho é relativamente mais elevada que as mulheres. Assim, 71% de indivíduos do sexo masculino maiores de 15 anos são activos, contra apenas 56% de mulheres activas, confirmando assim, o maior peso dos homens no mercado de trabalho. Contrariamente, o desemprego a nível geral ainda apresenta uma taxa elevada da população activa (21%), sendo a ilha de Santo Antão a que regista um valor superior à média nacional (27%), enquanto Boavista e Sal são as ilhas com menores níveis de desemprego, com 8% e 9% respectivamente.

Por conseguinte, as mulheres são mais vulneráveis ao desemprego. Este fenómeno atinge cerca de 28% das mulheres, quase o dobro dos homens (15%) (*United Nation & INECV, 2007*).

No entanto, a diferença na taxa de desemprego desfavorável às mulheres não significa que o mercado de trabalho de Cabo Verde discrimine as mulheres, pois este não apresenta condições de rigidez em relação a estas. Trata-se sim do problema da falta de qualificação que é ainda mais grave entre as mulheres do que entre os homens e das preferências quanto ao tipo de actividade económica desempenhada entre os dois sexos, sobretudo nas indústrias. Assim, cerca de 57% das mulheres ocupadas são trabalhadoras não qualificadas, contra 38% dos homens ocupados. No entanto, entre o pessoal qualificado não existe discriminação efectiva nos tipos de ocupação entre os dois sexos. Assim, o número de mulheres em cargos executivos ou quadros superiores (4,3%) é ligeiramente superior ao dos homens. Os especialistas têm o mesmo peso relativo no seio de cada grupo (*United Nation & INECV, 2007*).

Dadas as melhorias verificadas em todos os aspectos acima referidos nos últimos anos em Cabo Verde, houve um aumento do Índice do Desenvolvimento Humano de cerca de 0,754, ficando as ilhas de Sal, Boavista, São Vicente e Santiago com valores acima da média nacional, isto é, 0,818; 0,784; 0,760 e 0,755, respectivamente. Pois, nestas ilhas conjugam-se de certa forma os três factores, no sentido em que estão melhores servidas em termos de actividades económicas, educacional e saúde. Do lado oposto, ou seja, com valores abaixo da média nacional, encontram-se as ilhas da Brava e Maio, com 0,735, São Nicolau com 0,744, Fogo com 0,727 e, por último, Santo Antão com 0,722 (*United Nation & INECV, 2007*).

Sendo assim, verifica-se que existe ainda uma assimetria entre as ilhas relativamente ao bem-estar da população. E, igualmente, ainda persistem as desigualdades relativas ao género, pois o Índice de Desigualdade do Género em 2006 era de 0,749, traduzindo as desigualdades em termos de alfabetização e de rendimento favoráveis aos homens, e a esperança de vida favorável às mulheres.

4.7. A Pobreza

O IPH (Índice de Pobreza Humana) tem vindo a diminuir nos últimos anos em Cabo Verde, graças a altos níveis de crescimento económico e aos progressos significativos realizados na redução da pobreza em Cabo Verde nos anos noventa. Deste modo, entre 1989 e 2002, a taxa de incidência da pobreza absoluta reduziu de 49 a 37% e em 2006 o valor do IPH passou para 15,9, portanto, baixou cerca de 13 pontos percentuais em relação ao ano de 1990. A ilha do Sal apresenta um valor ainda inferior do IPH, de 8,1, o que quer dizer que nesta ilha existiam em 2006 menos pessoas pobres em relação às outras ilhas. Contrariamente, a ilha de Santo Antão tinha um valor superior a todas, isto é, cerca de 20,9, portanto 5,1 pontos acima da média nacional (*United Nation & INECV, 2007*).

Entretanto, as desigualdades aumentaram, passando de 0,43 a 0,53, e tendem a crescer. Segundo o Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) de 2001/02, em Cabo Verde, 10% da população mais pobre tinha apenas 1% do rendimento. Os primeiros sete *decis* (70% dos agregados familiares) representam apenas 28% da despesa *per capita*, enquanto o último *decil* sozinho (os 10% mais ricos) representa 47% da despesa total. Esses valores falam por si e traduzem a excessiva concentração

da riqueza em Cabo Verde. Esses 10% de agregados com maiores despesas *per capita* têm um nível de despesas 12 vezes superior ao dos 10% mais pobres (Idem).

Por isso, verifica-se o aumento da classe média e alta, cujo consumo muitas vezes se traduz em bens de luxo, ou seja, num consumo de ostentação por uma certa camada da população, visível, por exemplo, na existência dos condomínios fechados em algumas zonas sobretudo na capital.

Embora reduzido o índice da pobreza, este é mais notório entre os indivíduos jovens com idade ainda de frequentar o ensino, pois cerca de 35% destes, dos 15-24 anos, são pobres. Por isso, em 2006 registou-se uma elevada percentagem (31,7%) de alunos que apontaram como motivo do abandono escolar a falta de meios para continuar os estudos, com maior expressão no meio rural 37,6% contra 19,8% no meio urbano (QUIBB-CV, 2006). Isto deve-se à má distribuição dos recursos públicos, sobretudo ao nível da educação, no sentido em que as despesas públicas com esse serviço “não estão bem segmentadas, de modo a focalizar os que mais precisam da ajuda do Estado”. Pois, “o sistema educativo compensa apenas o rendimento até o nível secundário, enquanto no nível superior a intervenção pública não discrimina positivamente os mais desfavorecidos, o que resulta uma perspectiva tendencialmente elitista, não contribuindo para a redução das desigualdades, e para além disso, a oferta do ensino superior a nível nacional concentra-se ainda em Santiago e em São Vicente e os esquemas de financiamento existentes são principalmente acessíveis aos de níveis elevados de rendimento” (*United Nation & INECV, 2007*).

A questão do abandono escolar pode contribuir para a emergência de novos problemas sociais, nomeadamente, a delinquência juvenil, associada a crimes, a qual já é mais notória no meio urbano e que é, na maioria dos casos, praticada pelos jovens que abandonaram o ensino. Pois, na cidade da Praia actualmente vive-se um clima de insegurança, dado o aumento do índice de criminalidade registado nos últimos anos, o que pode ter sido um reflexo da má distribuição dos recursos sobretudo a nível da educação. Para além disso, os fenómenos da toxicod dependência, gravidez precoce, prostituição e, conseqüentemente, a prevalência de doenças sexualmente transmissíveis como a SIDA, já são também factos visíveis, que condicionam negativamente a vida

dos jovens, levando-os cada vez mais à situação de pobreza e exclusão social, sobretudo, nos meios urbanos e/ou na capital do país.

4.8. As divisões administrativas

Tradicionalmente, existem duas grandes divisões administrativas que agrupam as ilhas do Barlavento e as do Sotavento. O grupo do Barlavento integra as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boavista e o do Sotavento inclui as do Maio, Santiago, Fogo e Brava. Santiago é a ilha maior e onde está instalada a Capital do País.

Na altura da Independência Nacional, existiam em Cabo Verde 13 concelhos e 31 freguesias. Dada a necessidade de uma nova divisão administrativa, o Governo, na segunda legislatura, editou o Decreto-Lei nº 93/82, de 6 de Novembro, que estabelece, no seu artigo 1º a tal divisão prevendo, assim, três escalões de circunscrições, os concelhos, que se subdividem em freguesias e estas, por sua vez, em povoados ou bairros, sendo o concelho na altura, a base de uma autarquia local para efeitos da administração local do Estado (Monteiro, 2007).

O país dispunha até 2004 de dezassete municípios, nomeadamente, Praia, S. Vicente, Tarrafal, St.^a Catarina, St.^a Cruz, S. Domingos, S. Filipe, Mosteiros, Sal, Brava, Maio, S. Nicolau, R. Grande, Paul, Porto Novo, B. Vista, S. Miguel.

Entretanto, em 2005, o Governo levou à categoria de municípios mais cinco concelhos, sendo três na ilha de Santiago (Ribeira Grande em Cidade Velha, São Lourenço dos Órgãos e São Salvador do Mundo), e os outros dois em São Nicolau e Fogo, Tarrafal e Santa Catarina, respectivamente.

Actualmente existem em Cabo Verde, 22 concelhos, que ao mesmo tempo são municípios, e 33 freguesias. Nas ilhas de Santiago, Santo Antão, Fogo e São Nicolau, existe mais do que um município, ou seja, nove, três e dois, respectivamente.

Contudo, alguns entrevistados afirmaram que a criação desses novos municípios não se justificava, salvo algumas excepções, proferindo que, em vez destes, deveriam ser implementadas as juntas de freguesias como forma de racionalizar melhor os recursos, ou aliás, esse seria um dos princípios constitucionais, conforme vem

expresso no artigo 227, no sentido em que se prevê a criação de categorias infra-municipais, que poderiam ser as tais juntas de freguesias.

Opinião ainda muito séptica foi proferida pelo constitucionalista Dr. Wladimir Brito, alegando que esses novos municípios foram criados com contrapartidas eleitorais, sugerindo que fossem extintos ou substituídos pelas juntas de freguesias.

(...) Nenhuma autarquia municipal deve ser criada exclusivamente para gerar clientelas político-partidárias ou eleitorais (...) e, ainda, se possível, (...) devem ser extintas e transformadas em freguesias dotadas de poderes “descentralizados” em relação aos respectivos municípios.

No mesmo sentido também foram as críticas do presidente da Câmara do Tarrafal e de um dos líderes associativos daquele concelho, relativas à separação dos Concelhos de Tarrafal e de Calheta de São Miguel, sucedida em 1997. Na medida em que afirmaram que não houve benefício para o concelho de Tarrafal com a separação. Pois, segundo o presidente da Câmara daquele concelho, significou uma prova da dificuldade em criar medidas de políticas para as populações e, neste sentido, optou-se pelo corte para solucionar o problema da estagnação do concelho em termos do desenvolvimento. Para o mesmo, o processo de descentralização possui vários modelos e, neste caso, podiam-se ter criado as juntas de freguesias e não o município. No entanto, este último poderá constituir uma mais-valia específica para o concelho de Calheta, mas, em termos líquidos, poderá não se repercutir num ganho para Cabo Verde, porque há que despende mais recursos para suportar os custos do funcionamento da instituição camarária, o que poderia traduzir-se em ganhos se apenas fosse criada uma junta de freguesia, cujo funcionamento despenderia menos recursos e beneficiaria mais as populações.

Acrescenta ainda que em termos financeiros a separação não trouxe nenhum benefício para o concelho do Tarrafal, porque o orçamento dos concelhos passou a ser dividido ao meio.

(...) Com a criação do município de S.Miguel, em vez de refazer os cálculos, repartiram ao meio aquilo que nós recebíamos (Presidente da Câmara do Tarrafal).

(...) No fundo, no fundo, para ser franca, não vejo muita mudança. O que tínhamos, continuamos a ter, as mesmas infra-estruturas (Presidente da Associação E).

Portanto, para os que são contra a criação dos novos municípios, a explicação fundamental deve-se a uma lógica de melhor racionalização dos recursos, isto é, de melhoria na afectação de recursos, no sentido em que tanto os municípios mais antigos como os mais recentes se queixam da falta de recursos técnicos, humanos e financeiros para a concretização das suas atribuições.

CAPÍTULO 5 -História da desconcentração e da descentralização em Cabo Verde

Neste capítulo procura-se salientar os aspectos mais importantes da administração cabo-verdiana no que se refere aos princípios da desconcentração e da descentralização ao longo da sua história. Porém, para uma maior compreensão, considerou-se relevante distinguir três períodos, isto é, o período colonial (1462 a 1975), o pós-colonial, ou seja, a I República (1975 a 1990), e a II República, a partir de 1990.

5.1. A administração colonial – (1462- 1975)

Segundo vários estudos, ao contrário de muitos países africanos, em Cabo Verde antes da sua descoberta, não havia vidas humanas. No âmbito da expansão europeia no atlântico, foram descobertas, em 1460, pelos portugueses, as dez ilhas que foram denominadas Arquipélago de Cabo Verde e, após dois anos, iniciou-se o seu povoamento e colonização.

O modelo de administração inicialmente adoptado para a colonização das ilhas era sensivelmente o mesmo já experimentado para a gestão dos arquipélagos atlânticos, nomeadamente Madeira e Açores (Cohn, 2007). No entanto, vários desafios foram surgindo quanto à implementação do projecto para a colonização das ilhas, por se traduzir num mero prolongamento dos complexos madeirense e açoriano, sem levar em conta as especificidades do país (sobretudo, as de natureza geográfica e climática), que comprometeram a ideia de se transformar Cabo Verde em mais um local de reprodução das suas culturas originárias.

As primeiras ilhas a serem povoadas foram as de Santiago e do Fogo, por volta de 1462. A primeira foi entregue aos capitães donatários, cujas estruturas administrativas eram as mais simples possível, devendo corresponder à satisfação das necessidades sociais mais elementares de uma comunidade em formação.

A ilha de Santiago foi dividida em duas capitánias, uma no Norte e outra no Sul, que foram denominadas de Alcatrazes e Ribeira Grande, respectivamente.

Entretanto, nas outras ilhas, onde a presença dos colonos não justificava a existência e o arranjo da estrutura donatária, a administração foi confiada aos diferentes senhores (Cohn:2007).

É de referir que as *Ordenações Manuelinas e Filipinas* constituem pontos de referência da Organização da Câmara em Cabo Verde e das suas competências que, pode dizer-se, abrangiam todos os domínios sociais (Silveira:2007).

É neste sentido que “na Ribeira Grande se instituiu o primeiro município após quinze anos do seu achamento (1475), ganhando assim foros de Poder Local e organizou-se no âmbito da área geográfica do Concelho, adquirindo um protagonismo paralelo ao poder régio e senhorial” (Silveira, 2007).

“Estes dois poderes confrontaram-se, desde o início: o Capitão como detentor do poder político, com funções ligadas à administração da justiça, e a Câmara como força que congrega os interesses dos habitantes. Embora, no início, apenas o colono branco tivesse o privilégio de acesso à Câmara. No entanto, a evolução das circunstâncias conduziu ao alargamento do conceito de morador e de vizinho, alterando dessa forma, a situação jurídica a partir de 1546, concedendo assim, a autorização régia para que os negros participassem na constituição da Câmara” (Idem).

Este órgão dispunha de poder regulamentar próprio, através de posturas e códigos de regulamentação da vida quotidiana, com funcionários pagos, que asseguravam o expediente principal (Idem).

“Com a evolução da vida económica e social, não só em Santiago como nas demais ilhas, a Coroa foi, gradualmente, nomeando outros tipos de agentes e funcionários – Corregedores, Almojarifes, Feitores – cujo objectivo essencial era arrecadar os impostos e controlar a entrada e saída de mercadorias. Tais funcionários, porque interferiam com os interesses instalados dos moradores, estiveram no centro das primeiras disputas que se pôde assinalar em Cabo Verde, entre o Poder Local e o Poder Central. E muitas vezes, tais disputas resolveram-se a favor da Câmara, o que é revelador da sua influência e capacidade autónoma” (Silveira:2007).

É neste sentido que se afirma que “o poder local em Cabo Verde representa uma instituição cujas raízes acompanham as demais tradições populares, dada a sua íntima ligação à vida quotidiana das populações, constituindo, mesmo face ao colonialismo, a única instituição com a qual se identificavam. Na medida em que “foram as Câmaras, que, muitas vezes, na ausência ou no desinteresse de outros poderes, durante as crises agudas provocadas pelas fomes e pelas secas, protegeram as populações e organizaram os seus principais interesses, alimentando e agasalhando os necessitados, enterrando os mortos, mantendo a sobrevivência ao nível da dignidade” (Silveira:2007).

A partir disto pode concluir-se que durante um certo período da administração do território cabo-verdiano se constatou a existência de uma certa autonomia do poder local, o que se ajusta a um dos pressupostos da descentralização. Alguns factores explicam esse facto, como, por exemplo, a distância do Reino, que se traduziu num fraco controlo do Poder Central sobre o governo das ilhas, “pois, nos primórdios as instituições que existiam não estavam centralizadas, isto é, encontravam-se pulverizadas em várias Câmaras” (Chefia do Governo, 2007).

Todavia, nos últimos anos do regime colonial, com excepção da Praia e de S. Vicente, as Câmaras entraram em declínio, devido, em parte, à mudança de organização administrativa portuguesa, isto é, devido ao Estado Novo, de cunho Salazarista, que provocou algumas mudanças na administração da colónia (Silveira:2007). Aqui se nota que a força do municipalismo foi diminuindo por um maior controlo do Governo Central sobre a colónia, diminuindo assim a sua autonomia que outrora tinha sido gozada. Portanto, esta tendência, estava associada à evolução política constitucional do Estado português e que, conseqüentemente, levou à nomeação de novos administradores de concelho para ocupar o lugar e as atribuições que eram das Câmaras até então. Deste modo, as populações “perderam a sua autonomia a favor da Administração Central e deixaram de ter um lugar e uma tribuna própria onde fizessem valer os seus interesses” (Silveira:2007).

Neste sentido, as estruturas administrativas traduziram-se, por natureza, nos instrumentos de execução da política e dominação estrangeira, retirando com isso a verdadeira administração local, entendida esta como auto-administração que permitia a defesa dos interesses de comunidades locais e a participação na gestão da coisa pública.

A partir disto conclui-se que o modelo de administração adoptado pelo Estado Novo foi a desconcentração, sendo o Estado o principal actor na gestão dos bens públicos, retirando, assim, a autonomia das Autarquias Locais.

5.2. O período pós colonial, I República (1975- 1990)

Com a proclamação da independência e a assunção dos líderes cabo-verdianos no poder, a primeira missão do Governo de transição traduziu-se na substituição de todas as estruturas administrativas coloniais. Neste âmbito, legislou-se um conjunto de medidas com vista à dissolução das estruturas até então existentes. Deste modo, “em Fevereiro de 1975, todos os corpos administrativos de todas as Câmaras Municipais tinham sido dissolvidos e, em lugar destes, [houve] a nomeação das comissões administrativas em todos os concelhos” (Monteiro, 2007), cumprindo, com isso, o processo de destruição das estruturas administrativas locais existentes até à data.

Assim, “o legislador concedeu ao Conselho de Ministros o poder de dirigir os órgãos da administração local, mantendo a autonomia tradicional das autarquias locais cabo-verdianas, pois, continuaram a ser meros instrumentos da administração indirecta e mediata do Estado ou agências locais do poder central. No entanto, essa posição compactuava-se com a generalidade da doutrina portuguesa, por enquadrar as autarquias locais na Administração Indirecta do Estado, ocupando, portanto, um lugar de menor subordinação face à organização administrativa central do Estado” (idem).

Porque os concelhos não se traduziriam nas autarquias locais, mas em meras circunscrições administrativas, então, a subordinação destes ao poder central operava-se no quadro da tutela administrativa, exercida nos limites estabelecidos pela lei. Assim, a designação dos titulares dos órgãos e a sua administração financeira e patrimonial era feita por meio jurídico apropriado, isto é, por autorização.

Por essa razão, a autonomia era muito limitada, dependendo do grau de independência reconhecida aos titulares dos órgãos, que, no entanto, não possuíam o direito de nomear outros órgãos (idem).

Nota-se que essas decisões iam ao encontro ao que vinha sendo concebido na primeira constituição, ou seja, no artigo 88º, onde vinha expresso que “os órgãos do

poder local fazem parte do poder estatal unitário”, concretizando assim a “lógica do centralismo democrático ou da subordinação de toda a organização do estado ao Partido Único – art.º 4.º da Constituição” (Monteiro, 2007).

Como foi referido no capítulo II, esta concepção era dominante na maioria dos países africanos após a independência como forma de salvaguardar a unidade nacional e luta de libertação contra o sistema colonial, sendo assim, Cabo Verde não fugiu à regra.

É de salientar que, para além do sistema político vigente, a situação económica do país na altura não era favorável à adopção da descentralização como estratégia política para a administração local. Pois, as crises agrícolas durante anos consecutivos fizeram com que a satisfação das necessidades populacionais fosse garantida apenas com planos de emergência, que respondiam às situações de crise que o País atravessava. Por isso, havia a necessidade de uma forte intervenção do Governo que na altura constituía a única estrutura administrativa melhor apetrechada ao nível de meios técnicos, humanos e materiais, para fazer face à situação que se vivia nessa época e dar avante ao processo Reconstrução Nacional (Monteiro, 2007).

Assim sendo, a questão da descentralização administrativa, embora preservada na nova legislação, reverteu-se apenas no plano teórico.

Porém, no Programa da II Legislatura (1981 a 1985), a questão da descentralização voltou a ser referida e, para o efeito, elaborou-se o competente anteprojecto de diploma legal que reproduzira o anterior projecto de 1980; no entanto, o projecto não avançou devido à falta de consenso no seio do Partido sobre essa problemática (Monteiro, 2007).

Sendo assim, só na III legislatura, com as Leis n.º 47/III/89 e 48.º/III/89, de 13 de Julho, se estabeleceram as Bases das Autarquias Locais e as regras das Eleições Municipais e, com o Decreto-Lei n.º 52-A/90, de 4 de Julho, se fixou a organização e o funcionamento dos municípios, dando-se com isso os primeiros passos para repor a autonomia do poder local, embora mantendo o funcionamento dos Concelhos Municipais e do Delegado do Governo, antes instituídos (Silveira, 2007).

É com estas reformas que, ainda que timidamente, se introduz o conceito de “município”, o que indicia uma vontade ainda que insegura para a implantação do municipalismo, com as limitações inerentes a um regime de partido único.

Apesar disso, nessa altura, o poder do partido único começou a perder o seu reconhecimento como tal por parte de alguns do seu detentor, perdendo assim “a sua base racional, deixando lugar ao aparecimento de um sufocante autoritarismo, ainda que não tenha causado lacerações profundas no tecido social cabo-verdiano, como em muitos países do continente” (idem).

Deste modo, a 19 de Fevereiro de 1990 deu-se a abertura democrática e a 13 de Janeiro do ano seguinte (1991) houve as primeiras eleições em que o PAICV cedeu o poder ao MPD, fechando-se um ciclo que se deve considerar histórico na vida do povo cabo-verdiano, o ciclo da edificação das instituições republicanas e da administração municipal, da criação da base material do desenvolvimento nacional, e nascendo a chamada II República por via das mais puras regras democráticas num clima de perfeita estabilidade política e social. O que não aconteceu com a maioria dos países africanos devido à existência de uma diversidade étnica, tribal e religiosa, comprometendo assim a estabilidade política. Deste modo, como referido no capítulo II, em alguns destes países optou-se pelo sistema federal como uma das estratégias da descentralização, o que, segundo as informações em certos países, se traduziu num saldo positivo, na medida em que se reduziram os conflitos políticos nesses países.

5.3. A II República (a partir de 1990)

Assim, como sucedeu com o anterior Governo, logo após a instauração da Segunda República iniciou-se a substituição do corpo administrativo que compunha o Governo anterior e legislou-se um conjunto de importantes medidas com o objectivo da construção da democracia representativa e a sua efectividade, bem como a instituição de um poder local autêntico.

Neste sentido, o novo Governo começou por exonerar os Delegados do Governo e os Conselhos Deliberativos, alterou a designação dos órgãos e a forma de eleição dos mesmos, bem como a legislação eleitoral municipal (Monteiro, 2007). Em vez do Conselho Municipal e Presidente do Conselho Municipal, passaram a existir a Câmara

Municipal e o Presidente da Câmara Municipal, recuperando assim as denominações das instituições municipais coloniais.

A Assembleia Municipal e a Câmara Municipal passaram a ser eleitas por sufrágio universal, livre, igual, directo e secreto, sendo eleito o Presidente da Câmara o candidato que encabeçar a lista vitoriosa, concedendo assim ao Poder Local o lugar que merecia na organização do Estado, pois passou a fazer parte integrante do poder político e do aparelho do Estado, como um dos elementos estruturais fundamentais do regime democrático cabo-verdiano e, conseqüentemente, a afirmação do regime de democracia pluralista. É então instituído um subsistema administrativo fortemente descentralizado e participado como forma de assegurar às populações a condução efectiva dos assuntos que lhes digam respeito, através de uma participação traduzida quer na condução do processo decisório e executório administrativo quer na eleição dos seus representantes para os órgãos municipais. As primeiras eleições municipais foram realizadas em Dezembro de 1991, em que as autarquias locais se tornaram fortes, livres e dotadas de capacidade de decisão.

Optou-se “pelo mesmo modelo de governo local vigente em Portugal que, no entender do Professor Freitas do Amaral, não é nem sistema de tipo convencional, nem de tipo parlamentar, nem de tipo presidencialista” (Monteiro, 2007). Facto confirmado pela maioria dos entrevistados, alguns chegando ao ponto de inferir de forma crítica que *“os autarcas cabo-verdianos decidiram copiar o modelo português de cooperação intermunicipal, que se traduz num certo “sindicalismo autárquico” (...), não promove a cooperação intermunicipal, não age no sentido de promover a cooperação solidária entre os entes descentralizados”* (Constitucionalista, Dr. Wladimir Brito).

Presume-se que uma das razões explicativas para esse facto tem a ver com o problema constatado na maioria dos países africanos, pois, segundo vários autores, os actores políticos africanos adoptaram à pressa o modelo exterior, sem antes haver uma reflexão sobre as realidades específicas do país. Reflexo das exigências dos países doadores da ajuda pública para o desenvolvimento (referidas na parte introdutória), que impõem determinadas condições a serem cumpridas pelos países receptores da ajuda e estes, por sua vez, muitas vezes, têm que as aceitar para poderem ser merecedores da ajuda.

Como forma de dar um enquadramento legal e uma consistência aos municípios, vários organismos tiveram de intervir, nomeadamente, no âmbito da constituição, nos termos do n.º 2 do art.º 2º, “a República de Cabo Verde reconhece (...) “a existência e a autonomia do poder local e a descentralização democrática da Administração Pública”. Ademais, a Constituição consagra todos os aspectos do Poder Local no seu Título VI (artigos 226º a 236º), (Constituição da República de Cabo-Verde, 1999: 124 a 129). Assim, a Lei Fundamental, preconizando um regime democrático, pluralista e representativo, defende um modelo de Estado descentralizado e constrói o conjunto das autarquias locais como um verdadeiro e próprio poder local, o qual é chamado a desempenhar um lugar de destaque no sistema político.

Ao nível da Assembleia Nacional, no âmbito da reserva legal absoluta sobre a organização e funcionamento dos municípios, aprovou a Lei n.º 134/IV/95, de 3 de Julho (Estatutos dos Municípios), que veio redefinir e ampliar o âmbito das competências próprias das autarquias municipais e das competências partilhadas.

No plano da acção governativa, as autoridades do país lançaram as bases de uma descentralização bastante avançada que já assegura a participação das populações e das organizações locais na vida política e no processo decisório relativos ao seu desenvolvimento (Chefia do Governo, 1998).

No que se refere ao quadro jurídico-legal em matéria de descentralização, iniciado na I República, foi objecto de ampla revisão e adaptação durante o I Governo Constitucional da II República (1991-95), no sentido da sua sintonia com o quadro geral democrático em curso de implantação no País (Idem).

E, por último, ao nível municipal, realça-se o importante movimento associativo intermunicipal, destacando-se a criação das associações regionais (Santiago, Fogo/Brava e Santo Antão). Existe ainda a Associação Nacional dos Municípios Cabo-verdianos, cujo enquadramento jurídico-legal deverá ser aperfeiçoado de modo a acentuar a sua característica como órgão representativo dos seus membros, potenciando assim a afirmação do Poder Local” (Idem).

Desde então a questão da descentralização foi colocada no cerne da problemática do desenvolvimento do país, registando-se uma intensa actividade legislativa sobre o

poder local, tendo sido aprovados importantes diplomas legais sobre os serviços autónomos municipais; incentivos para a fixação na periferia dos funcionários em serviço nos municípios da periferia; destacamento de pessoal com funções policiais para prestar serviços aos municípios, no âmbito das atribuições municipais de polícia; e gabinetes técnicos municipais (Idem).

Ao nível das finanças, operou-se a reforma do orçamento e da contabilidade municipais, aperfeiçoando-se os instrumentos de gestão financeira municipal, com vista ao reforço dos sistemas de fiscalização administrativa e responsabilizando os titulares dos órgãos e agentes da administração municipal pelos actos geradores de despesas à revelia da lei (Idem).

CAPÍTULO 6 – O processo da descentralização em Cabo Verde: da teoria à prática

Após a abordagem de todas as fases do processo da desconcentração e da descentralização em Cabo Verde, cabe agora analisar os vários aspectos que caracterizam o modelo adoptado, nomeadamente, as suas vantagens, as várias interrogações que os políticos colocam face ao modelo, os modelos debatidos no colóquio, bem como a análise da actual administração cabo-verdiana no que se refere aos processos de desconcentração e descentralização.

6.1. As características do actual modelo de descentralização

Estabelecendo assim o enquadramento do processo da descentralização no capítulo anterior, a vários domínios, o processo passou a ser considerado uma das áreas prioritárias com vista a modernizar o Estado e a desenvolver a Administração Pública e, igualmente, dar consistência ao Estado de Direito Democrático que é Cabo Verde.

Assim, a descentralização vem sendo uma construção colectiva em Cabo Verde, funcionando como o principal dinamizador do desenvolvimento local, constituindo assim, um factor importante do processo de desenvolvimento global do País.

Esse aspecto também é reconhecido pela maioria dos entrevistados, pois afirmaram que a partir de 1990 com a adopção por parte do Governo da descentralização como estratégia de governação local, verificou-se sem dúvida um incremento do desenvolvimento local com repercussões ao nível geral do país. Por um lado, com a transferência de poderes às autarquias locais, estas passaram a desempenhar papéis importantes no desenvolvimento das suas comunidades, por outro lado, com a aproximação dos serviços administrativos aos cidadãos, a satisfação das suas necessidades tornou-se mais eficaz. Portanto, é o que se pode observar na seguinte passagem do antigo Primeiro-Ministro (Dr. Carlos Veiga), embora sendo um dos principais líderes da oposição.

“ (...) Os municípios tem tido um papel fundamental no desenvolvimento social do país, (...) pode dizer-se agora que o nível de qualidade e a própria vida dos Cabo-verdianos melhorou porque os municípios tiveram e têm tido um papel importante.

Deste modo, nota-se que a problemática da descentralização em Cabo Verde atingiu um nível tal que o processo deve ser considerado irreversível. Pois, o poder local vem-se afirmando cada vez mais no país, assumindo um papel importante na resolução dos problemas concretos e específicos que se põem às populações. É neste sentido que, de acordo o jurista Dr. Wladmir Brito, “há uma efectiva e eficaz descentralização” (Constitucionalista, 2007), porque “*de facto os municípios são a expressão de que são os únicos (...) verdadeiramente descentralização no sentido verdadeiro*” (Advogado e antigo Primeiro-Ministro).

Relativamente a esta questão existem opiniões divergentes entre os entrevistados. Entretanto, presume-se que isso poderá estar associado à área profissional desempenhada pelos mesmos, no sentido em que se notou uma certa confusão quanto à definição dos conceitos da descentralização e desconcentração, até porque alguns assumem não ser especialistas na matéria.

Portanto, se as autarquias locais já gozam de todas as autonomias (ver-se-á mais à frente), embora com algumas limitações, e reconhecem que realmente elas têm tido um papel muito importante no desenvolvimento não só a nível local como do país em geral, revertendo num dos maiores sucessos conseguidos a nível da Administração Cabo-verdiana, é porque há realmente uma efectiva descentralização.

“ (...) Foi um sucesso, muitos autores políticos de todos os quadrantes consideram que talvez a criação do poder local democrático seja uma das coisas mais genuínas do nosso sistema democrático da segunda república (antigo Presidente da Câmara Municipal da Praia.) ”

Porém, alguns assumem que ainda há imperfeições, isto é, há necessidade de uma maior descentralização no sentido de criar serviços ainda mais próximos da população com vista a uma maior satisfação das suas necessidades, pois nas palavras do constitucionalista “*Falta contudo, antes de mais, a criação de freguesias com poderes descentralizados em relação aos respectivos municípios*”.

Neste sentido, verifica-se que há um largo consenso entre os entrevistados na medida em que admitem que embora o modelo se adequa à realidade do país, este ainda possui imperfeições, dada a concentração de serviços apenas nas sedes do município.

“ Há municípios que são maiores, como por exemplo Santiago e Santo Antão, onde os cidadãos têm de percorrer uma longa distância para encontrar um sítio onde haja um serviço desconcentrado” (Presidente do Concelho da Administração e Valorização Ambiental).

Contudo, no âmbito do colóquio realizado em Março de 2007, vinha expresso na revista *Iniciativa* (n.º 17) o seguinte: “o modelo actual está em crise, a nova via não passará pela via ‘Região Política’”¹³. Nesta perspectiva, solicitou-se aos entrevistados que opinassem sobre este facto, com vista a um maior esclarecimento.

Deste modo, constatou-se que relativamente a esta questão há unanimidade de opiniões, salvo algumas excepções, isto é, há crise provocada pela cópia do modelo exterior (Portugal), que não se adequa à realidade do país e que poderá estar em vias de se esgotar. Deste modo, há uma necessidade de pensar num outro modelo, tendo em conta a especificidade geográfica, social, política e económica do país. Uma das soluções traduz-se no reforço do municipalismo, como forma de fomentar uma maior solidariedade intermunicipal.

Contudo, nas perspectivas do antigo Primeiro-Ministro e do actual Presidente da Câmara da Praia, embora não tenham assumido o possível esgotamento do modelo, no entanto, preferiram designa-lo de “crise de crescimento”, resultado de um rápido avanço no processo, reflexo da adopção da tradição democrática Ocidental com características ideológicas extremamente avançadas. Isto fez com que os municípios assumissem um leque vasto de atribuições sem estarem preparados a nível dos recursos humanos, técnicos e financeiros”.

“Cabo Verde foi dos primeiros países a abraçar o chamado vento da democratização e da mudança, de assumir a tradição democrática ocidental com um pensamento extremamente avançado. Essas coisas aconteceram demasiado rapidamente e, portanto, penso que esta “crise de crescimento” ... (Vieira, 2007:237).

“È de facto uma crise de crescimento em Cabo Verde, pois é um processo que avançou com muita rapidez em Cabo Verde. (...) Não têm estruturas, nem os recursos

¹³ Revista *Iniciativa*, Dinamismo e Oportunidades, n.º 17 Março/Abril de 2007

humanos, nem recursos materiais e financeiros para responder a essa demanda (antigo Primeiro-Ministro).

De acordo com essa perspectiva, presume-se que o que se passou em Cabo Verde foi exactamente o mesmo que se constatou na maioria dos países africanos, como se referiu no capítulo III. Isto é, perante a crise que se verificou no continente na década de oitenta e dada a pressão dos organismos internacionais, os seus actores políticos tiveram que assumir o novo paradigma do processo de administração territorial importado do exterior, sem ter em conta as características reais e específicas do país.

Outros aspectos que podem estar na origem da assunção rápida da estratégia da descentralização em Cabo Verde têm a ver com o facto de neste país não terem havido guerras políticas nem o problema das autoridades tradicionais, o que noutros países africanos constituiu um dos principais desafios à implementação do processo.

Contudo, alguns admitem que a crise não resulta do actual modelo em si, no sentido em que ainda não se esgotaram todas as suas potencialidades, mas sim da questão da legislação, por não se terem criado estruturas descentralizadas ou desconcentradas em todos os municípios.

“Na minha opinião ainda não esgotou, pelo contrário. Se calhar poder-se-ia ter (...) como por exemplo os municípios que têm mais que uma freguesia, nem todos os municípios têm delegações municipais em todas as suas freguesias” (Presidente do conselho da Administração da Estação e Valorização Ambiental).

Opinião contrária ao do antigo Presidente da Câmara Municipal da Praia, que afirma repetidas vezes que *“não há crise em termos constitucionais, há insuficiências que são próprias das democracias representativas. (...) Porque a crise significa bloqueio (...) não há bloqueio (...) Os municípios com todas as dificuldades continuam sendo um dos principais instrumentos da promoção social e económico das populações cabo-verdianas, (...) Há uma forte identidade da comunidade local com os seus representantes (...) o modelo precisa de aperfeiçoamento.*

O mesmo salienta que há crise em termos da capacidade imaginativa por parte dos dirigentes em reflectir sobre o modelo no sentido de aperfeiçoá-lo, o que para outros

se traduz numa “falta de iniciativa” (Constitucionalista), constituindo assim um dos desafios ao processo.

Portanto, após a análise destas questões o que se verifica é que na realidade há uma efectiva descentralização em Cabo Verde, no entanto, os políticos estão cientes das imperfeições que o modelo ainda acarreta, o que poderá traduzir-se numa crise caso não forem corrigidas as imperfeições. Deste modo, apercebem-se que não se traduz efectivamente numa crise, até porque alguns afirmam que o modelo tem toda a vantagem e sem nenhuma inconveniência, porque os municípios estão tendo um papel relevante no desenvolvimento local mesmo com essas imperfeições, com repercussões a nível geral. As imperfeições, como se referiu anteriormente, podem estar relacionadas com o facto de a adopção do modelo exterior ter sido feita sem se ter em conta a realidade do país, sobretudo nas questões associadas aos problemas estruturais, nomeadamente, configuração geográfica, dimensão do país bem como o número de habitantes.

Porém, outros desafios foram apontados, nomeadamente os atrasos na aprovação das leis relativas ao processo da descentralização, as dificuldades com que depararam, sobretudo no que diz respeito à chegada de um consenso dada a natureza dos conceitos, bem como a resistência à mudança por parte de alguns intervenientes.

“Quanto a esse processo nós podíamos estar muito mais avançados. (...) O que nós fizemos em 2001 e 2002 até agora não foram aprovados. Propostas de leis que não foram discutidas e nem aprovadas (...) não é fácil porque como trabalhamos com Autarquias locais, Associações locais, com a sociedade civil, construir consensos à volta da descentralização não tem sido fácil. Porque são matérias essencialmente políticas, porque se trata da distribuição de recursos, da afectação de recursos e da descentralização de responsabilidades. É uma questão financeira, mas é uma questão política, porque depende de tudo aquilo que de politicamente se decidiu fazer. Às vezes a dificuldade está na construção dos conceitos entre os partidos políticos, mas também entre os partidos políticos e as autarquias locais. (...) As maiores dificuldades que tivemos no processo de descentralização são, efectivamente, quando estivemos a discutir o processo com os directores gerais. Os directores gerais estão a perder poderes (...) e acabam por criar resistências às mudanças (Investigador).

No entanto, outros aspectos foram tidos em conta como o desafio ao actual modelo tais como a pequenez do país, o que faz com que em certos casos a criação de autarquias infra-municipais coincidisse com um concelho (Ministro da descentralização).

Dado a esses desafios o governo em consonância com os actores políticos organizou um debate à volta da questão da administração do território, onde surgiram vários modelos a serem debatidos.

6.2. Os modelos em debate

Cientes desses desafios e com o “objectivo de clarificar questões ligadas à divisão vertical de poderes administrativos do Estado de Cabo Verde, desenhar uma política de descentralização e de desconcentração e pensar numa nova divisão administrativa para o país, o Governo, através da Unidade de Coordenação da Reforma do Estado e parceria do Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território, promoveu um grande debate, sob o lema “Que modelo de desconcentração e descentralização para um pequeno país insular como Cabo Verde” (Chefia do Governo, 1998).

O debate teve lugar em Abril de 2007. Os campos encontravam-se, aparentemente, divididos entre os que defendem a regionalização e os que a criticam. O cenário da regionalização subdivide-se em três perspectivas distintas, isto é, a regionalização com a criação de autarquias supra-municipais, ou seja, “a região ilha, cada ilha uma autarquia local”, a regionalização política com elementos quase federal (Brito, 2007), mantendo a tradicional divisão das ilhas, Barlavento e Sotavento, e um terceiro modelo que integra os dois agrupamentos de ilhas, numa relação de cooperação intermunicipal com vista a uma maior complementaridade entre os dois poderes.

Na hipótese da não regionalização, mantém-se o ‘status quo’, ou seja, a existência de ilhas com vários municípios (as regiões plano), “privilegiando o reforço do municipalismo, com devolução de poderes dos serviços centrais para os municípios, com vista à aproximação dos centros de decisão à população, promovendo com isso a uma maior descentralização” (Chefia do Governo, 1998) e, conseqüentemente, o desenvolvimento desejado.

O modelo de “região ilha” como autarquia local, encabeçado pelo líder da bancada de MPD, Dr. Carlos Veiga, parte do reconhecimento de vários aspectos que, para o mesmo, possam ser vantajosos caso venha instituir o tal modelo.

Do ponto de vista constitucional, o artigo 227º prevê a criação de categorias de grau superiores ao município, o que para este autor poderá corresponder a um nível intermédio, sendo cada ilha uma autarquia supra-municipal.

Do ponto de vista sociológico reverte-se pela diversidade sociocultural e os costumes de cada ilha. No sentido em que para esse autor *“as pessoas em Cabo Verde identificam-se mais com a sua ilha de com o seu concelho (...), a ilha tem todo o suporte cultural e sociológico e tem toda a dimensão dentro do pequenez de Cabo Verde”*.

Outra vantagem e a mais relevante, tem a ver com a melhoria da afectação de recursos públicos quer ao nível da desconcentração, quer ao nível da descentralização, proporcionando, assim, um desenvolvimento mais equilibrado das ilhas/regiões. Pois, o mesmo refere que há poderes que estão concentrados no estado e outros nos municípios os quais deveriam ser integrados num nível intermédio com vista a uma melhor administração territorial.

(...) Um nível intermédio... institucional (...) que retire poderes ao Estado, (...) e ao mesmo tempo dar-se-á à ilha, também, competências para integrar-se um conjunto de competências que estão nos municípios, integrar no sentido de fazer pressionar numa escala maior (...) A região ilha cria uma instância de decisão que está mais abaixo do governo, portanto mais próximo do cidadão...

Aliado a esse modelo encontram-se o Presidente da Câmara do Tarrafal e o Investigador, este último reforçando ainda ideia de que *“Autarquia supra-municipal é uma região com órgão que podia ter uma assembleia regional, um concelho regional, um concelho nacional e executivo regional, mas eleito”*...

O modelo da região política, defendido pelo cientista político Dr. Onésimo Silveira, postula uma total autonomia política às ilhas, sustentando que essa autonomia já vinha expressa no programa do Governo de 1996.

O autor salienta que um dos princípios a ter em conta é o da relevância dos elementos que caracterizam os dois grupos de ilhas, no sentido em que “uma região é uma entidade de cuja realidade política, económica, social e cultural se formam os factores próprios da sua identidade e diferenciação”. Deste modo, “a descentralização política realiza-se mediante a introdução do ordenamento regional, vinculado ao princípio da “organização autónoma”, que dá perfil próprio ao Estado-Comunidade” (Silveira, 2007).

Neste sentido, nota-se que o principal fundamento deste modelo se deve às questões socioculturais, pelas quais se diferenciam os dois grupos de ilhas, o Barlavento e o Sotavento. Portanto, *“as diferenças de comportamento, tanto individual como colectivo são altamente reveladoras de uma realidade regional em Cabo Verde à qual a insularidade confere um expoente geográfico. Ou seja, submetida às evoluções diferenciadas, a sociedade rural do interior de Santiago e as ilhas da sua influência geográfica, por um lado, e a sociedade cosmopolita do Mindelo e ilhas envolventes, por outro lado, estão na origem de duas grandes regiões distintas: o Sotavento e o Barlavento”* (Silveira, 2007).

O terceiro cenário proferido pelo constitucionalista, que afirma que se se levasse em conta os dois agrupamentos de ilhas numa relação de cooperação e complementaridade inter-ilhas, haveria ainda uma melhor efectuação de recursos, até porque se justifica dada a dimensão e a estrutura geográfica do país e, neste sentido, evitava-se a multiplicação de organismos de serviços públicos.

Perante estes três cenários de regionalização verifica-se que existem pontos comuns e pontos divergentes, na medida em que todos implicam a ideia de região e manifestação de desconcentração de poderes, isto é, a transferência do poder jurídico do Governo às regiões. Contudo, distinguem-se no sentido em que a regionalização política requer para si autonomia jurídico-administrativa, para se assumir como administração autónoma, e a eleição dos titulares para os seus órgãos, enquanto os outros modelos, requerem uma desconcentração hierárquico-funcional, sem autonomia jurídica, isto é, uma legitimidade meramente constitucional ou legal.

Entretanto, o que constitui elemento fundamental de contestação refere-se justamente à criação de novos órgãos para administrarem as regiões. Pois a criação de regiões políticas e autónomas “implicaria a eleição dos seus órgãos executivos e deliberativos – Junta e Assembleia Regional – com a formação de um corpo de eleitos regionais – deputados regionais – que iriam acrescer ao corpo de eleitos (deputados) nacionais e municipais” (Chefia do Governo, 2006). Para a “região ilha” que proclama a criação de serviços periféricos, estes “deveriam ser compostos por um órgão executivo, unipessoal, um Director, e um órgão consultivo, a que denominaremos Comité Consultivo” (Idem).

Tudo isso traduzir-se-ia num acréscimo muito elevado de figuras política eleitas em três níveis diferentes de administração, o Estado, as Regiões e as autarquias, traduzindo-se num custo financeiro muito elevado para a mobilização de recursos tanto humano como técnicos para a gestão das referidas regiões (Idem).

Importa salientar que de entre estes modelos de regionalização, o mais contestado ou mesmo refutado é o da regionalização política pelo seu carácter “quase federal” (visão do Constitucionalista), que nas palavras da Ministra da Presidência do Conselho de Ministros, da reforma da Estado e da Defesa Nacional, “o modelo põe em causa a configuração actual de Estado Unitário, pois, este constitui a força unificadora e coordenadora das políticas e consensos nacionais (Revista Iniciativa, 2007, n.º 17.), como previsto na constituição, logo, este modelo não é adequado para o país.

No que concerne ao modelo “região ilha”, pelo menos alguns entrevistados demonstraram alguma simpatia mas afirmam de forma contestada que para já não se justifica a sua implementação, na medida em que o modelo actual ainda não esgotou todas as suas potencialidades, precisando assim de um reforço, com a criação de outros figurinos, nomeadamente as juntas de freguesias, com vista a sua consolidação.

“É preciso ainda que se desloquem pelas freguesias e pelos principais aglomerados que descentalizem, e só então depois, aí sim, poderemos se é que se venha justificar para outros níveis de poder” (Presidente do Conselho da Administração da Estação e Valorização Ambiental).

É esta a mesma perspectiva do governo, isto é, pretende-se, “neste momento, privilegiar o reforço do municipalismo ao invés de promover a criação de novas esferas

de administração local supra-municipais”. Ou seja, a consolidação do actual modelo, o que implica o reforço dos recursos materiais e humanos às autarquias locais, garantindo-lhes uma maior capacidade de se auto-administrarem e, conseqüentemente, consolidar a descentralização como garantia do desenvolvimento local (Chefia do Governo, 2006).

No entanto, segundo o Investigador, não existem diferenças relevantes entre as concepções do MPD e do PAICV, os dois partidos com maior representação em Cabo Verde, alegando que tem a ver com a questão de *timing*. Portanto, o MPD propõe que se efectuem os dois critérios ao mesmo tempo, ou seja, consolidar e avançar, enquanto o PAICV sugere que se consolide antes, para posteriormente avançar.

“ (...) Há uma perspectiva diferente na evolução das coisas. (...) O MPD, ou seja os responsáveis que estavam lá presentes, defendiam (...) que nada impede de continuarmos a fazer consolidação mas, temos que passar a um outro estágio da descentralização. (...) Vamos consolidar, e avançar ao mesmo tempo. Enquanto o PAICV, o governo, diz que devemos considerar uma região-plano em termos de desenvolvimento regional, cada ilha uma região (...) temos que consolidar primeiro, e avançamos com calma” (...).

Portanto, nota-se claramente que o único modelo rejeitado foi o da “região política” e em relação à “região ilha” o governo não exclui a sua possibilidade, mas numa fase posterior, pois, prefere-se neste momento dar continuidade ao actual modelo, uma vez que ainda não esgotaram todas as suas potencialidades.

Posto isso, pergunta-se qual será a posição dos autarcas cabo-verdianos caso venha a ser implementado o modelo de “região ilha”, tendo em conta que já gozam de uma ampla autonomia local?

Após todas essas considerações, pergunta-se: Afinal, em que medida a Administração Pública Cabo-verdiana é mais desconcentrada ou mais descentralizada?

Face a esta questão distinguem-se três tipos de opiniões: uns afirmam que o sistema está equilibrado em termos das duas vias, porém, o Estado deverá manter os serviços da educação, saúde e promoção social em relação de complementaridade com os serviços descentralizados dos municípios. Outros afirmam que tanto uma via como outra, precisam de se desconcentrar mais, uma vez que em algumas ilhas e concelhos se

nota a existência de um défice de serviços tanto do Estado como das Autarquias. E por último há opiniões que apontam para a existência de uma maior descentralização, em detrimento da desconcentração e, em certos casos, os autarcas tendem a resolver problemas que não são das suas competências dada a ausência de um representante do Estado para decidir sobre alguns serviços estatais no território municipal. Mas, no entanto, salientam o problema da concentração de recursos técnicos e humanos nas três principais ilhas (Sal, São Vicente e Santiago), o que constitui um desafio para a administração pública cabo-verdiana, pois verifica-se que, em 2006, só nesta última residiam 63% da população com nível superior (*United Nations & INECV*), sendo a maior concentração na Praia, a capital, com 53% (Revista da Câmara Municipal da Praia, n.º 17, 2007:36). Neste sentido, a falta destes recursos nos outros municípios muitas vezes dificulta a realização das suas competências.

De facto, a Administração cabo-verdiana no que se refere aos processos de descentralização e desconcentração, é mais descentralizada que desconcentrada, no sentido em que todas as ilhas estão cobertas de municípios, cujos órgãos foram eleitos pelo povo, até porque há outras com mais de um município, como referido anteriormente, ao contrário dos serviços locais do Estado, exceptuando as ilhas do Sal, São Vicente e Praia. Nas restantes, existem uma fraca representação do Estado em alguns serviços, proporcionando uma maior margem de acção ao presidente da Câmara, dado o facto de o governo não conseguir responder no momento oportuno e, conseqüentemente, poder originar situações de conflito.

Em síntese, tanto o Governo Central como o Local precisam de se desconcentrar. No caso dos municípios, abrir delegações autárquicas mais próximas da população, e o Governo Central por seu turno necessita de criar mais serviços desconcentrados a nível de todo o território nacional, bem com os seus respectivos órgãos com vista a aproximar ainda mais os serviços aos cidadãos e, conseqüentemente, a satisfação das suas necessidades.

Contudo, ao nível do governo já se tem debatido há alguns anos a possibilidade da criação da figura do governador civil em todas as ilhas, mas isso ainda não se traduziu num consenso, dada a polémica que se tem gerado à volta deste assunto, pois alguns autarcas, sobretudo os do partido da oposição, consideram que esta forma de

desconcentração das estruturas do governo constitui um “artifício político legal que ensombra, reduz ou mesmo elimina o manifesto protagonismo patenteado pelos presidentes das câmaras da oposição e ou os independentes, procurando com isso obter o dividendo político eleitoral” (Vieira, 2007).

A partir desta constatação nota-se que a questão de fundo tem a ver com o problema do acesso ao poder e o controlo dos recursos, por isso, há uma certa resistência e ao mesmo tempo os interesses nem sempre são coincidentes. Porque a desconcentração e/ou descentralização significa a distribuição ou partilha de poderes e, muitas vezes, os interesses político-partidários constituem desafios ao processo, na medida em que ninguém quer ver os seus poderes reduzidos.

Outro aspecto importante que se pode retirar desta constatação, possivelmente, tem a ver com a existência ainda de algumas zonas de indefinição das competências entre o poder central e o local, embora existam vários anti-projectos de lei, mas ainda não foi aprovada a lei-quadro do processo da descentralização. Portanto, não há incompatibilidade entre o processo da desconcentração e da descentralização, pois os dois serviços podem manter-se em concomitância no mesmo território, ressaltando apenas os poderes e atribuições de cada órgão. O problema que se verifica é que as áreas de actuações de cada um dos órgãos não estão bem delimitadas, e isso é um dos desafios que os actores políticos terão de resolver e ultrapassar. Assim, cada um dos poderes ocupar-se-á, essencialmente, dos problemas relativos às suas competências e não há como entrar em contradição, mas sim, uma maior articulação e coordenação de actividades com vista à manutenção da estabilidade política e união nacional, promovendo assim o desenvolvimento local através da promoção de melhor representação de todos os grupos sociais na satisfação das necessidades, contribuindo assim, para maior equidade no subsídio dos recursos governamentais e para a redução das tensões sociais, pois é isso um dos principais propósitos da descentralização.

CAPÍTULO 7 – As autarquias locais no actual modelo de descentralização em Cabo Verde

Neste capítulo pretende-se averiguar os tipos de autonomias gozadas pelos autarcas, a relação entre o poder local e central face à problemática do desenvolvimento local, bem como os possíveis conflitos que possam surgir entre esses dois poderes na tomada de algumas decisões de implementação dos projectos nos territórios municipais tendo em conta aos princípios da descentralização.

A análise das autonomias é de carácter discretiva, no sentido em que servem como complemento às outras análises referidas.

Como se referiu no capítulo I, as autarquias locais são pessoas colectivas pertencentes a um determinado território que possuem autonomia política, administrativa e financeira para prosseguirem os seus próprios interesses. Neste sentido, a descentralização traduz-se num “instrumento da autonomia, sendo a primeira constituindo uma dimensão política e administrativa, enquanto a última é a dimensão ontológica”. A descentralização sugere a continuidade institucional e cultural entre o centro e a região. Enquanto a autonomia implica que, para além dos factores de continuidade, haja também diferenças de qualidade, diferença de natureza, no sentido de ela própria estar ao serviço da plena cidadania, enquanto a descentralização pode limitar-se a uma técnica, eventualmente, uma estratégia de administração” (Barreto, 1994:271).

É nesta perspectiva que se analisam as autarquias locais cabo-verdianas de modo a perceber até que ponto a autonomia está presente no actual modelo de descentralização.

7.1. Autonomia política

Sabendo que a descentralização territorial em colectividades autónomas se reveste numa verdadeira descentralização, então isto requer a criação de pessoas colectivas de direito público diferente do estado, devolvendo-lhes o poder de decisão, bem como a competência para o exercício de feixes de atribuições.

A constituição cabo-verdiana no seu artigo 230º/99, consagra a autonomia política às autarquias locais, portanto, “os seus órgãos representativos são eleitos pelos cidadãos residentes na circunscrição territorial da autarquia, segundo o sistema de representação proporcional”.

É esse o verdadeiro sentido da autonomia política que se pode rever num dos princípios da descentralização, pois, a instituição do método eleitoral constitui uma exigência política como forma de assegurar a autonomia orgânica das colectividades locais e protegê-las contra as incursões indesejáveis do poder central na sua administração.

Portanto, isso já é uma realidade em Cabo Verde, desde 1991, pelo facto de terem decorrido eleições autárquicas num período regular de quatro em quatro anos. Até a esta data já decorreram quatro eleições autárquicas. Sabendo que a autonomia política também está associada à liberdade e as reivindicações favorecendo a institucionalização da participação dos cidadãos com vista a uma cidadania plena. Por isso, em Cabo Verde têm havido candidaturas independentes à presidência da Câmara em alguns concelhos e, na opinião do antigo Primeiro-Ministro, as autarquias são poderes à parte, podendo até chegar ao ponto de dissolver os órgãos municipais e convocar novas eleições.

7.2. Autonomia administrativa

O artigo 2º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, “consagra a autonomia administrativa aos municípios, reconhecendo a faculdade destes de se auto-administrarem no âmbito da comunidade nacional em que se integram sem prejuízo da acção tutelar a cargo do Governo restringida a verificação da mera legalidade dos seus actos” e não se submetem ao dever de obediência hierárquica, dado o facto de serem eleitos pelo povo.

À luz da teoria da descentralização estão consagrados os princípios da subsidiariedade na distribuição das competências entre o Estado e as colectividades, ou seja, às autarquias locais devem ser concedidas as atribuições e as respectivas competências com vista a uma maior eficiência na afectação dos recursos e, consequentemente, na promoção do desenvolvimento local. Assim ao Estado cabe-lhe apenas as funções que não podem ser resolvidas ao nível local.

Neste âmbito, o estatuto confere aos municípios atribuições nas várias áreas, nomeadamente, o planeamento (participação no Plano Nacional de Desenvolvimento, elaboração e execução dos Planos Municipais); Saneamento Básico (sistema municipal de abastecimento de água, recolha e tratamento de lixo); Desenvolvimento Rural (promoção de medidas de extensão rural, licenciamento das unidades de produção); Habitação (elaboração da política municipal de habitação, definição do cadastro habitacional); transportes rodoviários (exercício das actividades rodoviária nas estradas municipais, sinalização e trânsito); Educação (construção, manutenção de infra-estruturas de educação pré-escolar); Cultura (promoção de actividades culturais, construção e manutenção de edifícios de valor histórico); Desporto (promoção de actividades desportivas); Turismo (parques de campismo); Ambiente (criação de espaços verdes, reflorestação); Comércio interno (construção, equipamento de feiras, matadouros, talhos); Protecção civil (organização e gestão do serviço municipal de protecção civil); Emprego e formação (organização do recenseamento de mão de obra a nível municipal; Polícia (protecção da segurança pública, respeito pelas posturas e regulamentos municipais) (Barbosa, 2007).

No entanto, segundo o Presidente da Câmara Municipal do Tarrafal e não só, nem todas as competências previstas na lei foram assumidas pelos municípios devido ao facto de algumas não estarem regulamentadas e, por isso, existem algumas zonas cinzentas, zonas de indefinição o que pode provocar, em alguns casos, atrito entre os dois poderes. Para além disso a falta de recursos, sobretudo humanos, constitui um factor que dificulta a cumprimento de todas as atribuições.

Como referido acima, ao Governo cabe apenas a verificação da legalidade dos actos praticados pelos municípios no âmbito dessas atribuições. A tutela inspectiva é exercida através da inspecção-geral e o tribunal de contas. Facto confirmado por todos os entrevistados reforçando a ideia de que as autarquias são poderes livres e à parte, com ausência da dependência hierárquica, obedecendo, por isso, apenas os princípios da constitucionalidade.

No entanto, segundo o Investigador, os serviços de controlo são ineficientes chegando até a ter um mau funcionamento, o que faz com que as autarquias sejam

auditadas no momento inoportuno, ou seja, numa fase *a posteriori* ao mandato dos autarcas eleitos para o período estipulado.

“ (...) *Esse mecanismo funciona muito mal. Porque as contas de 2005 são apreciadas e julgadas 2, 3, 4, 5, 6 anos após o mandato ter concluído. É muito tempo isso acarreta dificuldades nas finanças das autarquias locais*”.

A propósito disso, servem como prova as informações contidas no jornal Expresso das Ilhas, de 22 de Novembro de 2007, (www.espressodasilhas.cv), que demonstra que as despesas da Câmara Municipal da ilha do Fogo relativas ao ano de 2001 só foram contabilizadas em Dezembro de 2007. Neste caso, foram 6 anos após o término do a que se refere.

Presume-se que isso se deve, sobretudo, à falta de meios técnicos e humanos que enfrentam os municípios. Pois, segundo os entrevistados, para além de serem insuficientes, a maioria está concentrada nas três principais ilhas: Santiago, São Vicente e Sal. Sendo assim, verifica-se que não há uma correspondência entre as competências transferidas e os respectivos recursos, neste caso, os recursos humanos e técnicos.

(...) Os municípios têm muitas insuficiências técnicas, neste momento, sobretudo para implementar a nova lei das finanças locais (...) esbarra com as dificuldades de natureza técnica (antigo Presidente da Câmara da Praia).

Este problema constitui um dos desafios na maioria dos países africanos como se referiu no capítulo II, o que faz com que muitos actores políticos cometam fraudes e corrupção, dado o controlo ineficiente e inoportuno do sistema contabilístico.

7.3. Autonomia financeira

O artigo 3º da Lei nº 134/IV/95, 3 de Julho, confere a autonomia financeira aos municípios, facultando-lhes os meios e o poder financeiro indispensáveis para levar a cabo a prossecução das suas atribuições. Assim, o Orçamento das Autarquias Locais é independente do Orçamento do Estado, como decorre do princípio da autonomia financeira prevista na Lei das Finanças Locais (Barbosa, 2007). Porém, as transferências de meios financeiros devem ser equivalentes às respectivas atribuições consagrando

deste modo o direito de as autarquias locais se auto-administrarem e gerirem livremente os seus problemas para promover o desenvolvimento à base da governação local.

Neste sentido, “os municípios participam nas receitas provenientes dos impostos directos e indirectos do Estado, nomeadamente, o Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), o Imposto sobre Consumos Especiais (ICE), o Imposto de Selo e os Direitos Aduaneiros” (Idem).

Para esse efeito foi criado o Fundo de Financiamento dos Municípios (FFM), que é anualmente dotado no Orçamento do Estado pela transferência não consignada de 10% do valor dos impostos directos e indirectos efectivamente cobrados no penúltimo ano anterior àquela a que o Orçamento se refere, excluindo os impostos eventualmente cobrados pela administração fiscal do Estado (idem).

Salienta-se que a percentagem do FFM foi aumentada, pois anteriormente era apenas de 7% e, segundo as informações do Sr. Ministro da descentralização, esse aumento foi exactamente para “favorecer a descentralização, promover mais recursos”, uma vez que o montante anteriormente transferido era insuficiente.

A Figura 1, em baixo também é reveladora desse facto, confirmando o tal aumento, pois nota-se que de 1996 a 2001 as transferências evoluíram de uma forma positiva.

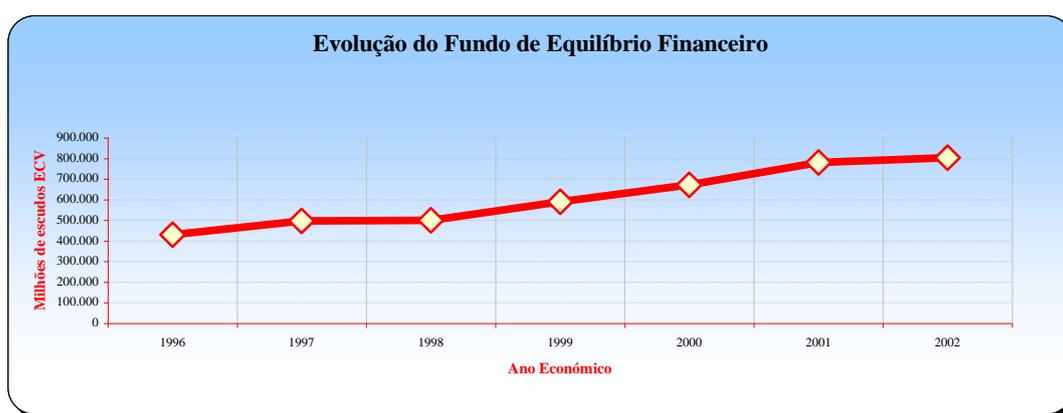


Figura 1: Evolução do Fundo de Equilíbrio Financeiro (Fonte: Barbosa, Análise financeira dos Municípios de Cabo Verde - 1996 a 2002)

No entanto, embora com o aumento do FFM e com os direitos à cobrança dos impostos, bem como as taxas acima referidas e tarifas, aos olhos do Ministro da descentralização, e não só, estes recursos revelam-se insuficientes para que os municípios possam cumprir todas as suas atribuições, tendo em conta que as despesas de funcionamento são elevadas e, para além disso, os municípios ainda são os únicos empregadores, sobretudo os do meio rural, devido à falta de empresas geradoras de empregos e receitas para os municípios. Deste modo, a maioria dos municípios restringem-se apenas aos recursos de carácter endógeno e alguns no âmbito da cooperação descentralizada.

(...) Temos recursos próprios provenientes da venda de lotes, que é a maior fatia dos recursos, temos ainda o imposto sobre o património, temos também as taxas concessão de licenças, os emolumentos municipais, receitas provenientes de emissão de certidões e temos conseguido alguns financiamento externos directamente com a alemã, durante algum tempo, temos projectos que também foram financiados directamente do exterior (Presidente da Câmara Municipal do Tarrafal).

Para além disso, segundo os entrevistados, existe o problema de ordem financeira a nível geral, fazendo com que estes não consigam cumprir cabalmente todas as suas atribuições. Isto é, não há uma correspondência entre as transferências das atribuições e o correspondente montante do FFM transferido, o que limita a autonomia financeira das autarquias, fazendo com que a autonomia seja relativa.

Contudo, o presidente da Câmara Municipal do Tarrafal, por sua vez confirma que de facto o aumento do FFM veio melhorar financeiramente a referida Câmara, mas, acrescentou ainda que essa melhoria também se deve ao facto da alienação da parte de acção que aquela Câmara possuía na companhia de tabacos de Cabo-Verde, o que fez com que a questão financeira não se traduzisse por enquanto, num problema, com o qual enfrenta a maioria, ou senão, todos os municípios do país.

“Neste momento estamos a viver um momento financeiro que nos dá uma certa tranquilidade (...) que até facilita a tomada decisão. (...) Já há mais de dois três anos que temos estado a conseguir os recursos necessários para a concretização dos projectos dos nossos planos de actividades (...) alienamos parte das acções que tínhamos na sociedade cabo-verdiana de tabacos, (...) esses recursos estão depositados

a prazo no banco, até para dar mais ... mais e... autonomia financeira (...) também graças ao reforço da comparticipação dos municípios no orçamento geral do estado” (Presidente da Câmara municipal do Tarrafal).

Em síntese pode afirmar-se que de todas as modalidades de autonomia analisadas, só a política se traduz num facto real, uma vez que em todas as autarquias os seus representantes foram eleitos pelo povo e dado a esse facto gozam de um amplo poder de decisão a nível político. Quanto à autonomia administrativa e financeira estas são limitadas ou condicionadas e logo relativas. A primeira é condicionada pela falta de meios técnicos, materiais e humanos necessários, sobretudo nos municípios do meio rural, dada a elevada concentração destes meios apenas nas três ilhas, São Vicente, Sal e Santiago, sendo a última com a maior concentração na capital. Neste sentido, a maioria dos municípios deparam-se com problemas relativos à realização das suas tarefas.

No que concerne à autonomia financeira, esta é limitada pela conjugação de três factores, por um lado, há o problema da não correspondência entre o montante transferido e as respectivas atribuições, por outro lado, é agravada ainda pelo baixo potencial das receitas ligadas às actividades económicas locais, sobretudo nos municípios do meio rural e, por fim, “a descentralização dos serviços de cobrança dos impostos tem sido muito lenta, dadas as limitações das estruturas e dos instrumentos de acesso aos recursos provenientes das receitas fiscais” (Barbosa, 2007).

7.4. O relacionamento entre o Poder Central e o Poder Local

Como se referiu no primeiro capítulo, ao Estado cabe-lhe as funções de carácter geral, isto é, as políticas de carácter macroeconómico e de redistribuição, enquanto as Autarquias Locais se ocupam das questões relativas aos interesses próprios que satisfaçam as necessidades locais. Este facto vem expresso na Constituição cabo-verdiana que define que as Autarquias Locais “prosseguem interesses próprios, sobretudo os locais, que se traduzem em assegurar a satisfação das necessidades de carácter local, enquanto ao Estado compete tratar dos assuntos colectivos, promovendo a satisfação das necessidades gerais”.

Segundo as informações dos entrevistados constata-se o mesmo facto, o que quer dizer que existe uma correspondência entre a teoria e a prática relativamente às

funções de cada um desses poderes, o que se pode observar numa das passagens da entrevista com o Ministro da descentralização.

“ (...) É o governo que planifica a nível macroeconómico. As autarquias por seu lado, têm também competências a nível da dinamização do mercado local, de estabelecer incentivos, mobilizar empresas para intervenção, tem um papel a nível local, mas também o governo tem um papel a nível nacional. O governo é que concebe, (...) nos seus grandes projectos, que procura definir zonas de colocação (...).

Apesar da existência de funções claramente definidas, na opinião de alguns entrevistados, existe uma articulação entre esses dois actores no que diz respeito à implementação dos projectos nos territórios municipais. No entanto, “pelo facto de estes actores partilharem o mesmo território, isso pode constituir um foco potencial de conflito quando a área de intervenção for vista como potencialmente descentralizável ou tenha pontos de conexão com atribuições que são da competência das autarquias locais” (Neves, 2007).

Esse aspecto foi evidenciado aquando da construção do centro de saúde no concelho de Tarrafal, embora o Presidente da Câmara daquele concelho tivesse demonstrado uma certa renitência quanto a essa questão que deixou transparecer ao longo da entrevista, o que permitiu perceber-se que não estava totalmente de acordo com a implementação do referido centro no local escolhido pelo governo.

“A construção do centro é da competência do governo. Mas o governo não dialoga muito nessas questões. Mas não sei se é uma postura que se deve exigir do governo. O governo tinha na mão um lote de terreno onde existe o tal centro de saúde. Tinha que escolher entre esse lote e um outro lote disponível. (...) Agora, eu até tentei influenciar o governo na altura para optar por esse terreno, mas não... disseram que o projecto que tinham... não podiam ter deixado esse terreno... tinham um projecto já preconcebido. Para mim daria muito mais satisfação se ocupassem esse terreno e ficaria com o outro terreno livre, de que ficar aqui com o pedaço de terreno livre”.

O mesmo facto também foi revelado por um dos presidentes da Associação daquele concelho, demonstrando que a população não ficou satisfeita com a localização do referido centro de saúde.

(...) Por exemplo o centro de saúde que foi construído ali (...) não sabíamos, da sua localização ...só depois de estar pronto todas as pessoas estão a dizer que não devia ficar ali. De certeza nós pensamos que não houve uma discussão, a população não foi envolvida, nem por parte de saúde e nem parte da Câmara (...) não foi ouvida a população para saber quanto a localização, e o seu melhor enquadramento (Presidente da Associação E).

A partir destas anotações vê-se claramente que o Estado, ou mais concretamente o Governo, não agiu em conformidade com os princípios democráticos, o qual proclama a participação dos cidadãos na tomada das decisões dos problemas que lhes dizem respeito. Agiu sim de uma forma anti-democrática num duplo sentido. Por um lado, o projecto referente à construção do tal centro de saúde já tinha sido elaborado pela Administração Central sem o devido conhecimento das respectivas populações, e por outro lado, nem as informações do presidente da Câmara daquele concelho influenciaram de forma positiva a tomada da decisão na construção do tal centro. Neste sentido, a atitude evidenciada pelo Estado não corresponde ao pressupostos de *Friedmann*, 1996, que postula a existência de um Estado ágil dialogante, que presta conta aos cidadãos, assente no forte apoio de uma democracia participada, em que são entregues à unidade de governação local e ao próprio povo os poderes para gerir os seus problemas.

Porém, os conflitos que têm surgido não são apenas relativos à tomada das decisões da Administração Central para as autarquias locais, mas também já se registaram casos sobretudo nas outras ilhas, em que as decisões tomadas pelos autarcas não se traduziram em consenso entre os dois poderes o que provocou situações de conflitos entre os mesmos. Presume-se que isso tem a ver com a própria configuração geográfica do país, por ser um arquipélago e muitas vezes nas ilhas onde a desconcentração dos serviços do Estado é fraca, este não consegue resolver em tempo oportuno todos os problemas, deixando uma maior margem de acção ao Presidente da Câmara, por ser o único representante politicamente eleito, que muitas vezes acaba por tomar decisões que não lhe cabem a ele e, deste modo, nem sempre tal decisão é ajustada, o que pode provocar alguns conflitos.

Outras razões foram apontadas como causa do conflito, tais como: a dificuldade de comunicação em alguns casos; existência de interesses político-partidários divergentes; o problema da cópia do modelo adoptado, que para alguns não promove a cooperação solidária entre os entes descentralizados, por estes últimos se assumirem como um sindicato fazendo ‘lobbying’ político e, por isso, agirem como forças opostas em relação ao poder central; pelo facto do sistema democrático cabo-verdiano ser novo e, por último, pela inexistência de instrumento de gestão autárquica, nomeadamente, o Plano Director Municipal (PDM), que define as áreas de actuação de cada um dos poderes dentro do território. Alguns até atribuem um carácter generalizado à situação, ao afirmarem que em qualquer sistema onde existem poderes descentralizados há sempre exigência por parte do Poder Local e retraimento pelo Poder Central, por isso, às vezes surgem conflitos.

No entanto, alguns ainda concebem isso, como um aspecto positivo, por demonstrar até que ponto o sistema se tem evoluído.

Todavia, o Estado cabo-verdiano como um Estado do Direito Democrático que é submete-se aos princípios constitucionais para tentar redimir os conflitos que surgem no âmbito da tomada das decisões. Na medida em que só o Estado de direito é capaz de realizar a democracia, impedindo abuso de poderes, por existirem centros de interesses que nem sempre se traduzem num consenso entre a maioria.

É nessa perspectiva que se têm resolvido os conflitos, ou seja, segundo os entrevistados, são duas estratégias utilizadas para resolver os conflitos - por via do diálogo com vista a chegar a um consenso, ou pelo tribunal tendo como pano de fundo os princípios do Estado do direito democrático.

Relativamente ao PDM (Plano Director Municipal), constatou-se que só o município da Praia possui esse instrumento, o qual foi aprovado recentemente, quanto aos outros municípios, nomeadamente o do Tarrafal, o autarca queixa-se da falta de apoio financeiro para a conclusão do referido plano.

Não ... não existe... não existe (...) O Projecto começou em 97 não evoluiu muito, (...) a entidade financiadora do projecto alegou problemas financeiros em 2002,

e não assumiu a continuidade do projecto. (...) Estamos nesse momento a retomar o processo da elaboração com o financiamento da cooperação austríaca.

Portanto, a partir da análise, percebeu-se que os autarcas têm um amplo poder de decisão apenas quando os projectos de investimento forem da competência da câmara. E como foi referido acima, neste aspecto os mesmos gozam de uma ampla autonomia, por serem poderes à parte. Por isso, não existem directrizes nem dependência hierárquica em relação ao Governo Central no que diz respeito às actividades específicas dos municípios. No entanto, cabe ao Governo verificar a legalidade dos actos praticados pelos autarcas nos respectivos municípios.

Agora, pergunta-se: Em que situação o Governo Central pode influenciar o poder de decisão de investimento nas autarquias com vista ao seu desenvolvimento?

Portanto, se o desenvolvimento local implica o envolvimento de diferentes actores sociais e o estabelecimento de relações de parceria em diferentes frentes de intervenção, então esta parceria pode ser estabelecida com os serviços desconcentrados da administração pública e também com actores exógenos, através da cooperação descentralizada, cuja intervenção reforce o potencial endógeno. Sendo assim, poder-se-á averiguar nas evidências empíricas abaixo referenciadas em que situação essa relação de parceria favorece o desenvolvimento local.

Conforme já referido anteriormente, o Estado tem, para além das definições das políticas macroeconómicas para o país, responsabilidade da função redistributiva das riquezas. E, como já se disse, constitui a obrigação do Governo transferir uma parte do Orçamento do Estado (10%) aos municípios, através do Fundo de Financiamento Municipal (FFM), que, nas palavras do presidente da Câmara do Tarrafal neste aspecto, o Governo não pode contornar por ser um princípio constitucional.

Mas, entretanto, segundo o mesmo, o governo condiciona a vida nos municípios porque distribui o outro montante sem critérios pré estabelecidos, pelo que, em certos casos, pode cometer injustiças pela discriminação de alguns municípios, por isso, algumas autarquias ficam mais beneficiadas em relação às outras e em certos casos as actividades destas podem ficar condicionadas, dada a insuficiência e ou falta de verbas para finalizar os projectos.

o Luxemburgo veria funcionar naquele ano. Com as eleições retiraram esse projecto, e nós perdemos esse projecto. Também o mercado municipal que nós negociamos com o Luxemburgo tudo antes das eleições de 2001, depois das eleições tentaram atrapalhar esses processos. Eu tive que fazer várias diligências deslocando daqui ao exterior, indo à Praia (...) falar com o representante da cooperação Luxemburguesa que por acaso era uma pessoa muito amiga que me ajudou bastante, não fosse essas pessoas se calhar perderíamos esse mercado (...).

Alega ainda que houve um caso em que o Governo nem sequer o contactou para lhe dar o devido conhecimento de um programa que ia ser implementado no concelho, pois as acções foram canalizadas directamente para as associações comunitárias. Foi o caso do programa “Operação Esperança”.

“Desencadeia-se um projecto que se chama “Operação Esperança” para a construção ou para a melhoria da habitação social. Esse processo é feito pelo poder central com base nas associações criadas directamente para o efeito, sem que as câmaras municipais conheçam o destino dos custos e quem são os beneficiários” (Presidente da Câmara Municipal do Tarrafal).

No entanto, quanto ao programa “Operação Esperança”, percebe-se que no concelho da Praia onde existe aliança partidária o projecto foi realizado numa perfeita harmonia com o governo. O que se pode constatar na seguinte passagem.

“Juntamente com o Governo, está em curso o Programa Operação Esperança, para a melhoria das habitações degradadas, que está a encaminhar a bom ritmo” (Presidente da Câmara Municipal da Praia, *in* Revista da Câmara municipal da Praia nº15, PP.5, Fevereiro de 2006).

Porém, a situação de discriminação não é exclusiva ao caso do concelho do Tarrafal, pois no município de São Domingos, que também é do partido da oposição (MPD), o seu autarca sente-se vítima de algumas injustiças por parte do governo. Embora esta câmara não seja contemplada neste estudo, é de aproveitar este exemplo pelo facto de constituir um acréscimo revelador da problemática em análise, o que se pode confirmar na seguinte passagem.

“*Existe uma certa desconfiança do Governo em relação às Câmaras ditas de oposição (...), cai sempre na tentação de colocar mais dinheiro onde achar mais conveniência política (...) não tendo beneficiado com mais nenhum centavo desde 2001*” (Presidente da Câmara de São Domingos: Revista Iniciativa, Santiago Potencialidades e desafios, nº15, Novembro/Dezembro de 2006, PP.20-21).

A partir destas anotações pode afirmar-se que “o autarca movimenta-se no seio de um sistema com marcos bem definidos e do qual se não pode afastar: O Estado procura exercer influência num quadro de fechamento monopolista em que as procuras esbarram numa oferta algo restrita de receptores. Deste modo, o autarca vive num contexto de extrema dependência financeira, administrativa, e logo, política” (Ruivo, 2002).

Portanto, há um fechamento no sentido *parkiano* do termo, isto é, os grupos sociais com interesses políticos comuns procuram maximizar recompensas, restringindo o acesso aos recursos e oportunidades a um círculo de privilegiados, mantendo, assim, o controlo dos mesmos. Deste modo, os actores políticos movimentam-se de acordo com a semelhança político-partidária a que pertencem, o que pode facilitar ou não as relações de parceria com a administração central e/ou com os agentes externos, reflectindo-se isto no desenvolvimento local.

Porém, isso traz consequências negativas e muito graves para o desenvolvimento de determinados concelhos, fazendo com que alguns tenham momentos de avanço e recuo em função da aliança partidária. Deste modo, o autarca sente-se discriminado em relação aos municípios da mesma cor política do governo, pois, muitas vezes, os recursos são canalizados para as comunidades onde de certa forma não se justifica tal prioridade, traduzindo-se no uso ineficiente dos mesmos.

Outros aspectos negativos resultantes destas relações têm a ver com a desacreditação da população no figurino político local, tendo isso uma repercussão directa no sistema democrático por via do voto, isto é, as pessoas abstêm-se por não verem os problemas das suas comunidades resolvidos. Não é por acaso que já se verifica uma elevada abstenção pois, em 2004, 105615 eleitores não votaram nas eleições autárquicas.

Respondendo à questão acima colocada, algumas decisões de investimentos nas autarquias locais em estudo são influenciadas pelo governo em função da aliança política. Assim nos municípios cuja cor política é diferente da do governo a influência reverte-se num saldo negativo, provocado pela falta de diálogo, má articulação dos projectos de desenvolvimento e, sobretudo, num mau relacionamento com repercussões nefastas para o desenvolvimento de alguns concelhos e, por isso, surgem bloqueios na realização de alguns projectos, conforme se teve a oportunidade de verificar.

CAPÍTULO 8 – Os casos dos concelhos da Praia e do Tarrafal face à problemática da desconcentração e da descentralização

Neste capítulo pretende-se perceber e responder às seguintes questões, a saber: em que medida os princípios da descentralização e desconcentração estão presentes nestes concelhos? Para uma melhor compreensão, considerou-se relevante analisar de forma comparada alguns aspectos, nomeadamente a população, a educação a saúde, o saneamento, os aspectos económicos no que se refere aos sectores de actividades, a taxa do emprego e do desemprego e, por fim, a situação de pobreza.

8.1. Caracterização socioeconómica dos concelhos

8.1.1. Aspectos Sociais

8.1.1.1. Demografia

O Município da Praia conta actualmente com um crescimento populacional na ordem dos 4% por ano e enfrenta os problemas típicos das capitais dos Países Africanos: densidade populacional e migrações internas (*United Nation & INECV*).

O concelho tinha, em 2006, cerca de 127.305 habitantes (Ministério da Saúde). A densidade populacional era de cerca de 1218 habitantes por km². Destes, 63% tinha idade inferior a 25 anos (três pontos percentuais acima da média nacional) (Revista da Câmara Municipal da Praia, 2007:34).

No concelho do Tarrafal, o número de habitantes é mais reduzido em relação à capital, pois, no mesmo ano, havia 21 436 habitantes (Ministério da Saúde); destes, 50% encontravam-se na faixa etária dos 0 aos 17 anos, “um dos valores mais altos do país”¹⁴. Sendo assim, a população do Tarrafal é ainda mais jovem do que a da Praia.

No entanto, de acordo com as informações do Presidente da Câmara daquele concelho, o aumento da população em si não corresponde um factor de risco para a pobreza que se verifica no concelho, outrossim, constitui uma oportunidade para a

¹⁴<http://www.tarrafalnazona.com/index.jsp?jsessionid=DB930BE8DB905AFEEFD03A82C6243286?page=historia> 21/01/2008

geração de riqueza, se for acompanhado de um aumento proporcional de condições de acesso, sobretudo, à educação. Porém, isso constitui um dos desafios que a Câmara terá que enfrentar pelo facto de, por um lado, a grande maioria da população, devido à fraca qualificação profissional, não dispor de capacidades para criar o seu auto-emprego, constituindo assim esta uma das preocupações da Câmara em conceber a política social com vista a responder às necessidades dessa população e, por outro lado, as insuficientes infra-estruturas escolares que fazem com que a Câmara despenda uma quantia avultada nas despesas de transportes escolares para os jovens e outros subsídios (uniformes e materiais didácticos), de modo a fazer face aos problemas que estes enfrentam no seu dia-a-dia.

8.1.1.2. Os bens colectivos e infra-estruturas

O grau de acessibilidade é um factor determinante para a eficácia na utilização dos recursos disponíveis no território, pois existe uma relação directa entre a distância, o tempo e o custo para aceder aos mesmos. Isto é, quanto maior a distância a percorrer, e quanto maior o tempo necessário para perfazer essa distância, maior o custo de utilização desses serviços. Neste sentido, “nas regiões em que a densidade populacional é menor, será necessário um maior número de equipamentos colectivos para servir a população” (Pereira, 1998), como forma de reduzir os custos e o tempo gasto pelas populações para aceder aos recursos. Embora não dispondo de dados concretos sobre a densidade populacional no concelho do Tarrafal, no entanto, presume-se que esta é menor que no concelho da Praia, pelo facto de este último ser a capital e centro urbano, enquanto no Tarrafal predomina a zona rural e esta possui população muito dispersa, logo a densidade populacional tende a ser menor.

É nesta perspectiva que se propõe analisar o grau da eficácia na utilização dos recursos disponíveis nestes concelhos. Ou seja, pretende-se perceber o grau do acesso a esses recursos pelas respectivas populações, ao nível da educação, saúde, saneamento, e tempos livres.

8.1.1.3. Educação

Como referido anteriormente, Cabo Verde apresenta uma elevada taxa de alfabetização. No entanto, nos dois concelhos existe uma diferença significativa no que concerne à percentagem de indivíduos escolarizados. Isto é, a Praia, como um concelho

com maior concentração urbana, tinha em 2006 83,9% de indivíduos escolarizados, portanto, um valor superior à média nacional, e no concelho do Tarrafal havia 74,5%, valor inferior à média (Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, QUIBB-CV, 2006). Este facto já era de esperar, pois, sendo a Praia um município onde está sediada a capital e com maior concentração populacional, possuiu mais estabelecimentos escolares a vários níveis e em melhores condições, muito antes do concelho do Tarrafal, o que proporcionou à população praiense uma maior oportunidade de acesso ao ensino.

Conforme referido, ao nível do país existem cinco níveis de ensino: o ensino pré-escolar, o básico, o ensino extra-escolar (alfabetização dos adultos), o secundário, o curso médio e o superior. Estes dois últimos não existem no concelho do Tarrafal.

Relativamente ao ensino pré-escolar, este é de carácter facultativo, frequentado por crianças com idade compreendida entre os 4 aos 6 anos.

De acordo com o QUIBB-CV 2006¹⁵, no concelho do Tarrafal a percentagem de crianças que residem a menos de 15 e 30 minutos de uma instituição infantil é superior ao concelho da Praia, pois no primeiro, era de 88,9% e 86,4%, respectivamente, enquanto na Praia a percentagem era de 86,4% e 82,1%, para as referidas distâncias.

Relativamente ao ensino básico, no concelho do Tarrafal este nível de ensino é ministrado em escolas públicas existentes em todas as localidades do concelho. Já no concelho da Praia, para além das instituições públicas, existem escolas privadas que ministram esse tipo de ensino.

Contudo, mesmo existindo apenas escolas públicas deste nível de ensino no Tarrafal, segundo a mesma fonte, a percentagem de alunos que, em 2006, residiam a menos de 15 e 30 minutos neste concelho era maior do que na Praia, com 76,9 e 87,5 para o primeiro, contra 74,9 e 71,6, respectivamente.

No que concerne ao ensino secundário, nos dois concelhos este tipo de ensino é ministrado tanto nas escolas públicas como privadas, sendo estas últimas frequentadas

¹⁵ Idem

pelos alunos que perderam o direito de estudar na escola pública e/ou adultos que pretendem aumentar o seu nível académico.

Quanto ao acesso a este tipo de ensino, verifica-se que a percentagem na Praia é mais elevada apenas na distância a menos de 15 minutos, ou seja, 45,3% contra 41,1% no Tarrafal, pois, em relação a distância a menos de 30 minutos o valor é mais elevado no Tarrafal, com 82,4%, e 62,5% para a Praia.

De um modo geral, verifica-se que, embora com uma diferença pouco significativa, no concelho do Tarrafal os alunos vivem mais próximos de quase todos os estabelecimentos de ensino, desde o pré-escolar ao secundário. Neste último, há uma excepção quanto à distância a menos de 15 minutos, favorável ao concelho da Praia. Presume-se que isto tem a ver com o número de estabelecimentos de ensino deste nível, tanto públicos como privados, existentes em maior quantidade neste concelho. Pois, no concelho do Tarrafal existe uma escola pública secundária, o Liceu do Tarrafal, e duas escolas privadas situadas na Vila. Enquanto no concelho da Praia existem 7 liceus distribuídos por várias localidades e várias escolas privadas que ministram este nível de ensino.

Contudo, a taxa de alfabetização juvenil entre os dois concelhos apresenta uma diferença não muito significativa, isto é, existem no concelho da Praia 98,2% e no Tarrafal 97,4% de jovens escolarizados na faixa etária dos 15 aos 24 anos.

Uma das razões explicativas deste facto tem a ver com a generalização do ensino, o que fez com que todos os concelhos se munissem de escolas básicas e secundárias, pois, no Concelho do Tarrafal, antes da década de noventa, não havia escolas de ensino secundário. Deste modo, o acesso a esse tipo de ensino era selectivo, a maioria dos alunos não continuavam os seus estudos, dado o custo que o mesmo acarretava, para se deslocarem aos sítios onde existiam instituições para o efeito.

A distribuição da população nas comunidades, também aqui constitui um factor explicativo, pois, sendo o concelho do Tarrafal predominantemente rural, onde as populações vivem dispersamente, existem escolas mesmo nas zonas onde existem poucas pessoas, com vista a garantir as mesmas oportunidades para todos. Sendo assim, há uma maior desconcentração e/ou descentralização dos serviços.

A título de exemplo, segue-se uma das passagens da entrevista com o Presidente da Câmara Municipal daquele concelho, relativa à instituição do pré-escolar, ao qual corresponde a única atribuição das câmaras cabo-verdianas no domínio da educação.

“Temos responsabilidade no pré-escolar. (...) Temos uma cobertura pré-escolar a 100%. Temos jardins infantis em todas as localidades do concelho, mesmo onde o número de crianças não justifica a existência de um pólo” (Presidente da Câmara Municipal do Tarrafal, Revista da Câmara Municipal do Tarrafal, n.º 1, Janeiro de 2007, PP.6).

De um modo geral, verifica-se que os alunos do Tarrafal têm um acesso um pouco mais facilitado que os alunos da capital apenas nos níveis básicos, isto é, há uma maior disponibilidade apenas nos recursos mínimos, na medida em que estes são reduzidos, à medida que a capacidade de resposta for mais exigente, assim já no nível secundário, favorece os alunos da capital e quanto aos cursos médios e superior nem sequer existem. Portanto, a frequência dos alunos do Tarrafal nestes últimos níveis é selectiva, favorecendo apenas os que possuem recursos para a eles poder aceder nos outros concelhos.

8.1.1.4. Saúde

No concelho da Praia existe um Hospital central, cinco Centros de Saúde, um Centro de Saúde Reprodutiva, dois Postos Sanitários e nove Unidades Sanitárias de Base. Quanto aos profissionais de Saúde existiam, em 2006, 92 Médicos e 168 Enfermeiros (Ministério da Saúde em Cabo Verde, 2006).

Neste concelho, 84,6% da população vive a menos de 30 minutos de um serviço de saúde, valor superior à média nacional (QUIBB-CV, 2006). No entanto, 88,5% da população demonstraram estar satisfeitos com esse tipo de serviço, valor praticamente igual a média nacional.

O concelho do Tarrafal, por seu turno, dispunha em 2006, de um Centro de Saúde, um Posto Sanitário e nove Unidades Sanitárias de Base distribuídos por várias localidades (Ministério da Saúde, 2006). Este serviço integra cinco médicos e nove enfermeiros. Recentemente foram construídas mais duas Unidades Sanitárias de Base, perfazendo assim um total de onze infra-estruturas deste tipo.

Neste concelho, 79,7% da população vive a uma distância de menos de 30 minutos desse tipo de serviços, portanto, uma percentagem inferior à do concelho da Praia. A percentagem de população que declarou estar satisfeita com esse tipo de serviço neste concelho era de 89,6%, valor sensivelmente igual à média nacional e um pouco superior ao concelho da Praia.

Portanto, constata-se que nestes dois concelhos o grau de acesso das populações aos serviços de saúde é diferente, estando as populações da Praia numa situação mais vantajosa. Esse facto já era de esperar, porque o concelho da Praia, sendo a capital, está melhor servido em termos de infra-estruturas de saúde, com se referiu anteriormente, e é aí que se situa um dos melhores centros hospitalares do país, possuindo também outras infra-estruturas, tais como acima referidas, e igualmente concentra maior número de profissionais de saúde, com especialidade em várias áreas, enquanto no concelho do Tarrafal as infra-estruturas existentes são na sua maioria apenas para dar assistência aos cuidados mínimos de saúde e verifica-se uma carência dos profissionais afectos a essa área, pelo que quando há necessidade de maior ordem os doentes são evacuados para a capital, onde lhes são facultados melhores cuidados.

O Quadro 1 confirma o facto, pois nota-se que o rácio entre o número de habitantes por Médico e de habitantes por Enfermeiro entre os dois concelhos apresenta valores muito diferentes, estando a Praia em situação muito mais privilegiada, visto que em 2006 neste concelho havia um Médico por 1384 pessoas e um Enfermeiro por 758 pessoas. Enquanto no concelho do Tarrafal, no mesmo ano, havia um Médico por 4287 pessoas e um Enfermeiro por 2382 pessoas.

	Médicos	Enfermeiros	Unidade Sanitária de Base
Praia	1384	758	14145
Tarrafal	4287	2382	2382

Quadro 1: Rácios: Médico/habitantes, Enfermeiro/habitante e habitantes/Unidade Sanitária de Base nos dois concelhos em 2006 (Dados: Ministério de Saúde da Praia)

Contudo, neste último a percentagem da população que demonstrou estar satisfeita com este tipo de serviço, em 2006, era superior à do concelho da Praia, embora a diferença não seja muito significativa. Presume-se que isso pode ter como

explicação a existência de Unidades Sanitárias de Base, dispersas por várias localidades do concelho. Embora existam estas infra-estruturas em igual número nos dois concelhos, comparando o rácio entre o número de habitantes por cada infra-estrutura deste tipo, o valor é bastante diferente, estando a população do Tarrafal numa situação mais favorável, pois, por cada USB há cerca de 2382 pessoas, enquanto no concelho da Praia esse valor é muito superior, isto é, 14145 pessoas por USB.

Outro aspecto também tem a ver com o já acima referido, pois nos sítios onde há maior dispersão e menor densidade populacional, os serviços tendem a ser mais desconcentrados e/ou descentralizados, como forma de favorecer um maior grau de acesso da população aos recursos, embora no concelho do Tarrafal o maior acesso seja relativo aos cuidados mínimos de saúde dada à carência de profissionais e de infra-estruturas adequadas ligadas a esse tipo de serviço que o país em geral enfrenta, por isso este concelho não é exceção.

Assim como verificado ao nível da educação, também no sector da saúde a população do Tarrafal beneficia apenas dos recursos mínimos e, neste caso, são as USB que estão distribuídas por várias localidades, isto é, existe uma maior desconcentração destes serviços neste concelho em relação à capital.

8.1.1.5. Ambiente e qualidade de vida

O bom ambiente e a boa qualidade de vida da população medem-se através dos indicadores da qualidade da água para o consumo doméstico, ou seja, a potabilidade da água, bem como pela posse de casas de banho e retrete e pela forma de evacuação de águas residuais e do lixo doméstico.

Assim, verifica-se que em 2006 a proporção de famílias da capital com acesso à água potável através da rede domiciliária era de 35,3%, através do chafariz de 49,2% e através do auto-tanque, 4,0%. Já no Concelho de Tarrafal, as populações estão mais beneficiadas em todos esses meios de distribuição da água, pois 53,2% das famílias estão ligadas à rede domiciliária, um valor até superior à média nacional (39%); 30,6% tem acesso ao chafariz e apenas 2,3% são servidas pelo autotanque. Este último caso foi constatado numa das comunidades incluída na amostra, por isso o principal problema apontado pelo representante da associação é a falta de água, na medida em a população é abastecida por autotanque.

Mas isso deve-se, certamente, às preocupações que o actual Presidente da Câmara daquele concelho tem revelado, fazendo com que a satisfação da comunidade a esse nível constitua uma das maiores prioridades, e sendo assim, faz parte dos principais projectos implementados, ciente de que este bem constitui uma fonte que gera a economia familiar, pois as famílias gastam o seu tempo em fazer outras coisas em vez de se deslocarem a uma certa distância para a obtenção do mesmo.

“O município do Tarrafal é o município da ilha de Santiago melhor servido em termos de ligação domiciliária da água, e a nível de Cabo Verde está acima da média. É um projecto muito importante porque a água como se costuma dizer é a fonte da vida gera muita economia à família que passa a dispor de tempo para fazer outras coisas.

No entanto, outro problema, certamente, o fundamental, deve-se à escassa quantidade de água existente entre os dois concelhos, pois os meios rurais, pelo menos da ilha de Santiago, possuem maior quantidade de água que os urbanos, nomeadamente a Praia. A água que chega à capital provém do interior e já há alguns anos optou-se por outra via, a dessalinização da água do mar, para servir a população citadina, por causa da insuficiência deste bem na capital. Assim, a distribuição através do chafariz é a melhor estratégia em termos da racionalização deste bem, pois consegue-se chegar a uma maior quantidade da população.

No que se refere à posse de casa de banho ou retrete na capital, a percentagem de famílias que possui esses compartimentos era, em 2006, de 57,8%, e que evacuam as águas residuais através de fossa séptica/rede de esgoto era de 44,9%. As famílias com acesso a um sistema de recolha de resíduos sólidos representam 64% da população, ou seja, evacuam o lixo caseiro depositando-os nos contentores ou em carros de lixo (5,8%). Já no caso do Tarrafal a percentagem em termos do uso desses recursos era inferior à da Praia. Pois as famílias que possuem esses compartimentos eram 36,4%, as que evacuam águas residuais através de fossa séptica/rede de esgoto 12,4%, as que usam os contentores ou carro para depositarem o lixo era de 28,6% e 0,3%, respectivamente. Em contrapartida, a percentagem de famílias que depositam esses resíduos na natureza suplantam a da Praia, com uma diferença muito significativa, pois constata-se que no Tarrafal era de 59,9% contra 22,8% na Praia.

Presume-se que isso tem a ver com o facto de a Praia ser um município da

capital, com maior incidência urbana e uma densidade populacional superior, o que se traduz na falta de espaço para o depósito desse resíduos, sendo assim, há que dar um tratamento apropriado aos mesmos. Pois, segundo o presidente da Câmara da Praia, um dos principais projectos é precisamente ao nível do saneamento, dando um maior e melhor destino ao lixo, com vista à melhoria da imagem da cidade.

“ Estamos a atacar a vários níveis: montagem de um sistema de recolha de lixo que dê satisfação em termos de imagem da cidade (...), com o reforço do equipamentos de recolha e com a preparação do pessoal técnico de limpeza; (...) a mudança da mentalidade, através da informação e da sensibilização das pessoas, para que colaborem na limpeza da cidade” (Revista da Câmara Municipal da Praia, nº17, Abril de 2007).

No caso do concelho do Tarrafal, a estratégia utilizada para o combate ao lixo segundo as informações de algumas associações (nomeadamente a associação A), tem-se baseado na organização de campanhas de limpeza em articulação com o pessoal da câmara municipal e, nas palavras do Presidente da Câmara daquele concelho, tem havido um envolvimento significativo da população nestas actividades. No entanto, é de salientar que ainda existe uma camada razoável de pessoas que não colaboram e que, por isso, não dão o devido tratamento aos resíduos, pois depositam-nos na natureza, conforme referido acima. Porém, esse problema não é específico do Tarrafal, pois, na capital, ainda é mais agravante e, segundo os entrevistados, o maior problema da capital é a questão do saneamento base, mais concretamente, o problema do lixo.

É neste sentido que ambos os presidentes demonstram a necessidade de acções de formação e de sensibilização da população com vista a proporcionar uma maior consciência cívica e o exercício de uma cidadania plena.

Relativamente ao concelho do Tarrafal estas acções já estão sendo postas em prática e, segundo o Presidente da Câmara daquele concelho, esse é um dos principais projectos implementados.

(...) O défice de cidadania (...) poderá comprometer o processo de desenvolvimento (...) consiste precisamente em ir as comunidades e discutir com as comunidades sobre os direitos, os deveres e formas de participação e actuação”

(Presidente da Câmara do Tarrafal).

Relativamente ao concelho da Praia não se dispõe de dados sobre esse assunto, por isso, não se sabe se o projecto já foi implementado.

No que diz respeito à distribuição da energia eléctrica nos dois concelhos, a maior percentagem concentra-se na capital (80,1%), superior à média nacional (67%), e no concelho do Tarrafal a percentagem em 2006 era inferior, apenas de 44,2%, com maior concentração na zona urbana. Contudo, a electrificação das zonas rurais, segundo o Presidente da Câmara desse concelho, constitui uma das prioridades agendadas. No entanto, presume-se que a baixa percentagem de famílias com acesso a esse bem se deve ao facto de que várias comunidades das zonas rurais são de difícil acesso por não estarem servidas de estradas de penetração, o que pode constituir um entrave à instalação da energia eléctrica nestes locais.

Portanto, a elevada taxa de acesso à electricidade pelas famílias da capital em relação ao concelho do Tarrafal já era de esperar, uma vez que sendo o concelho da Praia onde se encontra a capital, a energia eléctrica constitui um dos bens essenciais para assegurar o bom funcionamento todas as actividades que dela dependem. Para além disso, as próprias famílias da capital já possuem diversos equipamentos domésticos electrónicos. Pois, segundo o QUIBB-CV, de 2006, na cidade da Praia 67% das famílias possuíam frigorífico, valor superior à média nacional. Mesmo os bens que possam ser considerados selectivos, já existia uma percentagem significativa de famílias possuidoras destes bens, pois 22,6% possuíam microondas, 14% máquina de lavar roupas, 14% arca congeladora e 2,5% possuem ar condicionado. Portanto, vê-se claramente que as famílias da capital já estão mais em contacto com os aspectos da modernidade.

Enquanto o concelho do Tarrafal, sendo um município onde predominam os traços rurais, a maioria das pessoas ainda estão habituadas aos seus modos de vida tradicional, pois os dados são reveladores desses aspectos. Nota-se que existe uma percentagem maior nesse concelho de pessoas que usam outras fontes de energia, nomeadamente, petróleo, vela, gás, lenhas e carvão, tanto para a iluminação como para cozinhar os alimentos. Deste modo, a posse de equipamentos electrónicos por estas famílias é muito reduzida em comparação com as famílias da capital, pelo que se pode

verificar nos valores abaixo discriminados. Portanto, neste concelho apenas 25,3% de famílias possuem frigoríficos, 4,6%, 3,8%, 1,2%, e 0,3%, com micro-ondas, arca congeladora, máquinas de lavar, e ar condicionado, respectivamente.

8.1.1.6. Infra-estruturas de lazer

Ambos os concelhos estão servidos pelos centros multi-uso, que são as próprias sedes das associações, possuindo sobretudo computadores ligados à Internet, algumas bibliotecas e placas desportivas.

Quanto a este aspecto há um consenso generalizado por parte dos líderes associativos no que diz respeito à melhoria destes bens ao nível das comunidades, no entanto, o enfoque é diferente nos dois concelhos. Na Praia, salientam a questão da construção de algumas pracetas e parques infantis, bem como as placas desportivas. No concelho do Tarrafal o maior enfoque refere-se à construção de infra-estruturas desportivas, nomeadamente os polidesportivos e/ou simplesmente as placas desportivas.

Este facto também foi confirmado pelo Presidente da Câmara daquele concelho, uma vez que afirma que entre a Vila e Chão Bom existem cinco polidesportivos e/ou placas desportivas e que nas zonas rurais existem cerca de quatro a cinco infra-estruturas deste tipo.

Entretanto, a maioria dos entrevistados admitem que os bens colectivos existentes não são suficientes, para uma efectiva descentralização, pois nem todas as comunidades possuem todos os bens necessários à satisfação das suas necessidades. As populações ainda têm que se deslocar a uma certa distância para acederem a esses tipos de bens, nomeadamente aos parques infantis, polidesportivos, bibliotecas e outros, que só existem ainda em alguns locais.

No entanto, no concelho do Tarrafal, segundo as informações, a inexistência de algumas infra-estruturas de lazer têm a ver com o problema da ocupação do solo sobretudo nas zonas rurais, na medida em que muitos terrenos são privados e, deste modo, os seus proprietários alegam que estes são propícios à prática da agricultura, por isso preferem cultivá-los em vez de negociar com a câmara ou com alguma associação, para que se possam construir as tais infra-estruturas. Deste modo, a falta de solo para a construção destas infra-estruturas traduz-se num dos problemas que a Câmara tem que

resolver para poder responder às necessidades das camadas jovens que tanto reclamam a ausência deste tipo de infra-estruturas para ocupar os seus tempos livres.

Enquanto na capital a pressão sobre o solo se relaciona com a aquisição deste para a construção da habitação familiar. Por isso, a questão dos lotes na cidade da Praia já atingiu uma dimensão superior aos outros concelhos (Funcionária da Câmara Municipal da Praia).

8.1.2. Actividades Económicas

8.1.2.1. Os sectores de actividades

O concelho da Praia vive sobretudo do sector terciário, nomeadamente das actividades ligadas à administração e governação (autárquica e nacional), o comércio, os serviços (saúde, educação, turismo, restauração e hotelaria, função pública, etc.) e outras actividades de carácter liberal. No entanto, existem algumas indústrias “localizadas na costa (indústria pesqueira), ou bairros periféricos (indústrias transformadoras de produtos agrícolas, industria de material de construção civil, etc.)”¹⁶.

No concelho do Tarrafal, por seu turno, as principais actividades existentes são a agricultura, a pesca, a silvicultura, a construção civil, os serviços públicos¹⁷ e algumas infra-estruturas ligadas ao turismo. Quanto a este último, é notória a grande atractividade que o concelho possui e por isso é considerado o concelho com mais turistas, sobretudo aos fins-de-semana. Mas as poucas e incipientes infra-estruturas verificadas neste sector fazem com que esta actividade não constitua a principal fonte de receita para a Câmara Municipal.

O comércio é uma actividade com fraco rendimento devido à existência de um grande número de praticantes desta actividade e ao baixo poder de compra dos tarrafalenses¹⁸.

Actualmente, devido à construção de equipamentos públicos e a um crescente investimento dos imigrantes na construção civil, a construção civil e as obras públicas

¹⁶ <http://pt.wikipedia.org>

¹⁷ http://www.gtm-santiago.cv/Tarrafal/perfil_municipio.html

¹⁸ Idem

constituem uma importante actividade económica do concelho, que, nas palavras do Presidente da Câmara daquele concelho, “tem gerado muito emprego e tem ajudado muita gente”.

Deste modo, verifica-se que os dois concelhos são nitidamente diferenciados pelas principais actividades económicas a eles associadas. Assim, no concelho do Tarrafal, predominantemente rural, os principais sectores de actividades económicas existentes estão ligados ao sector primário, sobretudo à agricultura, enquanto no concelho da Praia o sector terciário predomina devido ao facto de este ser um concelho urbano e capital do país, onde se concentram todos os serviços ligados a este sector, mais concretamente, à administração pública.

8.1.2.2. Os actores económicos – as empresas

Como foi referido anteriormente, as empresas já são as maiores empregadoras no país, sendo as privadas com maior percentagem. Porém, a localização das empresas, sobretudo as estrangeiras, nem sempre depende da vontade dos actores políticos nacionais, na medida em que os investidores pretendem os locais que favorecem a maior economia de escala. Deste modo, a localização estratégica e a densidade populacional constituem aspectos privilegiados dos investidores, como forma de um maior escoamento dos seus produtos.

Neste sentido, verifica-se que a Praia possui características vantajosas em relação ao Tarrafal, por ser um dos maiores concelhos em termos populacionais, por um lado, e capital, por outro. Dados esses aspectos, há uma acentuada assimetria em termos de localização das empresas económicas, uma vez que só “na capital existem 80% das empresas que operam no país” (Presidente da Câmara Municipal da Praia, *in* Revista Iniciativa, n.º 15, 2006:8).

Enquanto que no Tarrafal, segundo o Presidente da Câmara, as empresas privadas existentes “*são pequenas empresas, a nível do turismo, (...) na área da construção civil e do comércio (...), na agricultura hidropónica sob forma empresarial (...)*”. Apenas esta última é estrangeira, sendo “*a maioria de iniciativa local, pertencentes aos nacionais e alguns tarrafalenses*” (...).

A partir disto, nota-se que o desenvolvimento económico de Cabo Verde tem sido polarizado apenas nos mais importantes centros urbanos do país, nomeadamente em São Vicente, Sal e Santiago. Esta estratégia de promover o desenvolvimento não corresponde aos pressupostos preconizado pela nova visão do desenvolvimento, a qual postula que o desenvolvimento deve ser difuso e deve consistir no aproveitamento das capacidades endógenas existentes em cada localidade. Portanto, verifica-se que o concelho do Tarrafal possui uma grande atracção turística, boas condições para a prática da pesca e agricultura, mas, no entanto, estas oportunidades não estão sendo aproveitadas de forma eficaz. Cabe aos actores responsáveis adoptar políticas de incentivos para atrair o investimento empresarial nestes sectores, como forma de promover o desenvolvimento deste concelho.

8.1.2.3. O emprego e desemprego

Os aspectos económicos têm repercussões directas na taxa de emprego e do desemprego num determinado local. Assim, dado o fraco poderio económico do concelho do Tarrafal, este também apresenta uma taxa de emprego mais reduzida do que o concelho da Praia, 63,2% contra 68,4%. No que se refere à taxa de desemprego, verifica-se a mesma tendência, isto é, 30,5% no concelho de Tarrafal e 22,4%, no concelho da Praia. Embora ambos os valores sejam superiores à média nacional (21,1%), a diferença é muito significativa no primeiro, sendo dos concelhos que apresenta maior valor mesmo ao nível do país (*United Nation & INECV-2007*).

8.1.3. A pobreza

Sabendo que a taxa do desemprego é um indicador da pobreza, pode-se concluir que o concelho do Tarrafal é mais pobre que o concelho da Paria e que, mesmo a nível nacional, tendo em consideração os valores acima referidos, nele existe uma maior percentagem de indivíduos desempregados e, conseqüentemente, uma elevada percentagem de famílias que se consideram pobres 82,7% contra 72% no concelho da Praia (*QUIBB-CV, 2006*).

No entanto, os problemas sociais ligados à pobreza, nomeadamente a criminalidade, são mais notórios no concelho da Praia. Por isso, segundo os entrevistados e não só, a criminalidade revela-se um dos problemas graves que a

população cidadina enfrenta. Este tem como reflexo a taxa do abandono escolar entre estes dois concelhos, pois no concelho da Praia a percentagem é maior.

8.2. O processo da desconcentração e descentralização nos dois concelhos

No concelho da Praia entram diariamente cerca de 20.000 pessoas, cujo pólo central de concentração é a zona de Sucupira, que constitui o centro de negócios para o comércio informal (Barbosa, 2007). Não só as actividades comerciais como também outros interesses estão na origem dessa concentração, por ser a cidade capital, onde concentram a maioria dos serviços administrativos.

No município do Tarrafal, como se referiu acima, a maior concentração de pessoas é notável apenas nos fins-de-semana, dada a atracção turística que o concelho possui.

Porém, a concentração de pessoas traz problemas graves aos municípios que nem sempre estão à altura de os resolver.

Dados esses aspectos, põe-se o problema da existência de serviços capazes de dar respostas às necessidades que as populações procuram satisfazer nos dois concelhos.

É nesta perspectiva que se colocou a questão de avaliar o processo da desconcentração e da descentralização nestes concelhos, por possuírem características distintas em termos de estruturas administrativas. Apesar de ambos possuírem as duas vias de administração, o que interessa é saber em que medida uma é mais privilegiada que outra, nos dois concelhos.

Relativamente ao processo da descentralização, segundo os entrevistados, este é o mesmo nos dois concelhos, pois ambos possuem estruturas descentralizadas - as Câmaras Municipais e os seus respectivos órgãos foram eleitos democraticamente, isto é, pelo povo. Ou seja, essas autarquias são pessoas colectivas diferentes do Estado, com competências próprias, as respectivas autonomias e poder de decisão.

No entanto, para o Investigador, “a diferença reside na maior capacidade de mobilização de recursos” favorável à Câmara da Praia, por possuir maior estrutura de

receitas próprias provenientes das actividades económicas e não só, fazendo com que esta seja menos dependente do poder central em termos financeiros.

No que diz respeito ao processo de desconcentração, apesar de os entrevistados não se demonstrarem firmes na argumentação por se cingirem apenas à norma, é possível perceber que há tendência para uma maior desconcentração no concelho da Praia do que no do Tarrafal, na medida em que no primeiro, por ser a sede administrativa, existem todos os serviços desconcentrados do Estado como forma de dar uma maior resposta às necessidades da população. No Tarrafal existem apenas três serviços desconcentrados do Estado – a delegação de saúde, de educação e de agricultura.

Por outro lado, afirmam que a capital a administração deve ser mais desconcentrada, dados os problemas típicos das cidades, que fazem com que o Governo tenha mais atenção e intervenha mais na sua administração, no sentido em que os problemas da Praia ultrapassam a capacidade do município e, para além disso, a capital representa a imagem do país. Daí uma maior intervenção do Estado.

(...) Pelo facto de a capital ser na Praia o governo tem que intervir mais. Coisa que, o governo não faria, não devia fazer, e não deve fazer legalmente no Tarrafal (...) Há problemas que a Câmara não está em condições de resolver. (...), porque é a capital, é a imagem do país, é o cartão da identidade do país, o governo não pode deixar essa situação continuar. (...) A capital tem que aceitar uma redução da sua autonomia em benefício de um financiamento maior, e maior intervenção do Estado”(antigo Primeiro Ministro).

Efectivamente, isso também foi perceptível ao nível da prática, ou seja, ao nível do tipo de serviços que as populações dos dois concelhos mais recorrem. Deste modo, constatou-se que no concelho do Tarrafal a população em geral recorre na sua maioria aos serviços da Câmara, por ser esta a única instituição mais próxima dos cidadãos, até porque, segundo um dos entrevistados, certos problemas que os cidadãos pretendem que sejam resolvidos nem sempre se enquadram nos das competências da Câmara. A nível das associações, apenas a Câmara e a Comissão Regional de Parceiros constituem seus únicos parceiros.

Relativamente ao concelho da Praia, tanto as populações como as associações têm oportunidade de recorrer às outras instituições para além da Câmara. E a nível das associações afirmam ter mais parceiros, nomeadamente o Instituto de Solidariedade Social, ao ICASE e até as casas comerciais. Porém, é de salientar, por exemplo, o caso de uma das associações da Praia que ainda vai muito mais longe a nível de parceiros, afirmando que a Câmara não constitui um principal parceiro.

“Nós, a nível da comunidade, nem sempre apresentamos os nossos projectos à Câmara, temos parceiros, embaixadas em Cabo Verde, empresas... para fazer valer o nosso projecto, (...) aliás, a câmara é um dos parceiros, mas se calhar não é o essencial para a associação” (Presidente da Associação “G”).

Portanto, o que se pode verificar é que no concelho da Praia as redes sociais e as relações de parceria estão melhores consolidadas que no concelho do Tarrafal, mas isto também se deve ao facto de estas associações e as populações possuírem mais oportunidades e por se situarem na capital, o centro de todos os serviços tanto administrativos como económicos.

Entretanto, os políticos estão cientes de que, mesmo existindo os dois tipos de serviços funcionando em simultâneo, há necessidade de uma maior desconcentração ao nível dos serviços da Câmara na capital, com vista a uma maior capacidade de resposta às necessidades da população praiense em tempo oportuno.

É neste sentido que à Praia foi conferido um estatuto especial que, nas palavras do Sr. Ministro da Descentralização, é *“um instrumento de organização Municipal que vai permitir à cidade poder ter uma organização à altura das suas necessidades”*¹⁹.

Isso traduzir-se-á numa desconcentração dos serviços camarários com a criação, em diferentes localidades do concelho, de mais gabinetes de gestão. Pois, segundo a Directora do Gabinete do Planeamento Estratégico, a capacidade de resposta da Câmara Municipal tem-se demonstrado insuficiente, devido a um crescimento rápido da população, fazendo com que a gestão seja muito mais pressionada em relação aos outros municípios.

¹⁹ <http://www.governo.cv>

Para o actual Presidente da Câmara Municipal da Praia, para além de isso se constituir uma unanimidade entre os vários actores políticos, revela-se também um facto constitucional, trazendo vantagens para o município no que se refere à gestão e ao ordenamento do território.

“O estatuto vai permitir, de um lado, a concepção de um instrumento importante de filosofia de gestão e de ordenamento do território do município, na área do perímetro urbano. Por outro lado, o estatuto vai induzir uma nova filosofia de gestão técnico-administrativa especificamente dita, ou seja, a organização do governo da cidade” (Vieira, 2007:239).

Conforme o estatuto, a capital divide-se em cinco grandes bairros, com organização política administrativa diferente da anterior; haverá uma nova figura, o “administrador do bairro”, para gerir as “delegações da prefeitura”, designação dos bairros criados (Barbosa, 2007).

A partir dessas anotações pode afirmar-se que embora nos dois concelhos estejam presentes as duas vias de administração, mas sendo a Praia a capital onde existem muitos problemas inerentes ao tipo de município, a administração tende a ser mais desconcentrada, no sentido em que existem muitos serviços desconcentrados do Estado em concomitância com os da Câmara como forma de responder melhor às solicitações da população.

Esta conclusão é reforçada ainda a partir das informações fornecidas pelos dois presidentes das associações mais antigas dos dois concelhos. Percebeu-se que o relacionamento entre as associações e o Poder Local, no período antes da década de noventa, era diferente nos dois concelhos, tendo o Tarrafal uma maior relação de proximidade com o Poder Local. Na medida em que, segundo as informações do presidente daquela associação, embora na altura não existisse o poder local nos termos em que agora se verifica, no entanto, existia um relacionamento razoável entre as duas instituições, por terem recebido muitos apoios do delegado do Governo daquele concelho e trabalhavam em perfeita sintonia. Opinião contrária à de um dos presidentes da associação da Praia, que afirma que o relacionamento se tornou mais facilitado após a adopção da estratégia da descentralização.

“ (...) *A câmara sempre aproveitava do nosso grupo porque era um grupo que tinha muita aceitação na comunidade e apoiava-nos sempre em qualquer projecto de sensibilização e educação(...)* nós fomos reconhecidos logo pelo método e tipo do trabalho que desenvolvíamos na comunidade” (Presidente da Associação “E”).

“ (...) *era muito mais difícil que hoje, as coisas se tornaram muito mais fácil, com a descentralização do poder*” (Presidente da Associação “G”).

Porém, isto também demonstra que têm ocorrido mudanças significativas ao nível social, porque se antes o estabelecimento das relações de parceria era mais difícil, actualmente, com a adopção da estratégia de descentralização para a governação local, a vida associativa tornou-se mais facilitada favorecendo com isso o desenvolvimento local.

A partir disto, percebeu-se que no concelho do Tarrafal, mesmo no partido único em que o sistema de governação era desconcentrado, pelo menos a nível dessa associação, já existia indício de uma governação menos desconcentrada, uma vez que esta associação se constituiu como um dos protagonistas na satisfação de algumas necessidades locais. Presume-se que isso se deve à distância deste concelho em relação ao centro, pois quanto maior a distância, menos desconcentrado ou mais descentralizado o sistema de administração tende a ser, em detrimento dos concelhos mais próximos do centro, pois nestes a administração tende a ser mais desconcentrada e menos descentralizada. Logo, menor autonomia. No caso do concelho da Praia, associa-se ainda o problema de este ser um município da capital, que enfrenta graves problemas sobretudo ao nível do saneamento dada a forte densidade populacional e as migrações pendulares e, por isso, o governo deve intervir mais na sua governação como forma de satisfazer melhor as necessidades das populações e melhorar a imagem da cidade, pois os problemas ultrapassam a capacidade de resposta da Câmara Municipal.

CAPÍTULO 9 – As dinâmicas da sociedade civil cabo-verdiana perante o processo da descentralização e de desconcentração

Neste capítulo pretende-se analisar as várias fases por que passou a sociedade civil cabo-verdiana, a relação entre os autarcas, a população e as associações comunitárias de base na promoção do desenvolvimento local, assim como algumas notas sobre a democracia local em Cabo Verde.

9.1. A evolução da participação da Sociedade Civil

Várias fases demarcaram o envolvimento da sociedade civil cabo-verdiana, desde os primórdios da sua existência (colonização), no período pós-colonial, até à abertura política em 1990. Como se referiu no capítulo IV, a certa altura da fase colonial, os actores da sociedade civil cabo-verdiana desempenharam um papel muito importante na luta pela sobrevivência, para fazer face aos desafios que o país enfrentava, nomeadamente a seca persistente que gerou um período de fome e de pobreza que assolava o arquipélago. É neste contexto que se afirma que a sociedade civil cabo-verdiana viveu um período de autonomia administrativa, ou seja, uma governação que de certa forma se considerou descentralizada em relação ao império português, dado o protagonismo que a sociedade civil assumiu nesta altura.

No entanto, como se referiu no mesmo capítulo, esse tipo de autonomia cessou com a entrada em vigor do regime salazarista, em que a governação passou a ser do tipo autoritária, dando lugar a uma forte concentração do poder nas mãos do governo. Aí a estratégia governativa passou a ser essencialmente desconcentrada. Regime este que perdurou durante o partido único após a independência.

Verifica-se que mesmo no partido único houve necessidade de incrementar a participação popular na gestão dos assuntos públicos. Foi neste sentido que foram criadas as Comissões de Moradores para integrar o grande vazio administrativo que emergiu com a supressão, em 1975, dos cargos de regedor e de cabo-chefes. Sendo assim, essas comissões, foram instituídas em 1979 como órgãos de base de poder local, que actuavam nos povoados e bairros. Os membros das Comissões de Moradores eram designados pelo respectivo Conselho Deliberativo, mediante prévia auscultação da população, das estruturas concelhias do Partido e das organizações de massas. A estes

membros incumbia a realização de tarefas nos domínios relevantes para as populações locais, nomeadamente: melhoramentos locais, saúde pública e acção social, abastecimento e controle de preços, conservação de bens públicos e equipamento social, emprego, cultura, desporto e animação social, coordenação e polícia geral e dinamização municipal. Tinham competência para estatuir sanções administrativas mediante a violação das suas deliberações (Monteiro, 2007).

Além destas comissões, existiam também outras forças sociais, tais como os movimentos cooperativistas que, segundo as informações, tiveram momentos de glórias na defesa dos interesses da sociedade civil cabo-verdiana na altura.

Apesar disso, em Cabo Verde, o verdadeiro envolvimento da sociedade civil só surgiu na década de 90, assim como na maioria dos países africanos. Com a abertura ao multipartidarismo na mesma década, surgiram outras formas de organização social, isto é, as Associações de Base Comunitária que se multiplicaram, rapidamente, com um carácter mais activo e organizado introduzindo, com isso, uma nova dinâmica na sociedade civil.

Segundo os dados estatísticos, actualmente, em Cabo Verde existe um número superior a quinhentas associações de base comunitárias, fruto de uma transformação social, política e económica que se verificou no país.

Em contrapartida, dadas essas alterações na política do Governo, com a adopção da estratégia descentralizadora, houve uma quebra do movimento cooperativo, a favor das Associações Comunitárias de Base, que passaram a ser integradas no quadro da nova filosofia de gestão das Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra (FAIMO) (Furtado). Neste sentido, “a gestão das frentes passou a ser executada por estas associações” (Presidente do *Citi Habitat*), daí que o poder de decisão se tenha aproximado das populações, por serem elas as melhores conhecedoras das suas vivências no dia-a-dia.

9.2. O relacionamento entre os autarcas, a população e as associações

A percepção dos presidentes das duas Câmara traduz-se num optimismo em relação à questão da participação da população na vida comunitária, pelo que afirmaram que a participação tem sido muito positiva ou mesmo boa, dada a abertura da Câmara à comunidade e, por isso, já se verificou uma mudança da atitude nas pessoas, o despertar para uma consciência cívica, isto é, as pessoas já percebem que a melhor forma de resolver os problemas que lhes dizem respeito passa pela realização de encontros e debates de ideias com vista a encontrar as possíveis soluções.

No entanto, para o Director Geral da Administração Local, “o envolvimento da população tem sido significativo, mas ainda não alcançou o nível desejado”, pelo facto de a participação ainda não ser abrangente a todos os membros das comunidades. Existem pessoas que funcionam como chapéu e as outras são envolvidas de forma indirecta.

Percebeu-se que nas comunidades onde existem associações organizadas em que os líderes são activos e dinâmicos, as populações envolvem-se mais nas actividades comunitárias e a maioria dos projectos parte dos mesmos. Caso contrário, os projectos partem dos membros da direcção associativa ou dos autarcas e, neste sentido, as populações serão envolvidas apenas na fase da execução dos projectos.

Portanto, a participação e/ou envolvimento da população na vida comunitária depende em grande medida da capacidade e do dinamismo dos líderes associativos e da forma como a associação está organizada, no sentido de mobilizar as populações para uma verdadeira participação na vida da sua comunidade e para o exercício da plena cidadania.

Na realidade, a descentralização vem sendo factor de afirmação do regime democrático, pois há uma crescente evolução das mentalidades quanto ao exercício da cidadania a nível local e reforço da democracia (Chefia do Governo, 2007), mas ainda subsistem muitos constrangimentos. Por exemplo, nas duas comunidades praienses, segundo os entrevistados, a população em alguns casos demonstra muita relutância e, em outros, evidenciam atitudes conformistas e um certo desinteresse pela vida comunitária. Isso, por um lado, pode ter a ver com a forma como tem sido feita a

promoção da participação das populações nos dois concelhos, pois deu a sensação de que no concelho do Tarrafal a promoção da participação da população tem sido feita da melhor forma, no sentido em que a maioria dos líderes afirma que as ideias dos projectos partem sempre da comunidade e que as pessoas se envolvem de forma voluntária. Por outro lado, pode estar relacionado com os modos de vida inerentes às populações dos dois concelhos, pois nos meios rurais as pessoas tendem a partilhar mais, existe um maior interesse pela vida em comum, isto é, há uma maior resiliência social. No meio urbano verifica-se o contrário, as pessoas preocupam-se na sua maioria em resolver os problemas a nível individual, isto é, as sociedades urbanas tendem para o individualismo.

Um dado importante tem a ver com a forma como são acolhidas as solicitações por parte dos autarcas, ou mais precisamente ao tipo de atendimento mais privilegiado pelos autarcas nestes dois concelhos. Quanto a este aspecto, segundo os entrevistados, a audiência é a mais usual pelos autarcas da praia e no Tarrafal, para além da audiência, há contactos directos (pessoal ou por telefone). Por isso, os entrevistados salientam que o atendimento foi dos primeiros aspectos a melhorar ao nível dos serviços camarários. Enquanto na Praia, mesmo privilegiando a audiência, esta muitas vezes não satisfaz as populações dada a existência de muita burocracia, fazendo com que alguns líderes associativos enveredem pela via informal, para conseguir colocar os problemas relativos à comunidade.

“Eu uso outros caminhos, porque não sou uma pessoa “complexada” falo com os meus eleitos em qualquer lugar onde nos encontrarmos” (Presidente da Associação “F”).

No entanto, isso tem a ver com o problema inerente a esses dois concelhos, pois sendo o município da capital o que tem maior concentração populacional, há mais solicitações e nem sempre a Câmara consegue resolvê-las em tempo oportuno. Já no concelho do Tarrafal, como existe um menor número de pessoas, as solicitações tendem a ser resolvidas com maior facilidade.

Deste modo, há necessidade de uma maior aproximação recíproca dos munícipes aos órgãos locais. Esta relação de aproximação deve ser proporcionada através de formação contínua com a adopção de políticas de informação aos cidadãos e de

transparência na gestão municipal, através dos órgãos de comunicação social, reuniões em assembleias municipais, divulgação de instrumentos de gestão, para que se consiga uma maior participação da comunidade na vida municipal.

De acordo com as informações, as populações envolvem-se sobretudo nas reuniões das assembleias onde podem expor as preocupações relativas à comunidade. Mas quanto a esse aspecto percebeu-se que no concelho do Tarrafal as assembleias funcionam melhor que no concelho da Praia, no sentido em que, segundo as opiniões, as reuniões são abertas às comunidades, onde os autarcas apresentam as suas actividades e pedem as opiniões dos líderes associativos e em certos casos dão os seus contributos.

“A Câmara na apresentação do seu plano anual de actividade sempre tem estado a convidar as associações comunitárias do concelho para participar e dar algumas sugestões, e para apresentar algumas actividades dentro da nossa área de intervenção, de cada associação e da comunidade em geral” (Presidente da Associação “B”).

No caso da Praia, segundo um dos entrevistados, nesse aspecto ainda há um vazio, no sentido em que as populações só se apercebem do projecto na fase da sua execução. Nas assembleias, embora peçam as opiniões da população, as suas opiniões nem sempre são acolhidas, dadas as muitas exigências por parte das populações, por isso, em certos casos as decisões não se traduzem numa vontade popular.

“ Costumam pedir as opiniões dos moradores, por exemplo, (...) mas nem sempre as decisões vão de acordo com a vontade das populações porque as pessoas estão a exigir muito ” (Presidente da Associação “F”).

O elevado grau de exigência da população citadina possivelmente pode estar relacionado, por um lado, com o facto de esta população já atingir um maior nível de satisfação, por outro lado, pode estar associado ao facto de estas populações estarem mais em contacto com outras culturas através dos meios de comunicação social, sobretudo com a televisão e, por isso, possuem uma visão mais ampla e, deste modo, têm uma maior aspiração e, conseqüentemente, exigem mais. Enquanto no concelho do Tarrafal existem comunidades que ainda nem sequer estão servidas pela rádio e televisão, por isso, as suas aspirações ainda estão mais limitadas. Mas também pode

estar relacionado com a questão da pobreza do concelho, sendo um dos concelhos mais pobres do país, as pessoas ainda exigem apenas a satisfação das necessidades mínimas.

Relativamente à difusão das informações, para o Director Geral da Administração Local, embora tenham havido preocupações por parte dos autarcas em divulgar as informações via revistas municipais, através dos meios de comunicação social e reuniões, estes meios revelam-se insuficientes. Por um lado, porque as reuniões não são regulares e, por outro lado, nem todas as comunidades estão servidas pelos meios de comunicação social, nomeadamente, a rádio e a televisão. Facto detectado numa das comunidades do concelho do Tarrafal, mas, no entanto, segundo o vice-presidente daquela associação, as informações específicas àquela comunidade são transmitidas porta a porta por parte dos membros da associação.

No concelho do Tarrafal, as informações são transmitidas ainda por outros meios, nomeadamente através do envio de comunicados às associações, cartazes nas vitrinas à frente da Câmara Municipal, palestras e até na igreja. Enquanto no concelho da Praia segundo o entrevistado de uma das associações que aparenta ser mais dinâmico, *“existe um vazio, dada a insuficiência de informações”* (Presidente da Associação “G”), por isso a estratégia é estar sempre atento para poder intervir.

A partir disto nota-se que pelo menos nas comunidades entrevistadas do concelho da Praia os autarcas não privilegiam a participação dos actores locais, por isso as suas opiniões não são acolhidas e, neste sentido, têm conhecimento dos projectos só na fase da sua implementação e só desta forma é que a população é envolvida. Embora encontrando-se um caso idêntico numa das comunidades do Tarrafal, o líder associativo afirma que tal se deve ao facto do pouco dinamismo que esta associação possui e, sendo assim, os autarcas dirigem-se à comunidade para identificar os problemas e posteriormente elaboram o projecto. Deste modo, a população é envolvida na fase da execução.

O que se constata é que a promoção da participação da população no concelho da Praia e em particular nas comunidades analisadas, ainda continua apenas no plano teórico. Em relação ao concelho do Tarrafal, o maior envolvimento deve-se possivelmente ao facto de este concelho estar integrado no programa de luta contra a pobreza no meio rural e, por isso, as populações já ganharam consciência da sua

importância na vida da comunidade, por frequentarem sessões de formações ministradas pelos técnicos do referido projecto.

Portanto, se a Democracia é o poder atribuído ao povo, isto é, à totalidade dos cidadãos, em que o exercício da governação se deve traduzir numa vontade popular em articulação com os seus governantes, este facto ainda não é uma realidade, pelo menos nas comunidades praienses aqui analisadas. Por um lado, existe ainda ausência de conhecimento por parte das populações, reflexo de uma transmissão e difusão deficiente das informações; por outro lado, os autarcas não estão a privilegiar a participação das populações nos assuntos que lhes dizem respeito. Deste modo, as estratégias da governação democrática revertem num dos princípios da descentralização, sobretudo ao nível do sistema de gestão dos recursos públicos do território, que concede a oportunidade às populações para definirem as soluções relativas aos problemas do seu dia-a-dia e constitui ainda um desafio a ser resolvido pelos responsáveis políticos em Cabo Verde.

Portanto, para que se possa promover o *empowerment* da população elas deverão ser envolvidas desde do início do projecto, isto é, fazer com que a ideia do projecto parta do grupo alvo, a partir da identificação das suas necessidades com forma de se sentirem protagonistas do seu próprio desenvolvimento.

9.3. As associações comunitárias e suas iniciativas

Em relação às associações escolhidas para esse estudo, nota-se que a quase totalidade teve o seu início também na década de 90, excepto duas, uma na Praia e outra no Tarrafal, que surgiram na década de oitenta e setenta, respectivamente.

No concelho do Tarrafal, actualmente, existem 43 associações Comunitárias de Base. No concelho da Praia em todas as localidades existem este tipo de associações, até porque há zonas com mais de uma organização (presidente do *Citi Habitat*). Fazem parte deste estudo cinco Associações do Tarrafal e três da Praia. Salienta-se que a maioria dos líderes entrevistados é do sexo masculino, embora as associações sejam compostas na sua maioria por mulheres mas, no entanto, a direcção é predominantemente masculina (Furtado).

Como a maioria das associações comunitárias de bases, estas também actuam em várias áreas com maior relevância no sector social, nomeadamente, educação, ambiente, acção social, habitação, etc.

A partir da análise constatou-se que os dirigentes destas associações possuem uma grande capacidade de pensar os problemas da comunidade e formular projectos no âmbito das suas actuações, pois demonstraram ser os melhores conhecedores dos problemas que a comunidade enfrenta no seu dia-a-dia. Entretanto, a implementação de alguns projectos implicou o envolvimento de diferentes actores sociais locais e o estabelecimento de relações de parceria com outras instituições, nomeadamente com os serviços desconcentrados da administração pública existentes na localidade e actores exógenos, como forma de responder às suas solicitações.

Neste sentido, foram identificados vários projectos de iniciativas locais. A nível da educação, foram identificados na comunidade os alunos filhos de pais carenciados economicamente, no sentido de junto à Câmara ou de outros parceiros, conseguirem o financiamento para arcar com as despesas das propinas, materiais didácticos e transportes para as escolas.

No sector da saúde, refere-se a formação para a sensibilização da comunidade relativamente às doenças sexualmente transmissíveis, sobretudo o HIV/SIDA, a construção de Unidades Sanitárias de Base para garantir os serviços mínimos, tais como o curativo e aplicação de injeções, como forma de evitar que a população se desloque a uma certa distância para se servir dos cuidados mínimos de saúde.

No que concerne à habitação, integram as iniciativas ligadas à construção e melhoria da habitação de certas famílias carenciadas, bem como a construção de casas de banho, ligação da água à rede domiciliária e electrificação de algumas habitações.

No domínio da agricultura, pecuária e economia, essencialmente no caso do Tarrafal, surgiram projecto de criação de aviários, pocilgas comunitárias, bem como plantação e conservação de recursos hídricos. O projecto da pocilga comunitária deve-se ao facto de, em algumas localidades, a maioria das famílias que fazem criação de animais o fazerem à solta sobretudo nos arredores da habitação, o que constitui uma ameaça à saúde não só dos seus donos como de toda a população da localidade. Por

isso, a proposta é de construir uma pocilga longe do residencial habitacional.

No domínio económico surgiram dois projectos para a concessão do micro crédito, um servindo como alternativa para as pessoas que sobrevivem da apanha da areia, no sentido em que essa actividade constitui um risco para o ambiente e outro partindo da identificação de agregados familiares desempregados a fim de serem integrados no projecto das FAIMO.

Por fim a nível da cultura e lazer, salientam-se os projectos de implementação da televisão comunitária, desporto inter-bairros, a construção dos polidesportivos e das sedes de algumas dessas associações.

Tudo isto é uma demonstração de que a população já reconhece a ausência de bem-estar nas comunidades e/ou em alguns dos seus membros, por isso, procuram ser solidários com os que mais necessitam na resolução dos seus problemas como forma de melhorar as suas condições de vida.

Apesar da identificação das várias iniciativas locais, segundo o presidente do *Citi Habitat*, estas “*partem normalmente do conselho de direcção, isto é, a partir de duas ou três pessoas e normalmente em consonância com as necessidades do governo ou da Câmara Municipal*”. O mesmo salienta ainda que as populações só são envolvidas ou se envolvem sobretudo nas reuniões, nas assembleias ou na execução das tarefas, o que também se percebeu ao longo das entrevistas com os líderes associativos, sobretudo com os da Praia.

“*A maior parte dos projectos que apresentamos parte dos membros*” (Presidente da Associação “H”).

Portanto, há necessidade de um maior envolvimento da população na vida comunitária, que passa pela promoção de acções de formação, como forma de consciencializar as pessoas que elas fazem parte integrante da comunidade, pelo que são os principais actores do desenvolvimento local, por serem as melhores conhecedoras dos problemas que as afectem.

Porém, entre as associações entrevistadas e os autarcas, parece existir uma certa coordenação e articulação dos projectos de iniciativas locais, na medida em que todos os líderes associativos afirmam ter recebido apoios da Câmara Municipal não só a nível financeiro e material, mas também têm sido facilitadas as relações de parceria dos autarcas com outras instituições, para a concretização dos seus projectos. Contudo, nem sempre as solicitações são correspondidas em tempo desejado devido à existência de vários problemas, cuja resolução é prioritária.

Isto demonstra que a resolução dos problemas comunitários por parte das associações está condicionada dado o facto de não possuírem os seus próprios recursos financeiros, limitando com isso as suas actuações. Isto constitui uma das fragilidades das associações cabo-verdianas.

Entretanto, é de salientar que segundo as informações fornecidas pelos líderes das associações de ambos os concelhos, as respostas às solicitações dependem muito da dinâmica dos líderes associativos, pois nos sítios onde há associações activas e bem organizadas são sempre recebidos apoios das Câmaras Municipais para a concretização dos projectos.

Contudo, outras opiniões foram proferidas, alegando que a concessão dos apoios tem sido feita em função das relações interpessoais e/ou em função da aliança político-partidária. Assim sendo, as associações pertencentes à mesma cor partidária que a da Câmara Municipal são as mais beneficiadas.

“Há preferências, (...) as pessoas que trabalham sobretudo na área de promoção social, (...) não deviam ter preferências mas elas existem” (Vice-presidente da associação “A”).

(...) Estão a ser criadas associações mas com contrapartida eleitoralista (...) só é possível promover um projecto que beneficia a comunidade, se eu sou do partido A, B ou C (Presidente da Associação “H”).

Neste sentido, haverá a necessidade de inculcar nos líderes associativos a ideia de que as associações devem ter um carácter apolítico. Portanto, estas não devem ser criadas para satisfazer os interesses políticos locais, mas devem sim ter como únicos e

principais objectivos reverter para a promoção da satisfação das necessidades locais e contribuir para a melhoria das condições de vida dos membros desfavorecidos existentes na comunidade.

Percebeu-se também que no concelho do Tarrafal os líderes associativos aparentam ser mais exigentes que os do concelho da Praia. No entanto, é de salientar que uma das razões explicativas pode estar associada ao carácter relacional, isto é, às relações interpessoais, pois como alguns líderes associativos são funcionários da Câmara Municipal, têm um acesso mais facilitado por estarem mais próximos dos autarcas e, conseqüentemente, exigem mais destes.

“Se ele fizer alguma promessa e não cumprir, marcamos outra vez a reunião e pedimos as devidas explicações do não cumprimento” (Vice-Presidente da Associação “C”).

9.4. Algumas notas sobre a democracia local em Cabo Verde

A nível local, em algumas comunidades, até já surgiram candidaturas independentes à Presidência da Câmara, ou seja, indivíduos que se candidataram sem qualquer filiação partidária.

Como acima verificado, ao nível da comunidade local, tanto na Praia como no Tarrafal, já existem associações muito activas, nas quais foram identificados vários projectos de iniciativas locais em diversos domínios, com vista à melhoria das suas comunidades. De acordo com as informações, a população está a aproximar-se mais e já possui um espírito crítico e reivindicativo, como por exemplo, em matéria do saneamento e abastecimento da água. Muitas vezes vão à comunicação social apresentar as suas reivindicações.

É neste sentido que se afirma que a democracia local em Cabo-Verde “conheceu avanços extraordinários, no sentido em que actualmente as populações já reconhecem que o poder está mais próximo, sentem que o Presidente da Câmara é uma figura determinante” (Ministro da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território), e já identificam as competências e atribuições que cabem a este resolver na comunidade, nomeadamente, problemas relacionados com o saneamento, electricidade, melhoria da

habitação, rede viária, construção de infra-estruturas desportivas, o problema das encostas e até o problema da delinquência para o caso específico da Praia.

No entanto, muitas críticas foram proferidas à volta desta questão, no sentido em que afirmam que o maior envolvimento é apenas nas campanhas eleitorais. Muitas pessoas não estão esclarecidas quanto ao assunto, o que faz com que confundam o verdadeiro sentido de liberdade expressão. Isso pode ter como explicação o facto de as assembleias funcionarem mal dada a falta de instituições legais de acção popular (antigo Primeiro-Ministro).

No que se refere à liberdade de escolha dos governantes (voto), tanto os entrevistados com alto cargo político, como os dirigentes associativos, alegaram que, muitas vezes, ela é condicionada em troca de favores, sobretudo aquelas camadas da população com fracos recursos económicos, e neste sentido, não são levadas a reflectir sobre as propostas que vários partidos apresentam, fazendo com que estas votem inconscientemente.

“Por vezes oferecem coisas desde os meios monetários, entre outras coisas, por exemplo, cimento, telhas, feijão em fim algumas peças de vestuários” (Presidente do Conselho da Administração e Valorização Ambiental).

“Essa liberdade muitas vezes é facilmente comprada por um saco de cimento, mil escudos ou quinhentos” (Vice-presidente da associação “D”).

Relativamente à capacidade reivindicativa, embora sejam identificados alguns aspectos importantes que demonstram que as pessoas já possuem um certo conhecimento sobre os seus direitos e os da comunidade, segundo os entrevistados, ao nível geral ela é ainda muito fraca, sem poder de influenciar as decisões no domínio das políticas públicas e, por isso, verifica-se em alguns casos um certo abuso do poder. Isto tem a ver com o facto de a maioria das pessoas ter uma atitude muito “conformista, possuindo uma mentalidade existencial, no sentido em que esperam pelo Estado, ou pela cooperação, pois há muita exigência e muitas vezes não são assertivas, em apresentar as soluções para a resolução dos problemas” (antigo Primeiro-Ministro).

Presume-se que tudo isso tem a ver com um défice da cultura cívica, no sentido em que segundo as opiniões, as informações existentes sobre o assunto são pouco esclarecedoras, dado o funcionamento deficiente da comunicação social. Pois, não existem debates públicos para desmistificar alguma informações que os governantes apresentam nos *media*. Porém, os debates de ideias costumam ser apenas ao nível dos grupos ou das comunidades, ou seja, os indivíduos logo que estejam reunidos em qualquer lugar, falam de política, dos problemas pelos quais enfrentam a sociedade, mas não se dirigem a quem de direito para propor as suas ideias ou reivindicar.

“Basta estarem em grupo de três logo estão a fazer o comentário político” (antigo Presidente da Câmara Municipal da Praia).

“As pessoas falam apenas aqui na comunidade, mas não vão à câmara municipal” (Presidente da associação “F”).

Por último, salienta-se também o problema do clientelismo político, pois, alguns afirmam que um dos aspectos negativos que a Democracia trouxe tem a ver com o facto de as pessoas actualmente conseguirem emprego em função da filiação partidária e muitas vezes as suas competências não correspondem ao cargo para o qual foram designadas.

“A democracia não reina porque se sou do partido A, mesmo que possa exercer aquela função, não sou colocada e podem recrutar outra pessoa que nem conhece a área em que foi colocada, porque pertence a outro partido B” (Presidente da Associação “E”).

Porém, alguns atribuem à elite política cabo-verdiana a principal responsável em matéria da democracia no país, pelo facto de não estar a cumprir o seu papel. Isso tem como reflexo a qualidade da intervenção que muitas vezes é mais politizada que construtiva em termos de debate de ideias do desenvolvimento (Investigador).

A questão do *empowerment* e do exercício da cidadania também não foi poupada neste estudo, como referido no capítulo VIII, sobre o problema do saneamento, tanto no Tarrafal como na Praia a população ainda tem pouco cuidado com o destino que dão aos resíduos (lixo, ou água suja), pois muitos ainda não dão o tratamento adequado a estes,

mesmo nos sítios onde existem meios para tal. Acrescenta-se ainda que na capital o problema ainda é mais grave, no sentido em que se constatam vários actos de vandalismo e de abandono dos bens colectivos, nomeadamente dos pequenos parques infantis.

“...Infelizmente, os próprios moradores da zona começaram a ‘vandalizar’ o parque infantil ...as lâmpadas estão partidas ...vai ficar tudo abandonado...porque ninguém se disponibiliza em cuidar desta oferta da Câmara aos moradores do bairro” (Revista da Câmara Municipal da Praia, nº17, Abril de 2007, PP.19).

Entretanto, os presidentes das duas Câmaras demonstram-se conscientes deste aspecto, na medida em que ambos incluem nos seus projectos a formação para a sensibilização da população, como forma de combater o défice de cidadania que se verifica nos dois concelhos. No caso do concelho do Tarrafal o projecto já está em curso desde do Verão de 2007.

“A elevação do nível de cidadania (...) consiste precisamente em ir às comunidades e discutir com as comunidades sobre os direitos, os deveres e formas de participação e actuação” (Presidente da Câmara Municipal do Tarrafal).

9.5. As abstenções

Ciente de que a Democracia não se reverte numa conquista definitiva, na medida em que “o cidadão relaciona a sua participação na eleição com os consequentes resultados imediatos na sua vida, portanto, ao constatar que o nível de realização não tem correspondido à sua expectativa, deixa de participar” (Correia, 2007:58).

É neste sentido que “as populações marginalizadas da África estão a desinteressar-se cada vez mais da política e do poder estatal, desiludidas com a postura política dos seus governantes. Nos últimos tempos, a apatia e a crescente abstenção nos actos eleitorais vem sendo a atitude dominante das populações” (Milando, 2005:122), deste continente.

Relativamente a Cabo Verde verifica-se o mesmo facto, pois o número de indivíduos a participar nas eleições tem vindo a diminuir significativamente, em todas

as eleições pelo que nas últimas eleições se verificou uma elevada percentagem de abstenções²⁰. Várias razões foram evocadas acerca deste assunto, nomeadamente:

- A má qualidade da intervenção política, pelo facto de muitas vezes a mensagem utilizada na campanha não convencer os cidadãos;
- Défice do funcionamento dos serviços públicos, sobretudo da Comissão de Recenseamento Eleitoral, que apresenta os cadernos eleitorais de uma forma desorganizada, com inscrições de indivíduos que já não existem, ou estão emigrados e ainda nomes de pessoas que não são da localidade;
- Apresentação de projectos irrealistas, segundo os entrevistados, vê-se claramente que o país não tem capacidade para a concepção de certas propostas;
- Falta de incentivos por parte de certa camada da população (os idosos);
- Falta de informação, pois em certas localidades as pessoas ainda não sabem o que significa a democracia, não conhecem os seus direitos e deveres;
- Corrupção eleitoral, pois certos indivíduos só votam com contrapartida e, na maioria dos casos, são pagas com dinheiro para o fazer;
- A imagem dos políticos perante os cidadãos, no sentido em que se dá a entender que alguns estão na política apenas para melhorar as suas condições de vida.
- Por último, as promessas não são cumpridas.

Perante estes factos os cidadãos sentem-se desinteressados, incrédulos e, conseqüentemente, não votam, abstêm-se.

Cientes destes problemas, os entrevistados apontaram como soluções: suscitar uma maior participação da população, sobretudo ao nível local através das assembleias; combater a corrupção política e fraude eleitoral, de modo a não pairar sobre os resultados das eleições qualquer dúvida; melhorar a qualidade da intervenção política e a imagem dos políticos; promover cada vez mais o Estado de Direito Democrático e o respeito pelas instituições; garantir uma maior transparência, ou mesmo instituir a obrigatoriedade do voto.

²⁰ http://www.portugalcaboverde.com/item1.php?lang=1&id_channel=23&id_page=153

10. CONCLUSÃO

Conforme referido no capítulo I, vários conceitos serviram de suporte para a análise deste tema, nomeadamente o conceito de desenvolvimento nas suas várias modalidades, o conceito da democracia e os da desconcentração e descentralização da administração pública.

O conceito de desenvolvimento, entendido como um processo de mudança e transformação da estrutura da sociedade que reduz a insatisfação de necessidades fundamentais da população e que aumenta a mobilização e a realização das suas capacidades, sem pôr em causa as gerações futuras, demonstrou ser pertinente para este estudo, pois constata-se que em Cabo Verde, sobretudo após a independência e embora marcado por períodos distintos, o país apresentou melhorias significativas a vários níveis, nomeadamente na economia, educação, saúde e na própria qualidade de vida das populações. Pois, conforme se referiu no capítulo IV, o Índice do Desenvolvimento Humano, indicador do bem-estar social que conjuga os factores económicos (o PIB *per capita*), educacionais e de saúde, aumentou nos últimos anos de forma significativa, o que fez com que o país deixasse de fazer parte dos países mais pobres para integrar o grupo dos com um desenvolvimento médio. O índice da pobreza humana diminuiu de forma considerável. No entanto, a sua sustentabilidade depende muito dos actores políticos e do desenho de estratégias que garantam oportunidades de bem-estar às gerações futuras.

No que concerne ao conceito de desenvolvimento regional que postula um desenvolvimento equilibrado de todas as regiões, sobretudo no que se refere às actividades económicas e à distribuição das populações por todo o território como forma de corrigir as assimetrias regionais, este ainda tem uma aplicação muito limitada em Cabo Verde, mesmo verificando-se melhorias em todos os aspectos acima referidos, uma vez que existe um grande desequilíbrio quanto à distribuição da população e da localização das actividades económicas no território. Pois, constata-se que a ilha de Santiago é mais populosa e com uma elevada concentração na capital e, igualmente, são expressivas as desigualdades de oportunidades económicas resultante do PIB *per capita*, uma vez que a maioria das actividades empresariais está concentrada nas ilhas de Santiago, Sal e São Vicente, tendo a primeira uma concentração ainda maior.

Deste modo, estas ilhas são as que possuem um IDH acima da média nacional, por estarem melhor servidas em termos de actividades económicas, educacionais e de saúde, e acrescenta-se ainda a ilha da Boavista, que é a segunda ilha quanto ao valor do IDH, tendo isso sobretudo a ver com o desenvolvimento do turismo nos últimos anos nesta ilha.

Sendo assim, verifica-se que existe ainda um forte desequilíbrio regional entre as ilhas no que concerne ao bem-estar da população, o que possivelmente deve estar associado a uma deficiente aplicação das políticas de desenvolvimento regional. Pois, verifica-se que o desenvolvimento em Cabo Verde está a ser promovido apenas nos principais centros do país, contrariando assim a lógica do desenvolvimento regional. Existem várias regiões com grandes potencialidades endógenas que não estão sendo aproveitadas da melhor forma para minimizar as assimetrias regionais e locais existente ao nível do território.

Relativamente ao conceito de desenvolvimento local, constata-se que ao nível das práticas existem indícios das características do desenvolvimento local de acordo com os pressupostos enunciados pelo autor Amaro, 1998. Pois, detectou-se que as pessoas são já protagonistas do desenvolvimento da sua comunidade, o que se traduziu na elaboração de vários projectos de iniciativas locais. Isso demonstra que já há um processo de mudança e de transformação social em curso nas comunidades, no sentido em que algumas associações já possuem um considerável leque de parceiros como forma de dar uma maior resposta às suas solicitações.

Neste sentido, nota-se que as populações já reconhecem a ausência de bem-estar por partes de alguns membros da comunidade e, por isso, identificam as necessidades que não estão satisfeitas e propõe soluções a quem de direito, no sentido de procurar ajuda, nomeadamente, na construção e melhoria da habitação, na concessão de subsídios às famílias pobres, bem como no acesso ao emprego nas Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra (FAIMO) e ao micro crédito, como alternativa às pessoas que sobrevivem de recursos provenientes da apanha da areia. Assim, constata-se que existe espírito de solidariedade entre os membros da comunidade.

No entanto, esse espírito de solidariedade é apenas entre grupos cuja condição social se aproxima, uma vez que se verificou que os membros da comunidade com um certo poderio económico, tanto na Praia como no Tarrafal, não exercem qualquer influência para a melhoria das condições de vida das populações, pois não se preocupam com a vida da comunidade, na medida em que resolvem os seus problemas de forma individual e nem sempre apoiam os que recorrem às suas ajudas.

Portanto, ao nível local, as pessoas estão a aproximar-se mais e existem associações comunitárias activas com iniciativas importantes para o desenvolvimento local.

No que se refere à noção do *empowerment*, constata-se que em Cabo Verde ainda existe um défice nesta matéria. No sentido em que as populações, pelo menos nos dois concelhos em estudo, demonstram, em certos casos, uma falta de responsabilidade quanto à forma como protegem o ambiente e conservam as infra-estruturas locais. No entanto, isto deve-se à forma como a população tem sido envolvida nos projectos, na medida em que a maioria só é envolvida na fase da execução, isto é, as iniciativas, na maioria das vezes, partem dos dirigentes associativos ou dos autarcas e, deste modo, as populações não se sentem como parte integrante no processo do desenvolvimento.

Quanto ao conceito de Democracia, nota-se que em Cabo Verde este sistema de governação tende a aproximar-se do tipo ideal de democracia no sentido *weberiano* do termo, na medida em que existem fortes indícios desse sistema incorporado na governação do país. Pois, as dimensões da contestação e da participação já estão presentes nas colectividades ao nível geral e local em particular.

Relativamente à primeira dimensão, nota-se que existem vários partidos de oposição, sendo o MPD (Movimento Para a Democracia) o que tem maior expressão, com poder de influência e/ou de contrariar as decisões dos governantes. Os cabo-verdianos já gozam de liberdade de expressão e de oportunidade de se organizarem em associação, por isso, a partir da década de 90, surgiram uma multiplicidade de Associações Comunitárias de Base. Também já existe um sistema político partidário consolidado com eleições regulares a decorrer e, deste modo, já houve duas alternâncias partidárias e já decorreram quatro eleições autárquicas.

No que concerne à dimensão da participação, subjacente à ideia de soberania popular, em Cabo Verde o povo é que escolhe os seus governantes através do sufrágio universal, secreto, directo, e único. No entanto, constata-se que a maioria da população participa apenas nas campanhas eleitorais.

No que diz respeito aos conceitos da desconcentração e da descentralização, constata-se que as duas estratégias de governação sempre estiveram presentes no sistema de administração cabo-verdiana, embora marcadas por períodos distintos, ou seja, constatou-se a existência de uma certa autonomia do poder local nos primórdios da fase colonial dada a distância do país em relação ao Reino português, o que se traduziu num fraco controlo do Poder Central sobre a governação das ilhas.

Todavia, essa autonomia cessou nos últimos anos do regime colonial, devido às transformações políticas que se verificaram em Portugal com a proclamação do Estado Novo, de cunho Salazarista, provocando igualmente mudanças na administração da colónia. Deste modo, a força do municipalismo diminuiu devido a um maior controlo do Governo Central sobre a colónia, no sentido em que foram nomeados novos administradores de concelho para ocupar o lugar e as atribuições que eram das Câmaras até então.

Neste sentido, as estruturas administrativas transformaram-se em meros instrumentos de execução da política e dominação estrangeira, retirando com isso espaço à verdadeira administração local, entendida esta como auto-administração que permitia a defesa dos interesses das comunidades locais e a participação na gestão da coisa pública.

Portanto, a estratégia de administração adoptado pelo Estado Novo era, sem dúvida, a desconcentração, sendo o Estado o principal actor na gestão dos bens públicos. Este regime foi apropriado pelos actores políticos cabo-verdiano após a independência, a qual durou quinze anos do partido único.

Com a abertura ao multipartidarismo em 1990 e com as respectivas eleições em 1991, a descentralização como estratégia da governação local passou a ser um facto real em Cabo Verde. Uma descentralização efectiva, no sentido em que os órgãos representativos foram eleitos pelos respectivos cidadãos, até porque já houve candidatos

independentes a concorrer às eleições autárquicas. Portanto, actualmente, os autarcas cabo-verdianos gozam de uma ampla autonomia política, com vastos poderes de decisão no que diz respeito às actividades dos próprios municípios, pois o controlo exercido pelo Governo Central é apenas de legalidade, ou seja, é uma tutela inspectiva para a verificação dos actos praticados pelos autarcas, não existindo dependência hierárquica entre os dois poderes; o governo age de acordo com os princípios constitucionais, sendo isto geral para todos os municípios.

Assim sendo, actualmente a administração cabo-verdiana é mais descentralizada que desconcentrada, na medida em que todas as ilhas estão cobertas pelo município, havendo até ilhas com mais de um município, caso das ilhas de Santiago, Fogo, Santo Antão e São Nicolau. O contrário acontece com os serviços locais do Estado, com excepção das ilhas do Sal, São Vicente e Praia. Nas restantes, existe uma fraca representação do Estado em alguns serviços, proporcionando uma maior margem de acção ao Presidente da Câmara, dado o facto de o governo não conseguir responder a algumas preocupações no momento oportuno. Esta conclusão permitiu responder à questão inicialmente colocada. Isto é, em que medida os pressupostos da desconcentração e da descentralização estão presentes na administração pública cabo-verdiana. Esta conclusão também possibilitou refutar a primeira hipótese, que atribuía ao actual modelo de administração cabo-verdiana um carácter mais desconcentrado que descentralizado, concebendo os autarcas como meros agentes executores das directrizes do Governo Central. Pois, efectivamente, em Cabo Verde as autarquias locais são poderes descentralizados e autónomos, pelo que não existe dependência hierárquica entre os dois poderes.

As várias interrogações por parte dos actores políticos face ao actual modelo têm a ver com algumas imperfeições que o modelo possui, nomeadamente com o problema da desconcentração que ainda é fraca no sistema de administração cabo-verdiana, por isso, tanto o Governo Central como os municípios precisam de se desconcentrar mais, ou seja, de criar mais serviços, com vista a aproximá-los cada vez mais dos cidadãos. Para além destas imperfeições, alguns actores políticos consideram que existe também o problema do modelo adoptado (o português) e para muitos deles há que pensar num outro, uma vez que este não corresponde à realidade do país, dadas as características estruturais do mesmo, nomeadamente a dimensão, a configuração geográfica e o

número de habitantes residentes. No entanto, é uma questão que não foi suficientemente explorada para constituir uma conclusão. E, por fim, a questão da concentração dos recursos humanos sobretudo na capital e nas ilhas do Sal e São Vicente, pois a ausência destes nos outros municípios condiciona o desenvolvimento das suas actividades.

Constatou-se que a realização do colóquio foi justamente para tentar encontrar soluções face a estas preocupações, ou seja, para encontrar o modelo mais adequado para o país. Sendo assim, a questão da regionalização foi fortemente debatida, sobretudo os modelos da Região Ilha, Região Plano e Região Política. Entretanto, o último modelo foi refutado e o primeiro poderá ser implementado mais tarde, caso venha a apresentar uma justificação. Por enquanto, o governo optou pela Região Plano (o actual), uma vez que ainda não esgotou todas as suas potencialidades, por isso ainda possui todas as vantagens. Eis aqui a resposta para a questão referente ao problema do prosseguimento ou da substituição do actual modelo. Sendo assim, verificou-se que se manterá o actual modelo, mas, no entanto, serão adoptadas políticas que se traduzam no reforço do municipalismo, para que as autarquias possam usufruir de uma maior capacidade de auto-administração e, conseqüentemente, de uma maior autonomia.

Em relação à segunda questão inicialmente colocada, isto é, em que condições a aplicação dos princípios de descentralização favorecem o desenvolvimento local, a sua resposta foi obtida a partir da análise da autonomia das autarquias locais e do relacionamento entre o poder central e o poder local na promoção e articulação dos projectos do desenvolvimento local.

Assim, constatou-se que ao nível da prática, só a autonomia política é plenamente gozada pelos autarcas caso pertençam à mesma cor política do governo. Caso contrário, o poder de decisão de investimento local é limitado, dada a relação de clientelismo, sobretudo no que se refere aos contratos/programas e à cooperação descentralizada, embora tal se justifique em parte pela ausência de um diploma que os regule. Deste modo, o governo age em função dos interesses políticos e partidários, influenciando, com isso, o poder de decisão de investimento nas autarquias locais, quando este é impulsionado pelos agentes exógenos (nacional ou internacional). Na medida em que num município cuja cor política seja igual ao do governo, o

relacionamento entre os dois poderes é mais facilitado, obtendo com isso um maior benefício.

Deste modo, constata-se que nos dois casos estudados, entre a Câmara de oposição e o governo não existe um relacionamento sadio, fruto de uma falta de diálogo, traduzindo-se num mau relacionamento. Enquanto no município da mesma cor política que o governo, foi possível perceber a existência de uma certa harmonia e de um bom relacionamento na realização das actividades camarárias e não só.

Sendo assim, pelo menos nestes casos, as autarquias do partido da oposição conseguem exercer a sua autonomia no quadro do seu orçamento mas, no que se refere a outros factores que as podem condicionar (contratos/programas e cooperação descentralizada), estas autarquias podem ter mais dificuldades exactamente pelo facto de a sua relação com o Governo Central ser afectada pela lógica partidária. Ou seja, o poder de decisão pode ser influenciado em parte pelo Governo Central, em função da aliança partidária, sendo que no município cuja cor política é igual ao governo, existe uma maior articulação dos projectos do desenvolvimento, e consequentemente, um maior benefício com contratos/programas e relações de parceria para a cooperação internacional e descentralizada.

Entretanto, a relação de clientelismo político verifica-se tanto por parte do governo central em relação aos municípios, como dos municípios para as associações. Portanto, a promoção do desenvolvimento local ou a melhoria das condições de vida das populações associam-se à aliança partidária ou a relações de proximidade social.

A propósito disto, pergunta-se: será que esta situação acontece com todos os municípios e/ou associações de cor política diferente da do governo ou das câmaras? Deste modo, pode perguntar-se se não haverá constrangimento na promoção do desenvolvimento local, tendo em conta que a maioria das câmaras é do partido da oposição e ainda existem duas que são de grupos independentes.

Relativamente ao processo da desconcentração e da descentralização nos concelhos da Praia e do Tarrafal, constata-se que neste último, mesmo no tempo do partido único em que o sistema de governação era centralizado com alguma desconcentração, não existiam muitos serviços públicos (desconcentrados), de apoio à

população, o que acabou por incentivar a sociedade civil a organizar-se em lógicas associativas. Este facto foi constatado pelo tipo de relacionamento que existia entre uma das associações mais antigas do concelho e o poder local do Estado existente na altura neste concelho. Enquanto no concelho da Praia, segundo o entrevistado da associação mais antiga, o relacionamento entre o poder local e aquela associação passou a ser mais facilitado a partir da década de noventa quando o governo adoptou a estratégia da descentralização para a governação das autarquias locais.

Na análise realizada verificou-se também que o factor da distância pode jogar com o poder de decisão, isto é, quanto maior for a distância, menos presente está o sistema de administração a desconcentração de serviços funciona menos bem podendo, por este lado, favorecer o exercício da auto-descentralização, ao contrário do que pode acontecer nas câmaras mais próximas do centro, pois nestas a administração está mais presente e tem mais serviços organizados, o que pode limitar a acção do poder descentralizado. No caso do concelho da Praia, jogam-se vários factores à distância, pois o concelho localiza-se no centro, é a capital do país e exige, por isso, uma maior articulação entre o governo e o poder local na resolução dos problemas inerentes à capital. Daí uma maior desconcentração, e menor descentralização.

Salientam-se também os problemas inerentes ao próprio município por ser ao mesmo tempo a capital do país, onde diariamente se concentra uma multiplicidade de pessoas para tratarem de assuntos relacionados com o comércio e com as actividades administrativas. Esta concentração de questões a resolver traz problemas de várias ordens para o município, sobretudo a nível do ordenamento do território e do saneamento, que muitas vezes ultrapassam a capacidade de resposta da Câmara Municipal. Neste sentido, o governo deve intervir mais na administração da cidade com vista a melhorar a imagem da capital. Ou seja, deve privilegiar uma administração mais desconcentrada na cidade para uma maior satisfação das populações, porque só a Câmara não consegue satisfazer todas as necessidades das populações que solicitam os seus serviços.

Com isso, confirma-se a segunda hipótese e obtém-se a resposta à questão de se perceber em que medida o exercício dos princípios da descentralização e da desconcentração encontram a aplicação nestes dois concelhos. Isto é, no concelho do

Tarrafal a descentralização pelos factores a cima referidos é mais efectiva, embora ao contrário do que acontece com o factor da cor política.

Constatou-se também que as associações entrevistadas não são homogéneas, pois algumas demonstraram-se mais activas e organizadas em relação a outras, o que se repercute nos apoios que têm recebido pelas câmaras e outros parceiros.

Relativamente ao concelho do Tarrafal, consta-se que as populações já participam em vários níveis, isto é, nas assembleias já dão o seu contributo e conseguem influenciar certas decisões, até porque já referem a questão do orçamento participativo.

Neste concelho deu-se a perceber que as associações comunitárias são mais activas, presume-se que isso também se deve ao facto de estas estarem envolvidas nos projectos de luta contra a pobreza no meio rural e, neste sentido, já têm uma experiência e conhecimento mais sólidos das suas comunidades e, conseqüentemente, uma maior solidariedade.

Concluiu-se que em relação às associações entrevistadas as dinâmicas locais são diferentes nos dois concelhos, na medida em que as associações locais no concelho do Tarrafal demonstraram ser bastante dinâmicas e activas. Isso deve-se em parte a uma maior relação de proximidade entre estes indivíduos e os autarcas, uma vez que alguns líderes são funcionários da Câmara Municipal e, sendo assim, exercem uma maior pressão para a resolução dos problemas da comunidade. Por isso, alguns afirmam que quase todos os seus projectos foram financiados. Mas isto também se deve ao facto de o concelho do Tarrafal ser um município do meio rural, pequeno e com uma população muito reduzida em relação à capital, o que facilita uma maior relação de proximidade entre os autarcas, as associações e/ou as populações. Por outro lado, na cidade da Praia, um concelho mais vasto e, portanto, com problemas da participação mais difíceis de resolver, o número de associações entrevistadas foi menor e, por isso, não permitiu tirar conclusões definitivas.

De um modo geral, o processo da descentralização é já uma realidade no sistema administrativo cabo-verdiano. Contudo, as instituições municipais localizam-se na maioria dos casos apenas nos principais centros das ilhas.

Existem várias limitações quanto à autonomia no exercício do poder de decisão, uma vez que só a autonomia política se traduz num facto real, dado que em todas as autarquias os seus representantes foram eleitos pelo povo. A autonomia financeira é limitada, por um lado, pelo problema da não correspondência entre o montante transferido e as respectivas atribuições, por outro lado, é agravada ainda pelo baixo potencial das receitas ligadas às actividades económicas locais, sobretudo nos municípios do meio rural. Outros aspectos que também limitam a autonomia têm a ver com a questão do clientelismo político-partidário, pois os autarcas pertencentes ao partido da oposição possuem autonomia financeira apenas no quadro do seu orçamento, pois, como se viu no caso estudado (Tarrafal) e no outro a que se fez referência (São Domingos), os autarcas sentem-se vítimas de discriminação por parte da Administração Central quanto aos acordos da assinatura dos contratos/programas e da cooperação descentralizada. Deste modo, há necessidade de criar regras claras e assumidas publicamente com vista à regulação deste processo como forma de evitar a relação de clientelismo. Portanto, deve haver uma maior articulação e coordenação de actividades com vista à manutenção da estabilidade política e da união nacional, promovendo assim o desenvolvimento local através da promoção de melhor representação de todos os grupos sociais na satisfação das necessidades, contribuindo assim para uma maior equidade no subsídio dos recursos governamentais e para a redução das tensões sociais, pois é esse um dos principais propósitos da descentralização.

A autonomia administrativa é condicionada pela falta de meios técnicos, materiais e humanos, sobretudo nos municípios do meio rural, dada a elevada concentração destes meios apenas nas três ilhas, São Vicente, Sal e Santiago, tendo a última uma maior concentração na capital. Neste sentido, a maioria dos municípios deparam-se com problemas relativos à realização das suas tarefas.

Portanto, há necessidade de aumentar o nível da capacidade financeira, fiscal e humana dos municípios e, também, de adoptar políticas de incentivos como forma de fixar os recursos humanos nos outros municípios sobretudo nos do meio rural.

O sistema também precisa de se desconcentrar mais, isto é, de abrir delegações autárquicas mais próximas da população, na medida em que as populações de algumas freguesias e povoados ainda percorrem uma longa distância para conseguirem encontrar

respostas às suas necessidades. O mesmo acontece em relação à descentralização, ou seja, fazer penetrar o poder de decisão em direcção à base e criar juntas de freguesias como forma de promover uma real e maior participação das populações no processo de decisão e, conseqüentemente, na promoção do desenvolvimento local.

Ciente de que o desenvolvimento não significa apenas a melhoria de condições de vida dos desfavorecidos, mas sim fazer com que estes sejam os protagonistas do seu próprio desenvolvimento, para que não se sintam como pessoas excluídas, dado que se deixou transparecer que as pessoas beneficiadas com os projectos para a melhoria das suas condições de vida não foram os principais actores na concepção dos mesmos.

Neste sentido, haverá a necessidade de promover a participação das pessoas e colectividades nas decisões que condicionam as diferentes dimensões da sua vida, pelo reforço das suas competências o que, por sua vez, conduz ao reforço do poder e protagonismo. Trata-se de promover um desenvolvimento participativo na dimensão pessoal e colectiva segundo *Friedmann*, 1996.

Isto passa também pela adopção de estratégia para uma maior divulgação das informações, melhoria nas modalidades de atendimento, organização de reuniões em assembleias municipais, sobretudo na capital. Enfim, a introdução de uma metodologia participativa, envolvendo a comunidade e as famílias em situação de *desempowerment*, ao longo de todas as fases do projecto. Ou melhor dizendo, fazer com que a ideia do projecto parta da comunidade e das respectivas famílias, por serem elas as melhores conhecedoras das suas reais condições de existência.

É nesta perspectiva que os actores políticos devem actuar, isto é, devem adoptar as políticas do tipo *bottom-up*, ou seja, promover políticas de desenvolvimento a partir da base, um desenvolvimento alternativo como forma de melhorar o *empowerment* das colectividades.

Por isso, há todo um trabalho a fazer, ou seja, falta ainda a parte da consciencialização por parte dos actores sociais, pois só haverá um verdadeiro desenvolvimento quando os indivíduos se sentirem como parte integrante no processo.

A nível regional, há necessidade de implementar estratégias políticas com vista a um desenvolvimento equilibrado de todas as regiões como forma de garantir as mesmas oportunidades a todas as pessoas do território nacional sobretudo ao nível do emprego.

Apesar de tudo houve avanços significativos em matéria da governação cabo-verdiana no que se refere ao processo de descentralização, o que não se verificou em vários países africanos. É neste sentido que actualmente o país é aplaudido a nível internacional, por ser um caso exemplar em África, sobretudo em matéria da boa governação.

A abordagem desta temática remete para outras questões que se pretendem aprofundar numa fase posterior da investigação, isto é, fazer uma análise aprofundada sobre o impacto da descentralização em Cabo Verde e analisar todas as autarquias locais de Cabo Verde desde a década de noventa. Aprofundar também a questão da participação da sociedade civil e das Associações Comunitárias de Base, utilizando para além do método qualitativo o método quantitativo, com vista a uma maior compreensão da problemática em causa.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANFONSO, Maria Manuela e FERNANDES, Ana Paula, (2005), *Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento*, Lisboa, Instituto Marquês de Valle Flor.

ALBARELLO, Luc, *et all*, (1997) *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.

AMARO, Rogério Roque (2001) – “Opções, Estratégias e Actores de Desenvolvimento em Confronto no Caso de Foz Côa”, (1977) in GONÇALVES, Maria Eduarda (coord.) (2001-“ “ O Caso de Foz Côa: um laboratório de análise sociopolítica”, Lisboa, Edições 70.

BARDIN, Laurence, *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.

BARRETO, António, (1994) “Descentralização nos Açores”, in *Análise Social*, nº 125-126, PP. 167-286, vol. 29, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Humana da Universidade de Lisboa.

BILLAZ, René, *et all* (2003), *La Décentralisation en Afrique de L’Ouest, Entre Politique et développement*, Paris, Edition Kartala, ISBN: 2-84586-398-5.

BLANC, Jacques e RÉMOND, Bruno (1984), *Les Collectivités Local*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

BRAVO, Ana Bela Santos, e Sá, Jorge A. Vasconcellos (2000), *Autarquias Local: Descentralização e melhor gestão*, Lisboa/São Paulo, Verbo.

CAETANO, Marcelo, (1973), *Manual de Direito Administrativo*, Tomo I, Lisboa, Coimbra Editora.

CARVALHO, Clara, (2003), “A Revitalização do Poder Tradicional e os Régulos Manjaco da Guiné – Bissau”, *in Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, Instituto Nacional de Pesquisas, Guiné-Bissau, Dezembro nº 7.

CASAL, Adolfo Yañez, (1996), *Para Uma Epistemologia do Discurso e da Prática Antropológica*, Lisboa, Edições Cosmos.

CONDÉ, Alhassane, (2003), *La Décentralisation em Guinée, une esperience réssie*, Paris, L’Harmattan.

Constituição da República de Cabo Verde: Revisão de 1999, Assembleia Nacional, Praia, Cabo Verde.

CORREIA, J.M., Semedo, J. *et all* (coord), (2007) *Estudo Sociológico sobre as eleições legislativa e presidenciais de 2001 e 2006*, Praia, Cabo-Verde, (DGAE), Direcção Geral da Administração Eleitoral.

CROOK, Richard, C. and MANOR, James, (1998), *Democracy and Decentralisation in South Asia and West Africa: Participation, Accountability and performance*,

Cambridge, Cambridge University Press.

FRIEDMANN, John (1996), *Empowerment. Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*, Celta Editora, Oeiras.

GIDDENS, Anthony, (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta Editora.

HAGUETTE, Teresa Maria, (1990), *Metodologias Qualitativas na Sociologia*, Petrópolis, Editora Vozes, 2ª ed.

HUGON, Phillipe, (1999, trad. Aura Cristina Roça), *Economia de África*, Lisboa, Editora Vulgata.

KORTEN, David C. (1992), «People-Centered Development: Alternative for a World in Crisis», in Kenneth E. BAUZON, *Development and Democratisation in the Third World-myths, hopes and realities*, cap.2, New York, Rane Russak.

MACHADO, João Baptista, (1975), *Participação e Descentralização*, Revista de Direito e de Estudos Sociais, Ano XXII, n°s 1,2,3,4.

MAILLAT, Denis (1995), *In Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local* (coord.) João Ferrão, Edição Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995.

MBACK, Nach Charles, et all (2003) *Démocratization et Décentralisation, Génese et Dynamiques compare de processus de Décentralisation en Afrique Subsaharienne*, Paris, Cotonou, Edition Kartala, PDM, ISBN: 2-84586-386.

MILANDO, João, (2005), *Cooperação Sem Desenvolvimento*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

MOSCOVICI, Serge, (2002), *Réenchanger la Nature, Entrtiens avec Palcal Diebie*, Paris, Edition de L'Aube.

OLOWU, Dele and WUNSCH, James S. (2004), *Local Governance In Africa, The Challenges of Democratic Decentralization*, whit contribution by Joseph Ayee et all, London: Lynne Rienner.

PEREIRA, Paulo Trigo, (1998), *Regionalização Finanças Locais e Desenvolvimento*, Lisboa, Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

PEUQUEUR, Bernard, (1999), *Le Developpement Local: Mode ou Modele?* (1987), Syros/ Alternative, Paris.

QUIVY, Raymond, Campenhoudt, Luc, (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.

RIVIÈRE, Claude, (2000), *Anthropologie Politique*, Paris, Armand Colin.

RUIVO, Fernando, (2000), *O Estado Labirinto: O Poder Relacional Entre Poderes Local e Central Em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura Sousa, (1987), *Um Discurso sobre as Ciências*, Porto, Edições, Afrontamento.

SILVA, Aristides O. Da e HANDEM, Alfredo, (2003), “Desenvolvimento, Visão do Futuro e um olhar por dentro da Elite Nacional”, *in Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, Guiné-Bissau, Instituto Nacional de Pesquisas.

STOHR, Walter B. (1991) “Development From above or From below? The dialectics regional planning in developing. Countries, 1981.

SAWADOGO, Antoine Roago, (2001), *L'État Africain face à la décentralisation*, Paris, Karthala, Club du Sahel et de l'Afrique de l'Ouest.

TOULABOR, Comi, M. (2000) *Le Ghana de J.J. Rawling*, Paris, Editions Karthala 22-24, bld Arago, 75013.

VALA, Jorge, A análise de Conteúdo, (1986) *in Pinto, José Madureira, Silva, Augusto Santos (org.), Metodologia nas Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.

VAZQUEZ –Barquero, António, (1995), “evolução Recente da Política regional. A experiência Europeia”. *In 6 Notas Económicas*, Dezembro 1995, *Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*, Edições Afrontamento.

VEDEL, Georges, (1959), *Droit Administratif*, 1ªEdition, Paris, Presses Universitaire de France.

VIEIRA, Felisberto, (2007), *Combate Por Cabo Verde: Anotações sociológicas e Políticas*, Praia, Cabo Verde, Alfas Comunicações.

Outros documentos

BARBOSA, Floresvindo, (2007), “Experiência de Descentralização Territorial em Cabo-Verde”.

BARBOSA, Floresvindo, (2007), “Análise Financeira dos Municípios em Cabo Verde de 1996 a 2002”.

BARBOSA, Floresvindo, (2006), *Formação em Finanças Locais*.

CHEFIA DO GOVERNO, Unidade de Coordenação da Reforma do Estado, Comissão para a Descentralização e Desconcentração (2007): “Parâmetros do Processo Conjunto de Descentralização e Desconcentração do Estado”, Praia, Cabo Verde.

CHEFIA DO GOVERNO, Unidade de Coordenação da Reforma do Estado, (2006), “Linhas Gerais do Programa de Reforma do Estado”, Praia, Cabo Verde.

CHEFIA DO GOVERNO, Gabinete do Secretário de Estado da Descentralização (1998): Programa Nacional de Descentralização, (1999/2000), Praia.

COHEN, Zelinda, (2007), “Descentralização e Divisão Administrativa: Que modelo para um pequeno Estado insular e arquipélago como Cabo Verde, Conferencia Internacional.

Estatuto dos Municípios, Boletim Oficial da República de Cabo Verde, nº 21 de 3 de Julho de 1995.

FURTADO, Cláudio, A. (sem data) Relatório do Projecto de Luta contra a pobreza no meio rural: Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade, Praia, Cabo Verde.

GEPC/Ministério da Saúde de Cabo Verde, Relatório Estatístico, 2006 Praia.

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, (QUIBB-CV), Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar 2006.

MARTINS, Anildo, (1999), “Democracia e Desenvolvimento Local”, Praia, Cabo Verde.

MONTEIRO, Eurico Pinto, (2007), “Poder Local e Divisão Administrativa em Cabo Verde no pós-independência (1975-1990)”, Colóquio Internacional: “Descentralização e Divisão Administrativa: “ Que Modelo para um Pequeno Estado Arquipelágico como Cabo Verde.

(PNUD) Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas e (CEA), Comissão Económica para África, (2002), Local Governance for Poverty, Reduction in África, Maputo.

Revista iniciativa, Dinamismo e oportunidades, nº 17 Março/Abril de 2007, Cabo Verde, Editora: Alfa comunicação, Lda.

Revista iniciativa, Santiago: Potencialidades e Desafios, nº15 Novembro/Dezembro de 2006, Cabo Verde, Editora: Alfa comunicação, Lda.

Revista da Câmara Municipal da Praia, nº 17, Abril de 2007, Editora: Alfa comunicação, Lda.

Revista da Câmara Municipal da Praia, nº 15, Fevereiro de 2006, Editora: Alfa comunicação, Lda.

Revista da Câmara Municipal da Praia, nº 18, Julho de 2007, Editora: Alfa comunicação, Lda.

Revista da Câmara Municipal do Tarrafal, nº2, Junho de 2007, Editora: Alfa comunicação, Lda.

Revista da Câmara Municipal do Tarrafal, nº1, Janeiro de 2007, Editora: Alfa

comunicação, Lda.

UNITED, NATION e INSTITUTO NACIONAL de ESTATISTICA de CABO VERDE, (2007), Cartografia Humana e da Pobreza em Cabo Verde

SILVEIRA, Onésimo, (2007), “Reflexões sobre Descentralização e Desenvolvimento Regional e Local em Cabo Verde”.

Websites

http://www.itcilo.org/actrav/english/calendar/2003/A12910/trabajos/Informes_individuais/EUNICE.doc

<http://www.itcilo.org/actrav/english/calendar/2003/A12910/trabajos/Cabo%20Verde/Relatorio%20cabo%20verde.doc>

http://www.fundacao-ami.org/ami/artigo.asp?cod_artigo=121467

www.espressodasilhas.cv

http://www.tarrafalnazona.com/index.jsp;jsessionid=DB930BE8DB905AFEEFD03A82C6243286?page=historia_21/01/2008

http://pt.wikipedia.org/wiki/Praia_%28Cabo_Verde%29

http://www.gtm-santiago.cv/Tarrafal/perfil_municipio.html

http://www.governo.cv/index.php?id=538&option=com_content&task=view

[http://www.bes.pt/SiteBES/cms.aspx?srv=207&stp=1&id=135787&fext=.](http://www.bes.pt/SiteBES/cms.aspx?srv=207&stp=1&id=135787&fext=)

http://www.portugalcaboverde.com/item1.php?lang=1&id_channel=23&id_page=133

<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/UNECA/UNPAN010075.pdf>

ANEXOS – Grelhas de análise das entrevistas – Análise vertical

Anexo 1- Actores principais

Ministro da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território (MDHOT)

Questões	Respostas
Objectivos da descentralização	(...) criar uma administração eficiente, estar próximo dos cidadãos, permite aos cidadãos resolver os seus problemas. (...) As pessoas poderem-se sentir-se parte, tendo em conta que escolhem os seus representantes, tendo em conta que têm as assembleias municipais onde podem participar (...) encontrar essa racionalidade administrativa que nós podemos dizer, a eficiência económica da própria administração e o desenvolvimento sustentável e a justiça social.
Desafios da descentralização	Uma tem a ver com a divisão administrativa. (...) Cabo Verde é um país pequeno, com 450 mil habitantes, nove lhas habitadas 22 concelhos, e 33 freguesias. (...) Nós se pensarmos em termos de criar um poder autárquico infra-municipal teremos a dificuldade quase que de termos uma freguesia coincidente com um concelho.
Opinião sobre o actual modelo de descentralização	(...) Mas sempre em Cabo Verde presidiu a descentralização (...) de certa maneira conseguiu-se isso hoje temos uma administração próxima dos cidadãos, uma administração que satisfaz rapidamente as necessidades, uma administração que é capaz de reflectir e encontrar soluções, para essas comunidades.
Existência de uma efectiva descentralização	(...) se fossemos um país mais rico a autarquia teriam mais recursos e naturalmente estariam a assumir mais competências que já têm neste momento. Porque (...) neste momento há muitas competências que as autarquias não conseguem exercer. Porque não têm recursos.
Opinião sobre a “suposta crise” do actual modelo	Não sei se há crise. Eu não partilho muito dessa visão (...) é que há problema que se verifica (...) a primeira lei das autarquias previa uma assembleia municipal eleita, um conselho municipal eleito, conselho municipal eleito no seio do qual sairia a câmara (...) Quando se fez a revisão, em 91, ou 92, alterou-se e utilizou-se o mesmo modelo de Portugal. Ser eleito a câmara, o presidente da câmara e o seu presidente, a assembleia e o seu presidente.
Opinião sobre o processo de descentralização na Praia e no Tarrafal	(...) são realidades um pouco diferentes. A Praia é o maior concelho do país em termos de população. (...) Porque a dimensão dos problemas da Praia ultrapassa já a dimensão em cabo Verde. (...) Tarrafal já é um município rural com uma zona urbana um pouco importante, mas é um município essencialmente rural com problemas diferentes. (...) em qualquer município do país incluindo mesmo a questão da dimensão, o principio da descentralização é levar o poder mais próximo das comunidades. (...) qualquer câmara deve fazer um grande esforço para criar serviços perto das comunidades. Desconcentrar os seus serviços, todos. (...) pôr os serviços mais perto das populações, as populações poderão participar melhor.(...) O que facilita a

	descentralização...
Autonomia financeira	(...) as despesas de funcionamento são elevadas. As câmaras continuam a ser o principal empregador a nível local, enquanto não se desenvolver uma economia de mercado muito forte, enquanto as micro empresas não passarem a dar empregos, para o município possa unicamente pensar nas suas actividades e não no emprego público. (...) as autarquias ainda são empregadores muito importante a nível local, é a autoridade local portanto é muito solicitada, e portanto, mesmo com 7 a 10% nós entendemos que ainda não é suficiente para resolver o problema da auto-sustentabilidade. (...) favorecer a descentralização, promove mais recursos porque se era 7% o valor era inferior (...) mesmo com 7 a 10% (...) ainda não é suficiente para resolver o problema da auto-sustentabilidade.
Cumprimento das directrizes do Governo central	(...) as autarquias locais são poderes à parte (...) É um poder legítimo, o governo define o quadro legal, mas não intervém. A nossa tutela é uma tutela de legalidade, só podemos verificar a legalidade do exercício da actividade local. Nós não somos tutela administrativa directa.
Poder de decisão sobre a implementação de projectos nos concelhos	(...) o desenvolvimento económico é função do Estado. (...) é o governo que planifica à nível macro-económico. As autarquias por seu lado, têm também competências a nível de dinamizar o mercado local, de estabelecer incentivos, mobilizar empresas para intervenção, (...) O governo é que concebe, (...) nos seus grandes projectos, que procura definir zonas de colocação, (...) áreas que na política nacional do desenvolvimento para o turismo são de interesse do desenvolvimento especial. De maneira que o Governo é que define ZDTI's mas a gestão é feita com a participação das autarquias.
Conflitos relativos à tomada das decisões	Naturalmente, como um processo e competências em qualquer lado surge dificuldade. Portanto, (...) no Sal, a questão de licenciamento nas obras que CI por se situarem em zonas de desenvolvimento turístico tem competências para o licenciamento em articulação com a câmara. Mas houve dificuldades de comunicação. Naturalmente tem havido problemas, mas surgem problemas normais, no relacionamento de competências próprias que muitas vezes é entendido de uma forma ou por uma parte ou por outra...
Estratégias para a resolução dos conflitos	(...) Este governo é um governo de diálogo, temos procurado sempre dialogar com as autarquias, temos participado activamente em todos os consenso gerais das autarquias, procurando ter uma participação activa, procurando articular o relacionamento entre o governo central e as autarquias e procuramos portanto, ter um consenso e construir esse consenso a partir de um diálogo aberto, franco, responsável, (...) Todo e qualquer iniciativa legal do governo é discutido, é socializado com os municípios ...
Relacionamento entre os autarcas e as comunidades	É um processo que já conheceu avanços extraordinários. Hoje as populações reconhecem que os poderes mais próximos são as câmaras, portanto têm essa percepção, já sentem o presidente de câmara como figura determinante na sua comunidade e já sentem

locais	também a prestação dos serviços.
Democracia	(...) há forte envolvimento. Eu tenho participado nas campanhas eleitorais e vejo que há um forte engajamento das pessoas (...) Há espírito crítico muito forte que está a desenvolver-se. Sente-se que as pessoas são ciosas já entenderam que a comunicação ... agora de vez em quando aparece na televisão. Agora qualquer um, vai lá denuncia o acto.(...) As pessoas têm uma consciência de reivindicação, muito grande. (...) compreendem o papel do Estado, e são exigentes com o Estado (...) as pessoas colocam o seu problema, (...) porque já entenderam que há um poder que tem responsabilidade, muitas vezes até dão muito mais responsabilidades.(...) Eu creio que essa massa crítica começa a surgir. (...) não há duvida que muitas críticas um pouco partidária mas, hoje a população toda ela é capaz de ter a noção de reivindicação, noção de que ela vale também por seu voto (...) há uma grande consciência que começa a desenvolver-se, as pessoas têm a noção das suas importâncias, do seu papel. (...) isso é a democracia. Quando as pessoas começam a ter consciência do seu papel na sociedade das responsabilidades de cada um. Isso é um sinal que vai reflectir a democracia...
Abstenções	(...) abstenção até surpreende. tem a ver com gente que já não existe, gente incapacitado, gente que está fora do país, (...) a administração não tem capacidade de registar isso. (...) as listas dos eleitores não são coincidentes com a realidade da população existente. (...) há envolvimento quase total das populações no processo (...) a taxa de abstenção de 20, 30% parece um absurdo.

Antigo Primeiro-Ministro de Cabo Verde

Questões	Respostas
<p>Opinião sobre o actual modelo de descentralização em Cabo Verde</p>	<p>(...) há um conjunto de matérias cuja competência hoje está de facto no governo, mas que deveria ser descentralizada agora não por à nível dos municípios, mas por um nível acima dos municípios. E ao mesmo tempo há um conjunto de competências que hoje estão fragmentadas em cada município que deveriam ser integradas, deveria haver um processo de coordenação de maneira a que no fundo os próprios municípios ganhassem maior expressão.(...) Depois a descentralização também ainda não desceu tão baixo com seria desejado, abaixo do município. Muitas vezes a própria acção dos municípios concentra-se sempre apenas na sede e pouco mais. (...) Há coisas que em termos institucionais não devia ser os município a resolver, por exemplo, apoios aos vulneráveis deveria ser feito através de uma decisão que fosse mais próxima, uma freguesia, por exemplo (...) esta será numa fase subsequente.</p>
<p>Existência de uma efectiva descentralização em Cabo Verde</p>	<p>Para todos os efeitos, considero que sim. O que para além das grandes obras, o que está feito em Cabo Verde, desde a década de 90 é obra dos municípios.(...) os municípios tem tido um papel fundamental no desenvolvimento social do país, precisamente porque... pode dizer agora que o nível de qualidade e a própria vida dos Cabo-verdianos melhorou porque os municípios tiveram e tem tido um papel importante. (...) no nosso sistema de facto os municípios são expressão que são os únicos que nós temos a verdadeiramente descentralização no sentido verdadeiro, os municípios alargaram as suas competências para além daquela que a lei lhes dá, mas também na prática alargaram a sua competência, o seu interesse em relação à tudo o que respeita ao seu domínio</p>
<p>Opinião sobre a “suposta crise” do actual modelo</p>	<p>È de facto uma crise de crescimento em Cabo-Verde, pois é um processo que avançou com muita rapidez em Cabo Verde. (...) sobretudo à nível das atribuições que os próprios municípios assumiram. Em muitos casos assumiram para além daquilo que lhes foi dado (...) e não têm estruturas, nem os recursos humanos, nem em termos de recursos materiais e financeiros para responder a essa demanda....</p>
<p>Modelo que defende e as respectivas Razões Regionalização</p>	<p>(...) chegou a altura de nós criarmos um nível intermédio (...) que retire poderes ao Estado, quer dizer (...) a ilha (...) o nível intermédio seria conferido a um conjunto de poderes que hoje estão no governo, e ao mesmo tempo dar-se-á à ilha também competências para integrar-se um conjunto de competências que estão nos municípios, integrar no sentido de fazer pressionar numa escala maior. (...) A região ilha cria uma instância de decisão que está mais abaixo do governo, portanto mais próximo do cidadão, mas ao mesmo tempo permite que os recursos que estão dispersos por diversos municípios possam ser integradas em certas matérias em benefício de todos eles (...) do ponto de vista sociológico, as pessoas em Cabo Verde identificam-se mais com a sua ilha de com o seu concelho (...) a lha tem todo o suporte cultural e sociológico e tem toda a dimensão dentro do pequenez de Cabo-Verde, tem</p>

	<p>toda a dimensão boa para que de facto tínhamos uma estrutura administrativa com poder de decisão bem integrados, humanos, materiais e financeiros para satisfazer as necessidades das populações. (...) depois da ilha, (...) podíamos descer mais, abaixo do município, chegarmos mais perto (...) Descer mais abaixo, mas não a nível do município, mas sim ao nível da freguesia.(...) agora a estratégia é subir do município para ilha, de forma a dar consistência aos recursos e sobretudo a descentralização(...)</p>
<p>Opinião sobre o processo de descentralização na Praia e no Tarrafal</p>	<p>(...) no Tarrafal a descentralização é maior, tem que ser, tem que ser. Tem que ser porque não tema capital. Eu acho que pelo facto da capital ser na Praia o governo tem que intervir mais. Coisas que, o governo não faria, não devia fazer, e não deve fazer legalmente no Tarrafal (...) a capital, é a imagem do país, é o cartão da identidade do país, (...) o governo deve dar mais recursos, prever um orçamento maior. o governo não pode na capital do país ficar a ver necessidades dramáticas porque o município não tem competência, ou não tem recurso para o resolver. (...) a capital tem que aceitar uma redução da sua autonomia em benefício de um financiamento maior, e maior intervenção do Estado. (...) a Praia mesmo a constituição prevê que ela tenha um estatuto especial (...) a Praia é a capital do país e tem que ter um estatuto especial (...) Depois a Praia é o principal centro do país é um pólo de atracção de pessoas. E isso cria também problemas de estruturação bastante grave. Então, no fundo a Praia como “grande cidade” ser só o município não chega, porque não tem e não consegue recursos para fazer face aos problemas (...)</p>
<p>Novos municípios</p>	<p>(...) Fui contra a criação de alguns municípios, e continuo a ser. (...) para mim, só o da Cidade Velha e o de São Nicolau, (...) se justificavam.</p>
<p>Opinião sobre a administração pública cabo-verdiana</p>	<p>(...) digamos que quando a gente institucionalmente dizer que o Estado de Cabo Verde, ele é um Estado descentralizado porque os municípios têm de facto grandes poderes, mas quando vamos à máxima, a máquina administrativa, o conjunto de recursos está concentrado no governo, poder central, quer se trata de recursos humanos, quer se trata de recursos financeiros e materiais.</p>
<p>Competências dos municípios</p>	<p>(...) as autarquias Locais nesse momento têm competências em quase todas as áreas, ordenamento do território, gestão urbanística, administração dentro do território, tudo o que seja satisfação das necessidades colectivas dentro da comunidade municipal.</p>
<p>Cumprimento das directrizes do Governo central</p>	<p>As autarquias são livres e autónomas no que diz respeito às oportunidades das suas decisões. Prestam contas politicamente o que está na lei. o governo apenas tem um poder de controlo da legalidade (...) Mas os municípios podem chegar até ao extremo de dissolver os órgãos municipais por praticarem ilegalidade grave.</p>
<p>Poder de decisão sobre a implementação de projectos nos concelhos</p>	<p>(...) Dificilmente se faz um investimento relevante num território municipal sem que o município intervenha, de uma forma ou de outra, com poder de decisão e noutros casos, com o poder de influência, de parecer e de condicionamento.</p>
	<p>É importante (...) os conflitos que a gente está a ver nos últimos</p>

Conflitos relativos à tomada das decisões	tempos mostram até que ponto a situação evoluiu. (...) Em todo mundo onde há descentralização os poderes descentralizados querem sempre mais requisitos e mais recursos, e o centro quer mais controlo, quer dar menos, normalmente é assim, em todo lado é assim, aqui também não deixa de ser. (...) as questões que estão a pôr são fruto normal de um processo que é ainda novo, (...) no fundo o processo da descentralização nasceu em 1992.
Estratégias para a resolução dos conflitos	Do ponto de vista legal, há normas geralmente o poder central sobrepõe ao poder local. O poder central tem a tutela, as normas legais sobrepõe aos regulamentos administrativo, os regulamentos do governo sobrepõe aos regulamentos das autarquias, mas há uma constituição.
Elites locais	A nossa administração tem um problema de concentração (...) Porque há uma concentração de recursos sobretudo na Praia (...) O nosso problema na democracia cabo-verdiana é essencialmente um problema de recursos humanos cabo-verdianos. (...) a elite é a principal responsável.
Democracia	(...) a população participa em muitas coisas, mas participa menos do que devia. (...) não temos ainda uma cultura democrática muito desenvolvida. Não há uma cidadania muito activa que é fundamental existir numa democracia, (...) Há pouco em relação à aquilo que é possível que o sistema permite. (...) ainda somos muito tributados numa mentalidade existencial, à espera dos outros. (...) espera do Estado, da câmara, exigimos isso e aquilo, e não dizemos o que podemos fazer. Esperamos pela cooperação (...) Toda a gente conforma, e isso repete. (...) é uma falta grande de participação. Não tem instituições legais importantes de acção popular, legitimidade popular, iniciativa popular de leis, não existe, nada disso (...). Os espaço para intervenção dos cidadãos nas assembleias municipais, muito pouco. (...) de um modo geral, somos um povo muito conformado, muito pouco reivindicativo e muito pouco assertivo. Nós cumprimos minimamente os nossos deveres, embora falhando às vezes, mas nunca exigimos os nossos direitos, porque pensamos que é um favor que o outro nos faz. (...) Até para exigir dos políticos falta este sal à democracia. Falta o sal da participação à nossa democracia.
Abstenções	(...) é um facto geral no mundo, embora nós tínhamos uma evolução interessante. Por exemplo de 90 a 95 aumentou a participação, a abstenção baixo. (...) as pessoas deixaram de votar, por várias razões. (...) a forma de fazer a politica em Cabo Verde não é a melhor ainda (...) de facto não há verdadeiramente um sentimento de compromisso entre o eleito e o eleitor. O eleitor desinteressa-se (...) as pessoas abstêm-se, (...) a principal dificuldade tem a ver com a incapacidade dos políticos e certos advogados públicos. Não tem havido uma comunicação, uma comunicação adequada na generalidade dos políticos com os eleitorados. As pessoas perdem credibilidade quando a gente promete uma coisa e não dá, não dá cavaco, não justifica...
Soluções para	Fazer mais em termos de suscitar a participação (...) ao nível dos

reduzir as abstenções	municípios, é mais fácil fazer lá. (...) o governo, basta transmitir na assembleia, pela rádio, televisão, as decisões do Estado da Nação.
------------------------------	--

Presidente do Concelho de Administração da Estação de Valorização Ambiental

Questões	Respostas
Opinião sobre o actual modelo de descentralização em Cabo Verde	O actual modelo, ainda que tenha imperfeições, é o modelo que ainda se adequa à nossa realidade. Há uma descentralização controlada de poderes dos órgãos da administração central para os municipais, os órgãos municipais têm ainda um amplo campo de actuação que ainda não se esgotou. (...) ainda o modelo serve, todos os elementos que vierem serão úteis mas não em termos de ruptura, ou de reconfiguração radical. (...) Os municípios que mais beneficiam com o actual modelo, nas actuais circunstâncias de meios humanos e materiais são os municípios cuja característica sócio cultural é mais urbana, como São Vicente, Sal, até certo ponto a Praia (...) Nos outros como o poder descentralizado está basicamente ao nível da cidade e da vila (...) o modelo reflecte menos.
Competências dos municípios no actual modelo	Grosso modo, tudo que seja a gestão no sentido lato, ou seja a gestão do território, os recursos, todos os patrimónios, e outra competência são da alçada dos municípios.(...) em alguns casos como por exemplo, a educação, a saúde, há alguns departamentos da poder central que estão desconcentrados nos municípios. Mas isso não implica com os outros poderes municipais.
Objectivos da descentralização	(...) levar os serviços aos cidadãos.
Existência de uma efectiva descentralização em Cabo Verde	Não diria que existe (...) não me considero um especialista nesta área. Há uma desconcentração que é mais no sentido físico, ou seja quando se desloca com os serviços de um sítio para o outro. Mas isso não coincide com a lei de descentralização. A lei da descentralização é quando se delega competências. Então neste caso, não considero que haja uma descentralização efectiva. Há défice nesta matéria porque... só para dar um exemplo: admitamos que a delegação do ministério do ambiente na ilha do Maio. È suposto que nessa ilha, aquela estrutura represente o ministério, por exemplo, há delegado dos actos florestais, mas neste momento o delegado não está a dedicar as suas actividades, portanto neste caso por cada nível de actuações recorrem ao ministério. (...) O nível de serviços que se delegam é dos mais rudimentares e quando pretende um serviço já de alguma consideração têm que se deslocar, por exemplo da ilha do Maio pelos serviços da Praia. (...) não é aquilo que se pretende, o que se pretende é que os munícipes, os cidadãos se sintam mais confortáveis, com os serviços mais próximos, (...) e se sintam mais satisfeitos nas suas pretensões. Resumindo, que tem tido um esforço ao longo dos tempos por todos os governos no sentido dessa descentralização, mas ainda há muito campo a percorrer nesse sentido, tanto no âmbito da desconcentração como no âmbito da descentralização. Porque há municípios que são maiores, como por exemplo Santiago e Santo Antão, onde os cidadãos têm de percorrer uma longa distancia para encontrar um sítio onde haja um serviço desconcentrado. Agora deve-se desconcentrar mais para levar os serviços aos cidadãos.

<p>Opinião sobre a “suposta crise” do actual modelo</p>	<p>Não é uma crise resultante do modelo actual. (...) Julgo que a questão do fundo da descentralização e da desconcentração é de facto da legislação. Havia algum número de pessoas nomeadamente, os políticos a pretenderem que já é tempo de instituir um novo modelo de gestão da administração pública em Cabo Verde em que deve avançar pela institucionalização de mais um nível de poder. Ou seja que a regionalização (...) um outro poder intermédio. (...) se a questão (...) é levar o desenvolvimento para as pessoas, e a comunidade, então aí eu discordo. Discordo porquê? (...) ainda não esgotou, pelo contrário. (...) os municípios que têm mais que uma freguesia, nem todos os municípios têm delegações municipais em todas as suas freguesias.</p>
<p>Modelo sugere e as respectivas razões Contra a regionalização</p>	<p>(...) é o actual ainda vigente. Porque temos um poder (...) deve haver maior descentralização e desconcentração da administração central para os municípios, assim como do próprio município, que ele também se desconcentre levar para mais junto das comunidades e que também descentralize, sobretudo a nível dos serviços da água, energia, serviços notariados, em fim. (...) É preciso ainda que se desloquem, pelas freguesias e pelos principais aglomerados que descentalizem, e só então depois aí sim poderemos se é que se venha justificar para outros níveis de poder. (...) dotá-los de maior recursos para que os municípios possam ter capacidades para ampliar as suas área de actuação, nomeadamente, em se desconcentrarem em se também descentalizarem (...) há freguesias que têm áreas enormes com populações muito dispersa em termos de uma população (...) refiro-me ao concelho da Praia rural em que temos povoados como Pique Leão, Santa Ana, Belém, Porto Mosquito e etc(...) a sede estando na Cidade Velha. (...) custa-me crer que se uma pessoa se convença de que é criando um poder intermédio entre o município e o poder central que o poder enquanto satisfação das necessidades das populações... que é criando esse poder intermédio que os munícipes de Santa Ana, Pique Leão, Gelado Ramos, Entre Pico de Rego, etc, que se realizem as suas necessidade. Defendo que os recursos que seriam utilizados para a criação condições para esse poder, que desça para os municípios para que criem melhores condições, ou seja que o próprio município se desconcentre e se localize, levando os serviços para mais próximos dos munícipes. Depois quando tivermos esse nível de prestação de serviços, (...) sintamos realizados a esse nível, eventualmente se já se justifique até numa questão de racionalidade de recursos, se possa pensar em criar o tal modelo que hoje já se defende de regionalização. (...) a carência é de tal ordem a nível dos municípios, que seria quase uma aberração aplicar os recursos que são necessários para se apostar no poder regional, e deixar de haver por parte dos municípios os recursos que são escassos.</p>
<p>Opinião sobre o processo de descentralização na Praia e no</p>	<p>Na Praia é evidente que os serviços estão desconcentrados. Mas no Tarrafal estão alguns serviços desconcentrados até porque dado à distância é uma obrigação do Estado no quadro da sua responsabilidade e de política social. (...) no Tarrafal julgo que</p>

Tarrafal	deve haver maior serviço desconcentrado e evidentemente com maior nível de descentralização. Falo em termos de lógica.
Autonomia	(...) é relativo, porque raramente há no território municipal actividades económicas suficiente de gerar as receitas por via de impostos, ou taxas para que se tornem auto-suficientes. Dai as responsabilidades do Estado, do poder central de co-participar nos custos, nas transferências para os municípios com base em alguns critérios, nomeadamente, a dimensão geográfica, o peso populacional, o índice de desenvolvimento, etc. (...) há município onde existe deficiência interna própria. Há outros mais periféricos onde não há praticamente actividades económicas, (...) a Brava, Maio, aos municípios do interior de Santiago e de Santo Antão, e do Fogo, Santa Catarina do Fogo
Poder de decisão sobre a implementação de projectos nos concelhos	(...) o governo pouco pode fazer sobre o controlo das actividades municipais. Não quero dizer que não há um controlo. Há os tribunais de contas que acabam por fazer algum controlo, ou seja é o órgão com maior controlo sobre todos os municípios. O governo tem um papel mais de coordenação, de incentivar, criar, apoiar a criação de condições para os investidores possam investir lá. (...) Em teoria ou em regra o programa de governação, o orçamento deveria reflectir as graves situações ao nível dos municípios, (...) Aí procede-se de base para o topo. Isso em teoria. Mas também é verdade que o governo enquanto em principio entidade com maior responsabilidade no país concebe os projectos depois os ramifica aos diversos municípios.
Estratégia para a resolução dos conflitos	O nosso sistema é um sistema democrático, os órgãos são eleitos, a imposição é um elemento que não se adequa. (...) no que se refere aos contratos programas basicamente os municípios identificam a áreas que querem intervir e como não têm recursos para tal, ou podem não ter o suficiente, submetem esse projecto ao governo. O governo aprecia e em função da disponibilidade do ponto de vista orçamental e do ponto de vista político, o governo aceita ou não financiar o tal projecto.
Democracia	(...) o envolvimento não é o nível desejado (...) o exercício dos poderes têm falhas técnicas.(...) não havendo a cultura cívica em que as pessoas são informadas, esclarecidas ao longo do tempo (...) porque essa cultura na formação na educação no sentido de cultivar o principio da democracia (...) este termo tende e aparece no momento das campanhas eleitorais. E nessa ocasião as pessoas são, (...) como que bombardeadas. E por vezes oferecem coisas desde os meios monetários, entre outras coisas, por exemplo, cimento, telhas, feijão em fim algumas peças de vestuários. (...) isto é mau para a democracia.(...) é por isso que julgo que ... nós todos e particularmente os partidos que tenham maior responsabilidade nesta matéria. (...) Como as pessoas não são digamos “levados” a se reflectirem sobre os projectos que apresentam para o país, então como que propositadamente elas são levadas a votar em tal partido. Daí que nesta matéria julgo que a nossa democracia tem esse défice.
Abstenções	(...) o que acontece (...) deve-se à favores, por exemplo, o

	<p>individuo já se tinha votado no individuo A... ah não me deram nada, depois disseram depois da campanha, e depois não me deram a mim e nem aos meus filhos, então não vou votar no partido A. Mas também há um défice dos nossos serviços públicos, dos nossos partidos, no sentido de construir ... para que as pessoas saibam e possam estar em condições</p>
Solução para reduzir as abstenções	<p>julgo que se deveria pensar no sentido de porque não instituir a obrigatoriedade do voto.</p>

Director geral da administração local

Questões	Respostas
Opinião sobre a administração pública cabo-verdiana	(...) Do ponto de vista da descentralização, há um vasto domínio quer do ponto de vista de competências das atribuições próprias dos municípios, quer na relação de complementaridade com os serviços desconcentrados. Portanto há um equilíbrio do ponto de vista das duas vias.
Tipos de serviços descentralizados/desconcentrados	(...) devemos manter a educação, a saúde e a promoção social e todos os serviços (...) esses três domínios dariam respostas em complementaridade com o exercício das atribuições dos municípios, estariam a dar resposta as preocupações das populações (...) neste momento estamos a trabalhar a lei quadro da descentralização para podermos definir exactamente qual deverá ser as atribuições e competências que poderão ser descentralizadas e um pouco para também descongestionar a própria administração central.(...) o governo tem a responsabilidade em matéria do ordenamento de nível superior, e toda a planificação do nível inferior e médio está com os municípios.
Envolvimento das populações nas actividades da Câmara	Tem havido envolvimento, mas não na dimensão que gostaríamos.(...) estamos a trabalhar num projecto que é o orçamento participativo que tem duas componentes: o reforço das associações da organização da sociedade civil na participação da gestão dos municípios; co-gestão dos municípios. (...) haverá a necessidade de mais dinâmica nesse processo. (...) estamos a trabalhar num projecto nessa perspectiva, e em articulação com a plataforma estamos a desenvolver acções de capacitação, sensibilização das populações, das organizações da sociedade civil, no sentido de capacitarem para poderem reivindicar. E com essa reivindicação haverá sempre mecanismos de participação na própria gestão local.
Reivindicações mais frequentes por parte das populações	Têm a ver as necessidades básicas; sobretudo a água, o saneamento, em fim, a educação num nível mais....
Recursos/infra-estruturas	Há dificuldades portanto nalgumas zonas, portanto são recursos escassos a água, não tem sido possível responder à altura que as pessoas tanto esperam. (...) Não são tanto mais (...) a questão da rede viária, a questão dos acessos, dos fontenários sistemas de abastecimento de água às populações, electrificação, em fim, são infra-estruturas necessárias, mas que não atingiram ainda o nível desejado.
Pressão/Influência local	Tendo havido é basta acompanharmos na televisão nos últimos meses, há reivindicação as pessoas vão à televisão, expõem os problemas e pedem que sejam resolvidos. No caso da questão do lixo. Portanto, há essa pressão no verdadeiro sentido e isso é bom porque desperta, apoia, é um exercício que pode efectivamente apoiar os municípios na resolução dos problemas.
Elites locais	Tem havido sobretudo quadros de relações cooperação, das associações que conseguem mobilizar recursos fora do quadro da

	administração do Estado, isso tem possibilitado alguns investimentos nos municípios.
Projectos de iniciativas locais	Tem havido sobretudo projectos comunitários no âmbito da actividade geradora do rendimento (...) iniciativa de construção de algumas infra-estruturas locais: centros comunitários, unidades sanitárias de base, com o apoio naturalmente das câmaras municipais. (...) essas iniciativas enquadram dentro daquilo que são as preocupações da própria administração, quer municipal, quer central.
Transmissão das informações	(...) de facto aí pode haver alguma insuficiência. Mas tem havido a possibilidade da participação dos municípios em associações de assembleias municipais, tem havido divulgação. Aliás há sempre... tem havido preocupação dos municípios no sentido de divulgar as coisas que estão sendo feitas à nível do seu território. Via revistas municipais, televisão, imprensa, em fim. Embora é claro que esses meios poderão ... não estão a chegar a todas as comunidades mas, também os órgãos locais têm trabalhado, tem visitado as comunidades reunindo com as comunidades. (...) via reuniões periódicas com as populações mas que essas reuniões não são sistemáticas.(...) É insuficiente por várias razões. (...) em função da realidade de cada um dos municípios, o nível do conhecimento das populações é diferenciado. Os meios mais utilizados não chegam muitas vezes às comunidades que estão distantes do centro do poder.(...) se for visitar algumas das comunidades mais distante da sede da administração vê-se claramente que há insuficiência de informação.
Democracia local	Tem tido mais envolvimento nos processos de eleição, participação portanto nas eleições. Quer estando nas listas dos partidos, em grupos independentes é possível sobretudo nas eleições autárquicas. Mas é basta ver as dinâmicas que as eleições criam do ponto de vista da participação das populações. O nível é satisfatório. Mas há possibilidade sempre de fazer mais. (...) Via participação nos órgãos do município
Abstenções	(...) se calhar a mensagem não está a passar de forma como devia. É preciso convencer as pessoas que de facto as eleições são importantes neste quadro do processo do desenvolvimento do país.
Solução para reduzir as abstenções	É sobretudo envolver mais trabalhar mais a participação das populações, não do ponto de vista cíclico, ou seja, no momento das eleições.

Presidente da Câmara Municipal do Tarrafal

Questões	Respostas
Impacto do aumento da população sobre a gestão camarária	(...) o aumento da população por si só não agrava a pobreza, pelo contrário, favorece até o desenvolvimento porque tem que existir homens para trabalhar, homem como factor de geração de riquezas. Mas, quando essa população que aumenta não tem acesso à educação, em vez de ser uma oportunidade de desenvolvimento, contribui para o aumento da pobreza. A câmara municipal tendo uma população que não tem capacidade de conseguir um auto emprego, ou um emprego remunerado, tem que ter como uma preocupação de estabelecer uma politica social para acudir as populações com necessidades. Portanto, uma população extremamente jovem, exigem muito mais escolas e muito mais infra-estrutura de lazer. E porque nós é que suportamos os transportes escolares gastamos mais nos transportes escolares, e porque nós é que apoiamos com uniformes e com materiais didácticos gastamos mais.
Problemas mais grave enfrentados pelas populações	(...) o défice de cidadania faz muita falta ao concelho que poderá comprometer o processo de desenvolvimento ...
Problema mais reivindicados pelas populações	(...) falta de trabalho. O emprego é a reivindicação mais premente... mais sentida aqui. Primeiro porque temos um concelho que não tem muitas empresas, segundo, os jovens ainda são poucos formados. Falta postos de trabalho mas também falta a qualificação profissional.(...) Terceiro, há uma forte dependência da agricultura de sequeiro, o que depende muito da chuva que nem sempre acontece.
Envolvimento da população nas actividades camarárias	(...) tem tido uma boa participação (...) uma vez que um dos nossos principais meios que nós temos conseguido adquirir é a abertura da câmara municipal à comunidade. (...) Quando é necessário pagar nós pagamos, mas muitas vezes tem sido a título voluntário (...) campanhas de limpezas, as pessoas participam, as pessoas vêm aqui pedir que se organizem campanhas de limpezas nas respectivas comunidades. As pessoas vêm aqui pedir que se organizem reuniões para se discutirem determinados temas existentes na sua localidade. (...) bom é normal que não seja toda a gente de uma determinada comunidade. Elementos da comunidade estão a ter consciência que a resolução do processo passa pela realização de encontros de diálogos e discussão.
Pressão/influencia local	é uma sociedade muito reivindicativa, em termos de saneamento e abastecimento da água, não toleram a câmara municipal.
Meios utilizados para satisfazer as necessidades das populações	Meios financeiros, sobretudo. Depois da discussão dos problemas e dos projectos, nós entramos com meios financeiros, e eles participam também... participam com a força de trabalho em muitos casos, há projectos que foram feitos assim compartilhados
Frequência com	(...) esse é uma grande dor de cabeça que nós temos, aqui na

que as populações recorrem à Câmara	câmara municipal. Porque vêm de maneira desorganizada, à qualquer momento, na rua, à porta da casa, na rua à entrada da câmara (...) a maneira organizada é sempre às quintas feiras, dedicada às audiências para a população.
Auscultação da população antes de tomar as decisões	Grandes decisões de investimentos são sempre discutidas com a população. Por exemplo o projecto estádio municipal desportivo foi discutido durante muito tempo com os jovens e agentes desportivos. O projecto de electrificação, fomos à zona falar com as populações, porque haviam vários projectos, e nós tínhamos que arbitrar. Discutimos com a população, elas opinaram e nós também até chegarmos a um consenso. Tem sido a nossa metodologia de trabalho, concertar com a população, discutir com a população.
Elites residentes no concelho que exercem influências	Elementos de elites residentes no concelho, não sei (...) essas pessoas residem mais na Praia, (...) Não eu acho (...) pelo menos nunca senti nada. Normalmente vivemos numa sociedade em que as pessoas delegam essas atribuições aos eleitos. E por isso é que as coisas se fazem. Nós queremos é que a população assuma essa responsabilidade conjuntamente com nós eleitos, e que tenham iniciativas. Não existem muitas pessoas em Cabo Verde a fazerem isto.
Transmissão das informações às populações	As revistas, ou reuniões comunitárias. Nós normalmente optamos por duas rondas de reuniões gerais por ano. Uma, logo depois do início do ano, e outro acontece mais ou menos em Novembro.
Iniciativas locais	Vários projectos, (...) nós apenas financiamos os projectos. Temos um projecto de electrificação de fazenda que é uma electrificação precária, mas é da iniciativa comunitária, (...) os nossos projectos têm sempre como ponto de partida a iniciativa comunitária. Agora, financiamento é que não é porque eles não conseguem (...) o polivalente de Achada Mourão, a população por detrás, temos até estrada que as iniciativas as vezes provém da população.
Infra-estruturas/equipamentos	Jardins infantis (...) centros de multiusos. Quase todas as zonas do concelho têm esses tipos de infra-estruturas (...) polidesportivos nas zonas rurais. Entre vila e Chão Bom temos cinco, nas zonas rurais entre 4 a 5 construídos. (...) Não são suficientes (...) As infra-estruturas não levam à descentralização necessariamente. (...) as infra-estruturas devem estar ao serviço da comunidade. (...) a verdadeira descentralização deve acontecer quando a população tem a consciência do seu papel no processo de desenvolvimento local, no processo de desenvolvimento municipal. Daí que deve haver um diálogo regular e de proximidade entre a população e o poder local.
Principais actividades económica no concelho	Estão mais ligados ao sector da construção civil, da pesca e do comércio. Temos algumas estruturas turísticas como: complexo Baía Verde, hotel Tarrafal e pensões. (...) O sector da construção civil tem gerado muito emprego, e tem ajudado muita gente.
Empresas privadas existentes no concelho	Existem empresas privadas mas são pequenas empresas, a nível do turismo, existem na área da construção civil e no comércio. há uma na área da agricultura, hidropónica sob forma empresarial (...) A maioria é de iniciativa local, pertence aos nacionais e alguns tarrafalences, (...) E também existe uma que é portuguesa.(...) é

	uma contribuição directa com geração de empregos, postos de trabalho e de rendimento para as famílias. Contribuem através de distribuição de riquezas às populações.
Competências das autarquias	q
Tipos de serviços desconcentrados existentes no concelho	Existem serviços desconcentrados, são os do governo, a delegação dos serviços da agricultura, delegação do ministério da educação, delegacia de saúde.
Opinião sobre o actual modelo de descentralização em Cabo Verde	(...) já é o momento para se reflectir sobre a reconfiguração desse modelo de descentralização. E é um modelo decalcado sobre o modelo em vigor em Portugal, que do meu ponto de vista não se adapta muito à realidade cabo-verdiana. (...) Realidade social e política e mesmo toda a configuração política do país devia ser repensada numa perspectiva de economizar recursos. (...) deveria-se repensar nesse momento e adaptar algumas coisas. (...) Não é que sou contra o modelo, é que o modelo está praticamente esgotado. Precisamente porque há coisas que não estão a chegar às populações, que deviam chegar
Que modelo sugere	(...) do meu ponto internamente dentro do processo há municípios mas há outros figurinos que conjuntamente com os municípios podem encaminhar os recursos às populações. O figurino inframunicipal, (...) a junta de freguesia, o figurino regional (...) Santiago é uma região que devia ter um tipo de governo regional, conjuntamente com os municípios e com as juntas de municípios se houvessem trabalhariam para um equilíbrio regional.
Novos municípios	(...) a fuga em frente na criação de novos municípios é revelador de... que há coisas que têm que ser repensadas. (...) foram criados porque se calhar constatou um certo distanciamento entre o poder eleito e a população. Mas porque é que se tinham que ser a criação de novos municípios e não juntas de freguesias? (...) Agora ir automaticamente pela criação de novos municípios, se calhar não é a melhor solução.
Opinião sobre a regionalização	Descentralização a nível inframunicipal, á nível supramunicipal, e regionalização mas, tudo isso tem que ser pensado como um todo, não só na vertente de descentralização mas de todo o modelo político. (...) Porque a descentralização tem vários processos internos. Você pode ter municípios, pode ter juntas de freguesias, pode ter regiões.
Opinião sobre a separação do concelho do Tarrafal e S. Miguel	(...) até 1996/97 eram um único concelho. Bom mais um caso que mostra que quando sentimos dificuldades em fazer medidas de políticas para as populações, nós vamos por cortes, para a separação, em vez de criar um modelo.
Que benefícios trouxe a separação	(...) se o ganho de São Miguel é um ganho para Santiago, aí eu tenho dúvidas. Que a população saiu a ganhar verdadeiramente aí não tenho dúvidas, mas esse ganho da população é um ganho que repercutir aditivamente no todo regional... há ganhos parcelares que quando adicionado ao todo dão resultados negativos (...) Essa

	<p>estrutura administrativa tem um orçamento de funcionamento, e esse aspecto é negativo porque consome um montão de recursos que podiam se servir para a satisfação das necessidades das pessoas. (...) não sou é favorável à criação de estruturas administrativas no país de um modo geral, quando há mecanismos mais económicos para resolver esses problemas. O meu problema é a racionalização dos gastos e canalização de recursos para a satisfação das necessidades das pessoas.</p>
<p>Relacionamento com o Governo central</p>	<p>(...) Temos alguns contratos programas mas muuuuuuuuito...muito...reduzido muito resumidamente estudado aqui e acolá. Não há um sistema não é algo que é sistematizado. (...) houve momentos nitidamente marcados por uma vontade de descentralização, essa vontade de descentralização era acompanhado portanto de transferências de recursos mais avultados para os municípios, houve momentos de algum receio, quer dizer o governo voltou a chamar a si algumas coisas que deveriam ser feitos pelos municípios, como por exemplo, os contratos programas que eram feitas pelas câmaras municipais, abertura e gestão das frentes de trabalho, passaram a serem feitas pelas delegações do governo, é o que está a vigorar neste momento.(...) Neste momento eu diria que há algum receio, se a gente comparar com o que se passava na década de noventa com o que existe agora, quer dizer há um ligeiro recuo (...) há alguma discriminação num caso ou noutro. Essa discriminação tem algum suporte digamos teórico, político, se tem alguma motivação social, alguma motivação politica, (...) nós por exemplo conseguimos negociar com a cooperação Luxemburguesa um projecto para reabilitação de um bairro muito populoso aí um bairro antigo na ordem dos trezentos e cinquenta mil contos. E isso foi antes da legislativa de 2001. O projecto foi aceite e foi considerado num pacote de projecto que o Luxemburgo veria funcionar naquele ano. Com as eleições retiraram esse projecto, e nós perdemos esse projecto. Também o mercado municipal que nós negociamos com o Luxemburgo tudo antes das eleições de 2001, depois das eleições tentaram atrapalhar esses processos. Eu tive que fazer várias diligencia deslocando daqui ao exterior, indo à Praia dar-lhes esse... falar com o representante da cooperação Luxemburguesa que por acaso era uma pessoa muito amiga que ajudou-me bastante, não fosse essa pessoas se calhar perderíamos esse mercado. (...) desencadeia-se um projecto que se chama “operação esperança” para a construção ou para a melhoria da habitação social. Esse processo é feito pelo poder central com base nas associações criadas directamente para o efeito, sem que as câmaras municipais conheçam o destino dos custos e quem são os beneficiários. (...) houve municípios se calhar agora alguns que podem...são considerados municípios de oposição que podem sentir-se pressão, também como na década de noventa o grupo também que era de oposição se calhar consideradas de parte.</p> <p>Estamos a investir em electrificação cerca de 50 mil contos igualmente, estamos a investir no nosso estádio municipal.</p>

	Enquanto que todos esses projectos (...) noutros municípios são financiados pelo governo. Aí assim é que há discriminação, mas também não sou favorável a que muitas câmaras municipais se aposentem....
Consequências advindas dessas situações	Perda para o país. Perda para o país não só para o município respectivo, Porquê? por vezes os recursos que deveriam ser mais eficientemente empregues pela autarquia vão parar a determinadas pessoas ou entidades com conotação política próximo do poder central, e os recursos são mal empregues. E o outro perigo é a desacreditação da pessoa no figurino político que foi criado para lhe servir e a desmotivação para participar no processo eleitoral. Há enfraquecimento da democracia, é directo e é linear, por isso, é que há muitas abstenções.
Cumprimento das directrizes do Governo central	Nós não trabalhamos sob a orientação ou directrizes do governo central, porque trabalhamos com base na lei. Somos autonomamente em relação ao governo central, tentamos é cumprir a lei, porque somos controlados, somos fiscalizados por entidades com competência na matéria; Inspeção geral das finanças, Tribunal de contas, nós tentamos é seguir a lei.(...) pautamos pela legalidade e no cumprimento da lei.
Poder de controlo das decisões/influência sobre a implementação de projectos nos concelhos	Existe, existe... primeiro através da relação financeira, não obstante, existe autonomia financeira nos municípios. Como é que se processa? As receitas do estado são globalmente arrecadadas, receitas fiscais, pelo governo. Os municípios não cobram receitas fiscais, com excepção do imposto sobre o património que foi transferida para os municípios. (...) Ora bem isto é por lei, com isso o governo não pode influenciar nada. Mas o governo fica o resto que é para o investimento, aí condiciona a vida nos municípios, porque distribui sem um critério previamente estabelecido, e nessa distribuição pode. (...) mas, pode cometer injustiças, dependendo exclusivamente do seu poder discricionário, na distribuição de recursos para o desenvolvimento dos diferentes cantos do país. Aí sim o governo influencia a gestão do desenvolvimento local através da sua política de implementação de programas de investimento.
Estratégias para a resolução dos conflitos	(...) não tem mecanismos para impor... não tem mecanismo para impor.. não tem mecanismos legais, nem político para impor... é à base de negociação.
Autonomia financeira	Neste momento estamos a viver um momento digamos financeiro que nos dá uma certa tranquilidade (...) que até facilita a tomada decisão. (...) Nós trabalhamos sempre na contenção de despesas e já há mais de dois três anos que temos estado a conseguir os recursos necessários para a concretização dos projectos dos nossos planos de actividades. (...) Alienamos parte das acções que tínhamos na sociedade cabo-verdiana de tabacos (...) para dar mais autonomia financeira à câmara municipal (...) também graças ao reforço da comparticipação dos municípios no orçamento geral do estado. Porque era 7%, Passou para 10%, portanto houve um aumento proporcional entre todos os municípios.
Equivalência	Eu creio que não (...) podia-se esforçar um pouco mais por parte

entre o montante transferido e as atribuições	do poder central e acabar com algum receio envolvendo mais as câmaras municipais em resolver os seus problemas.
Outros recursos para além das transferências	(...) Valorização dos nossos terrenos (...) Temos recursos próprio provenientes da venda de lotes, que é a maior fatia dos recursos, temos ainda o imposto sobre o património, temos também as taxas concessão de licenças, os emolumentos municipais, receitas provenientes de emissão de certidões e temos conseguido alguns financiamento externos directamente com a alemã, durante algum tempo, temos projectos que também foram financiados directamente do exterior,
Benefícios a nível financeiro com a criação concelho do S.Miguel	(...) com a criação do município de S.Miguel, em vez de refazer os cálculos, repartiram ao meio aquilo que nós recebíamos.
Estratégia para a resolução dos problemas no concelho	Nós trabalhamos com a associação do desenvolvimento local, trabalhamos com a população na discussão de alguns projectos previamente, na selecção dos projectos, na actualização do nosso plano de actividades, trabalhamos com as associações locais para seleccionarmos os projectos. Na altura de execução, alguns projectos executamos directamente, outros executamos através da associação (...) há esta mistura entre câmaras (...) esta mitigação entre câmara e associações. Em vários casos onde as associações são organizadas, assumem completamente os projectos. (...) Não tem sido fácil ter estratégia para resolver (...) ou dedicadas à área financeira, em alguns casos.
Projectos mais importantes realizados no concelho	(...) requalificação completa da vila (...) a abastecimento da água, (...) município do Tarrafal é um município da ilha de Santiago mais bem servida em termos de ligação domiciliarias da agua, e a nível de Cabo-Verde está acima da média (...) da electrificação rural e da rede viária (...) um projecto que é pouco visível, não é um projecto concreto, é elevação do nível de cidadania (...) consiste precisamente em ir as comunidades e discutir com as comunidades sobre os direitos, os deveres e formas de participar e actuação e saber onde é que existe cada coisa, onde é que deve existir e onde é que deve ser procurada esse projecto desenvolvemos durante o verão.
Plano Director Municipal	Não existe. (...) O Projecto começou em 97 não evoluiu muito (...) a entidade financiadora do projecto alegou problemas financeiros em 2002, e não assumiu a continuidade do projecto. (...) estamos a retomar o processo da elaboração com o financiamento da cooperação austríaca. Temos alguns planos parcelares, mas, não um plano para todos os municípios.
Democracia	(...) é uma democracia jovem mas uma democracia que tem dado sinais (...) Tem tido alguns percalços no meio (...) com poucos anos de existência o país já tem eleições livres, para as autarquias, para o parlamento, e para o presidente da república. Conseguimos controlar a situação desde 90 sem grandes derrapagens, sem

	grandes sobressaltos, não obstante há algumas contestações que são normais que também tem que haver, quando as coisas não são totalmente transparentes.
Abstenções	Subiu um bocado (...) desconfia-se também que não são abstenções tout court, quer dizer que existem inscrições no caderno que já não deviam existir. Pessoas emigradas, pessoas falecidas tudo isso, contribuíram para o aumento da abstenção.
Solução para reduzir as abstenções	(...) combater a corrupção política, (...) combater a fraude eleitoral, (...) motivar mais as pessoas com as medidas de políticas que nós conseguimos implementar, (...) normalizar o caderno eleitoral, eliminar as pessoas que já não existem

Anexo 2 – Observadores privilegiados

Antigo presidente da Câmara Municipal da Praia

Questões	Respostas
Opinião sobre o actual modelo de descentralização em Cabo Verde	(...) o modelo actual corresponde na sua essência o preceito constitucional.(...) e em conformidade com essa directiva, (...)l estruturou-se o poder local (...) a primeira fase de implantação do poder local democrático foi um sucesso.(...) muitos autores políticos de todos os quadrantes consideram que talvez a criação do poder local democrático sejam uma das coisa mais genuínas do nosso sistema democrático da segunda república (...) É evidente que neste momento importa-se fazer uma avaliação se não pode dar um salto ainda maior em duas direcções. Uma direcção no sentido de fortalecer e estimular uma maior participação dos cidadãos nas actividades públicas locais, isto é, maior controle democrático das decisões públicas e participação na sua concretização. E a problemática ainda da descentralização dentro do próprio território municipal. Descentralização seja em termos da criação de autarquias infra-municipais, (...) seja em termos do modelo de desconcentração de serviços fazendo com que a administração municipal esteja mais próximo possível dos cidadãos.(...) desvantagens não vejo porque a descentralização é sempre boa (...) há insuficiência. Insuficiências do ponto de vista técnico, organizativo e financeiros dos próprios municípios, e tem a ver também com as insuficiências do próprio país, (...) As dificuldades que existem a nível dos municípios em grande parte também existem a nível da administração central. Insuficiências para dotar os municípios de instrumentos que lhes permitam fazer uma gestão mais eficaz do seu território de desenvolvimento. (...) Os municípios têm muitas insuficiências técnicas, neste momento, sobretudo para implementar a nova lei das finanças locais que ao mesmo tempo que abre tantas possibilidades na mobilização de recursos para os municípios esbarra com as dificuldades de natureza técnica.
Existência de uma efectiva descentralização em Cabo Verde	(...) há condições constitucionais e jurídicas e politicas para avançarmos com o projecto de descentralização mais elevado (...) somos um país muito concentrado. Há muita concentração em Cabo Verde que é paradoxo porque somos arquipélagos, somos ilha deveria haver mais descentralização (...)
Desafios da descentralização	o maior desafio para nós eu acho que é o desafio da criatividade, imaginação para encontrarmos um modelo mais acertado e a uma forma mais adequada para aprofundarmos e aperfeiçoarmos o processo da descentralização em Cabo Verde.
Opinião sobre a “suposta crise” do actual modelo	Não... não ... não pode. (...) não há crise em termos constitucional, há insuficiências que são próprias das democracias representativas que tem que ser resolvidas com medidas de politicas, com investigação, com trabalho e na busca sempre do aperfeiçoamento. Porque a crise significa bloqueio. Portanto não há bloqueio. Os municípios com todas as dificuldades continuam

	<p>sendo um dos principais instrumentos da promoção social e económico das populações cabo-verdianas, com todas as dificuldades continuam em todos os sítios há realizações dos municípios (...) Há uma forte identidade da comunidade local com os seus representantes. (...) O modelo precisa de aperfeiçoamento porque (...) os presidentes das câmaras de Cabo Verde têm muitos poderes. Tem poderes efectivos para permitir dirigir, orientar, relacionar com os poderes instituídos sem nenhum tipo de problema.</p>
Modelo que sugere	<p>È este. È este. O que está é o modelo constitucional. Está e foi muito bem pensado (...) é necessário aprofundar a reforma no sentido de melhorar a performance dos municípios e das autarquias locais, analisar em que condições e quando se pode avançar com as autarquias infra-municipais, mas no meu ponto de vista tem-se primeiro que passar para uma via de desconcentração dos serviços municipais actualmente, a problemática da participação dos cidadãos na vida comunitária, no controlo dos gastos públicos, mecanismos democráticos de fiscalização do poder local fora do quadro estabelecido legalmente, as assembleias municipais, aprofundar a desconcentração e avançar a descentralização.</p>
Novos municípios	<p>(...) do ponto de vista racional acho uma aberração também do ponto de vista da organização territorial dar dimensão dos municípios.(...) Se já esgotamos a via da desconcentração. Acho que não. (...) o governo tem toda a legitimidade e mecanismo para reforçar e condicionar via legalmente os municípios, obrigar os municípios por via legal aprofundar o processo de desconcentração. (...) por todo o lado nós temos falta de recursos, todos os municípios novos agora brigam porque não têm quadros. (...) Quando se cumprir com uma determinada parcela que não avança a receita que encontramos para que essa parcela avança é criar um novo município. Depois o que se constata mais tarde é que esses municípios têm uma enorme dificuldade de mobilização de recursos locais para auto-sustentar o seu desenvolvimento.</p>
Opinião sobre o processo de descentralização na Praia e no Tarrafal	<p>A Praia há ainda uma excessiva concentração. Concentração porque é um município de característica essencialmente urbana, (...) justifica uma forte desconcentração dos serviços pelo que as populações a aceder em tempo útil e com ganhos do tempo aos serviços municipais. Tarrafal (...) há muita dispersão das comunidades e das populações, posso admitir que haja um certo nível de desconcentração dos serviços, não creio que seja tanto tendo em conta o nível formação o nível de concentração de profissionais e quadros que possam criar serviços com uma certa competência para garantir os serviços básicos às populações. Mas de certa forma se não há serviços desconcentrados, pelo menos deveria haver uma abordagem mais descentralizada no funcionamento dos municípios tendo em conta a uma grande dispersão das comunidades locais no concelho do Tarrafal.</p>
Regionalização	<p>(...) aprofundar a desconcentração e avançar a descentralização não pela via da criação de regiões políticas mas, uma</p>

	regionalização que permite criar condições de uma maior coordenação de políticas de desenvolvimento à nível de cada ilha ou grupo de ilhas...
Competências dos municípios no actual modelo	(...) um leque vastíssimo, (...) foram transferidas 3 competências que eu considero fundamentais: a transferência do poder de cobrança e liquidação dos impostos municipais, o imposto sobre o património, a transferência do licenciamento em matéria do comércio retalhista, e a competência relativa ao serviço de táxi. Uma outra transferência que eu acho que resultou num saldo negativo é o serviço de promoção social. Não se fez a segunda fase que era de integração definitiva de serviços de promoção social na esfera de competência e atribuições dos municípios. (...) E penso que há duas ou três vertentes que precisam de ser também regulamentadas em termos de competências municipais; é a intervenção dos municípios na dinamização da actividade económica, a problemática do emprego e da formação profissional, e ainda o papel dos municípios nas relações internacionais (...)no que diz respeito à cooperação para o desenvolvimento.
Cooperação descentralizada	(...) os municípios têm tido um papel muito importante na mobilização dos investimentos directos dos estrangeiros para os seus territórios, têm tido um papel muito activo na formação de profissionais fora do país, mobilizando vagas e atribuindo bolsas, e tem tido um papel importantíssimo nas relações internacionais de Cabo Verde. (...) a participação dos municípios nas relações internacionais poderá vir para além das geminações entre os municípios e cidades. Pode ter uma componente de cooperação empresarial, cooperação com organismos de formação técnico-científica, mas num quadro bem definido da política externa de Cabo Verde.
Relação entre o Governo central e as Câmaras	Em determinadas situações os municípios o poder local existe como se tratasse de um contra poder, como se tratasse de oposição, pelo facto de estar a serem geridos por partidos ou forças políticas que não coincide com a força que dirige o país. (...) Por vezes também acontece e aconteceu com o mandato em que o MPD esteve no poder e agora também acontece com o PAICV de certa forma às vezes não há um tratamento muito equitativo em relação a todos os municípios.
Consequências advindas dessas situações	(...) é que as populações ficam prejudicadas num certo serviço... conheço uma zona que teve uma boa dinâmica de investimentos locais, melhoria das condições de vida das populações e há mais de cinco anos que se encontra praticamente paralisada. Não há mais investimentos, as obras ficaram a meio (...) há essa questão política que prejudica as populações, que prejudica o desenvolvimento de um determinado território, e que leva determinados autarcas a posicionarem-se como estão sendo digamos discriminados em relação aos outros municípios.
Cumprimento das	(...) não há directivas em termos da ordem porque por lei e constitucionalmente o Estado não pode fazer isso, o governo não pode fazer isso, mas há uma articulação em termos dos grandes

directrizes do Governo central	objectivos de desenvolvimento que justificam parcerias as articulações, cooperação, do ponto de vista financeiro, administrativo, formativo e técnicos, entre o governo, administração central e os municípios.
Poder de controlo das decisões/influência sobre a implementação de projectos nos concelhos	Meramente administrativo. Controlo de legalidade. (...) o governo, não decide que tipo de investimento o município vai fazer, isto está barrado pela constituição pela lei que regula o funcionamento dos municípios em Cabo Verde e é o controlo administrativo e de mera tutela de legalidade.(...) as vezes essa autonomia até leva a que determinadas coisas boas que poderão vir da iniciativa do governo não sejam bem interpretadas.
Conflitos relativos à tomada das decisões	Houve sempre. Há sempre conflitos. Neste momento há muita guerra muita conflitualidade em relação às zonas de desenvolvimento turístico integrado.(...) O Estado tem poderes para fazer planos especiais, mas está dentro do território, e esses planos devem obedecer a um plano maior que é o Plano Director Municipal (...) O problema é que a maior parte dos municípios não tem um PDM. Também existem outros conflitos que têm a ver com a gestão dos solos. Neste momento há muitas conflitualidades porque o solo é cada vez mais um bem raro em Cabo Verde ...
Estratégias para resolver os conflitos	(...) agora há uma coisa muito boa para um estado de direito democrático (...) recorrem-se aos tribunais para redimir os seus conflitos. (...) isso é bom para um estado de direito democrático (...) é um sinal de maturidade.(...) está-se a evoluir para a resolução dentro do espírito do estado do direito democrático. Há de facto muita barganha política na comunicação social, (...) mas depois há o consenso ou há via tribunal (...) o ministro da economia e competitividade esteve na ilha do Sal com o presidente da Câmara do Sal para analisar a questão de uma intervenção turística em Pedra de Lume, optou-se pela via do diálogo. (...) Em relação à São Vicente foram ao tribunal.
Democracia	(...) temos um longo caminho a fazer. Há um défice muito grande de participação físico politica. É evidente que há participação nos momentos decisivos na formação da vontade popular. os órgãos que saem das eleições sentem uma forte legitimidade. Neste aspecto, há uma participação muito boa, (...) onde existe um grande défice que é da participação cívico politica no sentido do controlo das políticas públicas. Há pouco debate político de iniciativa da sociedade civil, dos cidadãos. Há pouco questionamento dos cidadãos em relação ao excesso e abuso de poder que acontece por todo o lado, há pouco posicionamento político dos cidadãos em relação à determinada orientação politica que o governo pode fazer sem legitimidade, temos uma opinião pública ainda fraca que não influencia as decisões do país. Porque a comunicação social, do meu ponto de vista apesar dos fracos conflitos ainda é fraca nesta vertente de estimular maior participação politica dos cidadãos. (...) não estão fazendo aquilo que é o sal da democracia que é o contraditório para contrabalançar. Digo que é um paradoxo, porque no dia a dia o

	<p>cabo-verdiano é muito atento. Está muito atento à coisa política (...) É basta estarem em grupo de três logo estão a fazer o comentário político. No estádio de futebol, nas praias, nos bairros, nos cafés, os convívios, falam sempre da política. Falta fazer extensão democrática. Levamos a participação das pessoas no controlo das políticas pública.</p>
Elites	<p>Já há um número considerável de pessoas com formação à vários níveis, incluindo nas áreas políticas e sociais, falta qualquer coisa para ter esta elite, que começa também a influenciar não partidizando, mas pela sua acção através dos seus conhecimentos e saberes de opinião formada contribuir para essa formação política do eleitorado. (...) as elites não estão a cumprir o seu papel. Tenho uma vaga sensação de que ainda isso tem a ver com o demasiado peso que o estado tem na vida pública e com o reflexo na vida privada em Cabo Verde. A parte das elites está vinculado ao estado, funcionários, (...) esse aspecto inibe uma real participação das elites em termos de confronto no bom sentido, confronto de ideia. (...) Há muita gente com ideias, com experiência, competências e está calada quando devia dar uma opinião e ajudar... mas também criar novos partidos. Penso que ainda também há um aspecto negativo porque muitas pessoas vão para o partido, sobretudo, muito mais no sentido de resolver as suas vidas e carreira e tudo mais. a minha primeira constatação é que a elite cabo-verdiana está muito ligada ao Estado, e não consegue exprimir com toda a vontade o seu posicionamento as suas ideias por causa da sua dependência em relação ao Estado.</p>
Abstenções	<p>Tem a ver com a qualidade política, qualidade dos actores políticos, qualidade dos discursos, e com o nível do ambiente político.</p>
Soluções para reduzir as abstenções	<p>(...) é necessário elevar a qualidade do discurso político (...) Para que se eleve a qualidade do discurso político é necessário também que os actores políticos têm sobretudo, trabalhar a imagem dos políticos e da política.(...) mecanismo para evitar tráfico de influencia, garantir a transparência e para evitar conflitos de interesses.</p>

Investigador e doutorando em Descentralização Administrativa em Cabo-Verde

Questões	Respostas
Opinião sobre o actual modelo de descentralização em Cabo Verde	(...) Cabo Verde deu passos significativos. (...) depois da criação das autarquias locais houve um incremento no desenvolvimento local como, nunca tivemos em Cabo Verde. Hoje Cabo Verde é um país que é, como os indicadores que tem em termos de desenvolvimento, na área da saúde, educação, na área do desenvolvimento económico, devido muito e em grande escala ao trabalho das autarquias locais. A promoção do desenvolvimento local foi decisiva para o desenvolvimento do nosso país. Se hoje estamos a transitar para o nível do desenvolvimento médio, a partir do próximo ano, eu acho que isso é muito devido ao excelente trabalho que tem sido feito ao nível local (...) todo o processo é muito positivo os ganhos foram extraordinários estes anos todos.
Desafios	(...) podíamos estar muito mais avançados, (...) por exemplo de estudos e leis (...) O que nós fizemos em 2001 e 2002 até agora não foram aprovados. Propostas de leis que não foram discutidas e nem aprovadas. Eu sei que não é fácil (...) construir consensos à volta da descentralização não tem sido fácil. Porque são matérias essencialmente políticas, porque trata-se da distribuição de recursos, da afectação de recursos e da descentralização de responsabilidades. É uma questão financeira, (...) uma questão política, porque depende de todo aquilo que de politicamente decidiu fazer. Às vezes a dificuldade está na construção dos conceitos entre os partidos políticos, mas também entre os partidos políticos e as autarquias locais. (...) os municípios não exercem pelo menos 30 a 40% das atribuições que têm neste momento. Não conseguem exercer por dificuldades de várias... há dificuldades objectivas, financeiras, logísticas, técnicas, em termos de capital humano, não têm recursos humanos suficientes, (...) a questão da descentralização é uma questão muito política, tem a ver com poderes. Poderes que são transferidos e as pessoas não gostam de perder poder, mesmo os administradores. A maior dificuldade que tivemos no processo de descentralização é efectivamente quando estivemos a discutir o processo com os directores gerais. Os directores gerais estão a perder poderes que em termos objectivos e acabam por criar resistências.
Opinião do PACV e MPD quanto ao modelo	(...) há uma perspectiva diferente na evolução das coisas. (...) O MPD, ou seja os responsáveis que estavam lá presentes, defendiam (...) que nada impede de continuarmos a fazer consolidação mas, temos que passar a um outro estágio da descentralização. Qual é outro estágio que o MPD diz é a criação de autarquias supra-municipais. (...) as regiões - as autarquias locais. (...) O PAICV, o governo diz que, que devemos considerar uma região plano em termos de desenvolvimento regional, cada ilha uma região disse o senhor primeiro- ministro. (...) Ou seja, o governo diz: temos que consolidar primeiro, e avançamos com calma, O Dr Carlos Veiga disse que ele considerava cada região

	ilha. (...) vamos fazer as duas coisas ao mesmo tempo.(...) Vamos consolidar, e avançar ao mesmo tempo.
Modelo que sugere	(...) estou absolutamente convencido se houvesse uma autarquia supra-municipal para gerir toda a ilha de Santiago em termos de desenvolvimento, em termos de ordenamento do território, estaria muito mais avançados. Autarquia supra-municipal é uma região com órgão que podia ter uma assembleia regional, um concelho regional, um concelho nacional e executivo regional, mas eleito.(...) mas não como regiões autónomas, muna perspectiva dos Açores e da Madeira, não tem sentido em Cabo-Verde, penso eu. Mas como autarquias locais.(...) O modelo tem toda a vantagem (...) seria do meu ponto de vista muito mais valorizada se considerasse cada ilha uma autarquia local, na perspectiva do que está prevista na constituição. (...) nesta fase tem que passar para um outro estágio, entrar numa segunda fase de descentralização (...) esta fase passa por três aspectos fundamentais: continuar a apostar muito na formação dos autarcas e dos agentes municipais, (...) para valorizar cada vez mais os recursos humanos (...) consolidar o processo de descentralização, para se poder continuar com o processo de reforma da administração municipal, ao nível das autarquias locais.(...) promover a criação das autarquias supra-municipais
Cooperação descentralizada	A Lei quadro da cooperação descentralizada tem também muitas resistências, já há muitas formas de cooperação descentralizada mas não é institucionalizada, não há nenhuma lei que regula o funcionamento disto (...) Existem sempre bloqueios... existem bloqueios... são homens, são instituições, são partidos políticos, são interesses divergentes, (...) as pessoas querem ganhar todas as eleições, todas as pessoas, todas os partidos políticos querem manifestar- se.
Relação entre o Governo central e as Câmaras	(...) o governo é o governo e as autarquias locais, são as autarquias locais. Os projectos municipais são decididos única e exclusivamente nas autarquias locais (...) Não há nenhuma decisão sobre o financiamento dum projecto municipal. A não ser que seja um projecto do governo no município (...) Mas o governo não interfere, não pode interferir porque estaria a brigar com a autonomia do poder local, em nenhum projecto da responsabilidade e da iniciativa do poder local.(...) Há participação dos municípios nos projectos do governo e vice-versa.
Conflitos	(...) Às vezes há colaboração, mas também às vezes há conflitos. Há conflitos de interesses, conflitos políticos, conflitos de interesses políticos que são divergentes, mas de uma maneira geral, geral há participação. (...) Mas é evidente que nós estamos num processo democrático, que exige a existência dos partidos políticos, existência de interesses que não são comuns, são divergentes.
Controlo do Governo sobre as autarquias	(...) o controlo que existe é o controlo de verificação da legalidade dos actos. O governo verifica a legalidades dos actos praticados através da inspecção geral e o tribunal de contas que

	faz a análise e aplicação das contas à posteriori. Mas, acho que esse mecanismo funciona muito mal. Porque as contas de 2005 são apreciadas e julgadas 2, 3, 4, 5, 6 anos após o mandato ter concluído. É muito tempo isso acarreta dificuldades nas finanças das autarquias locais.
Equivalência de recursos transferidos e as respectivas atribuições	Não há uma correspondência entre os recursos transferidos e as responsabilidades transferidas, não há. Devia haver... devia haver um principio constitucional (...) os recursos transferidos são importantes, mas não são suficientes para fazer face às despesas que advém do facto dos municípios têm competências novas descentralizadas. Até porque a partir de 1995 passaram a ter competências novas.
Indefinição de competências resulta nos conflitos	(...) às vezes nas ilhas há coisas que acontecem (...) como as estruturas de saúde não são ágeis e rápidas para decidirem (...) o presidente da câmara que é responsável acaba por decidir(...) temos que ainda fazermos uma adequação das responsabilidades reais dos municípios ao estatuto existente. Ou seja, temos que adaptar o estatuto à realidade concreta (...) há muita imprecisão nas atribuições de um e de outro, em matéria de direito concreta. Teoricamente é o estado. Ordenamento do território é a política do estado. Mas quem é que faz a gestão dos planos directores municipais? Que implicação tem no ordenamento do território municipal? No desenvolvimento económico? Na promoção do turismo? Essas coisas não estão suficientemente clarificadas. Vê-se que realmente há dificuldades na gestão territorial em Cabo Verde. (...) Como não existem essas instituições a nível das ilhas, o que é que acontece, quando há conflitos de interesses, tem que haver uma decisão, o presidente da câmara toma a decisão, porque é o único representante politicamente eleito, é o único “representante”, com legitimidade, e ele acaba por tomar a decisão, e nem sempre é ajustada (...) às vezes toma decisões que não têm a ver com as suas responsabilidades objectivas legais.
Adopção de modelos exterior	(...) não devemos copiar modelos nenhum. Não há nenhum outro país que se chama Cabo Verde que tem a mesma configuração geográfica, e com os problemas que nós temos. Nós somos um país único singular, nós devemos no quadro constitucional ou encontrar as disposições constitucionais que respondam às nossas necessidades e que estejam de acordo com a nossa economia, com a nossa cultura, com a nossa política e com a nossa sociedade. Nós temos que ser capazes de construir um modelo de organização do Estado que resolvam os nossos problemas de desenvolvimento
Novos municípios	(...) devemos racionalizar as estruturas, em função do número de população que nós temos, mas também, sobretudo do território que vamos ter que gerir. E o território é o critério mais importante. Por isso é que não defendo a proliferação do município em Cabo verde. (...) não há necessidade de termos tantos municípios em Cabo Verde (...) não devemos criar muitas autarquias locais. Há algumas autarquias locais que foram criadas e esse é um aspecto que eu não concordava. (...) porque não têm

	<p>condições nem técnicas, nem política de desenvolvimento local, nem demográfica, nem económicas para serem autarquias locais. Nem têm qualidade (...) há autarquias locais que só têm uma estrada principal. Não tem nem um aglomerado populacional que se justifique a criação de uma autarquia local, não têm organização.</p>
<p>Estatuto especial para a Praia</p>	<p>(...) o que nós devemos fazer é relativamente à Praia, ter um modelo de gestão completamente diferente do actual. Porque o actual não serve às necessidades do desenvolvimento cidade da Praia. Como a constituição prevê para a cidade da Praia a existência de um estatuto administrativo especial. E no âmbito desse estatuto especial nós podemos criar uma organização politico- administrativa diferente, para gerir a cidade da Praia porque tem problemas específicos. (...) defendo a divisão da cidade em cinco grandes bairros, cinco grandes divisões administrativas. Ou seja, uma grande divisão administrativa com cinco bairros.</p>
<p>Opinião sobre a administração pública Cabo-verdiana</p>	<p>Ao nível das autarquias locais há descentralização, há descentralização no nosso caso efectiva. As autarquias são eleitas, são autónomas, são eleitas democraticamente, têm órgãos próprios. O princípio da descentralização está perfeitamente consagrado no nosso país na nossa constituição e é um facto. (...) Agora na organização do estado, é desconcentrado. Do meu ponto de vista funciona muito mal. É basta ver que há ilhas onde o estado não está presente. Muito fraco não tem representação forte. (...) O estado tem delegações regionais: o ministério da agricultura... do meu ponto de vista devia haver um representante do estado nas ilhas, tem que haver um representante do estado. (...) um interlocutor com responsabilidade. (...) A representação do estado nas ilhas é fraca, a excepção da Praia, do Mindelo e do Sal, que têm algumas estruturas importantes do estado, mas (...) a organização da ilha e de promoção do desenvolvimento regional nas ilhas, o estado é muito, muito, muito fraco (...) nas ilhas (...) o Estado está muito mal representado, a desconcentração não é uma realidade ainda na nossa administração. Se houver um problema muito grave, numa área muito concreta, principalmente económico muito grave, por exemplo, tem que ser o ministro a resolver um problema da Praia, ou o director geral da Praia, não há nenhuma organização local da direcção geral do comércio para tomar uma decisão importante lá ... não há. Há uma presença muito...muito...muito fraca do Estado, enquanto uma organização política nas ilhas ... muito... muito fraca. A única organização forte nas ilhas é o município. Eu acho que o município deve ter um interlocutor forte a nível das ilhas. (...) Os serviços desconcentrados do Estado que estão nas ilhas estão completamente dependentes da Praia....</p>
<p>Opinião sobre o processo de descentralização na Praia e no</p>	<p>O processo de descentralização é idêntico, é único, é universal. (...) o município da Praia tem as mesmas competências que o município do Tarrafal, em termos legais. Agora no exercício dessas competências legais, é que está a diferença. Porque isso</p>

Tarrafal	vai depender dos recursos que os municípios conseguem mobilizar. (...) a diferença é de ordem financeira, ou seja a capacidade de mobilização de recursos.(...) a autarquia da Praia tendo em conta a estrutura das receitas e despesas depende menos do Governo do que a do Tarrafal, e aí é que está a diferença... a diferença está nos recursos que cada um consegue mobilizar, mas em termos de competências não há. (...) Na Praia existe serviços mais desconcentrados do Estado, porque o Estado está presente na Praia, o Estado está na cidade, (...) o Estado em termos do governo, o governo está instalado aqui e tem todas as instituições (...) todos, os ministérios, as direcções gerais. No Tarrafal existem serviços desconcentrados do Estado, mas muito pouco, agricultura, educação, e pouco mais.
Envolvimento das populações nos projectos locais	Do ponto de vista do envolvimento nos projectos tem sido muito significativo, são ganhos fundamentais. As pessoas sentem-se que são parte do processo de desenvolvimento, isso é muito importante. (...) Mesmo a nível das associações também, mesmo ao nível da participação nos projectos locais, projectos promovidos pelas autarquias locais, as câmaras municipais. Tem havido um envolvimento muito grande (...) Em Cabo (...) Há uma participação, basta ver nas eleições autárquicas, os grupos de cidadãos que participam. (...) Que fazem propostas e que são candidatos às eleições. Em muitas situações já temos presidentes de câmaras que são independentes, que não fizeram parte de nenhum partido político.
Democracia	(...) tem havido uma participação muito grande... nesse ponto de vista eu acho que todos nós cabo-verdianos devemos sentirmo-nos orgulhosos do nosso país. (...) O envolvimento das pessoas nas campanhas eleitorais é uma coisa impressionante, a adesão popular nas campanhas eleitorais é algo muito forte. As pessoas, sentem que o seu voto cada vez mais é importante, é fundamental mesmo para a construção do país. (...) Às vezes a qualidade da intervenção política é muito fraca (...) muito fraca... é muito mais politico partidária do que construtiva em termos de propostas ligadas ao desenvolvimento, de debates de ideias, de produção de conhecimento (...) é basta ver hoje gente muito responsável, capaz, e muito competente, não quer se meter na política (...) porque o debate politico é muito fraco, não é debate sério, construtiva a volta do de projecto e de ideia. (...) Cabo Verde é de facto um país democrático, mas (...) a democracia não é uma conquista definitiva.
Abstenções	Várias razões. (...) uma das razões pode ser desinteresse pela politica por parte de algumas pessoas (...) há também uma grande descrença (...) porque não pode pairar sobre processos eleitoral qualquer tipo de dúvidas, em termos de resultados, em termos da transparência do processo.
Soluções para reduzir as abstenções	(...) continuar a formar o cidadão cabo-verdiano no sentido de aumentar a sua participação no processo de desenvolvimento.(...) a consolidação da nossa democracia, passa, porque aquilo que considero importante, a promoção cada vez de um Estado de

	direito democrático, o respeito pelas instituições, o funcionamento independentes das instituições de acordo com as normas constitucionais(...)aumentar a qualidade de intervenção política.
--	--

Constitucionalista

Questões	Respostas
Opinião sobre o actual modelo de descentralização em Cabo Verde	O actual sistema jurídico-administrativo cabo-verdiano está em vias de esgotar as suas potencialidades. Torna-se assim urgente, o reforço do municipalismo no sentido de fomentar uma maior solidariedade intermunicipal através, nomeadamente, de programas e projectos de desenvolvimento local conjuntos e de um sistema de coordenação interterritorial, quer no âmbito de uma ilha quer no de uma “região” natural que fomente e apoie técnico-financeiramente algumas vertentes estruturantes dessa cooperação
Opinião sobre a “suposta crise”	(…) não há crise da descentralização, mas sim um aproveitamento deficitário da existente.(…) os autarcas cabo-verdianos decidiram copiar o modelo português de cooperação intermunicipal, que se traduz num certo “sindicalismo autárquico”, que é o da Associação de Municípios. Ora, essa estrutura, quer em Portugal, quer em Cabo Verde não promove a cooperação intermunicipal, não age no sentido de promover a cooperação solidária entre os entes descentralizados, antes se assume como um sindicato desses entes que faz “lobiyng” político e que age, por isso mesmo, exclusivamente a esse nível e em relação ao Governo. Enquanto se ficar por este modelo a descentralização parece estar em crise por culpa dos próprios poderes descentralizados, as autarquias e os autarcas. A crise é assim uma crise de iniciativas e de descoberta de novos modelos de potenciação da descentralização existente e não uma crise da descentralização.
Novos municípios	O que realcei foi o exagero da criação de autarquias, (…) a criação de autarquias não deve ser uma arma político-eleitoral. (…) uma fonte de desperdício de dinheiros públicos e de recursos humanos. A criação de novas autarquias deve ser precedida de estudos sérios sobre as múltiplas variáveis (…) tais como uma adequada dimensão territorial e populacional, a localização geográfica, etc.. (…) nenhuma autarquia municipal deve ser criada exclusivamente para gerar clientelas político-partidárias ou eleitorais, (…) as existentes satisfazem as necessidades de descentralização local e das populações e, ainda, se possível, as “nano-autarquias” existentes devem ser extintas e transformadas em freguesias dotadas de poderes “descentralizados”em relação as respectivos municípios.
Efectiva descentralização	Há uma efectiva e eficaz descentralização. (…) Falta contudo, antes de mais, a criação de freguesias com poderes descentralizados em relação aos respectivos municípios, sendo certo que não se deve exagerar na criação desses entes autárquicos infra-municipais.(…)
Modelo que defende	(…) sou um defensor intransigente do municipalismo que, tem fortes tradições históricas em Cabo Verde. (…) o municipalismo cabo-verdiano deve ser reforçado com iniciativas que, não se limitem a copiar o modelo português, mas que devem partir da

	<p>realidade sócio-económico e geográfica (arquipelágica) cabo-verdiana única que permite uma adequação do modelo municipalista ao país, de um municipalismo cabo-verdiano, sem negação da sua história. Assim, a criação de freguesias, a criação obrigatória ou facultativa, numa mesma ilha com dois ou mais município ou em duas ilhas fortemente complementares, de sistemas de cooperação intermunicipal no domínio das infra-estrutura básica (...)</p>
Regionalização	<p>(...) a dimensão adequada para uma desconcentração potenciadora do desenvolvimento sustentado e da cooperação inter-ilhas, não pode ser a de uma ilha, por maior que seja, mas sim de um grupo de ilhas cuja complementaridade sócio-económica e geográfica seja efectiva. Essa dimensão a nível geográfico tradicionalmente é a de Barlavento e Sotavento. Fazendo a descentralização nesta perspectiva, evita-se a multiplicação de organismos e de serviços públicos desconcentrados que, pelas suas pequenas dimensões, não seriam tão eficazes como dois grandes serviços desconcentrados, dotados de meios financeiros e técnicos e de recursos humanos qualificados para coordenarem a cooperação entre ilhas e/ou entre vários municípios da mesma ilha ou de distintas ilhas, ao mesmo tempo que asseguram a execução das políticas públicas do Governo para o país e a representação “regional” deste. Sai mais barato e é mais eficiente (...) proximidade tem de ser realizada pela via da infra-municipalidade, isto é, da criação de autarquias inframunicipais, as freguesias, e não pela via da descentralização supramunicipal, a região, que está necessariamente mais distante das populações e que num país com a dimensão e a população que tem o nosso seria um luxo ineficiente e desperdiçador de recursos humanos, materiais e financeiros.</p>
Democracia	<p>A participação da população na esfera pública é elevada e dotada de um forte sentido crítico. Poder-se-á mesmo dizer que a população sempre revelou uma forte apetência participativa nessa esfera, participação que sempre fez das mais diversas formas, nomeadamente, através da instância cultural – música, literatura e medias – e com um forte sentido crítico – jocoso e sarcástico.</p> <p>Já assim não acontece na esfera política, onde a abstenção revela que a democracia (não só em Cabo Verde) necessita de ser repensada sob o ponto de vista da sua prática. Diria que a prática política, nela incluindo a relação entre governantes e governados, tem de ser debatida em profundidade.</p>
Abstenções	<p>A abstenção em todos os países é a consequência prática do mau funcionamento do sistema representativo e a expressão da insuficiência desse sistema para assegurar não só a própria representação como a participação. É preciso um novo paradigma.</p>

Directora do gabinete do planeamento estratégico da Câmara municipal da Praia

Questões	Respostas
Opinião sobre o actual modelo de descentralização em Cabo Verde	(...) no fundo é atender que realmente com as autarquias tenderá para um processo de figurinos da descentralização, na medida em que haverá um poder autárquico local, logicamente com o seu nível. Haverá o nível de decisões atribuídas as autarquias locais (...) é um processo está no seu desenvolvimento (...) tem dado os seus frutos, vai dando, e espero que cada vez dê mais e que melhora o sistema.
Novos municípios	(...) realmente deve haver uma análise tendo em conta todos esses factores (...) há uma outra questão também que deve ter em conta porque a descentralização também não é só repartir, é descentralizar é criar, para melhorar a situação mas, também deve-se pensar numa boa articulação com os municípios porque há sempre complementaridade que deve existir (...) nunca fazer coisas só por fazer (...) em determinadas situações se justifica e outras nem tanto. Ou ilha por ilha ou região por região. (...) é importante relativamente à tutela não se pode também pensar em fragmentar (...) Sem ter em conta a esses requisitos que são os recursos, que também pode correr a um grande risco que é retalhar demais e depois não se poder dar respostas. Porque há sempre custos acrescidos, há sempre valores (...) e depois não poder sustentá-los.
Efectiva descentralização	(...) é um processo que está no bom caminho. (...) não diria que é já uma verdadeira até porque é um processo jovem que ainda está trilhando os caminhos acertando os passos. (...) é um processo que está sendo encaminhado, esperemos que dê bons frutos.
Modelo que sugere	(...) qualquer modelo que venha a instituir terá que ser muito bem ponderado tendo em conta vários factores: as semelhanças, melhores complementaridades.
Experiência na gestão da capital	(...) é uma gestão um bocadinho complicada, porque principalmente no município da Praia onde já trabalhei (...) pela própria característica (...) do crescimento ou desenvolvimento da cidade tem havido uma pressão cada vez mais crescente. Na gestão autárquica cada vez mais com um público cada vez mais exigente e exige de mim muito mais esforço (...) é uma gestão cada vez mais pressionada (...) da forma como tem crescido (...) Sobretudo populacional e com algum desenvolvimento mas, talvez que ultrapasse o nível de desenvolvimento que era necessário para dar respostas ao crescimento populacional que se tem verificado. (...) às vezes a pressão é tanta, a demanda é tanta que (...) a solução é pensar na organização na esfera mais ampla em todos os aspectos. (...) a diminuição dessa pressão passe exactamente pelo processo de descentralização (...) E isso tudo em conjunto é que poderá contribuir para a melhoria de prestação dos serviços, e reduzir essa pressão, será um dos elementos, mas não é suficiente.
Pressão/	Em termos do abastecimento de tudo que é básico (...) a energia,

Reivindicação por parte da população	água, estradas (...) questão de lotes. O município da Praia se calhar até está a tomar outra dimensão em relação a outros municípios
Autonomia	Há níveis de planeamento. A câmara é autónoma. A câmara faz as suas propostas e apresenta o governo. Há uma comparticipação de decisões, há um aval.
Resolução dos conflitos	Poderá haver um ponto ou outro que não é convergente e analítico, mas chega-se a um consenso.
Democracia	(...) tem havido algumas evoluções positivas. Já levantam questões (...) os benefícios da democracia já há espaço para levantar determinadas questões e isso desde que colocadas de forma positiva, pela positiva, isso é sempre uma questão salutar e tem havido alguns acréscimo nessa participação, nesse envolvimento por parte do público.

Anexo 3 – Associações comunitárias de Base

Presidente do Citi Habitat representantes das associações

Questões	Respostas
Contexto em que surgiram as associações comunitárias de base	(...) Os anos noventa foi a explosão o bumm da organização das associações como forma de chegarem ao financiamento do Estado. Até aqui todo o financiamento do governo central ia directamente para as câmaras municipais. (...) A partir de 93 (...) foi incentivada a criação de associações locais desenvolvimento de base comunitárias, que passaram a ter o financiamento do Estado através de projectos programas, contrato programas, isso levou a que todas as localidades que estivessem interessadas num emprego público se organizassem em associações para terem acesso a financiamento. No caso de Tarrafal, neste momento, que eu saiba com certeza há 43 associações comunitárias de base que trabalham em rede cujo centro é o conselho regional de parceiros CRP.(...) Na Praia, há também associações, em cada localidade existe uma, ás vezes mais do que uma.
Iniciativas locais e envolvimento da população nos projectos da comunidade	(...) não há grandes iniciativas salvo raras excepções (...) As iniciativas partem normalmente do conselho de direcção, isto é, duas a três pessoas, não mais. Aquelas que são mais activas com mais conhecimentos, essas pessoas estão preocupadas em ter iniciativas, em ter ideias, em discutir ideias, em procurar melhorar as suas comunidades (...) Há excepções muito interessantes no Citi Habitat (...) sobretudo aquelas que estamos a trabalhar há mais tempo têm iniciativas próprias. Tem iniciativas identificam as necessidades, se não tiverem capacidades pedem apoia ao Citi Habitat para a identificação das necessidades e na elaboração dos micro projectos que depois são financiados através do Citi habitat. (...) a maioria em consonância com as necessidades do governo central ou das câmaras municipais(...) as informações chegam as associações locais que apresentam ideia de projecto e negociam ou aceitam o financiamento para execução. (...) a maioria o grosso das associações envolvem-se nas actividades a partir do momento da execução.(...) Há envolvimento nas reuniões, nas execuções das tarefas, nas assembleias, mas falta aquilo que nós chamamos de concientização.
Acções desenvolvidas pelo Citi Habitat em prol das associações	(...) concientização, é a parte onde o Citi Habitat trabalha mais, temos os nossos programas de animação comunitária que são baseadas na concientização, com base numa terminologia que nós chamamos educação organização da sociedade. Quanto mais concientizada estiver a comunidade maior é a participação.

Vice- presidente da Associação “A”

Questões	Respostas
Área de actuação	Trabalhamos com a comunidade (...) vertente social, cultural, recreativa e desportiva, ... educacional e saúde pública.
Relacionamento com os Autarcas e apoios provenientes dos mesmos	(...) a maioria dos apoios solicitados à câmara são atendidos. Pode até não ser a 100% mas a maioria é atendida. (...) o nosso ponto forte é a cultura. (...) Há menos de um mês, estivemos em São Vicente em que fomos participar no festival de juventude cujo patrocínio foi da câmara municipal (...) também os líderes das associações não têm a mesma dinâmica. Depende da forma como aproximam das entidades porque nem todos são vistos da mesma maneira, depende da forma como são vistos na sociedade. (...) Então dado a proximidade das relações e conhecimento, tudo isso influencia na concretização dos objectivos.
Forma como os autarcas conseguem satisfazer as necessidades das populações	(...) a câmara também procura junto das comunidades identificar as necessidades, e nós também quando trazemos os autarcas põem-nos à vontade para expressarmos as nossas preocupações. Mas o problema é que existem muitas dificuldades nas comunidades que são consideradas de extrema urgência, mas, nem sempre são dadas as respostas num momento oportuno (...) levamos as preocupações, mas o problema é a disponibilidade deles ou recursos para chegar à comunidade.
Envolvimento da comunidade nas actividades camarárias	Avalio de uma forma positiva. Eu acho que as pessoas estão a aproximar-se, estão a conseguir falar das suas dificuldades. (...) a nossa associação já fez campanhas de limpeza umas três vezes na nossa comunidade
Participação da associação nos projectos das comunidades Iniciativas locais	(...) as ideias saem da população ou da assembleia geral. (...) fazemos inquérito no sentido de identificar as pessoas da comunidade que estão desempregadas, (...) tentamos ver se há possibilidade de lhes arranjar um emprego e junto da câmara municipal, ou outras instituições. A nível da educação também nos casos de famílias que não têm um salário fixo, ou que trabalham nas FAIMO, com dois ou três filhos a frequentarem o ensino, sobretudo os que frequentam o liceu, procuramos o financiamento das suas propinas, e alguns materiais escolares junto da câmara ou CRP- Comissão Regional de Parceiros um dos nossos maiores parceiros.
Reivindicação por parte das populações	É o emprego...
Pressão exercida sobre a Câmara por parte da população	(...) Não é alguma, mas muita pressão mesmo. Se formos ver nas épocas das chuvas. (...) se chover muito, a câmara vive suave. Mas se não chover como nesta época, e por haver muitos anos que não chova aqui, neste sentido a câmara fica muito sufocado com os pedidos de apoio, emprego são muito frequente.
Serviço que a população mais recorre	Normalmente se existissem outros serviços as pessoas podiam recorrer a esses. Mas, normalmente vindo no grosso da população a maioria espera pela câmara municipal.
Auscultação da	A assembleia faz as reuniões abertas ao público, onde o público

população	pode ir e expor todos os problemas que os afectam, e a assembleia propõe à câmara de modo a serem resolvidos.
Formas de atendimento dos autarcas aos cidadãos	O presidente (...) atende as pessoas através de audiências todas as quintas feiras. (...) Quanto aos outros vereadores aqui são todas as pessoas abertas, não há audiência sempre que tiverem disponibilidade atendem nos seus gabinetes.
Transmissão das informações aos munícipes	Depende das actividades. Mas, as informações são colocadas nas vitrinas à frente da câmara (...) qualquer informação que devem ser passadas ao público encontra-se escrito, e se houver algumas mais importante será transmitida através da comunicação social, rádio ou televisão.
Elites residentes com o poder de influenciar as decisões	(...) aquelas pessoas que são da elite, partem mais para o individualismo. (...) as que possuem empresas, ou pessoas que dizem que têm dinheiro, preocupam-se pouco com a área social, (...) preocupam-se apenas com os seus interesses.(...) Mesmo para causa social como na associação, por exemplo, quando precisamos de fazer qualquer coisa para sociedade pedimos-lhes os seus apoios mas nunca foram respondidos. (...) Se por acaso derem alguma ajuda é uma coisa insignificante.
Relacionamento da Câmara com o governo	(...) não têm entrado em muita contradição. Mas nem sempre estão na mesma linha de opinião. Há algumas coisas em que entram em contradição (...) as pessoas fazem crítica. Dizem que o governo não tem ajudado o nosso concelho, porque é do MPD.
Relação entre os autarcas e as associações	(...) sempre há preferências, (...) as pessoas que trabalham sobretudo na área de promoção social, (...) não deviam ter preferências mas, existe dado a proximidade das relações e conhecimento, tudo isso influencia na concretização dos objectivos. (...) também os líderes das associações não têm a mesma dinâmica. Depende da forma como aproximam das entidades porque nem todos são vistos da mesma maneira (...)
Aspectos em que a Câmara melhorou o seu desempenho	(...) com a criação da câmara as coisas mudaram (...) se existe a existe um representante, é mais fácil de uma comunidade mudar de que esperar só pelo governo. (...) a partir de 90 as coisas mudaram em diferentes aspectos: Por exemplo na nossa comunidade ao nível da cultura, desporto. Antes davam atenção apenas às actividades desportivas de Chão Bom e Vila, mas agora as pessoas do interior também são convidadas a participar nessas actividades.(...) o comportamento das pessoas mudaram, as pessoas estão mais escolarizadas, a taxa do analfabetismo baixou.
Ambiente e qualidade de vida	Ao nível do ambiente a câmara tem apostado muito, sobretudo no saneamento, nestes últimos tempos tem apostado muito.
Bens colectivos existentes na comunidade	centro de juventude com computadores onde as pessoas vão informar(...)
Democracia	A população, normalmente diz-se democracia. Há muitas pessoas, que ainda não entendem o que é ser democrático, o que é mesmo a democracia.(...) porque dizem que as pessoas têm o direito de livre expressão, e por causa disso, às vezes certas pessoas ofendem os outros (...)eu não sei também se todas as pessoas perceberam o verdadeiro sentido da democracia, porque a

	maioria da população faz parte do Zé povinho(...) quanto à participação ainda falta muitas coisas para cultivar.
Democracia local	As pessoas estão a aproximar-se mais. Aqui normalmente existem os dois maiores partidos que há em Cabo Verde. Algumas pessoas estão a envolver mas ainda falta muito. Porque há muitas pessoas que têm medo de dar a cara, para demonstrar que pertence a tal partido. Aparecem só nas campanhas, mas para criticar, ou então para dizer o que não está certo, vão só alguns e muito pouco.
Abstenção	(...) as pessoas ainda não perceberam realmente o que é o sentido da política, porque se se percebe, posiciona-se ou à favor ou contra. Se se está à favor ou contra têm que votar. Se não se está a favor ou contra quer dizer que não se percebe ou também, porque não está interessado pela política

Presidente da Associação “B”

Questões	Respostas
Área de actuação	(...) Educação cívica, trabalha a nível de actividades culturais, desportivas e recreativas, (...) abrange praticamente toda a área social.
Relacionamento com os autarcas e os apoios provenientes dos mesmos	A câmara é daqueles principais parceiros que temos (...) além do governo e outros. Recebemos apoios ao nível material e financeiro. (...) o que nós apresentamos a câmara apoia sempre de bom grado (...) Pelo menos no que eu tenho noção não só da nossa associação mas as outras do concelho têm recebido bons apoios por parte da câmara municipal.
Forma como a Câmara consegue satisfazer as necessidade das populações	(...) na verdade a câmara vai de encontro às necessidades da população. Há varais coisas: a nível da luta contra a pobreza, concede às pessoas algumas condições de habitação, a nível também das actividades de desenvolvimento, quer dizer promover ligadas ao meio ambiente, desportivas e culturais.
Participação da associação nos projectos das comunidades Iniciativas locais	(...) nós realizamos projectos de acordo com as necessidades das populações. Os projectos que estamos a receber apoio da câmara são projectos que partem da iniciativa comunitária, e também os projectos que os próprios membros da associação acham que são melhores para a comunidade. Nós realizamos projectos sempre pensando na comunidade. (...) Há projectos que partem da iniciativa da comunidade, mas também há projectos que partem da iniciativa dos membros da direcção, é claro com intenção é para a comunidade tendo em conta que são todas as pessoas da comunidade que fazem parte da associação. (...) é através da associação que nós funcionamos segundo o nosso estatuto com um plano e um orçamento. Esse plano e orçamento são aprovados sempre para a comunidade, porque praticamente todas as pessoas de ... fazem parte dessa associação.
Envolvimento da comunidade nas actividades camarárias	(...) as actividades que a associação tem estado a fazer, e também as actividades que a câmara costuma fazer na comunidade (...) é claro que existe os tipos de pessoas que funcionem como chapéu para desenvolver as actividades. E existem outras que envolvem, quer directa ou indirectamente (...) nós é que os envolvemos. A nível do envolvimento pelo menos aqui em as pessoas envolvem-se bastante.
Reivindicação por parte das populações	Reivindicação do Tarrafal é a de Cabo verde, o emprego. É o mais frequente principalmente por parte dos jovens.
Pressão exercida sobre a Câmara por parte da população	(...) as vezes a câmara vê-se num afronta com as pessoas. Praticamente a câmara é a única instituição em cada concelho em Cabo Verde que é mais procurada pelas pessoas, quer para o trabalho, quer para formação, para satisfazer as outras necessidades.
Tipos de serviço que a população mais recorre	(...) sempre é a câmara que recorrem. Recorrem na sua maioria aos serviços da câmara.(...) Porque vemos a câmara como tudo dentro do nosso concelho. Achamos que a câmara pode resolver

	coisas que às vezes, podem não estar dentro da sua área de competência.
Formas de atendimento dos autarcas aos cidadãos	(...) cada autarca é diferente, tem a sua forma de ver e a sua maneira de ser.(...) mas às vezes há alguma coisa que precisa de ser, ou seja, estar mais perto. Há momentos que os autarcas afastam-se. Mas pelo menos o autarca que nós temos é um bocadinho aberto, e as pessoas sentem-se mesmo a vontade.
Meios de transmissão das informações aos munícipes	(...) enviar alguns comunicados sobretudo no momento da apresentação do plano da actividade...
Elites residentes com o poder de influência	(...) posso dizer que as pessoas um pouco influentes que preocupam muito com o problema da comunidade, sou eu e quer dizer são pessoas que já passaram pela presidência Associação ..., e pessoas que já foram membros da direcção e de outros órgãos da associação. (...) Demonstam interesse da seguinte forma: vão ao pé dos autarcas, quer presidente, quer vereadores, apresentam projectos, quer dizer, são pessoas que eu posso dizer “mais bocudos”...
Auscultação da população	Câmara na apresentação do seu plano anual de actividade sempre tem estado a convidar as associações comunitárias do concelho para participar e dar algumas sugestões, e para apresentar algumas actividades dentro da nossa área de intervenção, de cada associação e da comunidade em geral. Tem estado sempre a fazer isso e também na assembleia onde há sessões é livre onde cada comunidade expõe os seus problemas. (...) posso lhe garantir (...) que a câmara sempre preocupa-se com a vida da associação e é claro que preocupando com a vida da associação está a preocupar-se com a comunidade. Sempre responde, e sempre promovem algumas coisas, se calhar (...) é descentralizar (...) Promovem algo para as associações levarem em acção.
Aspectos em que a Câmara melhorou o seu desempenho	Câmara melhorou muito sobretudo na formação das pessoas. No final do ano lectivo a câmara atribuiu muitas vagas para muitas pessoas (...) E também a nível desportivo a câmara tem estado a apoiar bastante, a nível cultural de modo a ocupar os tempos livres dos jovens.
Bens colectivos existentes na comunidade	Temos esse centro (...) computadores, ligado à Internet, biblioteca e um canal de antena parabólica que também serve à toda a população; (...) placa desportiva, e parte de diversão, (...) por acaso não é o suficiente. Precisamos de algo para que os jovens estivessem mais em actividade (...) Estamos a necessitar de um espaço para a prática das actividades culturais para que as outras possam usufruir.
Problemas que a Câmara pode resolver	(...) pode resolver muitas coisas(...)A nível de jovens, o emprego, a nível de aconselhamento para os jovens, formação e informação
Relacionamento da Câmara com o governo	(...) Segundo os autarcas tem estado a dizer sempre, não têm o grande apoio do governo central. (...) Se calhar é por causa das duas cores políticas diferentes (...) Forma de relacionamento não é grande relacionamento, segundo, informação de propriamente

	presidente...
Separação entre o concelho do Tarrafal com o de Calheta	(...) a nível do desenvolvimento, é claro que agora está mais desenvolvido (...) Temos ruas mais urbanizadas, mais água, mais energia, a nível de centro de diversão temos mais. Temos mais em melhores condições. Porque antes tínhamos uma placa e agora temos um polivalente. Pois é claro que quando o poder é descentralizado se calhar o desenvolvimento é outro. E pronto como agora estamos naquela onda de descentralização, o governo descentraliza para o poder local, e o poder local para as associações. É claro que quando se descentraliza coisas para as pessoas que estão mais próximos dos problemas, é claro que haverá desenvolvimento.
Democracia	A partir de 2006 as pessoas envolveram-se mais. As pessoas passaram a avaliar a política de forma diferente, e mais consciente. (...) Mas agora as pessoas têm visões diferentes, se os partidos fizerem coisas que não estão do agrado da população ou comunidade as pessoas começam a avaliar as coisas diferentes e a resposta é através da eleição. As pessoas começaram a envolverem-se de forma diferente e mais consciente.
Democracia local	(...) a nível da liberdade a nível local as pessoas foram um dos protagonistas para o próprio desenvolvimento local. De que forma? (...) criticar o que não está bem, pedir para a satisfação das necessidades...
Abstenção	(...) actuação dos políticos (...) escolha dos candidatos. (...) algumas pessoas não ficaram beneficiadas com nada, sobretudo emprego, ou o filho não beneficiou com uma bolsa ou uma vaga da câmara, ou se não obtiveram nenhum apoio para melhorar a condição de vida, é claro que não vão votar. (...) as incertezas, se se vota no partido A ou B, ficam nesse impasse.

Vice-presidente da Associação “C”

Questões	Respostas
Relacionamento com os autarcas e os apoios provenientes dos mesmos	(...) temos sempre bom relacionamento com os parceiros municipal, (...) no sector da educação recebemos ajuda de transporte e propina para alguns carenciados de comunidade. (...)
Forma como a Câmara consegue satisfazer as necessidades das populações	De forma financeira (...) Se não for de forma financeira, será em termos de ajuda de procura de financiamento nas outras instituições.
Envolvimento da comunidade nas actividades camarárias	Na nossa comunidade logo que apareça qualquer actividade da câmara, todas as pessoas vão e perguntam porquê. Querem saber sempre o que é que se passa e o que é que se está a fazer. Gosta da forma do funcionamento da nossa câmara municipal. Eles apoiam muito, logo que se fala em alguma reunião com o presidente da câmara, a população já está pronta a participar.
Participação da associação nos projectos das comunidades Iniciativas locais	(...) Projectos temos muitos, mas, o que falta é o financiamento, nem todos os projectos foram financiados. (...) alguns já foram financiado, (...) já foi executado e terminado Nesse momento estamos a trabalhar num projecto cujo objectivo é melhorar a comunidade em termos de alimentação agro-pecuária, porque muitas pessoas têm animais, mas não sabem como tratá-los, como tirar o melhor proveitos destes. (...) já entregamos um projecto na CRP para o financiamento com o intuito de construir uma pocilga comunitária (...) Também a nível de plantação, conservação de meios, aproveitamento de recurso hídrico. (...) Temos um projecto cujo objectivo é fazer chegar a televisão até a nossa comunidade.
Reivindicação por parte das populações	(...) a falta de água. Porque nós actualmente somos abastecidos através de auto-tanques
Pressão exercida sobre a Câmara por parte da população	(...) nós fazemos pressão. Marcamos a data da reunião, participamos nas reuniões na comunidade para colocarmos alguns problemas. Se ele (o presidente da câmara) fizer alguma promessa e não cumprir, marcamos outra vez a reunião e pedimos as devidas explicações. Temos um caso concreto, que foi a questão do calcetamento de via que foi orçado em dois mil e tal contos. Pedimos que depositem a quantia na nossa conta (...) enviamos o projecto e demonstraram uma certa resistência, se nós não tivéssemos aproximados e insistindo tanto, o projecto ficava parado. O orçamento já está aprovado.
Auscultação da população	Sim, por exemplo para a elaboração do Plano de Detalhado do Urbanismo (PDU), foi através da e colaboração e ideia de muitas pessoas de toda a comunidade, e todas as comunidades reuniram-se para ajudar na elaboração desse plano.
Formas de atendimento dos	De forma pessoal, mas através da carta é a forma mais usual, e preferencial dos autarcas. Mesmo que se faça um pedido

autarcas aos cidadãos	verbalmente, os autarcas recomendam que fossem também por escrito para poder ser dado o despacho.
Transmissão das informações aos munícipes	(...) Através de cartaz, nas comunidades mais distantes os comunicados fazem-se através das associações, ou seja, a câmara avisa às associações, e estas por sua vez divulgam às comunidades através de avisos porta à porta, (...) porque aqui nós não temos a cobertura da rádio, apenas temos a da Graciosa, mas é ouvida com dificuldades a televisão também a mesma coisa, ouve-se com muita dificuldade.
Elites residentes com o poder de influência	Na nossa comunidade não existem pessoas assim ricas ou influente, a única sou eu porque faço parte dos funcionários da câmara municipal, por isso, estou mais de perto. Por isso, muitas vezes faço muita pressão para que os nossos projectos sejam realizados, mas às vezes peço aos outros colegas que seguem as minhas instruções, para não ser sempre eu a pressioná-los.
Ambiente e qualidade de vida	A Câmara quer fazer sempre, mas às vezes não consegue, não conseguem devido às questões financeiras. Porque às vezes a câmara promove várias iniciativa, mas a dada altura não continuam.
Aspectos em que a Câmara melhorou o seu desempenho	A câmara tem empenhado muito, já melhorou bastante (...) a primeira coisa que melhorou foi o atendimento às pessoas (...) a câmara precisa de uma melhor organização, (...) No entanto, foram recrutados novos quadros há pouco tempo, e penso que as coisas vão melhorar. Incluso os primeiros resultados já estão à vista.
Bens colectivos existentes na comunidade	Temos chafariz, jardim infantil, centro comunitário em construção, escolas. Não, não são suficientes. (...) Faz-nos falta algumas vias de acesso às pequenas aldeias, é urgente a construção do polidesportivo no sentido em que não dispomos de espaços para a realização de algumas actividades. (...) há comunidades que estão a serem mais beneficiadas que outras. (...) em termos de infra-estruturas, na nossa comunidade existe grande problema com os terrenos porque a maioria são privados (...) Enquanto que nas outras comunidades em que os terrenos são do estado, aí foi fácil. Até algumas comunidades que começaram alguns projectos depois, já conseguiram. (...) é difícil, porque os terrenos aqui são bons para a agricultura, de modo a que a comunidade prefere cultivá-los.
Problemas que a Câmara pode resolver	(...) o abastecimento da água (...)o problema de acesso às pequenas aldeias (...)ajudar com os transportes ou autocarro escolar,
Democracia	Como pode-se ver eles adoram o MPD, gostam do MPD, e nem se quer vêem pela capacidade das pessoas que se vão candidatar, dão sempre prevalência ao partido.
Abstenção	(...) nas últimas eleições muitas pessoas não votaram, parece-me que quanto mais as pessoas estão a votar menos, porque alguns partidos prometem e não cumprem. (...) deve ser um factor fundamental, porque os partidos apresentam certas coisas que parece estar a gozar com as pessoas.

Vice-presidente da Associação “D”

Questões	Respostas
Relacionamento com os autarcas e os apoios provenientes dos mesmos	(...) nós não temos estado a pedir muito, é uma associação que praticamente não tem capacidade de pedir. Mas sempre que recorremos à câmara obtemos respostas.(...)
Forma como a Câmara consegue satisfazer as necessidades das populações	A câmara tem estado a apoiar na construção da habitação própria, na concessão de alguns blocos, ferro, a ligação de águas e electricidade às habitações, apoia as famílias em situações crítica, por exemplo as com piores condições de habitação, a nível do desporto oferece taças e outros materiais desportivos às equipas para a realização dos torneios na comunidade
Envolvimento da comunidade nas actividades camarárias	(...) a nossa associação ainda não consegue ser capaz de funcionar como uma associação. As próprias pessoas da comunidade não sabem, ou sabem pouco o que é uma associação, e qual é a sua importância. (...) somos chamados para identificar as pessoas que têm necessidade de emprego para que possam ser recrutados. Primeiro vão para a comunidade a fim de identificarem os problemas, de seguida vão elaborar o projecto e posteriormente executam, e nós somos envolvidos desta na maneira.
Participação da associação nos projectos das comunidades Iniciativas locais	Eu pessoalmente já elaborei um projecto, (...) mas nenhum desses projectos foram financiados, (...) projecto para o equipamento da sede (...) o projecto que elaboramos funcionará como alternativa a aquelas pessoas que dedicam-se à apanha da areia.
Reivindicação por parte das populações	(...) é a falta de emprego, mais na camada adulta, ou seja chefe de família (...) na camada jovem, as reivindicações é da placa desportiva, canal desportivas, e também bolsa de estudo, oportunidade de formação.
Pressão exercida sobre a Câmara por parte da população	Exercem muita pressão mesmo. Existem pessoas exercem muita pressão e acabam por ser correspondido, mas há pessoas com maiores necessidades mas, não sabem fazer pressão, não sabem pedir, é isso o problema. Mas de uma forma geral há muita pressão.
Auscultação da população	As vezes também fazem encontro periódico onde são ouvidas as populações. O último encontro com o presidente foi em Fevereiro nas duas comunidades vizinhas.
Formas de atendimento dos autarcas aos cidadãos	Através do contacto directo. (...) por telefone, por carta.(...) Aqui no Tarrafal eu penso que temos um bom atendimento
Meios de transmissão das informações aos munícipes	(...) os projectos que afectem todo o concelho praticamente é na Vila que se fazem as divulgações e depois enviam para as associações para fazer a divulgação. Mas (...) a nossa associação é uma associação que às vezes o presidente quando recebe os comunicados simplesmente guarda-os na casa, e ninguém fica a

	saber.
Elites residentes com o poder de influência	(...) temos dois deputados que são filhos de Ribeira das Pratas, mas neste momento estão a residirem na Vila do Tarrafal.(...) Exercem alguma influência de certeza, mas, não é igual à uma pessoa que reside na comunidade.(...) um dos deputados é presidente da assembleia geral da nossa associação. Foi daquela pessoa que desde o inicio criou o estatuto da associação, e ainda hoje ele continua a insistir para ver se conseguimos organizar a associação da melhor forma. Também quando houver alguma oportunidade de emprego ou de algum concurso para o projecto, eles dirigem-se para comunidade onde vão informar as pessoas a fim de formalizarem os pedidos. Também vão à comunidade, informam das necessidades das pessoas e transmitem a câmara municipal.
Bens colectivos existentes na comunidade	Bens colectivos! Infra-estruturas, riso.... na nossa comunidade o centro comunitário está em construção, placa também fase inicial. O que mais que temos chafariz, jardim infantil, escola, unidade sanitária de base.(...) minimamente está a satisfazer (...) em termos de desenvolvimento se calhar há zonas que estão muito mais desenvolvidas que outras. Por exemplo, enquanto nós na ... estamos a reclamar a construção de uma placa desportiva e um centro comunitário, há zonas (...) já existem esses bens. Existem zonas por exemplo Chão Bom e Vila, que embora não são como Ribeira das Pratas porque são zonas urbanas, em que os jovens têm acesso à vários canais, as pessoas têm acesso à vários canais televisivos, os quais contribuem para o aumento do conhecimento, (...) nós não temos. (...) nesse ponto as associações têm um papel muito importante (...) por exemplo em Chão Bom existe a associação Cívica. É uma associação muito mais activa, não só a associação as próprias pessoas na comunidade.(...) sabemos que quando existe comunidade que não exige e não pede apoio também é muito mais difícil receber apoio. Na nossa comunidade é isso que acontece a nossa associação não tem estado a exigir e nem a pressionar muito. E quando exigimos e pressionamos não é da melhor forma. Eu penso que as associações têm um papel importante. Bem organizada, bem estruturada, pedia conseguir muito mais.
Separação entre o concelho do Tarrafal com o de Calheta	Tarrafal ganhou muito mais. Sem dúvidas. (...) acho que Tarrafal subiu muito, porque inicialmente havia muita mortalidade infantil, os indicadores de pobreza era baixo, mas já subimos muito. (...) em parte é a separação dos dois concelhos.
Aspecto em que a Câmara melhorou	(...) na nossa comunidade não havia electricidade, água e telefone, antes de 1990. Foi depois de 90 que se conseguiu ter isso tudo. Sobretudo não havia estradas, a principal a via de acesso era uma estrada perigosa e cheio de buracos. Se levarmos em conta a isso, podemos dizer que a comunidade deu um passo grande depois da criação da câmara que é o poder local.
Democracia	(...) estamos avançado em relação a esse aspecto. Porque temos votos, as pessoas agora estão sendo ouvidas mais na tomada das decisões. Os autarcas agora vão para as comunidades ouvir as

	<p>comunidades o que elas querem (...) praticamente todas as semanas aparecem pessoas na comunidade que querem falar com os membros da associação, as próprias associações estão a ter credibilidade (...) estamos avançado, mas ainda falta mais por fazer, porque ainda há muitas coisas que pessoalmente não percebo. (...) muitas pessoas não têm liberdade de escolha de determinado partido. Essa liberdade muitas vezes é facilmente comprada por um saco de cimento, mil escudos ou quinhentos.</p>
Abstenção	<p>(...) essas coisas são complicadas. As vezes custa acreditar que às vezes existem muitas “manhas” e às vezes vemos coisas que levamos a acreditar que nessas coisas há uma organização forte, há uma aposta forte, há um investimento posso lhe dizer nessas coisas de arranjar votos.(...) Nos cadernos eleitorais haviam muitos dados pessoais que não coincidiam com os documentos apresentados, e muitas vezes as pessoas da mesa não os deixam votar, e aumenta o numero de abstenção. Mas também muitas pessoas aparecem nas listas fora do local da residência.</p>

Presidente da Associação “E”

Questões	Respostas
Área de actuação	(...) Posso dizer que é uma associação polivalente (...) Dentro da associação temos uma parte que de carácter religiosa (...) A vertente mais forte era o teatro (...) Tinha como vertente a formação e educação dos jovens para a formação moral e espiritual
Actividades desenvolvidas na vertente social	(...) tínhamos grupos que faziam parte de oficinas do teatro, carpintaria, educação para a saúde em que organizamos um encontro internacional de promotores de saúde (...) Temos também grupos de defensores do aleitamento materno.
Relacionamento com os autarcas antes de 1990 e os apoios provenientes dos mesmos	(...) havia câmara. Mas só que na altura era chamado de delegado de governo (...) a câmara sempre existiu. (...) era o partido único não havia outras coisas (...) na altura tínhamos o comité de sectores... (...) A câmara sempre aproveitava do nosso grupo porque era um grupo que tinha muita aceitação na comunidade e apoiávamos sempre em qualquer projecto de sensibilização e educação. (...) nós fomos reconhecido logo pelo método e tipo do trabalho que desenvolvíamos na comunidade; campanha de sensibilização, limpeza, apoios a doentes, visitas ao hospital. (...) todas as actividades que planificávamos apresentávamos à câmara municipal (...) éramos parceiro da câmara mesmo, e todos os nossos projectos eram financiados pela câmara.
Actualmente	(...) as associações têm todo o apoio da câmara municipal tanto assim todos os projectos que apresentam e alguns que são maiores chegam ao presidente e depois são apresentados ao serviço de acção social para a sua avaliação. (...) existe uma certa abertura entre as associações e a câmara municipal. A câmara confia muito nas associações comunitárias.
Ambiente e qualidade de vida	(...) A nível do saneamento acho que a nossa câmara está a proporcionar um bom ambiente e qualidade de vida e nós também a associação temos ajudado. Muitas vezes muitas as coisas não estão certas porque os próprios munícipes não ajudam. Porque quanto ao tratamento do lixo existe contentores mas as pessoas depositam o lixo no chão, a rede do esgoto está a ser ligada. A câmara agora preocupa-se em identificar as famílias que não possuem casas de banho para auxilia-las na sua construção.
Forma como a Câmara consegue satisfazer as necessidade das pessoas	Através do contacto com a comunidade, através do seu serviço ligado à promoção social no qual fazemos parte. Fazemos visitas à comunidade, encontros com a comunidade, há atendimento todas as segundas e quintas quer pelo presidente ou dos outros autarcas com o intuito de ouvir a comunidade e escutar os seus problemas e tentar resolve-los.
Envolvimento da comunidade nas actividades camarárias	(...) qualquer actividade que se faça na comunidade é discutida sempre com a população para poderem envolver para ver se não aja muita ruptura (...)
Auscultação da	(...) temos por exemplo um centro de saúde que foi construído ali

população por parte do governo ou serviços desconcentrados	(...) não sabíamos, da sua localização ...só depois de estar pronto todas as pessoas estão a dizer que não devia ficar ali. De certeza nós pensamos que não houve uma discussão, a população não foi envolvida, nem por parte de saúde e nem parte da (...) não tenho a certeza acho que foi financiado pelo governo, mas o terreno foi disponibilizado pela câmara, mas não foi ouvida a população para saber quanto a localização, e o seu melhor enquadramento.
Participação da associação nos projectos das comunidades Iniciativas locais	(...) outras associações comunitária já começaram a participar na planificação de alguns projectos, tais como: os de habitação social, melhorias de casa de banho, reparação de caminhos, e tudo isso. (...) várias associações de desenvolvimento comunitário já planificaram projectos e foram financiados, foi a criação de aviários, a construção de banquetas, socialcos. (...) surgiu um projecto que partiu da iniciativa da comunidade mas que não foi financiado. É o projecto sobre pocilga comunitária, na zona de Achada Biscainho. Surgiu outro projecto (...) a proposta foi aceite bem como o seu respectivo financiamento, mas o ainda até a data de hoje não desbloquearam a verba.
Tipo de reivindicação por parte das populações	O que as pessoas mais reclamam é o pedido de ajuda, quer para a habitação social, (...) bolsa de estudos para os filhos. Mas no grosso, grosso é o emprego.
Pressão exercida sobre a Câmara por parte da população	As pessoas agora não estão a conformar-se em ficar de braços cruzados, podem lutar e não conseguem, mas vem aqui todas as segundas e quinta e são atendidas pelo presidente. (...) fazem muita pressão sobre a câmara, por isso é que há muitas pessoas lá fora á espera...
Elites residentes com o poder de influência	(...) não sei lhe dizer. (...) existem deputados, e há pessoas que nós acreditamos que podem fazer mas, fazem ao nível da política. (...) as associações comunitárias lutam para (...) eu posso dizer elas são as pessoas importantes na comunidade e vem fazer as suas reivindicações junto a câmara discutir alguns problemas e pedem financiamento. As elites podem existir em todos os sítios (...)
Bens colectivos existentes na comunidade	Quase em todas as comunidades do Tarrafal temos jardins infantis (...) temos unidades sanitárias de base, escolas, placas desportivas. (...) Não, não são suficientes. Ainda são poucas, (...) se formos ver pela maioria a população jovem está melhor servida.
Problemas que a Câmara pode resolver	(...) são vastos. Porque o seu campo de intervenção é vasto, (...) Emprego que a câmara procurou dar algumas respostas, (...) A câmara concede serviços sazonais, (...) mas ajuda as pessoas sobretudo no mau ano agrícola, limpeza na comunidade, recolha e queima de lixo, melhorias de algumas habitações sociais, calcetamento e arruamento, por exemplo na zona de Monte Djédjé estão a fazer o calcetamento para uma outra via e sendo assim fica quase completo.
Meios de transmissão das informações aos	De vez em quando aparece o jornal de parede à porta da câmara, a assembleia municipal avisa na igreja que haverá assembleia, e de tempo em tempo na televisão. Também já foi feito a

munícipes	divulgação de alguns planos através de palestra. (...) embora as populações não estão informadas sobre todas as coisas.
Separação entre o concelho do Tarrafal com o de Calheta	(...) no fundo, no fundo para ser franca não vejo muita mudança. O que tínhamos, continuamos a ter, as mesmas infra-estruturas, a não ser algumas infra-estruturas desportivas, como a construção das placas desportivas nas comunidades que não haviam,
Democracia	(...) A população participa mais, se for para uma reunião, (...) se for para uma tomada de decisão a população fica sempre um pé à trás.(...) Mas as pessoas falam. (...) a democracia trouxe muitas vantagens as pessoas não têm medo de dizer muitas coisa mas (...) Mas eu acho que ainda a democracia não está a 100% e pode chegar ao pé (...)A democracia não reina porque se sou do partido A mesmo que posso exercer aquela função não sou colocada e podem recrutar outra pessoa que nem conhece a área em que foi colocada, porque pertence a outro partido B.

Presidente da Associação “F”

Questões	Respostas
Relacionamento com os autarcas e os apoios provenientes dos mesmos	A nossa associação tem apoio da câmara municipal, quase que permanente. Porque temos um centro que funciona diariamente, possui duas salas de jardim infantil, um lar de idosos, e uma unidade sanitária de base. (...) as despesas relativo aos funcionários são pagas pela câmara municipal.(...) Mas os presidentes de algumas associações costumam me dizer que a câmara trata a nossa associação de uma forma diferente. Mas a leitura que eu faço, deve-se, muitas vezes ao complexo que as pessoas sentem em se dirigirem à câmara para pedirem ajuda. Principalmente, se for uma pessoa de cor política diferente, sente-se complexo em dirigir-se à câmara para pedir ajuda.(...) Uma associação (...) não pode afirmar que é oposição de partido no poder. Porque muitas vezes se dissermos que a associação pertence a tal partido pode nos criar problema.(...)
Forma como a Câmara consegue satisfazer as necessidades das populações	A nível da associação as necessidades foram sempre satisfeitas e de uma forma rápida.
Envolvimento da comunidade nas actividades camarárias	Aqui há muita dificuldade a população demonstra alguma relutância em envolver nas actividades da câmara. As populações vêem a câmara como seus empregados (...) por exemplo, se dissermos “ hoje temos uma campanha de limpeza na zona” respondem logo - o quê que o Filú está a fazer? Que ele venha limpar. (...) Embora há muitos que já mudaram de mentalidade, mas ainda existe uma boa camada da população que quando houver alguma actividade realizada pela câmara municipal, em parceria com a comunidade, ou seja um trabalho voluntário, a resposta é sempre – o presidente não faz nada que venha fazer.
Participação da associação nos projectos das comunidades Iniciativas locais	(...) Fui convidada uma vez, pessoalmente, pelo presidente da câmara, mas não tive a oportunidade de participar dado à minha indisponibilidade. (...) Não sei. Se tiveram o conhecimento porque a outra associação que aqui existe é de carácter religioso. (...) quando quero tomar uma decisão, procuro a colaboração das pessoas para poder ter uma resposta para ser dada ao presidente, mas a comunidade não participa. Os poucos que vão às reuniões tomam uma certa posição que muitas vezes não vão ao encontro da opinião da maioria. (...) Temos um centro comunitário, cuja iniciativa partiu da comunidade
Tipo de reivindicação por parte das populações	(...) o problema da delinquência (...)A câmara em si,(...) não pode fazer. Porque há muitos delinquentes, nem os policia, porque os policia não os vêem. Podem fazer trabalhos junto às populações, mas a população não colabora (...) Isso faz com que a delinquência fomente cada vez mais nessa zona.
Pressão exercida sobre a Câmara	As pessoas falam apenas aqui na comunidade, mas não vão à câmara municipal. (...) Não sei se tem a ver com o complexo que

por parte da população	muitas pessoas têm em pedir apoio, por isso muito não vão pedir. Ou acham que não vão ser apoiados, e consideram que será uma perda de tempo.
Tipo de serviço que a população mais recorre	Há problemas que recorremos à câmara. (...) à fundação cabo-verdiana de solidariedade (...) ICASE no sentido de apoiar com as despesas de propinas dos alunos carenciados (...) recorremos também às casas comerciais, mas essas nem sempre dão respostas.
Auscultação da população	(...) logo dizem o que já está feito, o que querem ou que têm para fazer, costumam pedir as opiniões dos moradores, por exemplo, se for uma nova actividade que querem fazer na zona, antes (...) as associações respondem, mas nem sempre as decisões vão de acordo com a vontade das populações. Porque agora a população cabo-verdiana está a exigir ou pedir muito mas não participam.....
Formas de atendimento dos autarcas aos cidadãos	O presidente faz e demonstra uma boa vontade, mas, mais difícil é falar com ele. Porque os funcionários que trabalham com ele dificultam muito o acesso ao mesmo. Se o acesso fosse o mais rápido possível as coisas resolviam-se com mais facilidade. O problema é a barreira com que deparamos, as questões burocráticas que muitas vezes tornam mais difíceis a resolução dos problemas. (...) Mas, quanto a mim e ao nível da associação não costumo requerer as audiências. Ou seja, costumo fazer mas as pessoas responsáveis pelas marcações muitas vezes não dão os devidos tratamentos, e muitas vezes tem que se dirigir várias vezes e sem obter nenhuma resposta. Eu uso outros caminhos, porque não sou uma pessoa “complexada” falo com os meus eleitos em qualquer lugar que nos encontrarmos, a título de exemplo, hoje no mercado encontrei-me com a Dr. ... Coloquei-lhe logo o problema que preciso de resolver, e marcamos o dia em que ela possa me atender. Eu não espero pelo formal, uso sempre a via informal, que por mim é sempre mais rápido.
Meios de transmissão das informações aos munícipes	Oralmente. Porque de vez em quando o presidente convoca reuniões com as associações, e a partir daí ele informa-nos sobre as actividades da Câmara...
Elites residentes com o poder de influência	Rico, rico, não “ku janta feto” riso....(...) temos... os membros da elite pedem... mas os membros da elite que existe aqui não são pessoas ricas....) mas as pessoas ricas que vivem aqui são totalmente particular. Não convivem muito. Eles não envolvem... podem resolver os seus assuntos pessoalmente. Os possuidores de dinheiro conseguem resolver tudo. Mas os “coitados” têm que juntar para poderem resolver.
Aspectos em que a Câmara melhorou o seu desempenho	A Câmara em si pelas suas realizações que tem sido feito na Praia, melhorou. (...) A câmara já fez muito, na Praia, em todas as zonas existem marca da câmara municipal. Melhorou muito, na nossa comunidade eu posso afirmar pessoalmente, houve melhoria. Foi construído mais um chafariz, campo de futebol para os jovens, praça para crianças, calcetamento (...) Mas o

	atendimento na câmara municipal, em particular, não melhorou.
Bens colectivos existentes na comunidade	Temos escolas, chafariz, campo de futebol, o centro comunitário. (...) Achamos que devíamos ter outras coisas. Por exemplo, temos a unidade sanitária de base, mas não nos satisfaz. (...) para além de um agente sanitário, necessitaríamos de um enfermeiro ou de um médico permanente
Problemas que a Câmara pode resolver	(...) problema da electricidade (...) o problema das encostas, porque na época das chuvas isso constitui um problema à maioria das pessoas.
Relacionamento da Associação com o governo	Foi louvável, porque foram convidados para inauguração, e eles participaram. Quaisquer problemas que tivemos, como por exemplo, na área da saúde foram resolvidos. O ministro de trabalho também apoia - nos com o financiamento da alimentação dos idosos que vivem no centro. O ministro de descentralização fez parte integrante na elaboração do projecto de Internet. Acolheram a ideia, eles nos dão muito apoio, qualquer membro do governo.
Democracia	A população não quer envolver-se muito, se por a caso envolverem querem sempre algo em troca. Antigamente havia um espírito de voluntariado, mas agora já não. Na esfera política existe uma certa camada que envolve activamente, mas há outras que envolvem apenas nas épocas das campanhas eleitorais.
Abstenção	(...) A falta de incentivo por parte dos idosos; outros não vão mesmo de propósito, dizem “eu vou votar em tal partido, mas com algo em recompensa”, e essa recompensa não é um bem colectivo, mas sim individual (...) desorganização do caderno eleitoral. (...) há problema por parte dos próprios políticos que amedrontas as pessoas....

Presidente da Associação “G”

Questões	Respostas
Área de actuação	Apoiar a comunidade no seu todo, (...) desde crianças, idosos e jovens, sendo que a juventude é a nossa verdadeira preocupação (...) apostamos muito na acção social...
Relacionamento com os autarcas antes e depois de 1990 e os apoios provenientes dos mesmos	(...) Antes da existência do poder local, uma associação comunitária tinha muitas dificuldades normalmente era chamado a quem de direito, portanto, o governo, porque o poder estava muito centralizado (...) era muito mais difícil, hoje as coisas se tornaram muito mais fácil, com a descentralização do poder, hoje uma associação comunitária no caso da nossa ficou realmente mais facilitada a nossa vida.(...) há um desenvolvimento portanto incomparável, antes e depois, (...) em termos dos objectivos que nós pretendemos (...) temos uma boa relação com o poder local, e aliás fazemos chegar as preocupação da comunidade ao poder local, que por sua vez, dentro do possível, nos tem correspondido e conseqüentemente para apoiar a nossa comunidade.(...) A câmara da Praia apoia-nos na vertente social, dá uma parte do financiamento, (...) nós recentemente assinamos um protocolo com a câmara no sentido de ceder-nos um espaço para jovens, um poli-desportivo.
Relacionamento autarcas associações	(...) de uma forma geral, a câmara tem dado uma contribuição valiosa aqui na nossa comunidade. (...) Nós temos acompanhado algumas associações em outros bairros que a câmara tem intervindo de uma forma positiva. (...) onde haja associações comunitárias organizadas e voltada para a comunidade, a câmara, eu ao menos tenho acompanhado... o presidente da câmara tem apoiado as associações comunitárias.
Forma como a Câmara consegue satisfazer as necessidades das populações	Uma das formas mais ideais, é uma associação tem que estar bem organizada, portanto, ouvir a comunidade e ser porta-voz da comunidade junto da câmara. Portanto para ter mais eficácia este tipo de trabalho entre a câmara e a comunidade (...) deve haver associações comunitárias, que por sua vez, é mais conhecedora de problemas que afectam as comunidades. (...) a câmara para fazer valer o seu trabalho tem que ouvir as associações comunitárias onde houver, porque no nosso entender é a única forma de realmente a comunidade ficar bem servida.
Envolvimento da comunidade nas actividades camarárias	Eu avalio de uma forma positiva, a participação comunitária. Porque realmente a comunidade cedo entendeu que era necessário fazer intervir e também dar o seu contributo, porque nós não podemos estar disposto sempre a receber, mas também, dar o nosso contributo, e a comunidade da ... em concreto onde está inserida a nossa associação nós também temos colaborado com a câmara para um desenvolvimento conjunto da nossa comunidade e conseqüentemente do nosso município.(...) nós procuramos sempre (...) a comunidade apresenta projecto, e a câmara sempre que tem um projecto, no nosso caso concreto a câmara contacta com a nossa associação, e nós levamos o projecto à comunidade que também dão o seu requisito ou

	subsídio para depois a câmara concretizar esse projecto. (...) há uma certa sintonia entre a câmara e a comunidade, nesse caso concreto.
Participação da associação nos projectos das comunidades Iniciativas locais	(...) O poli-desportivo da Várzea é um exemplo concreto (...) a sede é nossa, o nosso infantário
Tipos de serviços que as populações mais recorrem	(...) a população normalmente dirige mais a nível da câmara. Porque o poder está descentralizado (...) nós a nível da comunidade nem sempre apresentamos os nossos projectos à câmara, temos parceiros embaixadas em Cabo Verde, empresas... para fazer valer o nosso projecto, nem sempre recorremos à câmara. Aliás a câmara é um dos parceiros, se calhar não é o essencial para a nossa associação.
Pressão exercida sobre a Câmara por parte da população	Nós criticamos sempre quando for necessário. Criticamos, não temos medo, porque somos uma associação apolítica não estamos na dependência de nenhum partido (...) a câmara também muitas vezes nos ouve a crítica (...) embora podem não ficar satisfeitos, mas também deve entender que uma associação não está só para bater palmas. Palmas mas também para dizer quando as coisas não estão a correr bem.
Auscultação da população	Acho que quanto a isso há um vazio. Há certos projectos que são aprovados na câmara que deveriam ser ouvidos, apresentados antes à comunidade. (...) Porque nem sempre um projecto aprovado na câmara satisfaz a comunidade.
Formas de atendimento dos autarcas aos cidadãos	audiência,
Meios de transmissão das informações aos munícipes	(...) nesse aspecto também há um vazio. Porque as informações deveriam chegar mais à comunidade. Isso não chega. Normalmente nós é que temos que estar atentos das informações e os projectos para podermos intervir e dar o nosso contributo.
Elites residentes com o poder de influência	(...) a comunidade não tem essas pessoas, a comunidade é muito pobre. É claro que há sempre um ou outras pessoas com maior poder económico, mas no seu todo acho que não há muita diferença. (...) não vejo as pessoas que têm esses poderes a fazerem algo para a comunidade. Se têm, se calhar fecham a si mesmo, quer dizer não fazem algo de importante para a comunidade, infelizmente.
Bens colectivos existentes na comunidade	(...) aqui há muitos bens que podemos considerar colectivos.(...) a nossa sede social é um espaço aberto a todos,(...) Há aqui portanto algumas escolas (...) jardins infantis também, daí que eu considero que a nossa comunidade está bem servida em termos desses bens (...) é claro que há coisas que precisam de serem feitas.
Ambiente e qualidade de vida	Bem, no nosso caso concreto (...) Não temos razão de queixa porque a comunidade está bem servida. A câmara municipal tem

	feito um trabalho voltado à comunidade, porque nós também procuramos levar as preocupações da comunidade junto da câmara e na medida do possível a câmara tem correspondido as nossas expectativas.
Problemas que a Câmara pode resolver	(...) o problema de saneamento e acho que a câmara deve dar prioridade.(...) a inundação de água,
Democracia	(...) acho que há uma falta de maturidade política, porque também não há muitas informações, acho que o governo deveria apostar mais em capacitar para fazer as pessoas entender que a democracia, isso realmente há muitas pessoas se calhar não sabem se estamos em democracia. Porque não são explicadas as pessoas esperam para ouvir na rádio para saber o que é a democracia. Eu creio que em termos de democracia o povo cabo-verdiano ainda há um vazio. Há um espaço muito grande a ser preenchido. (...) Mas eu creio que tem que se fazer um trabalho de base através dos órgãos de informação, para as pessoas poderem saber como reagir, muitas vezes as pessoas têm uma certa confusão. Aliás muita gente ainda pensa que estamos no regime colonial.
Democracia local	A democracia a nível da localidade ainda é fraca. Ainda falta muito para fazer nesse sentido. Quer dizer os políticos pensam que está tudo bem. (...) em conversação aqui na comunidade reparamos que ainda algumas pessoas têm dúvida. Ainda não sabem bem claro o que é a democracia. (...) Daí que algumas vão votar por votar não sabem nem o que estão a fazer.
Abstenção	deve-se às muitas promessas feitas.(...) terminam o mandato não conseguem concretizar, aí as pessoas deixam de acreditar no partido.
Aspectos específicas	(...) o nosso infantário foi financiada em 75% da União Europeia, e nós a nível da participação da comunidade contribuímos com 25%. E a nossa sede social foi construída com o apoio da embaixada de Portugal, que é uma das nossas parceiras entrou com 80% e o restante foi a contribuição da nossa comunidade. (...) Eu creio que uma das razões é o seguinte: quer dizer a comunidade, muitos bairros as associações esperam que a câmara chegam até eles. Eu acho que nós é que temos que alinhar e alistar os problemas da comunidade, e através do representante fazer chegar à câmara. Porque nós... e muitas vezes, uma associação comunitária fica à espera que apareça a câmara e fazer tudo. (...) não podemos ter um projecto e querer logo que seja financiado a 100% pela câmara.(...) temos que também tentar procurar outros parceiros e mostrar que há uma vontade e há realmente um sentido de responsabilidade para complementar com outros apoios da câmara e também do governo.

Presidente da Associação “H”

Questões	Respostas
Área de actuação	área social (...) nós realizamos muitas acções junto da comunidade. (...) Anualmente distribuimos material escolar a cerca de 100 e tal crianças e vamos aumentar para 200 para tentarmos ver se conseguimos mais crianças dos arredores da Praia. (...) assinamos um protocolo de cooperação com a Câmara, no sentido de nos ceder a gestão de balneário que se encontra abandonado há muitos anos, queremos ver se conseguimos transformá-lo num centro de aconselhamento para a juventude...
Relacionamento com dos autarcas com as associações	(...) a câmara tem estado a fazer alguns trabalho na área social na comunidade (...) a câmara tem nos dado apoio para a remodelação de algumas casa das pessoas carenciadas. (...) a câmara concedeu-nos uma verba de 50 contos para a remodelação da casa de um senhor. Também temos tido apoio de troféu da câmara, (...) temos uma relação razoável com o poder local. (...) Mas nos últimos tempos a câmara foi muito criticado dado ao seu afastamento da comunidade. (...) Quer dizer os moradores precisam da presença dos autarcas no bairro, para reivindicar algumas coisas. Mas é difícil ver um vereador da câmara no bairro a fazer um levantamento dos problemas nos bairros (...) também há outras razões porque temos uma comunidade que participa pouco. (...) A nível geral há um relacionamento razoável com as associações (...) mas também há um relacionamento onde que (...) Quer no outro partido, quer no que está no poder. (...) houve uma evolução em termos de quantidade mas em termos de qualidade deixa muito a desejar. (...) estão a ser criadas associações mas com a contrapartida eleitoralista. (...) as associações agora banalizaram. (...) o objectivo da melhoria de condições de vida das populações muitas vezes, só é possível promover um projecto que beneficia a comunidade, se eu sou do partido A, B ou C. Aí é que reside o problema principal. (...) Eu penso que há uma politização grave do movimento associativo..
Envolvimento da comunidade nas actividades camarárias	(...) a comunidade de ... espera pela associação e pela câmara ir ao seu encontro. Não reivindicam, nem apontam as metas ou os caminhos, o que se pode fazer. E quando a associação não faz nenhuma actividade ficam a reclamar (...) no bairro de ... há um problema que é cultural. (...) do ponto de vista educacional, as pessoas não são muito instruídas, e depois se existe uma associação na comunidade os moradores pensam que todas as responsabilidades são da associação ou da câmara, isto é, acham que essas entidades é que devem ver os problemas do bairro e resolvê-los. (...) há um certo desleixo da comunidade. Quer dizer, reclamam apenas mas não colaboram (...) muitas vezes, criticam e dizem que a associação não faz nada, também criticam a câmara (...) a comunidade não colabora, danificam cada vez mais. Nesse momento eu acho que devia ter uma presença da câmara do ponto de vista da fiscalização em todos os bairros, ou

	então criar estruturas de fiscalização nos bairros que obrigue as pessoas a não deitarem água suja e lixo, porque é preciso que a câmara passe a aplicar coimas. (...) porque é impossível que a câmara construa uma estrada e nos espaço de uma semana, a estrada é encontrada cheio de lixo e água suja. Porque existe uma rede de esgoto mas a comunidade não colabora.
Participação da associação nos projectos das comunidades Iniciativas locais	(...) Temos um projecto de televisão comunitária de ... que já foi implementado, (...) projecto para a sensibilização de comunidade em matéria de Sida (...) Temos também um projecto de reabilitação de 20 habitações (...) Temos alguns na área do desporto inter-bairro (...) A maior parte do projecto que, apresentamos partem dos membros.
Tipo de reivindicação por parte das populações	(...) e nesse momento a principal reivindicação é por parte dos jovens, é a construção de uma praça, que não existe no bairro. O bairro precisa de muitas coisas mas a população também não está a colaborar.
Ambiente e qualidade de vida	(...) a câmara faz o que é possível fazer, (...) a câmara dentro da nossa comunidade calçeteu as ruas, levou a cabo a ligação de esgotos aos moradores, apesar de haver alguma crítica nesse sentido.
Aspectos em que a Câmara melhorou o seu desempenho	A nível geral eu acho que a câmara do ponto de vista das infra-estruturas sanitário tem trabalhado de uma forma razoável, a nível das infra-estruturas desportivas na cidade da Praia. A única coisa que precisam de melhorar é à nível do saneamento (...) a câmara tem feito alguns trabalhos, em alguns bairros, como por exemplo há duas semanas foi inaugurado um mira douro no Brasil.(...) Desempenho a nível geral, acho que sim (...) Mas estou a ver que houve melhoria, houve melhoria... na construção de infra-estrutura.
Bens colectivos existentes na comunidade	(...) infra-estrutura onde as pessoas possam beneficiar, nada, não temos. A única coisa (...) é aquele balneário que estamos a pensar em transformá-lo em centro de aconselhamento de juventude, onde possam dirigir. Agora a própria infra-estrutura marcante que possa dizer não há, porque ... é uma comunidade pequena, e depois eu posso lhe dizer o que precisamos é uma praça, um jardim infantil local, e o centro. E bens de associação (...) temos os equipamentos da televisão, alguns computadores...
Problemas que a Câmara pode resolver	(...) eu defendo também que a câmara tem as suas dificuldades, porque a Praia é muito grande e não se consegue em um ou dois mandatos resolver o problema da Praia.(...) fazer com cumpram as ordens, reabilitar os calçetamentos, construir a praça,

Curriculum Vitae

Dados pessoais

Nome: Antonieta Lopes Ortet

Contactos: telemóvel – 967364015 Email: ortetantonieta@hotmail.com

Habilitações literárias: Licenciada em Sociologia, e frequenta o 2º ano do mestrado em Estudos Africanos: Desenvolvimento Social e Económico em África: Análise e gestão.

Formação Profissional

- Curso de Formação Pedagógica de Formadores ministrado em 96 horas em Portugal
- Desenvolvimento e Criação de Pequenas e Médias Empresa, ministrado em 800 horas Pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional em Portugal
- Formada no Instituto Pedagógico da Praia, Escola de Formação de professores para o ensino básico integrado, durante três anos.

Experiências profissionais:

- Assistente Administrativo na secretaria de uma das escolas do ensino básico em Cabo Verde, durante dois anos.
- Professora durante cinco anos lectivos do ensino Básico Integrado do primeiro ao sexto ano.
- Professora do ensino recorrente, educação de adultos, durante um ano.
- Monitora na Loja Jovem em Damaia – Lisboa, dando apoio escolar aos jovens de várias etnias residentes nessa localidade, durante um ano.
- Prefeito (Monitor) na Fundação Obra do Ardina (Instituto Privado de Solidariedade Social IPSS) durante 15 meses, em Lisboa.

Trabalhos desenvolvidos na comunidade:

- Organização de actividades culturais e recreativas e intervenção junto da comunidade cabo-verdiana residentes em Lisboa, mais concretamente em Damaia.
- Como monitora e tutora, representante de pais das crianças na escola, e visitas às casas dos familiares dos mesmos a fim de obter informações que lhes dizem respeito.
- Participante no projecto reabilitação do liceu do Mosteiro na ilha do Fogo sob a orientação da Associação Morna em Portugal, em que originou uma viagem para Cabo-Verde a fim de implementar o referido projecto.

Seminários:

- Participante na Acção de Formação em Desenvolvimento Pessoal e Inserção Profissional durante três dias
- Participante no seminário do projecto P F I E, Educação para o meio ambiente em Cabo-Verde, ministradas em várias sessões.
- Participante no projecto de reintegração social de crianças portadoras de deficiências físicas durante três semanas em Cabo-Verde.
- Participante no seminário: As novas fronteiras do direito no ISCTE

Investigações realizadas no âmbito académico

- No âmbito da cadeira de Administração Autárquica e Desenvolvimento Local, Elaboração de um diagnóstico do concelho de Alenquer em Portugal, fazendo análise SOWT do mesmo e propor soluções estratégicas para resolução de problemas encontrados no referido concelho com vista ao seu desenvolvimento.
 - A pobreza em Portugal em comparação com outros países da União Europeia;
 - O Estado de Providencia e as políticas do emprego em Portugal;
 - As políticas de inserção profissional dos imigrantes em Portugal;
 - Os ex- reclusos cabo-verdianos e o mercado de trabalho em Portugal;
- A percepção do racismo entre as minorias étnicas e a população autóctone numa das escolas do Ensino Básico em Portugal;
- Representações sociais e consciência de classe nos imigrantes cabo-verdianos em Portugal;
- As burocracias organizacionais de acordo com a perspectiva weberiana num Instituto Particular de Solidariedade Social (IPSS).
- A aplicação da Pedagogia inter cultural por parte dos professores numa das escolas de arredores de Lisboa.
- As influências dos mass medias sobre a aprendizagem escolar.
- A questão da divisão de tarefas domésticas entre os casais tendo em conta a classe social que pertencem.

Tema da tese da Licenciatura e do mestrado

A Participação Política dos imigrantes Cabo-Verdianos em Portugal

Descentralização, desconcentração e Desenvolvimento Local em Cabo Verde: os casos dos concelhos da Praia e do Tarrafal

Conhecimentos Informáticos

Word, Excel, SPSS, Internet e Power Point